

G O V E R N O  
F E D E R A L

2016  
2018

# Um Governo de Reformas

**Michel Temer**  
Presidente da República

A democracia é determinação suprema de nossa Constituição: todo o poder emana do povo. Ao Governo cumpre obedecer a essa ordem institucional. Fui guiado por essa orientação durante meu mandato na Presidência da República, desde maio de 2016. E isso porque todos os governantes devem obediência à vontade geral para trilhar o caminho do bem comum e propiciar a todos o desenvolvimento da nação.

Ao seguir o caminho da Lei, iniciei diálogo com todos os setores dispostos a conversar sobre como promover o crescimento de nosso País, encontrando soluções para os problemas brasileiros. E havia muitos, em todas as áreas. As finanças estavam destruídas: a maior recessão da história precisava ser revertida, ações para movimentar a economia estavam paradas, mudanças legislativas importantes sequer haviam sido esboçadas, não havia projeto de país rascunhado dentro do Governo. Ações estanques em ministérios isolados estavam descoordenadas, produzindo fumaça, nunca calor. Era preciso trabalho, método e organização. Começamos nossa tarefa e trabalhamos de segunda a segunda pelo Brasil.

Muito ouvi. E, ouvindo, criamos um Governo dinâmico, capaz de propor mudanças estruturais que estabeleceram novos paradigmas para o País na administração pública. Restabelecemos diálogo permanente com o Congresso Nacional. Pelo convencimento e pela articulação de diversos atores sociais, conseguimos vitórias significativas. Reformulamos leis de setores econômicos essenciais; reduzimos a burocracia cartorial brasileira; melhoramos o ambiente para trabalhadores e empregadores, além de criarmos novas oportunidades de investimento, geração de emprego e renda para o povo. Mudamos o Brasil para melhor, em apenas dois anos e meio.

Exemplo primeiro foi organizar as contas públicas. Colocamos na Constituição regra válida pelos próximos 10 anos: não gastar mais do que se arrecada. Alteramos marcos regulatórios que travavam investimentos no setor de óleo e gás.

Deixaremos como herança a previsão de royalties de mais de R\$ 250 bilhões para os próximos governos, além de investimentos de bilhões que criarão empregos e renda para milhares.

Fechamos negociação com a Petrobras pela cessão onerosa, permitindo injeção aos cofres públicos de cerca de R\$ 100 bilhões nos próximos meses. Permitimos aos brasileiros trazer bilhões em dólares depositados no exterior, gerando recursos extras de arrecadação que possibilitaram a estados e municípios fecharem suas contas. Liberamos recursos congelados de contas do FGTS e do PIS/Pasep, movimentando a economia e fazendo justiça ao trabalhador.

Ações simples trouxeram ganhos administrativos enormes para melhorar o gasto do dinheiro público e combate às fraudes. Compartilhamos a base de dados do Bolsa Família e do INSS com a Receita Federal. Milhares que recebiam dinheiro indevido foram excluídos e o Governo atendeu a quem realmente precisava, os desprotegidos. Com melhoria administrativa, criamos o Progredir para dar emprego como porta de saída do Bolsa Família, mas ainda concedemos dois aumentos ao benefício, que estava defasado.

Com decisão política, titulamos assentados de programas de expansão rural e urbana batendo recordes de todos os governos anteriores juntos. Melhoramos o meio ambiente e dobramos a área reservada à preservação no Brasil, País detentor agora da maior área protegida nos mares do mundo, além de novos parques e ampliação em outros.

Fizemos a reforma trabalhista que colocou as relações entre capital e trabalho no século XXI, modernizando esse setor depois de quase 80 anos, assim como mudamos profundamente o ensino médio, cuja reforma tramitava há 20 anos no Congresso, e ainda criamos 500 mil vagas de ensino em tempo integral. São mudanças que trarão efeitos futuros, na melhoria da formação da mão de obra e competitividade no cenário internacional.

Nas páginas seguintes dessa prestação de contas, há relato do muito que foi feito nestes dois anos e meio de meu Governo. Há ainda um grande desafio a se enfrentar para continuar no caminho que iniciamos ao colocar o Brasil nos trilhos novamente.

Agora, é preciso assegurar a todos os brasileiros, sem exceção, a continuidade dos avanços. Somos um só povo, uma nação imensa e de potencial vastíssimo para ocupar um lugar ainda maior entre os grandes países. Outro Governo terá, a partir de janeiro, a missão de governar e manter o equilíbrio institucional com vistas a assegurar as conquistas do presente e oferecer aos brasileiros um futuro cada vez mais promissor.

# Índice

Brasil 2016-2018 .....	6	Eixo O Brasil e o Mundo .....	136
O Brasil 2018 é bem diferente do Brasil 2016. O País foi reformado nas suas estruturas. Ganhou gestão moderna e quebrou barreiras burocráticas que dificultavam a vida do cidadão. O Brasil 2018 é mais forte, mais otimista e aprendeu a crescer com consistência.		A agenda internacional do Brasil entrou em sintonia com a urgência por mais crescimento e geração de emprego e renda. Os investidores estrangeiros renovaram a confiança no País e várias empresas estrangeiras participam de parcerias brasileiras.	
Eixo Social e Cidadania .....	8	Eixo Segurança e Defesa Nacional.....	162
Em 2017, pela primeira vez desde que foi criado, o programa Bolsa Família zerou a fila de acesso. A reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Curricular, demandas de mais de 20 anos dos educadores brasileiros, foram atendidas. A liberação do FGTS contribuiu para o crescimento do PIB.		A criação do Ministério da Segurança Pública se soma a outras ações do Governo Federal no enfrentamento ao crime organizado e à violência. O mais simbólico destaque nessa área é a intervenção federal no Rio de Janeiro.	
Eixo Econômico.....	62	Eixo Ações Regionais .....	174
O Brasil saiu da pior crise da sua história e, em pouco mais de dois anos, está pronto para retomar o crescimento e garantir dignidade e progresso aos seus filhos.		Desde a posse, em 2016, o Governo Federal olha para todo o País e cuida de cada região em função das características e necessidades de cada uma delas. Milhares de famílias receberam seus títulos de propriedades rurais.	
Eixo Infraestrutura.....	96	O Tamanho do Governo .....	246
O Brasil, de 2016 a 2018 , voltou a atrair investimentos. Isso é resultado de ações que recolocam o Brasil no caminho da eficiência, como o Programa de Parcerias de Investimentos e o Programa Avançar.		Em 2017, o Governo Federal concluiu uma reforma administrativa que extinguiu mais de 4 mil cargos e funções e garantiu uma economia anual superior a R\$ 200 milhões.	

# Brasil 2016-2018

*Os números do período são incontestáveis: as duas maiores safras da história, os dois maiores superávits comerciais, a recuperação de todas as empresas estatais, o recorde na concessão de títulos de propriedades – agrárias e urbanas –, a demarcação das maiores áreas de conservação ambiental de nossa história.*

O Brasil é hoje um país completamente diferente de dois anos e seis meses atrás. Foi reformado nas suas estruturas, refeito nas relações trabalhistas, reerguido no foco inovador do ensino médio, ganhou gestão moderna e compartilhou base de dados e informações entre entes e agentes de governo que antes não conversavam. Quebrou barreiras burocráticas para facilitar a vida do cidadão e mudou sua atuação econômica, impondo dinâmica acentuada na produção de óleo e gás, na recuperação das empresas estatais, mudando conceitos de administração pública responsável, com equilíbrio e controle aprimorado entre despesas e gastos.

O atual Governo recebeu o país em maio de 2016 com a maior recessão de nossa história recente. Contas em desequilíbrio, inflação fora de controle, desarticulação política, falta de interlocução com amplas representações da sociedade, instabilidade institucional. A crise era gravíssima.

O Governo minimizou as sequelas dos males que afligiram a nação. Colocou o Brasil nos trilhos e abriu caminho para as reformas estruturais. A aprovação da reforma da Previdência, matéria que está pronta para ser votada na Câmara dos Deputados, ainda é o grande desafio posto ao futuro do país.

A inflação está controlada. Os juros estão em níveis dos mais baixos da história. Foram criados instrumentos para garantir o ajuste fiscal. A Emenda Constitucional 95, que estabelece limites aos gastos públicos sem engessar investimentos em Saúde, Educação e Segurança, impõe mais responsabilidade a quem mexe com o dinheiro dos brasileiros.

Os empregos estão voltando a níveis positivos depois de anulados os efeitos da recessão provocada pela gestão anterior.

No campo social, os programas de inclusão foram modernizados e atendem melhor os brasileiros mais necessitados. Os valores do programa Bolsa Família, depois de anos, tiveram dois reajustes e o cadastro foi melhorado para excluir quem recebia indevidamente, focando somente nas faixas realmente mais carentes da população.

Milhares de unidades do Minha Casa, Minha Vida foram contratadas e entregues aos beneficiários do programa. A reforma do Ensino Médio está aí para garantir a preparação dos nossos jovens para um mercado de trabalho cada vez mais exigente. A população do Nordeste viu o avanço das obras de revitalização e

transposição do Rio São Francisco, obra que, com a conclusão do eixo leste, leva água para Pernambuco e Paraíba. Nos próximos meses será concluído o eixo norte, que levará água para Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. As obras estavam paralisadas e foram investidos dois bilhões de reais para concluí-las.

Dentro de poucos dias, o país terá um novo Presidente da República. Depois de eleições livres e transparentes, não há quem negue que nossa democracia está consolidada e forte.

Neste balanço de atividades, costumamos olhar para trás, mostrar acertos, reafirmar a missão cumprida. Os números do período são incontestáveis: as duas maiores safras da história, os dois maiores superávits comerciais, a recuperação de todas as empresas estatais, o recorde na concessão de títulos de propriedades – agrárias e urbanas –, a demarcação das maiores áreas de conservação ambiental de nossa história.

Temos um novo Brasil, mais forte, mais otimista. Não há espaço para retroceder. As mudanças precisam continuar. O Brasil aprendeu a crescer com consistência. Vencemos a crise. Avançamos.



# Eixo Social e Cidadania

O Governo demonstrou cabalmente que a Educação é prioridade absoluta para a execução dos seus programas sociais. O maior exemplo disso foi a aprovação da Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil e ensino fundamental.

A proposta, basicamente, define os direitos de aprendizagem para todos os brasileiros, ajuda a reduzir as desigualdades educacionais e ainda contribui para aumentar a eficiência dos sistemas de educação do País. As discussões começaram em 2015, mas foi finalmente implantada pelo atual Governo. O Novo Ensino Médio e a Base eram demandas de mais de 20 anos dos educadores brasileiros, e finalmente viraram realidade, iniciando um ciclo de mudanças para nossas crianças e jovens.

A reforma do ensino médio parte da ideia simples de flexibilização do currículo, com o objetivo de permitir ao aluno escolher a área de seu maior interesse para aprofundamento de estudos ou uma área de ensino técnico profissional, e a ampliação da carga horária regular. É uma reforma que será implantada gradualmente até 2022, de forma a permitir que todos os estados sejam atendidos plenamente.

O Governo não poupou recursos para que as novas bases da educação sejam bem sucedidas. Por meio de um acordo com o

Banco Mundial, serão disponibilizados 250 milhões de dólares para a implantação da Base, dos quais 221 milhões para o novo Ensino Médio e 29 milhões para a assistência técnica destinada à implantação.

Para garantir vagas no Ensino Superior, o Governo modificou o Fundo de Financiamento Estudantil, com oferta de 310 mil vagas em 2018, das quais 100 mil a juro zero, para estudantes com renda mensal per capita de até três salários mínimos. O principal objetivo do programa é fomentar e ampliar o acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior, com financiamento estudantil para estudantes de cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas. Entre 2010 e 2017, foram financiados 2.419.748 de estudantes. No ano de 2016, foram 203.392 financiamentos concedidos e, em 2017, 166.680. (\*) No 1º semestre de 2018 foram concedidos 44.568 financiamentos (\*Dados de financiamento parciais devido ao não encerramento do exercício de 2018).

Estes avanços na área social, e com medidas em benefício da população, têm um bom exemplo na área do Bolsa Família. De maio de 2016 a setembro de 2018, o Ministério do Desenvolvimento Social cancelou cerca de 7,5 milhões de benefícios do programa Bolsa Família, e inscreveu outros

6,5 milhões. Desde agosto de 2017, pela primeira vez na história do programa, a fila de acesso ao benefício está zerada. O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo. Paga todos os meses mais de R\$ 2,4 bilhões a 13,8 milhões de famílias, em média. Como se não bastasse, o Governo concedeu dois reajustes no valor do benefício.

Uma ação conjunta dos ministérios do Desenvolvimento Social, do Trabalho, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e da Ciência e Tecnologia lançou o Programa Progredir, que, em parceria com a iniciativa privada, incentiva a profissionalização e a oferta de empregos aos beneficiários da Bolsa Família. No começo de outubro, pelo menos 200 mil pessoas tinham conseguido emprego graças ao Progredir. E quem se beneficia pede para deixar o programa.

Na área de saúde, um programa de renovação da frota do SAMU entregou 1.320 ambulâncias nos 26 estados e no Distrito Federal. Os brasileiros também estão morando melhor. Investimentos de R\$ 135,3 bilhões em todo o território nacional garantiram a contratação de mais de 1 milhão de unidades habitacionais no período entre maio de 2016 e julho de 2018.

E o Cartão Reforma, programa do Ministério das Cidades em parceria com a Caixa,

garante financiamentos para melhorias em residências de brasileiros de baixa renda. Os financiamentos variam entre R\$ 2 mil e R\$ 9 mil. Quase R\$ 800 milhões foram investidos.

Meio ambiente conservado e água boa chegando em casa também garantem melhores condições de vida à população. O governo cuidou disso também.

As obras de revitalização e transposição do São Francisco, que estavam paradas, foram retomadas. Em agosto de 2018, começou a funcionar a última estação de bombeamento do Eixo Norte do projeto, que leva água por gravidade, através de canais e reservatórios, ao Ceará, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte para atender 7 milhões de pessoas em 223 cidades.

O meio ambiente também mereceu atenção especial do Governo Federal. O Brasil ganhou unidades de conservação marinha com área equivalente aos territórios de Minas Gerais e Espírito Santo juntos. Por decreto, parte dos arquipélagos de Trindade e Martim Vaz, no Espírito Santo, e São Pedro e São Paulo, em Pernambuco, foi transformada em duas Áreas de Proteção Ambiental (APA) e dois Monumentos Naturais (Mona), que ocupam área de 92 milhões de hectares.

Com essa providência, a porção de águas marinhas protegidas no Brasil passa de 1,5% a 25%.



## Avanços sociais

O novo modelo do Ensino Médio e a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aproximam, ainda mais, a escola da realidade dos estudantes, frente às novas demandas profissionais. Em 2017, pela primeira vez na história do Bolsa Família, a fila de acesso ao programa foi zerada. A titulação de terras rurais ganhou um novo ritmo, com a entrega da maior quantidade de títulos definitivos e provisórios em 15 anos. Na saúde, destaque para a entrega de 1.320 ambulâncias para a renovação da frota do SAMU em 866 municípios em 26 de estados e do DF, com significativa renovação da frota. O Programa Minha Casa, Minha Vida contratou 1,076 milhão de unidades habitacionais, com investimento de R\$ 135,3 bilhões em todo o território nacional, no período de maio de 2016 a julho de 2018.





# Assistência à Infância

**Ampliação da licença-maternidade a servidoras públicas adotantes** – Em dezembro de 2016 foi aprovado parecer da Advocacia-Geral da União que garante às servidoras públicas adotantes o mesmo período de licença-maternidade concedido às gestantes: 120 dias, prorrogáveis por mais 60.

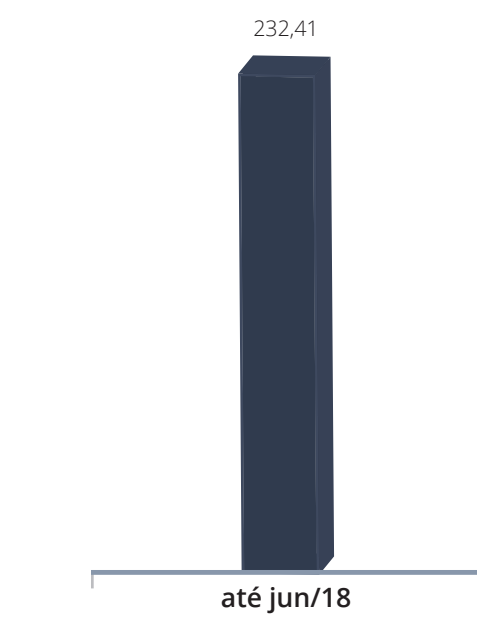
**Criança Feliz** – No total, 2.741 municípios já aderiram ao programa. Até 28 de setembro de 2018, 327.483 crianças e 57.332 gestantes já foram visitadas, totalizando 384.815 pessoas. O Criança Feliz tem 12.431 visitantes capacitados e 2.736 supervisores. O programa é implementado em colaboração com todos os níveis de Governo e visa ampliar a rede de atenção e o cuidado integral com a primeira infância. O público prioritário são crianças e gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família e crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

– **Equipagem de Conselhos Tutelares**  
– A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), priorizou entre suas ações um programa multidimensional de fortalecimento dos Conselhos Tutelares (CT), por meio do qual doa, diretamente aos municípios, um conjunto de equipamentos essenciais

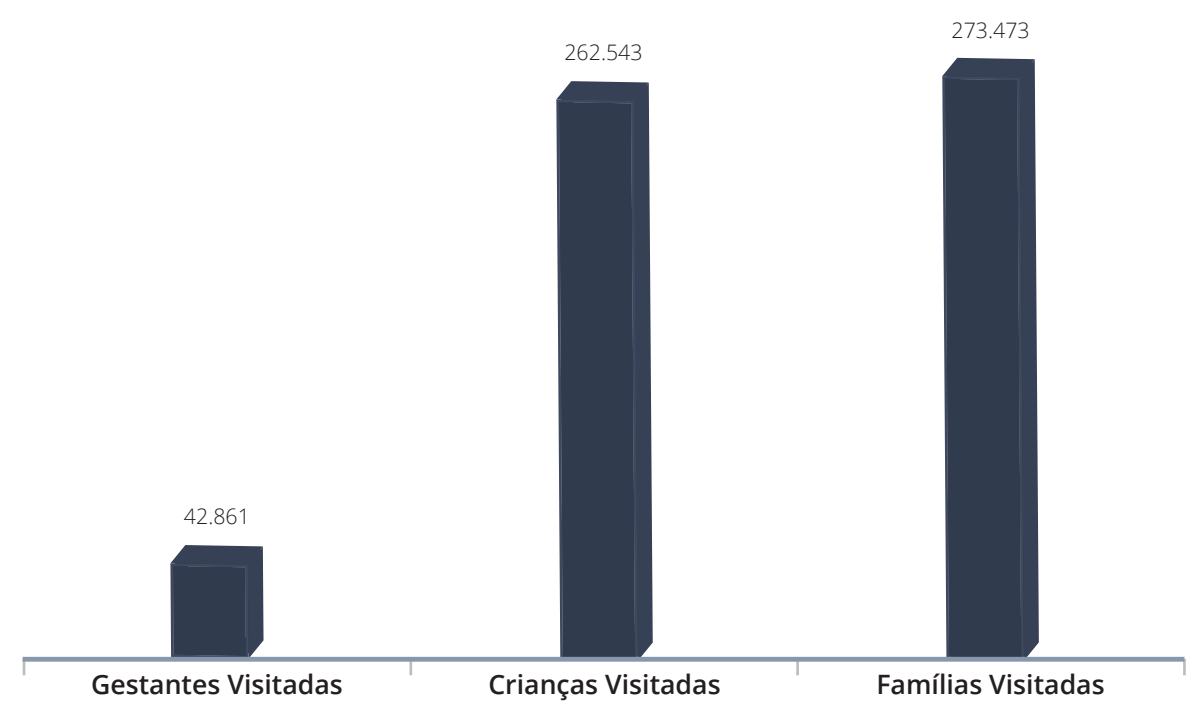
ao pleno funcionamento dessa entidade. Um automóvel, cinco computadores, uma impressora multifuncional, um refrigerador e um bebedouro estão entre os equipamentos.

O valor de cada conjunto é de R\$ 110 mil. Até setembro de 2018, foram destinados R\$ 56,7 milhões, referentes a emendas parlamentares, e mais R\$ 16,9 milhões em recursos da União. Foram contemplados 104 municípios, sendo 99 da lista MDH e 5 municípios indicados por emendas parlamentares. Outros 588 conjuntos de equipagem serão entregues até o fim de 2018.

Criança Feliz – Valores repassados (R\$ milhões)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social



até jun/18



## Educação

*O novo Ensino Médio é outra reforma importante feita pelo Governo. Trata-se de uma mudança estrutural no atual sistema e instrumento fundamental para a melhoria da educação no país, colocando os alunos no centro da definição dos objetivos curriculares. Uma nova Base Nacional Comum Curricular aproxima ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permite que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho.*

**Aumento do orçamento para a educação** – O orçamento do Ministério da Educação em 2017 foi superior em R\$ 4,4 bilhões ao que foi executado em 2016, conferindo um aumento de 6,5%. Esse incremento no orçamento beneficiou programas e ações da educação básica e superior, alimentação escolar e valorização de professores. Para 2018, o orçamento do MEC aumentou em quase R\$ 1 bilhão em relação a 2017.

**Mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)** – O ENEM passou por mudanças que reforçaram a segurança do candidato e do resultado do exame, sendo avaliado, em 2017, como o mais seguro dos últimos anos. Outras mudanças importantes são a aplicação em dois domingos seguidos e o fato de o exame deixar de certificar o ensino médio.

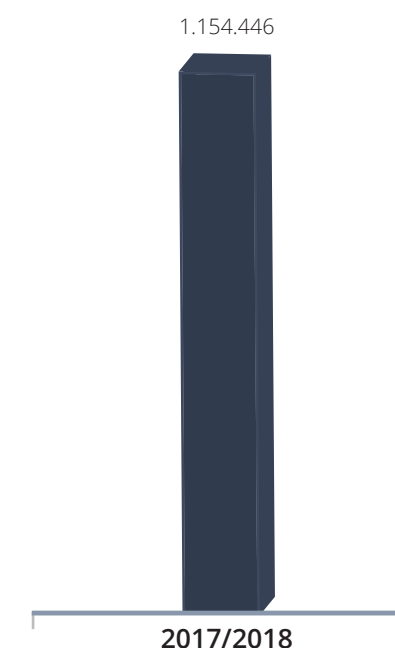
## FIES com Recursos dos Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento

– A partir da MP nº 785/2017, convertida na Lei nº 13.530, de 2017, foi criado o Programa de Financiamento Estudantil (P-FIES) com recursos dos Fundos Constitucionais e Fundos de Desenvolvimento, dentre outros. O orçamento dos Fundos Regionais para o P-FIES em 2018 foi, aproximadamente,

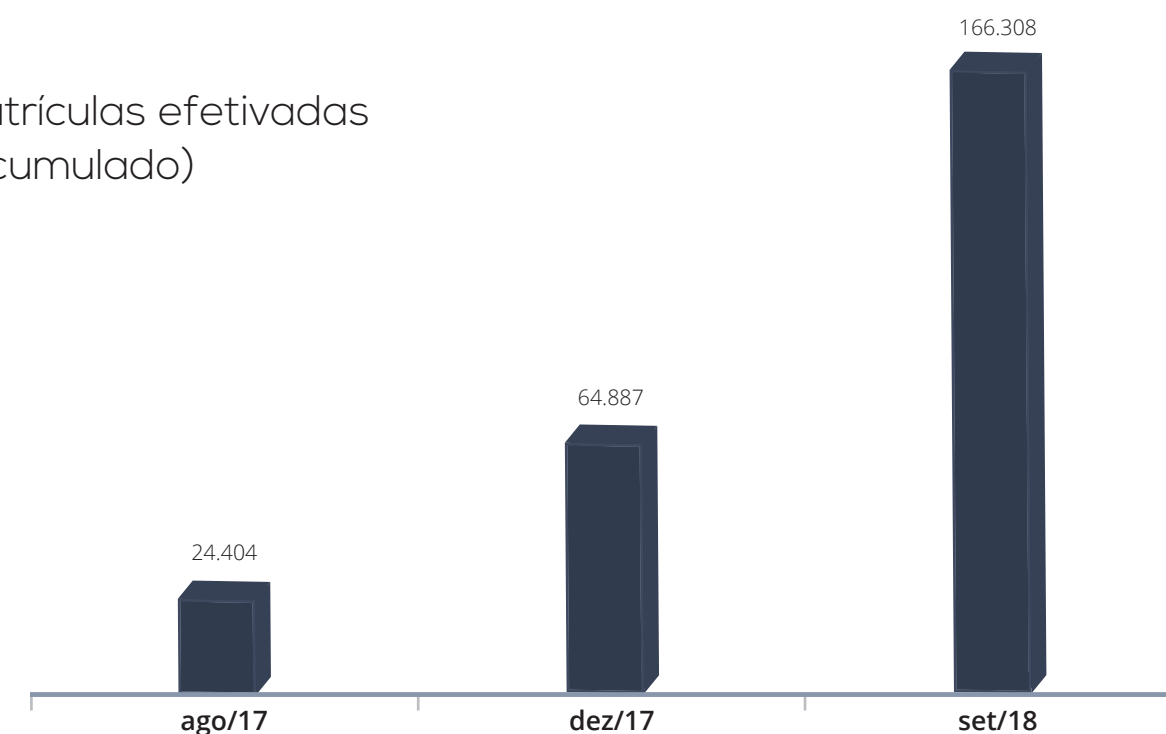
de R\$ 1,3 bilhão, garantindo a abertura de 260 mil vagas para o Programa.

– **Mediotec** – Desde 2016, já foram investidos mais de R\$ 700 milhões no Mediotec, beneficiando um total de 85 mil estudantes. Implementado em 2016, constitui-se em ação para ofertar cursos de educação profissional técnica de nível médio aos alu-

Alunos  
participantes



Matrículas efetivadas  
(acumulado)





nos matriculados nas redes públicas estaduais e distrital de educação, concomitantemente com o ensino médio regular. As vagas são gratuitas e custeadas pelo Ministério da Educação, por meio da Bolsa Formação do Pronatec. Entre seus objetivos está o de garantir que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja apto a se inserir no mundo do trabalho e renda.

#### – Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

– A Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil e ensino fundamental foi aprovada na Resolução nº 2, de 2017, do Conselho Nacional de Educação (CNE), e pela Portaria nº 1.570 de 2017, do Ministério da Educação (MEC). Para o Ensino Médio, o projeto encontra-se em tramitação no CNE. Trata-se de proposta que define os direitos de aprendizagem para todos os brasileiros. O MEC argumenta que a nova política deve ajudar a reduzir as desigualdades educacionais, além de aumentar a eficiência dos sistemas de educação no País. A elaboração partiu da Secretaria de Educação Básica e do CNE. A BNCC começou em 2015 com uma primeira versão, avançando em 2016 e 2017 com sua fase III, sendo agora objeto de análise em 2018. No período de consultas públicas foram recebidas mais de 15 milhões de contribuições.

**Novo ensino médio** – A reforma do ensino médio foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em fevereiro de 2017. A proposta estabeleceu a base legal para novas regras no ensino médio, incluindo

mudanças como flexibilização do currículo, com o objetivo de permitir ao aluno escolher a área de seu maior interesse para aprofundamento de estudos ou uma área de ensino técnico profissional, e ampliação da carga horária regular. De forma a apoiar os estados e o Distrito Federal na implementação do Novo Ensino Médio, foi instituído, por meio da Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio. O prazo para a execução das ações vai até o final de 2022. A meta é atender as 27 Secretarias Estaduais de Educação, todos os professores e estudantes das escolas de ensino médio das redes públicas de ensino estaduais e distrital. O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio é interligado ao Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial. O Acordo é dividido em dois componentes, sendo o Componente 1 – Implantação do Novo Ensino Médio (US\$ 221 milhões) e o Componente 2 – Assistência Técnica para a Implementação da Reforma do Ensino Médio (US\$ 29 milhões), totalizando US\$ 250 milhões. O Acordo de Empréstimo foi assinado em 24/05/2018, sendo o encerramento em 31/12/2023.

**Comunicação Pública** – A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é estratégica para a integração cultural do país. Leva informação, educação e cultura a toda sociedade brasileira, em todas as regiões do País. Os resultados de suas plataformas demonstram sua efetividade. A NBR cobre a agenda da Presidência da República e tem seu conteúdo reproduzido nos telejornais e boletins de notícias das 5 maiores TVs co-

merciais do País. A TV Brasil, desde 2016, cresceu 64% em audiência e passou de 27ª para a 10ª emissora mais vista do País. Via Web, a EBC disponibiliza, gratuitamente, conteúdos jornalísticos por meio da Agência Brasil, da Radioagência Nacional e da Rede Nacional de Rádio. Sites de notícias, jornais impressos e rádios espalhados por todas regiões reproduzem os conteúdos e aproveitam 100% do material publicado. As Rádios Nacional e MEC têm alcance em todo o território brasileiro e atuam como um importante instrumento de integração nacional. A EBC é referência na sistematização de custos na Administração Federal, recebendo o prêmio Chico Ribeiro em 2017. Obteve em 2018 a melhor pontuação no IG-SEST, entre as empresas dependentes do Tesouro. Reduziu R\$ 33 milhões em gastos com pessoal (deve reduzir ainda mais no próximo ano) e projeta alcançar redução de R\$ 70 milhões com implantação de medidas de gestão. Aumentou em mais de 300% os gastos com investimentos em 2017, comparando-se com 2016, com movimento inverso nos gastos com custeio, mantendo esses novos patamares em 2018. Em 2019, contará com orçamento de R\$ 614 milhões. Desse valor, prevê-se receita própria e vinculada da ordem de R\$ 340 milhões. A EBC é hoje uma empresa viável sob o ponto de vista orçamentário, financeiro e contábil, com possíveis aprimoramentos para os próximos anos.

**Novo FIES** – O Novo FIES, Fundo de Financiamento Estudantil, foi sancionado pelo Presidente da República em 7 de dezembro de 2017, com oferta de 310 mil vagas em 2018, das quais

100 mil a juro zero, para estudantes com renda mensal per capita de até três salários mínimos. O principal objetivo do programa é fomentar e ampliar o acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior, com financiamento estudantil para estudantes de cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas. O público-alvo e beneficiários do programa são jovens que participaram do ENEM, a partir de 2010, obedecendo a critérios estabelecidos na legislação vigente: para o FIES e P-FIES, renda familiar bruta de até 3 (três) salários mínimos, e de 3 (três) a 5 (cinco) salários mínimos (renda familiar mensal bruta) para concorrer exclusivamente para o P-Fies. Entre 2010 e 2017, foram financiados 2.419.748 estudantes. No ano de 2016, foram 203.392 financiamentos concedidos e, em 2017, 166.680. (\*) No 1º semestre de 2018 foram concedidos 44.568 financiamentos. (\*Dados parciais de financiamento devido ao não encerramento do exercício de 2018.)

#### **Política Nacional de Alfabetização para reverter estagnação na aprendizagem**

– A Política Nacional de Alfabetização é um conjunto de iniciativas que envolvem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a formação de professores, o protagonismo das redes e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A Política deu origem ao Programa Mais Alfabetização, que tem o objetivo de atender, em 2018 e em 2019, o total de 4,6 milhões de estudantes. Iniciada em abril de 2018, a Política terá um investimento total, nos dois ciclos (2018 e 2019), de R\$ 523 milhões. Em 2018, foram

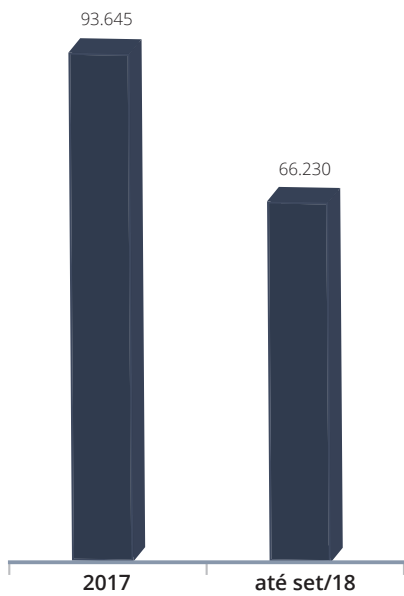
liberados R\$ 178 milhões para escolas dos estados e dos municípios participantes do Programa. Quarenta e nove mil escolas aderiram ao Programa e, até setembro de 2018, 3,1 milhões de estudantes foram cadastrados no sistema de monitoramento e orientação pedagógica do Programa. Para 2019, há a previsão de repasse de R\$ 265 milhões para as escolas participantes. Além dessas ações, há a oferta de materiais de alfabetização nas plataformas do MEC que ficam disponíveis aos professores e gestores escolares.

**Política de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**

- O Programa de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral, criado pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, tem como finalida-

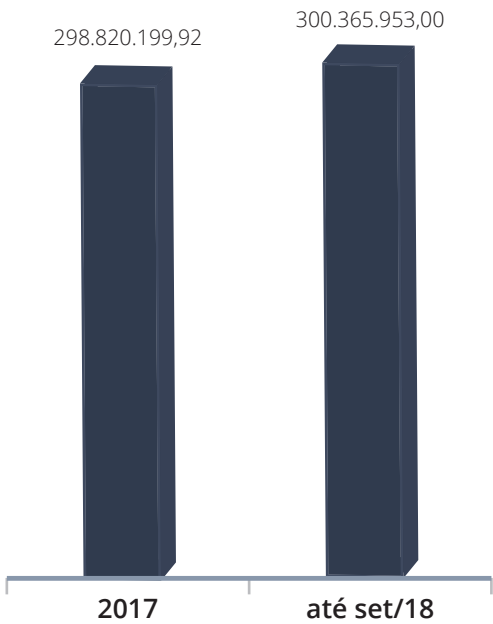
de apoiar os estados na implementação do Ensino Médio em Tempo Integral por meio do repasse financeiro de R\$ 2 mil por estudante matriculado nesta modalidade. A ampliação da oferta de educação em tempo integral está em linha com a Meta 6 do PNE. O Programa teve início em 2016 e não há prazo para seu término, sendo previsto o repasse financeiro pelo período de 10 anos para as SEEs participantes. Para a adesão de 508 escolas em 2016, foram empenhados R\$ 230 milhões e, para a adesão de 373 escolas em 2017, R\$ 475,3 milhões, totalizando R\$ 705,3 milhões investidos. Ao todo, já aderiram ao programa 881 escolas, beneficiando 279 mil estudantes. Para nova adesão de escolas em 2018, a previsão de investimento é de mais R\$ 447 milhões.

Matrículas efetivadas



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

Repasse total (R\$)



**Novo Mais Educação** – O programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, é uma estratégia do Ministério da Educação com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. No biênio 2017/2018, o programa teve o acompanhamento pedagógico das duas disciplinas, além do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou 15 horas semanais, no turno e contraturno escolar. Em 2018 houve a adesão de 32.955 escolas. Foram empenhados cerca de R\$ 73,4 milhões, de um total de R\$ 122,3 milhões, em recursos da primeira parcela para atender 3.592 escolas. O total de alunos atendidos pelo programa em 2018 chegou a 53.329.

**Programa Mais Alfabetização** – Programa iniciado em março de 2018, tem como objetivo fortalecer e alicerçar as unidades escolares no processo de alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática, dos estudantes no 1º e no 2º ano do ensino fundamental. Abrange 4.629 municípios em 27 unidades federativas. Os beneficiários são estudantes de 1º e 2º anos do ensino fundamental, por meio das Secretarias e escolas estaduais, municipais e distrital de educação. Já foram repassados R\$ 178.368.972,00, considerando a primeira e segunda parcelas. A adesão foi de 49.040 escolas. Dessas, 4.316 são escolas vulneráveis, ou seja, escolas em que mais de 50% dos estudantes participantes do SAEB-ANA obtiveram

resultados em níveis insuficientes nas três áreas da referida avaliação (leitura, escrita e matemática) e que apresentarem Índice de Nível Socioeconômico muito baixo, baixo, médio baixo e médio, segundo a classificação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Atualmente, há 3.162.787 estudantes cadastrados no sistema de monitoramento e orientação pedagógica. A implantação do Programa se dá por meio de apoio técnico (assistente de alfabetização junto ao professor em sala de aula); apoio financeiro; Sistema de Monitoramento e Orientação Pedagógica e avaliações diagnósticas do processo de alfabetização e ações de formação; desenvolvimento profissional e curso de formação EAD autoinstrucional.

**Reajuste da merenda escolar** – Após sete anos sem alteração, a merenda escolar para estados e municípios foi reajustada em 2017. O Programa atende 41 milhões de estudantes em todo o País. Em 2017, o orçamento foi de R\$ 4,15 bilhões, sendo R\$ 1,24 bilhão destinado à aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.

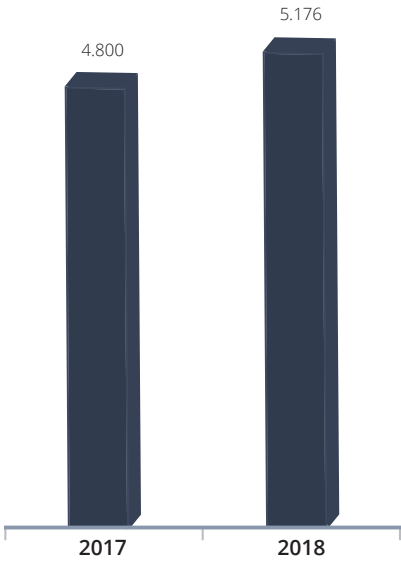
**Inovação Educação Conectada** – O programa de Inovação Educação Conectada, instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, visa interligar esforços entre órgãos e entidades da União, estados, Distrito Federal, municípios, escolas, setor empresarial e sociedade civil para assegurar as condições necessárias à inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica, de uso cotidiano,



nas escolas públicas de educação básica. O programa tem como objetivos definir diretrizes para o uso pedagógico da tecnologia nas escolas; fomentar a formação para o uso pedagógico da tecnologia; promover melhores oportunidades para os estudantes por meio de uma educação inovadora e conectada com as novas tecnologias; fomentar a produção e disseminação de recursos educacionais digitais; apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso e reúso de recursos educacionais digitais abertos. Os investimentos consistem em: apoio financeiro às escolas para Conectividade Satelital (R\$ 60 milhões); apoio para Conectividade Terrestre (R\$ 50,8 milhões);

apoio para formação de articuladores (R\$ 1,4 milhão) e apoio para a compra de equipamentos de centros de mídias (R\$ 25 milhões).

Municípios aderidos



# Cultura

**Ampliação de espaços culturais** – Em 2018, o Governo Federal autorizou o repasse de R\$ 20,16 milhões, por meio de emendas parlamentares, para os municípios construírem, reformarem e adquirirem equipamentos para 86 espaços culturais, entre bibliotecas, teatros e cinemas. Foram beneficiados 81 municípios de todas as regiões do Brasil, com equipamentos culturais modernos e de alta qualidade. Desse total, 36 contratos já foram assinados, no montante de R\$ 11,4 milhões. Em 2017 foram repassados R\$ 31,7 milhões com essa finalidade, valor 18% acima do que em 2016. Entre janeiro e setembro de 2018, 30 novos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) foram criados, com investimento aproximado de R\$ 60,6 milhões. Os CEUs são espaços de fomento à formação cultural em regiões de alta vulnerabilidade. Atualmente, o país dispõe de um total de 331 operações ativas, em 310 municípios de 27 estados, com 179 CEUs inaugurados.

**Criação do Prêmio Monteiro Lobato** – O Ministério da Cultura e o governo português criaram um prêmio paralelo ao Prêmio Camões de Literatura, destinado exclusivamente a escritores e ilustradores que publiquem obras voltadas ao público infanto-juvenil. A comissão julgadora será composta por representantes do Brasil, de Portugal e de países africanos de língua portuguesa. A premiação vai consagrar um escritor e um ilustrador de

livros de língua portuguesa para a infância e a juventude. A divulgação do prêmio foi feita durante a X Reunião de Ministros da Cultura da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Salvador (BA), em maio de 2017.

**Governo restaura sítios históricos da Bahia** – Em fevereiro de 2018 foram entregues, em Salvador (BA), duas obras históricas restauradas: a Igreja do Passo e a Casa do Carnaval. A Igreja do Passo foi reaberta depois de quase 20 anos – período em que piorou. O Governo aplicou R\$ 11,3 milhões para restauração. A Casa do Carnaval foi construída a partir da restauração do antigo edifício do 18º Batalhão da Polícia Militar da Bahia, com recursos de cerca de R\$ 10 milhões.

**Habilitação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição e associações** – Em janeiro de 2018, o Ministério da Cultura habilitou o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) e sete associações para garantir que os músicos tenham remuneração justa pela reprodução de suas obras.

**Inauguração do modelo de gestão por organização social na Cinemateca** – Em março de 2018, foi inaugurado o novo modelo de gestão na Cinemateca, por meio de termo de contrato com a Associação Comunicativa Roquette Pinto (Acerp), ligada ao Ministério da Educação. A partir do contrato, a Acerp passará a



executar atividades atualmente sob a competência da Cinemateca Brasileira. Esses novos modelos de gestão, que não são 100% estatais, são capazes de conferir mais sustentabilidade e qualidade aos serviços oferecidos.

**Lançamento do Circuito Diálogos #CulturaGeraFuturo** – Realizados todos os eventos previstos, abrangendo mais de 5 mil pessoas e obtendo um nível de satisfação entre os participantes de 92%.

**Lançamento do primeiro manual de exportação de bens e serviços do setor cultural** – Guia lançado em março de 2018, foi elaborado em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O material visa impulsionar negócios brasileiros no mercado global em meio ao cenário de crescente produção cultural nacional, aliado a acordos internacionais e ferramentas de acesso a mercados.



# Obras em Cidades Históricas

**Restauração da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro** – Valor investido: R\$ 10.410.434,90.

**Restauração do Casarão da Casa de Cultura – Centro Cultural Cazuza – Vassouras (RJ)** – Valor investido: R\$ 138.839,00.

**Requalificação da Praça Largo Feirinha da Mandioca – Cuiabá (MT)** – Valor investido: R\$ 132.268,91.

**Restauração do Sobrado da Rua Portugal – Museu de Artes Visuais – São Luís (MA)** – Valor total investido: R\$ 812.131,86 (R\$ 79.971,53 do PAC e R\$ 732.160,33 do FNC).

**Restauração do Palácio Cristo Rei – Reitoria da UFMA – São Luís (MA)** – Valor investido: R\$ 2.078.499,83.

**Restauração da Igreja do Corpo Santo – Salvador (BA)** – Valor investido: R\$ 3.541.800,00 (Codeba).

**Requalificação das Praças do Centro Histórico – Natal (RN)** – Valor investido: R\$ 1.039.961,51.

**Restauração do Palácio Gustavo Capanema – Centro Lúcio Costa – Rio de Janeiro (RJ)** – Valor investido: R\$ 23.490.053,71.

**Restauração do Casarão – Museu da Imagem e do Som – Cuiabá (MT)** – Valor investido: R\$ 731.970,00.

**Restauração da Basílica do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos – Congonhas (MG)** – Valor investido: R\$ 2.265.379,00.

**Restauração da Catedral Basílica – Salvador (BA)** – Valor investido: R\$ 17.391.434,03.

**Requalificação urbanística do Largo de São Gonçalo – Penedo (AL)** – Valor investido: R\$ 10.677.340,63.

**Restauração do Chalet dos Loureiros – Implantação do Centro de Referência do São Francisco – Penedo (AL)** – Valor investido: R\$ 2.683.400,05.

**Restauração de Casarão na Ladeira da Barroquinha – implantação da Sede da Fundação Gregório de Matos – Salvador (BA)** – Valor investido: R\$ 3.842.466,17.

**Restauração do antigo Hotel Castro Alves – ampliação do Centro Cultural da Barroquinha – Salvador (BA)** – Valor investido: R\$ 807.104,73.

**Restauração de edificações do Conjunto da Rua da Conceição da Praia – Salvador (BA)** – Valor investido: R\$ 10.643.848,20.

**Restauração da Igreja do Amparo – Santo Amaro (BA)** – Valor investido: R\$ 79.199,09.

**Restauração do Arquivo Público – Santo Amaro (BA)** – Valor investido: R\$ 245.412,33.





**Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia – Santo Amaro (BA)** – Valor investido: R\$ 1.185.661,10.

**Restauração da Igreja de São Lourenço – Itaparica (BA)** – Valor investido: R\$ 1.513.616,25.

**Restauração da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento – Itaparica (BA)** – Valor investido: R\$ 502.231,65.

**Requalificação urbanística da Praça Tenreiro Aranha – Manaus (AM)** – Valor investido: R\$ 730.508,78.

**Pampulha e Cais do Valongo tornam-se Patrimônio Mundial pela Unesco** – O País logrou a inscrição do Conjunto Arquitetônico da Pampulha (MG) e do Cais do Valongo e da Imperatriz (RJ) na Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em junho de 2016 e julho de 2017, respectivamente.

**Regulamentação da Lei Rouanet** – A nova Instrução Normativa nº 1, de 21 de março de 2017, regulamentou a Lei Rouanet com o objetivo de diminuir a burocracia e a concentração de autores dos projetos, de região e de beneficiários. A Lei é o principal instrumento de fomento à cultura no País. A Instrução Normativa nº 4, publicada no DOU de 1º de dezembro, do mesmo ano, estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de

resultados de projetos culturais do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Em janeiro de 2018, foi feito um balanço dos impactos causados pela nova legislação:

Reversão da tendência de queda na captação de recursos para projetos culturais. Em 2017, R\$ 1,156 bilhão foram garantidos por meio do benefício fiscal com a Lei Rouanet, valor superior aos R\$ 1,149 bilhão em 2016.

Alcance de recordes históricos em 2017, quando, pela primeira, todos os projetos apresentados foram processados dentro do ano fiscal. Só em dezembro, o Ministério da Cultura analisou 1.800 projetos, permitindo a captação de R\$ 600 milhões, o maior volume mensal histórico, que representa 52% do total captado no ano. Registrado também aumento de 20% no número de projetos aprovados de 2016 para 2017 – de 4.517 para 5.434. Mais projetos foram contemplados, cumprindo a política de desconcentração e democratização do acesso, com impacto direto na eficiência do mecanismo.

Novas empresas se tornaram patrocinadoras: a Uber, por exemplo, contribuiu, pela primeira vez, com R\$ 5,1 milhões, compensando a queda no índice de investimento das empresas públicas, que já chegou a 38% e caiu para 7,5%.



# Defesa do Consumidor

**Cooperação internacional** – Atuação internacional da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) de maio de 2016 a dezembro de 2017:

Elaboração de proposta de Código de Proteção e Defesa do Consumidor do Mercosul.

Harmonização sobre procedimento de alerta e retirada de produtos e serviços considerados potencialmente nocivos ou perigosos no Mercosul.

Assinatura de memorando de entendimento sobre cooperação na área de proteção do consumidor entre a Secretaria Nacional do Consumidor e a Administração Estatal para Indústria e Comércio da República Popular da China.

Consumidor Turista: articulação, junto ao Ministério das Relações Exteriores, da proposta brasileira de Convenção sobre Cooperação e Acesso à Justiça para Turistas Internacionais na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (HCCH).

**Rede Consumo Seguro e Saúde (RCSS)** – Ferramenta a serviço dos consumidores e autoridades da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a troca de experiências, difusão de informações e educação sobre segurança dos produtos e seu impacto na saúde.

Realizações a partir de maio de 2016:

- Lançamento da 2ª edição do Guia Prático do Fornecedor.
- Criação de dez Redes Estaduais de Consumo Seguro e Saúde.
- Entrega do curso inédito de Consumo Seguro e Saúde para a Escola Nacional de Defesa do Consumidor, que o realizou para mais de mil estudantes de todo o País.
- Publicação da 3ª edição da Revista Consumo e Saúde, em parceria com a Ouvidoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- Publicação inédita do Boletim de Recall de Veículos, em conjunto com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), do Ministério das Cidades.



## Emprego

**Carteira de Trabalho Digital** – Lançada em novembro de 2017, é uma versão eletrônica e digitalizada da carteira de trabalho impressa que pode ser consultada por meio de um aplicativo para celulares e tablets. Até 24 de setembro de 2018 foram realizados 297 mil downloads do aplicativo. Inicialmente, estão disponíveis os dados do trabalhador, com foto e todos os contratos já assinados na carteira física para consulta. Nesse primeiro momento, a Carteira Digital ainda não substitui o documento físico. A substituição depende da implantação completa do e-Social, cuja previsão para finalização é junho de 2019.

**Edital oferta R\$ 25 milhões a Redes de Cooperação Solidária** – O Ministério do Trabalho lançou, em maio de 2017, edital para chamada pública de Redes de Cooperação Solidária. Os termos de fomento foram assinados ao fim daquele ano, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 25 milhões. O objetivo é fortalecer as redes, constituídas por empreendimentos econômicos que conectam cadeias produtivas, em nível nacional. As redes solidárias oferecem apoio logístico e de cooperação econômica para ajudar a articular projetos de negócios envolvendo várias etapas de produção, todas de pequeno porte. Com esse suporte, cooperativas e associações se interligam, articulam grupos e podem se estender por vários estados.

**Programa Seguro-Emprego** – O Programa Seguro-Emprego (PSE) sucedeu o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), em junho de 2017. Tem o objetivo de minimizar o desemprego, permitindo que as empresas em dificuldades financeiras reduzam, em até 30%, a jornada de trabalho dos seus empregados, com diminuição proporcional de salários. O Governo Federal complementa 50% do valor reduzido da renda desses trabalhadores, até o teto de 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego. Até dezembro de 2017, foram liberados R\$ 186,8 mil para atender 68.887 trabalhadores, segundo o Ministério do Trabalho. O programa tem previsão de encerramento em dezembro de 2018.

**Sine Fácil** – Desenvolvido a partir de uma parceria entre o Ministério do Trabalho e a Dataprev, o Sine Fácil é um aplicativo que permite ao trabalhador encontrar de forma rápida e prática vagas de emprego disponibilizadas na rede Sine de todo o Brasil, de qualquer smartphone ou tablet conectado à internet. Também é possível, pelo aplicativo, se candidatar às vagas, agendar entrevistas com empregadores e acompanhar a situação do benefício do Seguro-Desemprego. Em 2018, foram realizados 458 mil encaminhamentos e 18.209 mil colocações através do aplicativo.



## Esporte

**Autoridade de Governança do Legado Olímpico** – Criada em 2017, tem como competência viabilizar a adequação, a manutenção e a utilização das instalações esportivas olímpicas e paralímpicas.

**Bolsa Atleta** – O Bolsa Atleta é o maior programa de patrocínio individual e direto de atletas no mundo. O Programa garante condições mínimas para que os atletas brasileiros se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas. Em 2018, 5.863 atletas de modalidades olímpicas e paralímpicas são apoiados, o que representa um investimento de R\$ 79,7 milhões no ano. Em maio de 2018, nos Jogos Sul-Americanos de Cochabamba, 234 dos 316 atletas da delegação nacional (74%) eram bolsistas. Do total de 235 atletas que ganharam medalhas, 76% recebem o Bolsa Atleta.

**Bolsa Pódio** – O Programa Bolsa Pódio, criado em 2011, patrocina atletas brasileiros com chances de disputar medalhas em Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Neste ciclo (2017 a 2019) de preparação de atletas para os Jogos de Tóquio 2020, o Ministério do Esporte apoiou, em 2017, 303 atletas (140 olímpicos e 163 paralímpicos), com investimento de R\$ 38,8 milhões. De maio a setembro de 2018, publicadas duas listas, foram contemplados 270 atletas, 127 olímpicos e 143 paralímpicos. O investimento anual é de R\$ 34,8 milhões.

**Brincando com o Esporte** – O Brincando com o Esporte tem como objetivo garantir ocupação saudável para crianças e adolescentes durante o período das férias escolares. O projeto estimula os valores sociais e culturais, oferecendo condições pedagógicas adequadas à prática esportiva. Em 2016, por meio de Comunicado, foram firmados 89 convênios e contemplados 34,1 mil estudantes. Em agosto de 2018, 26 entidades classificadas foram convocadas para a formalização de parcerias com vistas à implementação de 54 núcleos, totalizando 21,6 mil beneficiários e 648.000 atendimentos. O investimento para a ação é de R\$ 5.715.475,00.

**Centros de Iniciação ao Esporte (CIE)** – O Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) é o maior projeto de legado de infraestrutura esportiva dos Jogos Rio 2016. Cada unidade pode oferecer até 13 modalidades olímpicas e uma não olímpica (futsal). Construídos em áreas de vulnerabilidade social, dez CIEs já foram inaugurados. A primeira unidade foi inaugurada em Franco da Rocha (SP), em junho de 2016. De maio a setembro, foram entregues quatro CIEs em áreas de vulnerabilidade social. O Programa conta com 134 contratos ativos, sendo que o valor total de repasse do Ministério do Esporte soma R\$ 478,6 milhões. Dos projetos, 27 fazem parte do Programa Agora, é Avançar. Até dezembro serão entregues unidades em Cruzeiro do Sul-AC, Itapetininga-SP, Teresina-PI, Itapevi-SP, Canoas-RS e Santa Bárbara do Oeste-SP.



**Lei de Incentivo ao Esporte** – A Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006) permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos. As empresas podem investir até 1% desse valor, e as pessoas físicas, até 6% do imposto devido. De 2007 a 2017, R\$ 2 bilhões foram destinados a projetos esportivos. Apenas em 2017, R\$ 241 milhões foram captados, beneficiando 1,2 milhão de pessoas diretamente. De maio a setembro de 2018, os projetos esportivos captaram R\$ 20.732.366,24. No acumulado do ano, são R\$ 42.608.213,36. Em agosto de 2018, foi publicada a Portaria nº 269, que trouxe novos procedimentos para agilizar a aprovação das propostas apresentadas e, conseqüentemente, a captação dos recursos junto aos incentivadores.

#### **Programa Esporte e Lazer da Cidade**

– **PELC** – O PELC tem como objetivo a implantação de núcleos de esporte recreativo e lazer em regiões urbanas, rurais, comunidades e povos tradicionais e povos indígenas. São desenvolvidas atividades de lazer, esporte, culturais, artísticas e intelectuais. De maio a setembro de 2018 foram continuadas 58 parcerias, nas cinco regiões do Brasil, atendendo cerca de 176.300 pessoas, em 443 núcleos. Investimento de R\$ 87.986.355,17. Em agosto de 2018, 24 entidades proponentes classificadas foram convocadas para formalização de parcerias para implementação de aproximadamente 50 núcleos,

beneficiando 15 mil pessoas, com 180 mil atendimentos mensais. O investimento previsto é de R\$ 12.308.000,00.

**Programa Luta Pela Cidadania** – O Luta Pela Cidadania, desenvolvido em parceria com entidades federais, estaduais, municipais e distrital, dá acesso a pessoas a partir de 6 anos de idade às práticas corporais de lutas e artes marciais para a disseminação dos princípios e valores que fundamentam estas práticas, reconhecendo as particularidades inerentes a cada uma delas, as quais agregam aspectos filosóficos e disciplinares que colaboram na formação humana e cidadã. De maio a setembro de 2018 foram continuadas sete parcerias, distribuídas em 44 núcleos, com atendimento a 8.700 beneficiados. Investimento: R\$ 8.661.332,71.

**Programa Segundo Tempo** – O Segundo Tempo propicia o acesso à prática e à cultura do esporte para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social e, preferencialmente, matriculados na rede pública de ensino, segmentado entre crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, alunos de instituições de ensino e pessoas com deficiência. De maio a setembro de 2018, foram continuadas 57 parcerias do Programa, totalizando 311 núcleos que beneficiam 39.400 crianças, adolescentes e jovens. Investimento de R\$ 23.312.899,42 nas parcerias vigentes.



**Programa Vida Saudável** – Implementação de núcleos de esporte recreativo e lazer, dando oportunidade aos idosos para a prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer. De maio a setembro de 2018, foram continuadas 13 parcerias, com atendimento de cerca de 14 mil idosos, em 70 núcleos. Investimento de R\$ 9.022.176,08.

**Programa Seleções do Futuro** – Visa a democratizar a prática do futebol de base e contribuir para a melhoria da capacidade física e habilidade motora de crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 17 anos. Cada núcleo é composto de 200 crianças e adolescentes e as atividades são desenvolvidas no contraturno escolar. Atualmente, estão sendo beneficiados cerca de 9 mil crianças e adolescentes de todas as regiões do País, que realizam treinamentos com frequência mínima de duas vezes na semana. Para o período 2018/2019 foram habilitadas 443 propostas.

**Projeto Esporte e Cidadania** – O Esporte e Cidadania tem como objetivo dar acesso ao esporte a jovens e adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas nas Unidades de Internação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e de crianças, adolescentes e jovens em áreas com alto índice de vulnerabilidade social. Na primeira etapa foram implementados 56 núcleos, sendo nove núcleos em unidades de internação e 47 em áreas de vulnerabilidade social. De maio a setembro foi dada continuidade aos 56 núcleos implementados na primeira etapa. Em agosto de 2018, foram iniciadas as atividades dos 100 novos núcleos do projeto, com 10 mil novos beneficiados, totalizando cerca de 160 mil atendimentos mensais. Para os 156 núcleos, o investimento é de R\$ 28.944.020,44.



## Habitação

**Cartão Reforma** – Criado pela Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017, o Programa Cartão Reforma lançou dois processos seletivos no ano de 2017. O primeiro foi voltado aos municípios que decretaram situação de calamidade naquele ano. Os 40 municípios aprovados contaram com recursos de R\$ 37 milhões, somando-se o subsídio destinado aos cartões e o recurso referente à assistência técnica (AT). O segundo processo seletivo alcançou todos os municípios que possuíam limite financeiro definido pelo Ministério das Cidades, considerando-se os componentes de inadequação habitacional. Os recursos aprovados foram da ordem de R\$ 111 milhões.

Em 2018, o processo seletivo permitiu que todos os municípios do País possuíssem

limite financeiro para apresentação de proposta. O processo seletivo dividiu-se em dois turnos e os projetos referentes ao segundo turno encontram-se, atualmente, em análise. Em agosto, foi divulgada a lista final de municípios selecionados no âmbito do primeiro turno. A população dessas cidades contará com recursos da ordem de R\$ 195 milhões.

**Minha Casa, Minha Vida** – O Governo Federal entregou, em pouco mais de 2 anos, 1 milhão e 246 mil unidades do Minha Casa, Minha Vida, um terço desse total a famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil (faixa 1). No período, foram retomadas as obras de outras 66.442 unidades. Além disso, foram contratadas 1 milhão e 76 mil unidades habitacionais – 125.318 destinadas à faixa 1 – com investimento total de R\$ 135 bilhões.



## Juventude

**Identidade Jovem** – A Identidade Jovem, ou simplesmente ID Jovem, é um documento digital ou físico criado para dar direito à meia entrada em cinema, teatro, shows e eventos esportivos, e a duas vagas gratuitas e duas com desconto de 50% em viagens interestaduais em ônibus, trem ou embarcação.

Tais benefícios estão previstos no Estatuto da Juventude para jovens de 15 a 29 anos que pertencerem a famílias com renda familiar de até dois salários mínimos e que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Até setembro de 2018, foram emitidas 1.329.571 Identidades Jovens. O Programa foi regulamentado pelo Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015, e lançado em dezembro de 2016. A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) é a responsável pela administração e execução do programa. Todas as carteiras foram emitidas pelo sítio eletrônico da SNJ Federal ou por meio de aplicativo digital.

**Inova Jovem** – O Projeto Inova Jovem, da Secretaria Nacional de Juventude, é uma iniciativa criada no âmbito do Plano Juventude Viva, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade de jovens sem acesso ao mercado de trabalho, com atividades de educação empreendedora e abertura de novos negócios.

Trata-se de um curso destinado a jovens de 18 a 29 anos, focado na elaboração de um plano de negócios, com posterior processo de incubação e acompanhamento pelo período de três meses após a conclusão das aulas. A previsão é de capacitação de cerca de 2 mil jovens no País até o fim de 2018. Foram investidos cerca de R\$ 4,6 milhões e estima-se que já foram gerados R\$ 5 milhões em renda, desde o início do Projeto.

**Plataforma Juventude Segura** – A Plataforma contribui para a articulação do Governo Federal com os governos estaduais e do Distrito Federal. A Plataforma possibilitou a realização de encontros regionais para debater temas relacionados à juventude. Como resultado desses encontros, em dezembro de 2017 foi lançado o livro “Juventude Segura”.





## Meio Ambiente

*O Brasil é líder mundial em preservação do bioma marinho. O País tem 26% de suas águas jurisdicionais protegidas. Esse índice foi alcançado com a criação das Áreas de Proteção Marinha nos arquipélagos de Trindade e Martin Vaz e São Pedro e São Paulo numa extensão equivalente aos territórios de Minas Gerais e Espírito Santo juntos.*

**Plantadores de Rios** – Lançado em junho de 2017, o Programa Plantadores de Rios visa proteger e recuperar nascentes, cursos-d'água e áreas de preservação permanente (APP). A iniciativa promove a conexão entre proprietários rurais de áreas com nascentes e as pessoas interessadas em apoiar a recuperação. Isso, por meio de um aplicativo de celular, onde é possível cadastrar doadores, prestadores de serviços, fornecedores de insumos e voluntários. Em março de 2018 foi firmado convênio com a Fundação Banco do Brasil (FBB) e com a ONG Instituto Espinhaço para fortalecer o Programa. O aplicativo Plantadores de Rios foi uma das oito iniciativas globais convidadas a participar do fórum “Inovações para Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática”, promovido pela Organização das Nações Unidas durante a 23ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP 23), em Bonn, na Alemanha, em novembro de 2017. A expectativa de recuperação e proteção, por esta iniciativa, é de 1,5 milhão de nascentes declaradas no Cadastro Ambiental Rural.

**Ampliação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC** – Em 2018 foram criadas novas unidades de conservação (UCs), das quais destacam-se as marinhas de Vitória-Trindade e do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Nesse sentido, o País tornou-se um dos líderes globais na proteção do bioma marinho, passando de 1,5% para 26% de suas águas jurisdicionais protegidas. Em relação às UCs terrestres, ressaltam-se a Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi, o Refúgio da Vida Silvestre da Ararinha Azul e a Área de Proteção Ambiental da Ararinha Azul, nos biomas amazônico e da caatinga, com os objetivos principais de apoiar as comunidades tradicionais e proteger as espécies ameaçadas de extinção, como a onça-pintada e a ararinha-azul.

**Contas Econômicas Ambientais da Água** – Lançado em março de 2018, com divulgação no 8º Fórum Mundial da Água. Trata-se de um levantamento pioneiro com indicadores físicos e monetários sobre a oferta e a demanda de água no Brasil. O estudo contabiliza o capital hídrico do País. A publicação será periódica e irá produzir e disseminar informações, para a sociedade, referentes ao balanço entre a disponibilidade quantitativa e qualitativa e a demanda hídrica dos diversos setores da economia brasileira, incluindo as famílias.

**Criação do Refúgio da Vida Silvestre e da Área de Proteção Ambiental da Ararinha-Azul** – Foram criados o Refúgio da Vida Silvestre da Ararinha-Azul e a Área de Proteção Ambiental da Ararinha-Azul, nos municípios de Juazeiro e Curaçá,

no estado da Bahia, com o objetivo de criar um espaço protegido para que, em breve, a ararinha-azul possa voltar à natureza. O Refúgio da Vida Silvestre (unidade de proteção integral, com área aproximada de 29 mil hectares) e a Área de Proteção Ambiental (unidade de uso sustentável, com área aproximada de 90 mil hectares) buscam, em conjunto, conciliar os objetivos de conservação de remanescentes de caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, com o programa de reintrodução da ararinha-azul na natureza.

**APAs Marinhas** – O Brasil tem, hoje, as duas maiores áreas marinhas de proteção ambiental do mundo: um espaço equivalente aos territórios de Minas Gerais e Espírito Santo juntos.

Um decreto do Governo Federal transformou parte dos arquipélagos de Trindade e Martin Vaz, no Espírito Santo, e São Pedro e São Paulo, em Pernambuco, em duas Áreas de Proteção Ambiental (APA) e dois Monumentos Naturais (Mona), que ocupam 92 milhões de hectares.





### **Programa de Conversão de Multas Ambientais**

– Lançado em março de 2018, o primeiro chamamento do Programa de Conversão de Multas Ambientais foi direcionado a projetos de recuperação da bacia do Rio São Francisco, além de ações de adaptação às mudanças climáticas, por meio da convivência sustentável com a semiaridez na bacia do Rio Parnaíba. A seleção abrange projetos em 195 municípios banhados pelo São Francisco, e em 213, pelo Parnaíba. No São Francisco há potencial para aplicação de mais de R\$ 2,5 bilhões em multas a serem convertidas. Há também garantidos R\$ 300 milhões da Petrobras para as dez sub-bacias do São Francisco. O chamamento decorre do Decreto nº 9.179, de 23 de outubro de 2017, que estabelece que autoridade ambiental federal poderá converter a multa simples em serviço de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

### **Quase duas Franças de unidades de conservação**

– Foram criados, em 2018, 938.651 km<sup>2</sup> de unidades de conservação ambiental. É, praticamente, o território de um Mato Grosso e de quase duas Franças.

### **Redução do desmatamento na Amazônia**

– Entre agosto de 2016 e julho de 2017, o desmatamento na Amazônia foi reduzido em 12%. Foi a primeira redução após dois anos de aumento.

### **Reparação do desastre de Mariana (atuação articulada)**

– O Comitê Interfederativo (CIF) foi criado em resposta ao desastre de Mariana e sua função é orientar e validar os atos da Fundação Renova, instituída pelas empresas mineradoras para gerir e executar as medidas de recuperação dos danos. O Comitê, inicialmente composto por 12 membros, teve sua estrutura revisada (8 de agosto de 2018), tendo em vista a homologação judicial na íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta de Governança – TAC-Gov, celebrado entre órgãos e entidades da União, dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e das empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda., Ministério Público e Defensoria Pública. Cabe registrar que a referida revisão proporciona maior participação social, com destaque para a inclusão de três membros nomeados pelas comunidades atingidas e um membro nomeado pela Defensoria Pública. Desta forma, atualmente, o Comitê conta com, aproximadamente, 80 instituições envolvidas na Governança. Ademais, considerando os compromissos firmados após a assinatura do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC, o CIF vem acompanhando o desenvolvimento dos 42 programas socioeconômicos e ambientais, cujo montante inicial está previsto em R\$ 20 bilhões, podendo chegar a R\$ 155 bilhões, a serem executados durante 15 anos.



**8º Fórum Mundial da Água** – Realizado em março de 2018, em Brasília, com participação dos ministérios de Relações Exteriores e do Meio Ambiente, além da Agência Nacional das Águas, o Fórum reuniu e mobilizou mais de 120 mil pessoas em torno do tema. O evento, realizado pela primeira vez no hemisfério Sul, chegou ao final como a maior edição da sua história. O Fórum Mundial da Água, organizado pelo Conselho Mundial da Água, é considerado o principal evento internacional sobre o tema. A edição brasileira trouxe inovações, entre elas, a ampla participação da sociedade.

**Convenção de Ramsar** – No âmbito da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, conhecida como Convenção de Ramsar, 12 localidades brasileiras, de especial representatividade e importância para a conservação da diversidade biológica, foram incluídas na Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional.

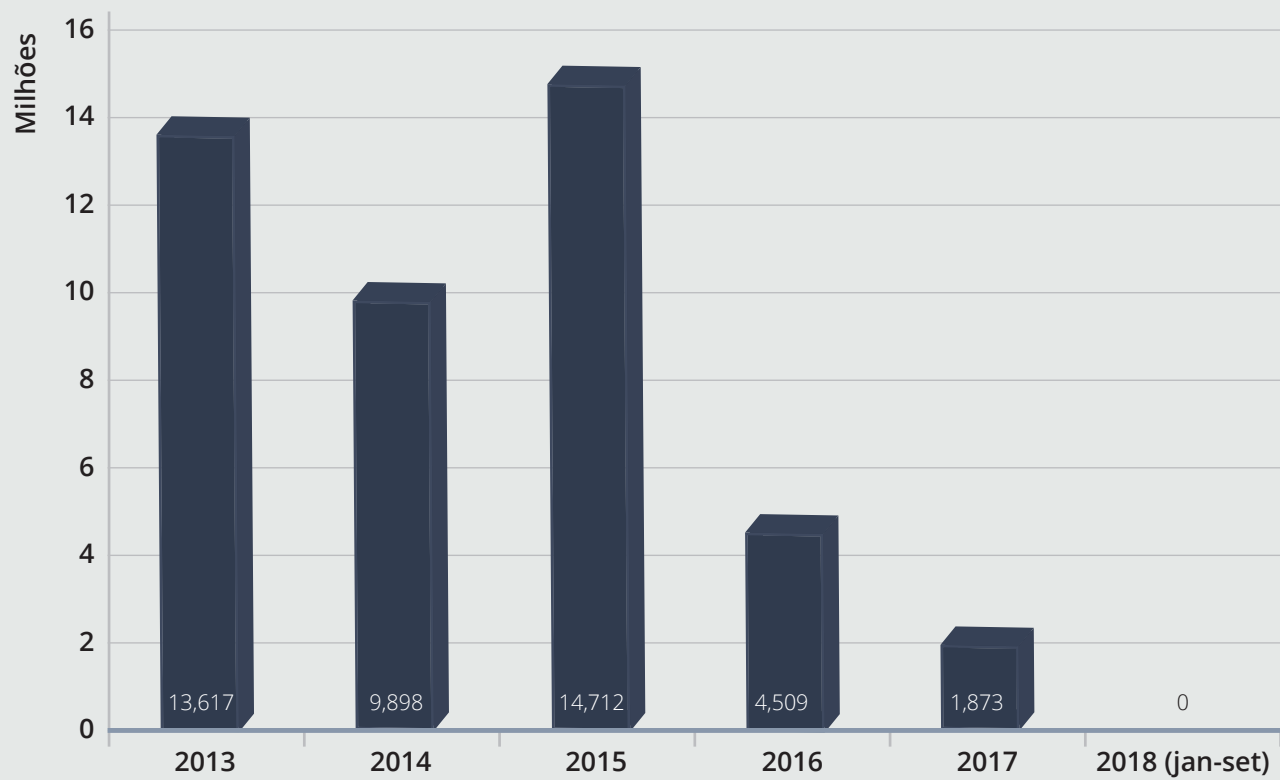


# Políticas Inclusivas

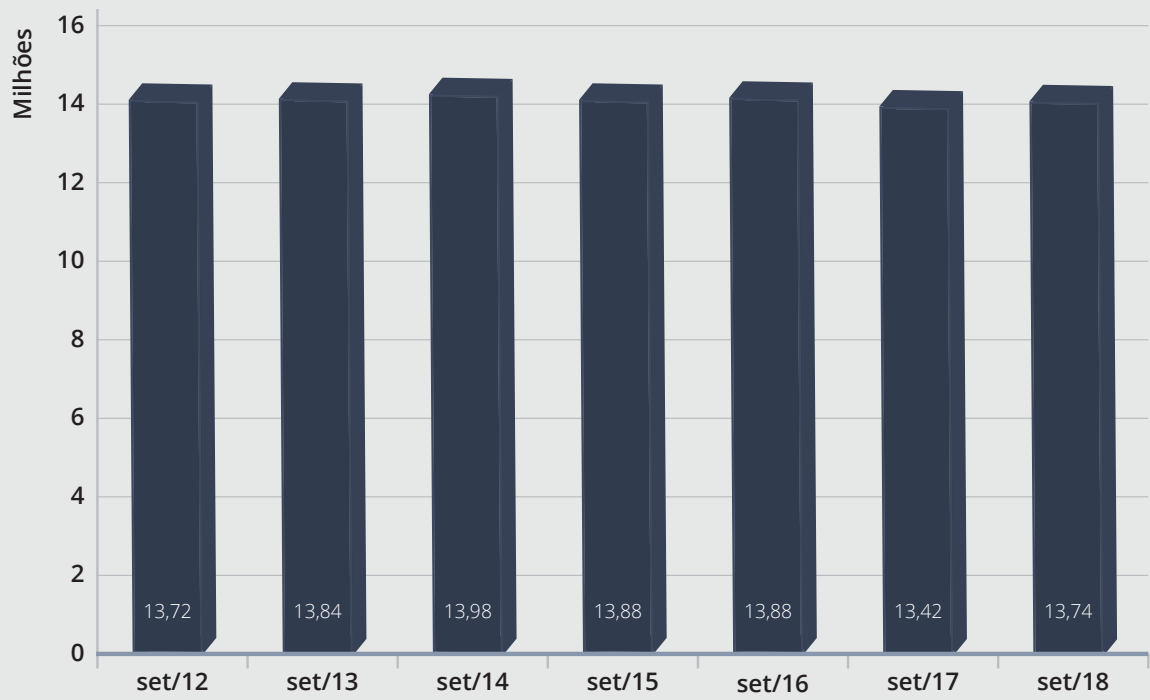
**Bolsa Família sem fila de espera** – De maio de 2016 a setembro de 2018, o Ministério do Desenvolvimento Social cancelou cerca de 7,5 milhões de benefícios do Programa Bolsa Família e inscreveu outros 6,5 milhões. Desde agosto de 2017, pela primeira vez na história do Programa, a fila de acesso ao benefício está zerada. O Bolsa Família é o maior Programa de transferência de renda condicionada do mundo. Paga, todos os meses, mais de R\$ 2,4 bilhões a 13,8 milhões de famílias, em média. Na Educação, garante a matrícula e exige a frequência escolar mínima de 85% para alunos até os 15 anos, e de 75% entre 16 e 17 anos. Na Saúde, famílias com

crianças de até 7 anos têm acompanhamento de peso e altura, além da exigência da carteira de vacinação em dia. Gestantes beneficiárias do Programa também recebem acompanhamento no pré-natal e orientações durante a amamentação. Atualmente, o Programa acompanha, de forma intersetorial com os ministérios da Saúde e da Educação, 14,6 milhões de pessoas na educação e 11 milhões de famílias na saúde. Adicionalmente aos processos rotineiros de averiguação e revisão cadastral que ocorrem, anualmente, desde 2008, em novembro de 2016 o Bolsa Família aumentou a quantidade de bases de dados do Governo Federal para o cruzamento com as informações do Cadastro Único, o que resultou em aprimoramento de focalização do Programa.

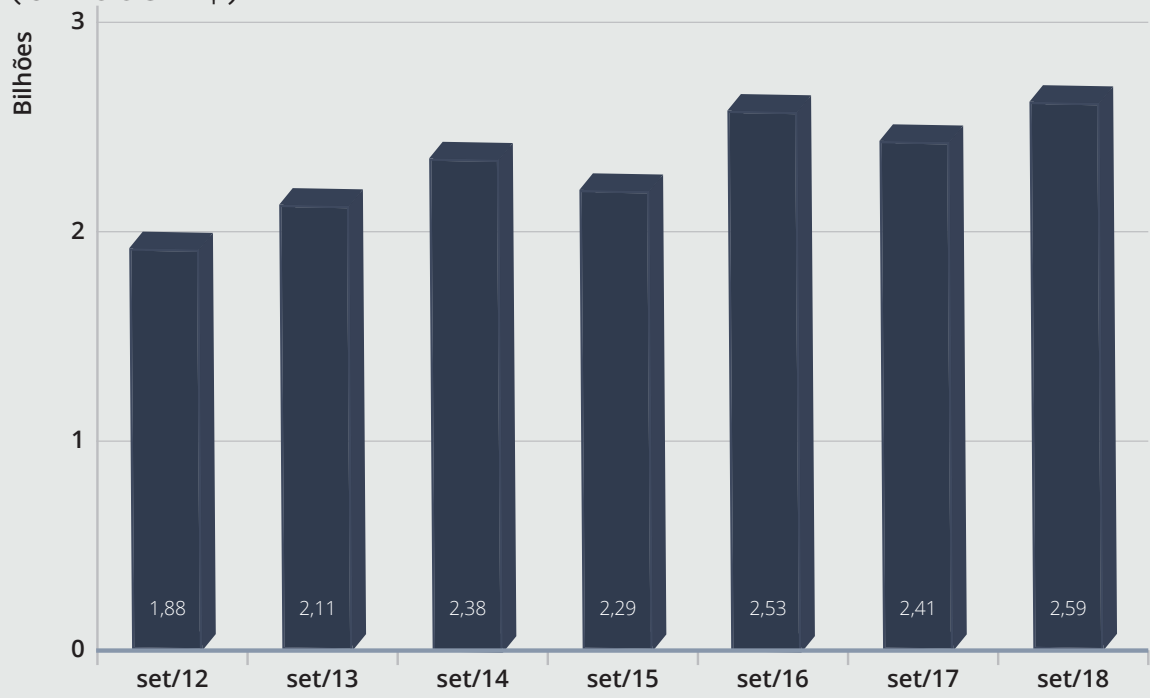
Total de famílias na fila à espera do benefício do Bolsa Família (milhões)



Famílias beneficiárias do Bolsa Família nos meses de setembro (milhões)



Valor pago pelo Bolsa Família nos meses de setembro (bilhões R\$)



**Programa Nacional de Voluntariado – Viva Voluntário** – O Decreto nº 9.149/2017 criou o Programa Nacional de Voluntariado - Viva Voluntário e instituiu o Prêmio Nacional do Voluntariado, uma iniciativa do Governo Federal com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa de Voluntariado das Nações Unidas (UNV), para estimular o voluntariado no Brasil com engajamento dos cidadãos em ações transformadoras da sociedade, com uma conjunção de esforços do governo, da sociedade civil e do setor produtivo. O Programa também visa fortalecer a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 das Nações Unidas, por meio do voluntariado. Em 2018, o Prêmio Viva Voluntário contou com mais de 300 inscritos e 8 premiados em 4 categorias. Para incentivar a participação dos cidadãos, o Programa conta com a Plataforma Digital do Voluntariado [www.vivavoluntario.org](http://www.vivavoluntario.org), espaço onde o voluntário pode conectar-se a seus amigos ou procurar ações que combinem com sua rotina e habilidades. O Programa ainda atua como um vetor da Responsabilidade Social Empresarial, promovendo a cultura do voluntariado corporativo.

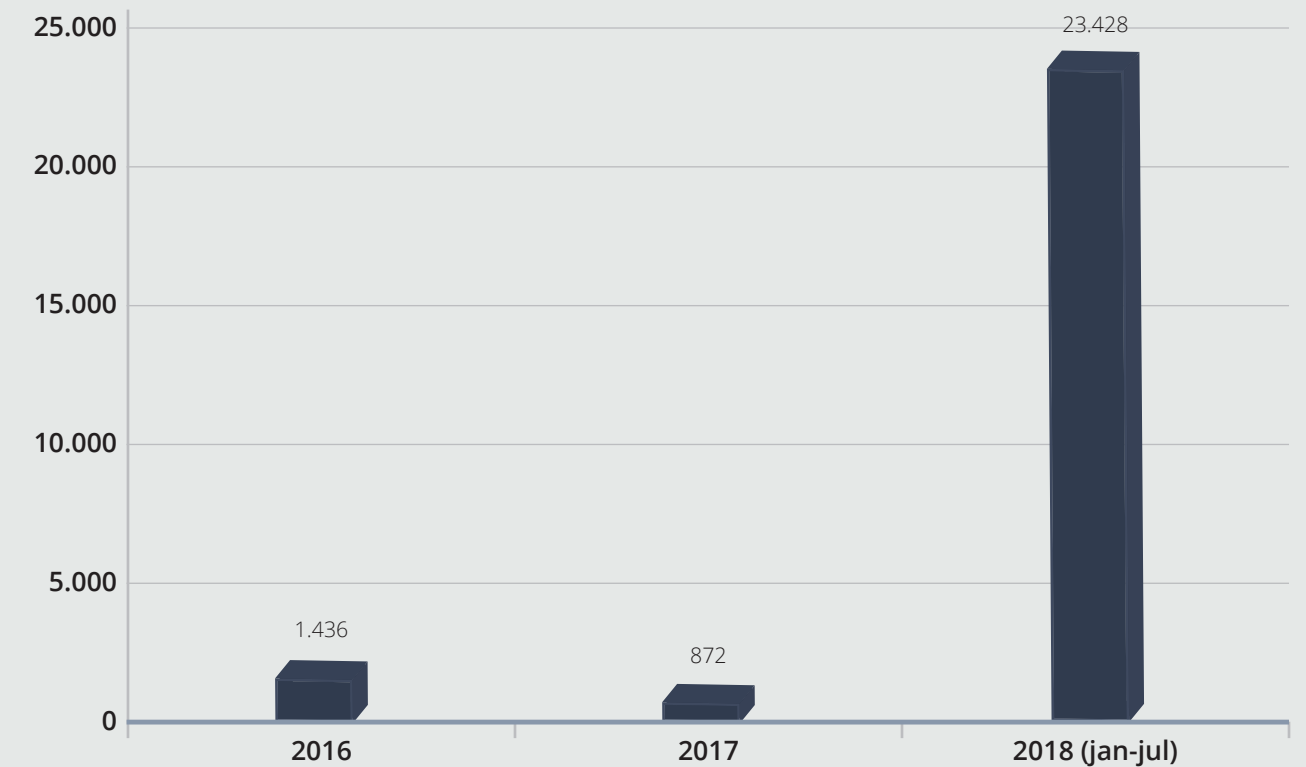
**ProgreDir** – Ações articuladas para a inclusão social e produtiva de famílias do Cadastro Único com renda per capita de até meio salário mínimo. Com eixos de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e empreendedorismo. No Portal, os usuários podem cadastrar, gratuitamente, currículos, intermediar vagas ocupacionais, fazer matrículas em cursos profissionalizantes e obter informações

sobre Microcrédito Produtivo Orientado. Gestores públicos e parceiros privados podem aderir à Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social, compartilhando oportunidades produtivas e de qualificação profissional. O Portal ProgreDir tem 42 mil usuários ativos, disponibiliza 22.371 mil currículos e 1.264 cursos de qualificação, com 1.043.279 vagas presenciais e a distância. A oferta de Microcrédito Produtivo já atingiu R\$ 3,3 bilhões (até maio) para 1.154.367 tomadores do Cadastro Único, sendo 66% do Programa Bolsa Família. Com o Prêmio ProgreDir, cinco municípios receberão recursos para multiplicação de boas práticas de inclusão produtiva, no valor total de R\$ 5 milhões em convênios.

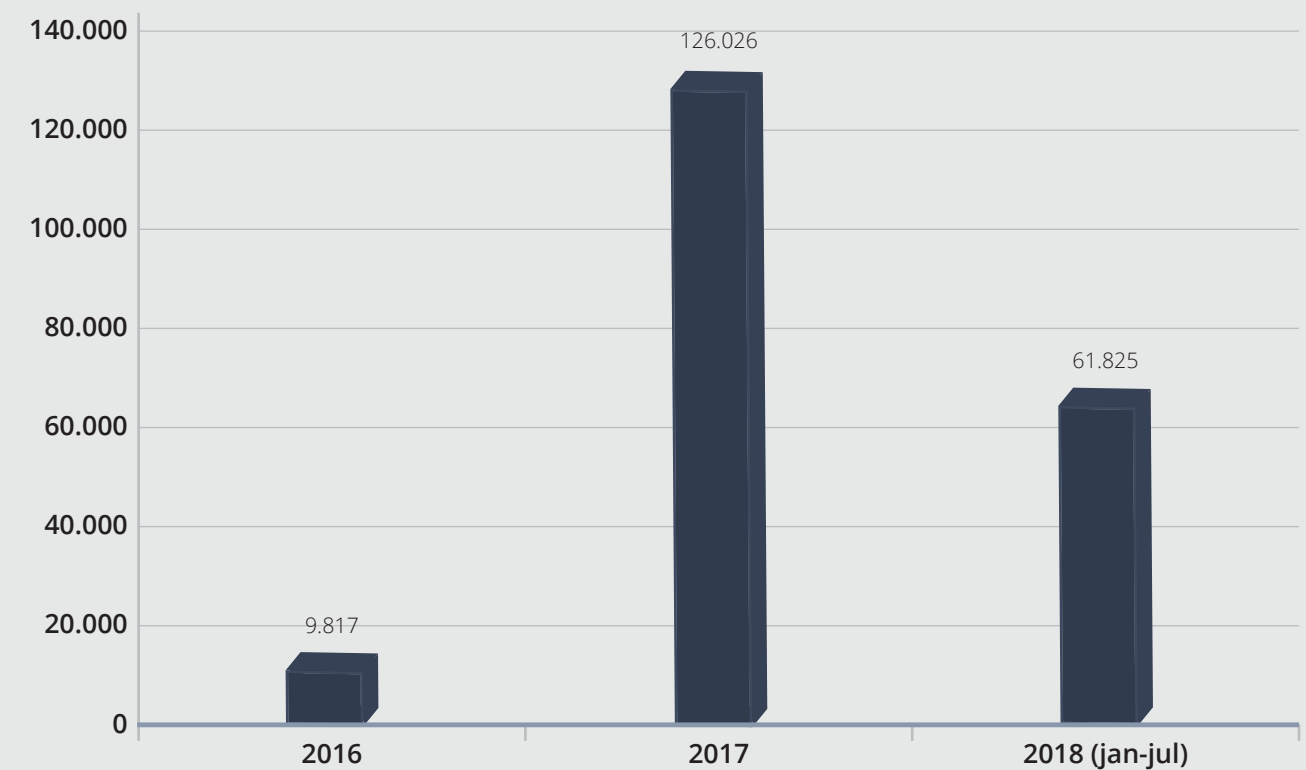
**Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)** – O Decreto nº 9.263, de 10 de janeiro de 2018, ampliou os tetos do Programa, em especial o de financiamento, que passou de R\$ 80 mil para R\$ 140 mil. Já o prazo para pagar a terra passou de 20 para 25 anos. O PNCF oferece condições para que os agricultores familiares que não têm terra ou possuem pouca terra consigam adquirir um imóvel rural por meio de financiamento subsidiado pelo Governo.

**Pronaf adiciona quase um milhão de agricultores em 2018** – O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) celebrou, até o segundo semestre de 2018, cerca de 913,4 mil contratos, no valor de R\$ 15,5 bilhões. O Pronaf financia projetos individuais ou coletivos, com taxas de juros reduzidas, que gerem renda a agricultores familiares assentados da reforma agrária e a povos e a comunidades tradicionais. Financia

Regularização Fundiária –  
Quantidade de Títulos Urbanos



Regularização Fundiária –  
Quantidade de Títulos Rurais



a execução de atividades agropecuárias, compra de equipamentos e contribui para o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo. Atualmente, estão disponíveis as seguintes linhas de crédito: Pronaf Custeio, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Pronaf Cota-Parte e Microcrédito Rural. Cada linha define as condições, formas de pagamento e taxas de juros. Cerca de 3,44 milhões de agricultores estão habilitados ao Pronaf, a maioria concentrada na Bahia, Maranhão, Pernambuco e Ceará.

**Titulação de terras** – O Terra Legal é um Programa criado em 2009 que regulariza áreas de terras públicas federais não destinadas, ocupadas por posseiros dos estados da Amazônia Legal, formada pelo Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, parte dos estados de Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Desenvolvido através de parceria entre estados e municípios, o Programa é coordenado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento (Sead). O objetivo do Programa é levar segurança jurídica aos produtores rurais nas regiões atendidas, reforçando políticas públicas de preservação do meio ambiente, incentivando desenvolvimento social e acesso às demais políticas, contribuindo para a redução de conflitos agrários, grilagem e desmatamento ilegal da Amazônia. O Programa Terra Legal teve avanços em sua execução, em 2018, a partir da entrada

em vigor da Lei nº 13.465 de novembro de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, instituindo mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos para a titulação, além das portarias da Sead publicadas em 2018 que definiram procedimentos, definição de áreas prioritárias para georreferenciamento na Amazônia Legal e procedimentos para adoção pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural. Entre maio e agosto de 2018 foram 842 títulos rurais emitidos em uma área de 136.546,78 hectares, beneficiando principalmente famílias no Amazonas, Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão, que somam 90% das áreas tituladas no ano até aqui. Nas áreas urbanas, no mesmo período, foram emitidos 35 títulos urbanos e cerca de 714,99 hectares regularizados.

**Cota racial em concursos das Forças Armadas** – A Advocacia-Geral da União (AGU) celebrou acordo extrajudicial que assegura a reserva de vagas para negros e pardos em concursos públicos para ingresso nas carreiras das Forças Armadas, conforme previsto na Lei nº 12.990/2014.

**Infraestrutura de assentamentos na Reforma Agrária** – Os investimentos do Governo Federal em obras de infraestrutura básica e produtiva em assentamentos de Reforma Agrária somaram R\$ 457,3 milhões, no período de maio de 2016 a setembro de 2018. São recursos para garantir o desenvolvimento dos assentamentos, com a construção de pontes, implantação de sistemas coletivos de abastecimento de água, implantação

e recuperação de estradas vicinais e construção de agroindústrias. Somente em 2017, ocorreu aumento de 132% em relação ao biênio 2015/16, atingindo R\$ 237,9 milhões ante R\$ 179 milhões. O crédito destinado à instalação das famílias nos assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) somou R\$ 221,37 milhões até setembro. Em 2017, foram R\$ 97,5 milhões, montante superior à soma dos recursos aplicados nos três anos anteriores, de R\$ 89,5 milhões.

**Jornada reduzida para servidores com familiares com deficiência** – Em dezembro de 2016, o Presidente da República sancionou lei que estende a servidores públicos com parentes com deficiência o direito à jornada de trabalho reduzida sem a necessidade de compensação. A nova regra beneficiou 1.251 servidores com a concessão do horário especial em 2017. Em abril do mesmo ano, foi lançada chamada pública com previsão de atendimento de 19.658 Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA), com especial atenção a povos e comunidades tradicionais, observando o atendimento ao percentual mínimo de 50% de mulheres rurais e 25% de jovens.

**Mudança nas Emendas Parlamentares para o SUAS** – Em 2017, foi alterada a regulamentação das transferências voluntárias de recursos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para os municípios, estados e Distrito Federal. O novo desenho permite que os recursos, quando destinados à aquisição de equipamentos ou veículos para utilização

das unidades socioassistenciais, sejam transferidos pela modalidade Fundo a Fundo, reduzindo, com isso, os processos burocráticos, agilizando os trâmites internos e aperfeiçoando o uso dos recursos. Da implantação em 2017 até 20 de setembro de 2018 foram transferidos R\$ 83,4 milhões, sendo R\$ 32,5 milhões de recursos do Orçamento da União 2018, e R\$ 50,9 milhões de restos a pagar do Orçamento 2017.

**Unidades Centro-Dia para crianças com Microcefalia** – Em decorrência da emergência da epidemia do Zika vírus no Brasil e o nascimento de muitas crianças com microcefalia ou deficiências associadas, em 2017 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) expandiu o financiamento para a implantação e funcionamento de unidades Centro-Dia, visando à oferta de serviços de proteção social especial a pessoas com deficiência. A prioridade do atendimento está voltada a crianças de 0 a 6 anos, com microcefalia ou deficiências associadas ao Zika vírus, a fim de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas e suas famílias. Até agosto de 2018, sete unidades foram implantadas em Salvador (BA), Campina Grande (PB), São Luís (MA), Teresina (PI), Arapiraca (AL), Cuiabá (MT) e Campo Grande (MS). Até 2019 estão previstas outras quatro unidades: uma segunda em Salvador (BA), Ribeirão Preto (SP), João Pessoa (PB) e Natal (RN), esta sob gestão estadual. Cada Centro-Dia tem capacidade estimada de atender entre 30 a 150 pessoas por mês.





**Projeto Rondon** – O Projeto Rondon, que completou 50 anos em 2017, continua como uma ação interministerial, coordenada pelo Ministério da Defesa. O objetivo é o desenvolvimento de ações em benefício das comunidades envolvidas. No início de 2018 foi realizada a Operação “Teixeirão”, em oito municípios de Rondônia, com a participação de 146 universitários. Também em julho de 2018 ocorreram as operações Pantanal, em Mato Grosso do Sul, com 252 rondonistas, e a Palmares, em Alagoas, onde participaram 251 rondonistas, atuando em 12 municípios.

**Programa “Forças no Esporte” (Profesp)** – Completando 18 anos em 2018, o Programa Segundo Tempo – Forças no

Esporte (Profesp), desenvolvido pelo Ministério da Defesa em parceria com o do Esporte, do Desenvolvimento Social (MDS) e a Secretaria Nacional da Juventude, objetiva democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional. A prioridade é a promoção do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. Atende, prioritariamente, àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, regularmente matriculados na rede pública de ensino. No Profesp, os alunos participam de práticas esportivas, culturais e de reforço escolar. Com direito a uma refeição e um lanche durante a jornada, o programa atende a 23 mil crianças, em 98

municípios de todos os estados brasileiros. Destaque para a presença de núcleos no interior da Amazônia, atendendo a brasileiros indígenas, inclusive em pelotões de fronteira, e também em Fernando de Noronha e nos pampas gaúchos. O núcleo com maior número de participantes está em Brasília, na Associação de Esporte e Lazer dos Subtenentes e Sargentos do Exército Brasileiro (Asseb), com cerca de mil crianças. Em apoio à intervenção do Governo Federal no Rio de Janeiro, o Profesp expandiu o atendimento a cerca de três mil crianças no estado.

**Programa de Aquisição de Alimentos** – O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado com duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Em 2017, considerados os dados do PAA em todas as suas modalidades, executadas pelo MDS e pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), o Programa executou/empenhou R\$ 362,3 milhões, beneficiando 67.179 agricultores e 13.949 entidades. O orçamento do PAA em 2018 ficou em R\$ 164 milhões, dos quais já foram executados R\$ 152,8 milhões.





**Repasse sociais das Loterias** – De maio de 2017 a agosto de 2018, as Loterias Caixa repassaram cerca de R\$ 8,7 bilhões aos programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde. Para os esportes foram repassados R\$ 1,3 bilhão; para a educação, R\$ 1,5 bilhão; para a cultura, R\$ 512 milhões, para segurança, R\$ 790 milhões, e para seguridade, R\$ 3 bilhões, entre outros.

## Políticas para as Mulheres

**Rede Brasil Mulher** – Lançado em 2018 pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, o Programa Rede Brasil Mulher é uma estratégia para unir forças de instituições.

A expectativa é estimular novas ações e ampliar as existentes, fortalecendo o trabalho em parceria. Um exemplo foi o acordo de cooperação técnica fechado com o sistema CNA/Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), com o objetivo de fortificar as iniciativas voltadas para a formação profissional rural, e a promoção social das mulheres no campo. Os projetos trabalham nos eixos da Saúde, Educação, Enfrentamento à Violência e Autonomia Econômica.

**Estabilidade para adotante em cargo comissionado** – Parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) reconhece que as mulheres ocupantes de cargos comissionados na administração pública também têm direito à mesma estabilidade profissional das empregadas gestantes, do momento da gestação até seis meses após o parto. Vale também para as comissionadas que adotarem crianças.

## Promoção da Igualdade Racial

**Regularização de territórios quilombolas** – As titulações de terras quilombolas beneficiaram 136 famílias que vivem em Ituberá e Nilo Peçanha, na Bahia, na Comunidade do Sítio de Vaca Morta, no município de Diamante (PB) e na Comunidade de Pirangi, município de Capela, em Sergipe. A Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) realizou parceria com o Incra para dar continuidade à titulação de territórios quilombolas.

**Reserva de vagas de estagiários e aprendizes para negros** – O Decreto nº 9.427, de 28 /06/2018, reserva 30% das vagas oferecidas em estágio no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, quando as vagas oferecidas forem três ou mais.

## Políticas sobre Drogas

**Comunidades terapêuticas no combate antidrogas** – A Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (Senad) contrata entidades privadas, sem fins lucrativos, que prestam serviços de acolhimento transitório voluntário a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa. São conhecidas como comunidades terapêuticas. Em 2018, a oferta de vagas de acolhimento subiu e chegou a 4.013, entre janeiro e agosto, cerca de 80% das disponibilidades em todo o ano 2017 e 2016. Diante do término de grande parte dos contratos, em 2018, foi lançado em abril o Edital Senad nº 1 para o credenciamento de novas comunidades terapêuticas, processo que se encontra em fase de habilitação e qualificação das entidades inscritas.



## Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência

**Decreto veda cobrança por cadeira de rodas em viagens** – Publicado em agosto de 2018, o Decreto nº 9.475, que estabelece que a cadeira de rodas, ou outro equipamento de tecnologia assistiva de passageiro com deficiência e com mobilidade reduzida, está livre dos limites de peso e tamanho em viagens rodoviárias interestaduais e internacionais. Portanto, não deve pagar tarifa.

O argumento legal é o de que os equipamentos de mobilidade devem ser entendidos como parte integrante do corpo das pessoas com deficiência, garantindo mobilidade, autonomia e independência.

**Elaboração e disponibilização de curso a distância sobre Língua Brasileira de Sinais (Libras)** – Lançamento do curso de ensino a distância de Libras, criado em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

A turma-piloto foi lançada em 25 de outubro de 2016 e obteve 16.144 inscritos e 15.579 em 2017.



**Governança e monitoramento da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência** – Em 2017, o Governo Federal prestou apoio financeiro para a realização de projetos institucionais selecionados de organizações do movimento das pessoas com deficiência visando a governança e a capacidade de monitoramento da Convenção. Em relação aos projetos apoiados estão o “Encontro de gerações”, que realizou a formação de 200 novas jovens lideranças do movimento das pessoas com deficiência. Outro projeto foi a “Capacitação de gestores das instituições de e para pessoas com deficiência”. A Convenção tem como princípio o fortalecimento da participação das pessoas com deficiência.

**Parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para a criação de livro acessível referencial**

– Elaboradas as diretrizes para o desenvolvimento de materiais didáticos digitais acessíveis, bem como os requisitos necessários às ferramentas de leitura desses livros digitais.

**Plano para melhoria da acessibilidade dos sítios eletrônicos governamentais**

– Em 12 de janeiro, foi editada a portaria interministerial que padronizou o processo de coleta das informações por meio do Formulário Eletrônico, de Acessibilidade Digital (FAD), elaborado pela equipe do governo eletrônico, e estabeleceu a produção de um plano de trabalho para melhoria contínua da acessibilidade digital. Relatório de consolidação dos relatórios circunstanciados de acessibilidade digital, lançado em 6 de outubro de 2017.

## Proteção dos Direitos Humanos

**Operação Acolhida – Pacaraima/RR**

– O Ministério dos Direitos Humanos integra o Comitê Federal de Assistência Emergencial, criado pela Lei nº 13.684, de 2018, para acolhimento aos imigrantes em situação de vulnerabilidade. Por meio desse comitê, foi organizada a Operação Acolhida, com o objetivo de recepcionar e gerenciar o fluxo migratório da Venezuela, na fronteira em Pacaraima (RR). Dados da Polícia Federal indicam que cerca de 57 mil venezuelanos solicitaram refúgio ou residência temporária no Brasil até junho de 2018. O MDH teve como atribuições no posto de triagem da operação:

- prestar informações e orientações sobre políticas, programas, ações, campanhas e serviços de promoção e defesa dos direitos humanos disponíveis nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;
- prestar atendimento a pessoas pertencentes a grupos sociais vulneráveis (crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres, população LGBT), provendo o devido encaminhamento de demandas aos órgãos competentes;
- prestar atendimento a pessoas vítimas ou potenciais vítimas de trabalho análogo à escravidão, de tortura e de tráfico de pessoas, provendo o devido encaminhamento de demandas aos órgãos competentes;



*Operação acolhida*

- receber denúncias e reclamações sobre violações de direitos humanos, encaminhando à Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos para processamento;
- apoiar e supervisionar a operação do posto de triagem, com vistas à garantia dos direitos humanos dos imigrantes atendidos.

**Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH)** – O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), da Secretaria Nacional de Cidadania, do Ministério dos Direitos Humanos, atua no atendimento e acompanhamento de casos de defensores de direitos

humanos em situação de ameaça e de risco. Atualmente, são 665 pessoas, entre casos sob análise e em triagem e 342 defensores no programa. O objetivo é articular medidas protetivas a pessoa que promove e defende direitos humanos. A inclusão no programa se dá mediante alguns requisitos: voluntariedade na inclusão, representar um coletivo e ser reconhecido como representante legítimo desse coletivo e a ameaça sofrida estar ligada às atividades do requerente enquanto defensor de direitos humanos. O orçamento do PPDDH está em torno de R\$ 11,8 milhões. Dentre as diversas áreas de militância, as causas indígenas e direito à terra estão entre o maior número de casos.



# Saúde

**Apoio a hospitais filantrópicos** – As Santas Casas e Hospitais Filantrópicos passam a contar com nova proposta de linha de crédito que destina 5% dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para as entidades. A medida foi anunciada em agosto deste ano e formalizada com assinatura de Medida Provisória pelo Presidente da República. A medida deve fortalecer o setor e permitir a melhoria dos serviços prestados à população. O valor concedido para operações de crédito será estabelecido pelo Conselho Curador do FGTS. Atualmente, o Brasil conta com 3 mil serviços filantrópicos que prestam atendimento para o Sistema Único de Saúde (SUS), entre policlínicas, clínicas especializadas e laboratórios. Destes, 1.627 compõem a rede hospitalar do SUS, sendo responsáveis por 11,5% dos atendimentos ambulatoriais

(2,4 bilhões) e 41,4% das internações hospitalares (11,6 milhões) no SUS. Com isso, representam 53% do total de atendimentos realizados no SUS. E, em 968 municípios, a assistência hospitalar é realizada exclusivamente por essas unidades.

**Apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) ao transporte de órgãos** – Por meio de um Decreto Presidencial de junho de 2016, passou a ser permitida a utilização de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para o transporte de órgãos vitais necessários a cirurgias em todo o território nacional. Os aviões da FAB são acionados somente quando não há voos para o pronto transporte de órgãos. No período de janeiro a setembro de 2018, foram transportados 159 órgãos em mais de 50 voos. Ao todo, desde o início da atividade, foram transportados 601 órgãos sólidos (coração, fígado, pâncreas, rim e pulmão) e tecidos.



## Aumento do orçamento para a saúde

– O orçamento para ações de saúde foi ampliado de 13,5% para 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União. A medida garantiu mais R\$ 10 bilhões para o Sistema Único de Saúde em 2017, subsidiando a manutenção da estrutura de saúde. O percentual que determina o gasto mínimo em ações e serviços públicos de saúde foi ampliado por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, aprovada em 2016 no Congresso Nacional. Pela regra constitucional até então vigente (Emenda Constitucional nº 86), o percentual de 15% da RCL só seria alcançado em 2020. Pela nova regra, já em 2017 atingiram-se os 15% da RCL e o valor mínimo para ser aplicado na saúde passa a ser de R\$ 115,3 bilhões. Para 2018, o orçamento do Ministério da Saúde ultrapassa os R\$ 131 bilhões.

## Reforço de combate ao Aedes aegypti

– O Governo Federal promoveu uma série de medidas para combater o Aedes aegypti. Entre elas, desde 2017, a obrigatoriedade de os municípios informarem a situação da infestação do mosquito para planejamento de ações de combate, sob pena de deixarem de receber recursos; a campanha “Sexta sem mosquito”, com mutirão em órgãos públicos, unidades de saúde, escolas, residências e outros; financiamento do “Projeto Aedes na Mira” para capacitação de servidores municipais em Vigilância em Saúde com enfoque ao controle do Aedes e em entomologia

aplicada à saúde pública. A pasta tem garantido orçamento crescente aos estados e aos municípios. Os recursos para as ações de vigilância em saúde cresceram 83% nos últimos anos, passando de R\$ 924,1 milhões, em 2010, para R\$ 1,7 bilhão, em 2016. Em 2017, o orçamento de vigilância em saúde aos estados foi de R\$ 1,93 bilhão. Em 2018, estão previstos R\$ 1,9 bilhão. Até 13 de setembro de 2018 houve redução em todo o País para casos prováveis de doenças transmitidas pelo mosquito. Os casos de Zika vírus caíram 54% em relação ao período anterior, saindo de 16,1 mil casos para 7,4 mil. Os casos prováveis de febre Chikungunya caíram de 180,2 mil para 75,9 mil, apresentando redução de 57,9%. Os casos de dengue passaram de 212,8 mil casos para 205,2 mil, registrando redução de 4%.

## Apoio técnico para as decisões judiciais sobre saúde

– Firmado acordo com o Conselho Nacional de Justiça para disponibilizar informações técnicas e laudos científicos que apoiem a tomada de decisão dos juízes sobre saúde. Pelo acordo, juízes poderão consultar pareceres médicos e jurisprudências em uma base de dados única. Atualmente, a judicialização da saúde gera impacto superior a R\$ 7 bilhões por ano no SUS. Serão investidos R\$ 3,3 milhões para a construção da base de dados (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS – Proadi/Hospital Sírio-Libanês).

**Combate à febre amarela** – Até setembro, foram notificados 6.525 casos de febre amarela em 838 municípios. Destes casos notificados, 1.261 foram confirmados, 1.301 estão em investigação e 3.963 foram descartados. Foram notificados 892 óbitos relacionados à FA em 140 municípios. Dos casos notificados, 409 foram confirmados, 99 estão em investigação e 387 foram descartados. Com relação às epizootias, que é a ocorrência da doença em uma população animal não *Homo sapiens*, tivemos 7.410 notificações, com 1.903 descartadas, 2.544 indeterminadas, 2.225 em investigação e somente 738 confirmadas. O Ministério da Saúde fornece inseticidas aos estados e municípios. Em 2018 (até 27/09/18) foram distribuídos cerca de 100 mil kg de larvicida, 8 mil kg

de adalcida, 1 mil quilos de praguicida e cerca de 350 mil litros de adalcida espacial. Desde o início de 2017 até o momento, o Ministério da Saúde enviou 53,2 milhões de doses extras da vacina contra febre amarela (em 2017, foram 32,8 milhões, e em 2018, 20,3 milhões) para os cinco estados que registraram casos suspeitos da doença (MG, SP, ES, RJ e BA). Além disso, distribuiu 6 milhões de doses da vacina na rotina para todas as unidades da Federação no ano de 2018 e 11,2 milhões de doses para a rotina de 2017. Outras 852 mil foram enviadas para intensificar as ações em outros estados no ano de 2017. Visando a continuidade das ações, está programada para o ano de 2019 a aquisição de 60 milhões de doses.



**Avanços na Atenção Básica** – A Atenção Básica é a principal porta de entrada para o SUS, onde 80% dos problemas de saúde podem ser resolvidos. O número de Equipes de Saúde da Família foi ampliado e já está presente em 5.482 municípios brasileiros, contando com 43.003 equipes atendendo a mais de 133 milhões de habitantes (64,56% da população). Os Agentes Comunitários de Saúde estão presentes em 5.503 municípios, atendendo 131,5 milhões de pessoas (63,8%). Com relação à saúde bucal, existem 26.623 equipes atendendo em 5.043 municípios e cobrindo uma população de mais de 83 milhões de pessoas. Mais 161 equipes de saúde bucal atuam em Unidades Odontológicas Móveis (UOM) em 161 municípios. Além disso, há 32 Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas em 46 municípios. São atendidos 11 municípios por 11 equipes de UBS Fluvial, 227 equipes de saúde prisional em 173 municípios e 5.371 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) em 4.012 municípios.

**Diretrizes de assistência ao parto normal** – Novas diretrizes para o parto normal foram lançadas em março de 2017. Em março de 2018, o Ministério da Saúde criou o monitoramento on-line de acompanhamento dos partos cesáreas pelo SUS. Além disso, para fortalecer a realização do parto normal, a pasta irá implantar o projeto Parto Cuidadoso em 634 maternidades do País. A iniciativa é inspirada no projeto Parto Adequado, da Agência Nacional de Saúde Suplementar

(ANS), que conseguiu, em três anos, evitar que 10 mil cesarianas fossem realizadas, desnecessariamente, em 35 hospitais. Desde 2015 até 2017, o Ministério da Saúde capacitou 2.774 enfermeiras que trabalham em maternidades, hospitais e centros de parto normal.

**Distribuição de testes de Zika vírus** – O Governo Federal distribuiu 4,2 milhões de testes rápidos de Zika para todo o País desde janeiro de 2017. O teste detecta infecção pelo vírus em algum momento da vida e tem o objetivo de triagem na investigação e na condição imunológica do paciente no momento da consulta médica. Toda a população pode ter acesso ao teste quando o médico suspeitar de infecção. O Governo Federal assinou o contrato de aquisição de mais de 1,5 milhão de testes rápidos para Zika vírus em 18 de janeiro de 2018, e que, em breve, deverão ser disponibilizados aos serviços de saúde.

**Estoque automático de medicamentos** – O novo sistema irá integrar as informações de distribuição, estoque e acesso aos medicamentos do SUS em todo o País. A Base Nacional de Dados da Assistência Farmacêutica permitirá o melhor planejamento da compra, do controle de validade e os remanejamentos. A experiência em quatro estados mostrou que a iniciativa pode evitar desperdícios de até 30% dos fármacos entregues. Cerca de 2,6 mil municípios do País já fornecem dados para a Base Nacional, lançada em outubro de 2017.



### Funasa libera R\$ 853 milhões para pequenas obras de saneamento básico

O Ministério da Saúde destinou R\$ 853,3 milhões do orçamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em 2018 para ações de saneamento básico em áreas urbanas com até 50 mil habitantes, excluindo regiões metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Ride), saneamento estruturante e saneamento rural. Atualmente, são financiados pela Funasa 2.714 projetos. O Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), formulado pela Funasa, com a colaboração de diversos órgãos de governo e representantes da sociedade civil, traz em sua concepção o propósito de universalizar o acesso ao saneamento básico em áreas rurais, por meio do fomento e execução de ações que garantam: equidade, integralidade, intersetorialidade, sustentabilidade dos serviços implantados, participação e controle social.

**Habilitação de UPAs** – Mais de 259 UPAs 24h foram habilitadas ou qualificadas, garantindo o atendimento a mais de 20 milhões de brasileiros. De abril de 2016 até hoje, 1.514 leitos de UTI passaram a atender ao SUS. Outros 2.037 leitos de enfermaria clínica foram incentivados pela Rede de Urgência e Emergência para a população, permitindo atendimento contínuo nos serviços que não possuíam esse tipo de atendimento. Atualmente, existem no país 608 UPAs 24h em funcionamento e 825 em diversos estágios de obras. A

estimativa de acesso da população ao Programa UPA 24h é de 171 milhões de habitantes. Foram investidos mais de R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,9 bilhão em custeio e qualificações no Programa UPA 24h.

### Incorporação do melhor medicamento para o tratamento da aids

– Em 2017, o Ministério da Saúde incorporou ao SUS o “Dolutegravir”, considerado atualmente o melhor medicamento para tratamento da aids. A negociação do fármaco resultou na redução de 82% no preço, um desconto de mais de R\$ 504 milhões para atender a 600 mil pacientes. Com isso, a incorporação não alterou o orçamento do Ministério da Saúde para aquisição de antirretrovirais, que é de R\$ 1,1 bilhão.

### Mais de 50 milhões de doses de vacina contra febre amarela

– O programa de prevenção contra a febre amarela vem sendo estendido para todo o território brasileiro, pelo Ministério da Saúde. Há campanhas para aplicação de forma gradual e conclusão prevista até abril de 2019. O objetivo é antecipar a proteção contra a doença para toda a população, em caso de um aumento na área de circulação do vírus. O período mais crítico, sempre, é o verão. De janeiro a outubro de 2018 foram enviadas 29,4 milhões de doses da vacina contra febre amarela. Em 2017, cerca de 21,8 milhões, no esquema de dose única da vacina. A distribuição é feita segundo solicitação de governos estaduais ou municipais. O público-alvo para vacinação

é constituído por pessoas a partir de 9 (nove) meses de idade, que residem em área com recomendação de vacinação ou que irão se deslocar para essas áreas.

### Renovação da frota do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu)

– Desde maio de 2016 foram entregues 1.320 ambulâncias para renovação da frota em 866 municípios em 26 estados e no Distrito Federal. Com isso, 39,5% da frota existente serão renovados, garantindo assistência de qualidade e segurança ao cidadão no momento em que ele mais precisa. Até o final de 2018, há a previsão de aquisição de mais 865 ambulâncias para renovação e ampliação da frota do Samu 192. Atualmente existem em uso 3.336 ambulâncias avançadas e

básicas, 257 motolâncias, 13 embarcações e 13 aeromédicos. São 192 Centrais de Regulação, cobertura em 3.589 municípios, oferecendo acesso a mais de 171 milhões de pessoas (82,76%).

### Microcefalia (investimentos em pesquisa)

– Desde 2016, o Governo Federal aplicou R\$ 260 milhões no financiamento de pesquisas no combate ao Aedes aegypti, cujos resultados vêm gerando impacto na tomada de decisão, como, por exemplo, os protocolos de atenção e vigilância relacionados ao Zika vírus. Destaque para a vacina contra a dengue, desenvolvida pelo Instituto Butantan, que se encontra na última fase de testes clínicos e com perspectiva de estar disponível nos próximos 5 anos.







### **Novas tecnologias e medicamentos incorporados ao SUS**

– Dolutegravir (aids), Rivastigmina (Alzheimer), Paracalcitol (hiperparatireoidismo), Cinacalcete (hiperparatireoidismo), Tobramicina (antibiótico inalatório), 4 em 1 (Veruprevir, Ritonavir, Ombitasvir e Dasabuvir) – Hepatite C, cirurgia bariátrica por videolaparoscopia e escleroterapia (varizes). Repassados R\$ 6,2 bilhões aos estados para compra de medicamentos e R\$ 11,8 bilhões em compra centralizada pelo Ministério da Saúde de medicamentos, vacinas e soros enviados aos estados. Além disso, foi adotada uma medida que permite adequar a oferta da penicilina (penicilina benzatina e penicilina cristalina) para o combate à sífilis. O Ministério da Saúde também está estimulando a produção nacional de 49 medicamentos prioritários para o SUS.

**Mais serviços de saúde habilitados** – Mais de 9 mil serviços de saúde hospitalares e ambulatoriais foram habilitados. Ampliação da oferta hospitalar com cerca de 4,5 mil leitos, passando a receber incentivos, com atendimento contínuo à população. Na atenção básica, mais de 5 mil serviços foram implantados e equipes credenciadas, além da compra de 10 mil equipamentos odontológicos com raio-X.

**Novos protocolos clínicos** – Incorporação de 57 tecnologias em saúde no SUS, entre medicamentos, produtos e procedimentos. Publicação de 151 consultas públicas, viabilizando a participação da sociedade no processo de atualização de tecnologias do SUS. Elaboração/atualização de 57 Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), que são documentos norteadores das práticas em saúde no

SUS e são elaborados com base na melhor evidência científica disponível, considerando critérios de eficácia, segurança, efetividade e custo-efetividade das tecnologias recomendadas. Disponibilização de 123 sínteses de evidências/fichas técnicas sobre medicamentos e produtos para a saúde com a finalidade de aprimorar o subsídio técnico a operadores do direito, gestores e profissionais de saúde sobre tecnologias em saúde judicializadas no País.

Apoio financeiro e técnico a 15 projetos de plantas medicinais e fitoterápicos, sendo 5 da região Norte do País e 10 de Secretarias de Saúde articuladas a Universidades, em quatro regiões. Habilitação de 629 novos municípios no eixo Estrutura do Qualifar-SUS no ano de 2017, totalizando 2.211 municípios do País. Expansão do uso do sistema Hórus nos estados e municípios. Ampliação do acesso aos medicamentos de compra centralizada no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF).

**Programa Mais Médicos** – Criado em 2013, o Programa Mais Médicos para o Brasil (PMMB) é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais. O Programa prevê, ainda, mais investimentos

para construção, reforma e ampliação de Unidade Básica de Saúde (UBS), além de novas vagas de graduação e residência médica para qualificar a formação desses profissionais.

Atualmente há 16.502 médicos em atividade no PMMB, atuando em 3.770 municípios e atendendo a 56,8 milhões de brasileiros. Do total de médicos em atividade, 4.664 têm CRM brasileiro, 3.355 são intercambistas de diversos países do mundo e 8.483 são médicos da cooperação com a Opas. 74% dos municípios brasileiros aderiram ao PMMB.

**Vacinas contra HPV e meningite** – Foi iniciada em 2018, pelo Ministério da Saúde, uma campanha para vacinação do adolescente contra HPV e meningite. Cerca de 20,6 milhões de jovens e adolescentes são convocados. Foram adquiridas 14 milhões de doses da vacina, com investimentos de R\$ 567 milhões.

O ministério também ampliou a faixa etária da vacina contra meningite C, que agora passa a ser de 11 a 14 anos de idade. Foram adquiridas 15 milhões de doses da vacina para 2018, totalizando um investimento de R\$ 493 milhões. Para continuidade da campanha, está programada para 2019 a aquisição de mais 15 milhões de doses da vacina Meningo C e 10 milhões de doses da vacina HPV.



# Segurança Hídrica

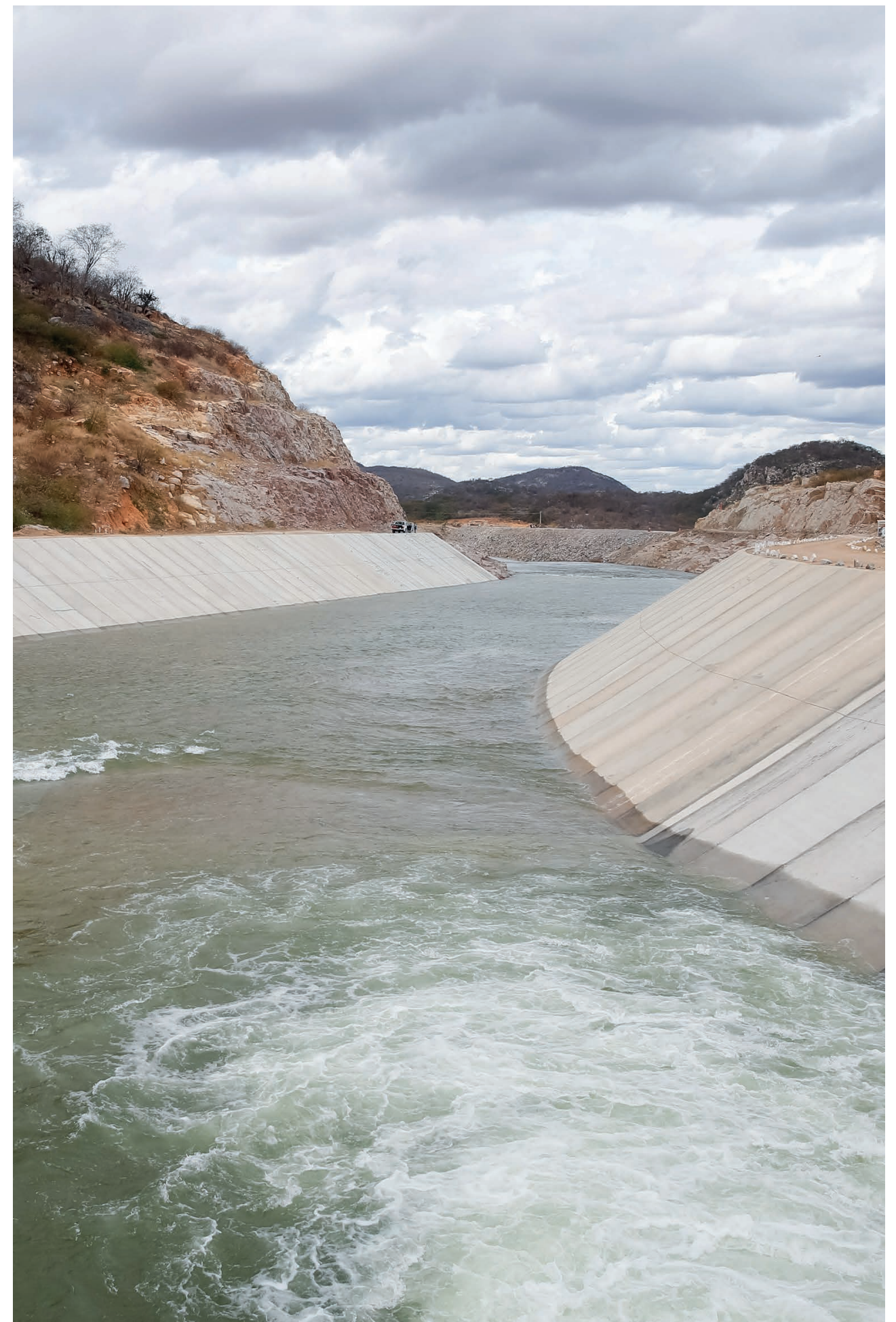
**Adutora do Agreste Pernambucano – 1ª parte** – O projeto da Adutora do Agreste foi planejado para ser desenvolvido em partes úteis, sendo que apenas a primeira parte foi pactuada com o Ministério da Integração Nacional (MI). A obra possui captação na cidade de Arco Verde, no complexo produtor de água localizado no reservatório de Ipojuca, alimentado por meio do ramal do agreste, que deriva do Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). A Adutora do Agreste bombeará 4 m³/s de água tratada por meio de adutoras que se estendem por aproximadamente 1.300 km. A primeira parte – 640 km e 23 municípios – é composta de duas fases de contratação, além de Supervisão e Gerenciamento, Controle Tecnológico e Ações Complementares. Além disso, houve um acordo do Estado com o MI para elaboração do Projeto Executivo que já se encontra concluído. O total de avanço físico das obras é de 53% e o de assentamento de tubos é de 62% até o momento.

**Água para Todos** – As ações do Programa Água para Todos contribuíram para beneficiar famílias em situação de vulnerabilidade social que vivem com dificuldade de acesso à água em diversas regiões do País. A liberação, em 2018, de recursos financeiros na ordem de

R\$ 74 milhões permitiu ao Governo Federal avançar no combate à seca e à estiagem, que vem se agravando no território nacional, bem como o pagamento de obras já iniciadas. O Programa, cujo objetivo é promover a universalização do acesso à água em territórios rurais, tanto para consumo humano quanto para a produção agrícola e alimentar, tem atendido às famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, especialmente com as seguintes tecnologias: cisternas de consumo (à razão de uma por família); sistemas coletivos de abastecimento, açudes, adutoras e barreiros (pequenas barragens) para atendimento a comunidades e kits de irrigação.

Entretanto, tanto a disponibilidade de recursos financeiros quanto de orçamentários vem diminuindo de forma aguda. Em 2018, os recursos foram retirados do PAC, e foram disponibilizados no orçamento apenas R\$ 20 milhões para o Programa (a maior parte do período bloqueados para utilização), e não havendo previsão para orçamento em 2019, apesar de ainda haver instrumentos em execução e grande demanda para ampliação do Programa.

Tal situação coloca em risco sua atuação e a continuidade das intervenções de combate à seca e à estiagem, o que tem preocupado os responsáveis pela execução das tecnologias de acesso à água e atendimento à população, haja vista





que essas ações têm se mostrado como uma alternativa para as famílias pobres que sofrem com a escassez de água. Ao contrário do atual cenário, espera-se que esse impasse seja superado e que as atividades propostas pelo Água para Todos sejam ampliadas, uma vez que a cada ano os períodos de seca têm se prolongado e a dificuldade de acesso à água tem se tornado uma realidade, inclusive, da população urbana.

**Canal do Sertão Alagoano** – O Canal do Sertão, com extensão total de 250 km, é constituído por 8 trechos. Os trechos I, II e III, já concluídos, e o IV – com 73% de avanço – foram pactuados com o Ministério da Integração (MI).

O empreendimento também conta com obras complementares. As de eletrificação visam à construção de uma subestação, linha de transmissão em 69 KV e a automação da subestação do acionamento dos conjuntos motores-bombas do canal adutor do sertão alagoano. As obras de Comportas consistem na aquisição e instalação de equipamentos, sete comportas nos trechos I e II com a instalação elétrica de alimentação para funcionamento das comportas de 1 a 7, além de execução de serviços e obras de proteção no trecho I do Canal. Por fim, o Canal ainda possui importantes obras associadas que visam dar funcionalidade plena, como o Projeto de Interligação das Adutoras do Alto Sertão (Piaas) e o Sistema Adutor da Bacia Leiteira.

**Cinturão das águas do Ceará – CAC** – O CAC é uma obra de integração do Sistema Adutor Cinturão das Águas do Ceará com as águas oriundas do Eixo Norte do projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). O projeto foi dividido em etapas de execução, sendo três trechos e cinco ramais. Até o momento, somente o trecho I está pactuado com o Ministério da Integração, além do projeto executivo do empreendimento como um todo que já se encontra concluído. As obras tiveram início em 18/10/2013 e a previsão é que sejam finalizadas até dezembro de 2020. Até o momento, as obras se encontram com 51% de evolução geral. Está sendo priorizada a conclusão, até outubro 2018, dos primeiros 53 quilômetros da obra, permitindo que águas da Barragem Jati, do Eixo Norte, cheguem até o Açude Castanhão e, deste, à Região Metropolitana de Fortaleza.

**Baixio do Irecê** – A expectativa é de que o empreendimento possa gerar aproximadamente 25 mil empregos diretos e indiretos na região do vale no médio São Francisco, compreendendo os municípios de Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique (BA), ao longo dos próximos anos. O projeto, inaugurado em março de 2018, recebeu investimentos de R\$ 550 milhões do Governo Federal e foi executado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Além de incentivar o desenvolvimento econômico da região semiárida, o projeto contribui com a segurança alimentar, pois amplia a produtividade agrícola e a oferta de alimentos.

**Projeto de Integração do Rio São Francisco** – O Governo Federal deu prioridade à conclusão do Projeto de Integração do Rio São Francisco. O Eixo Leste, com 217 km, foi inaugurado em março de 2017 e já abastece mais de 1 milhão de pessoas em 32 municípios nos estados de Pernambuco e Paraíba. O Eixo Norte, dividido em três metas, vai beneficiar 7,1 milhões de pessoas de 223 cidades de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. A previsão é de que a água do Rio São Francisco corra por todos os canais ainda neste ano de 2018. Atualmente, as águas já percorrem 80 km do Eixo Norte, entre Cabrobó e Salgueiro.

A primeira etapa do Eixo Norte (Meta 1N), que é o trecho que dá funcionalidade a todo o Eixo, já está em atividade e tem 140 quilômetros de extensão. Esta etapa vai da captação do Rio São Francisco, no município de Cabrobó (PE), até o reservatório de Jati (CE).

Os outros trechos que compõem o Eixo Norte: metas 2N e 3N estão em fase final de construção, sendo que o avanço operacional do Eixo Norte já é de 95,60%. Em dezembro de 2017 a Agência Nacional de Águas (ANA) editou a Resolução ANA nº 2.333, que dispõe sobre as condições gerais de prestação do serviço de água bruta pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

**Carro-pipa** – Trata-se de remanescente de obra de duplicação da BR-101/NE, que compreende o trecho entre Palmares/Pernambuco e a divisa com Alagoas. Esta rodovia é a principal ligação entre Pernambuco com as demais capitais do País. Foram investidos em 2018 aproximadamente R\$ 2,9 milhões no empreendimento, de um total contratual de R\$ 4,4 milhões. A extensão é de 24,6 km.

**Programa Água Doce** – O Programa Água Doce atende em 2018 a, pelo menos, 229 mil famílias, com o fornecimento de água potável em comunidades difusas do semiárido brasileiro. Foram destinados R\$ 54,1 milhões ao Água Doce, em dez estados. Cerca 405 sistemas de dessalinização foram implantados, um aumento de 224% em relação ao que havia até maio de 2016. No total, existem, hoje, 573 equipamentos instalados.

**Programa Cisternas** – Em 2017, foram entregues 59,2 mil cisternas: 47.123 de 1ª água (água para consumo), 10.696 de 2ª água (água para produção) e 1.637 cisternas escolares. Até agosto de 2018, foram entregues 22.109 tecnologias, sendo 13.763 de 1ª água, 7.316 de 2ª água e 1.030 de cisternas escolares.



# Eixo Econômico

Desde os primeiros dias, o Governo assumiu com a firme determinação de colocar ordem nas contas públicas, destroçadas por administrações que adotaram políticas equivocadas nessa área. Passados dois anos e seis meses, não é difícil enumerar os êxitos e avanços.

Em maio de 2016, o PIB era negativo: menos 5,4%. Oito meses depois, no final de 2016, o PIB era de -3,6%. Evoluímos 1,8 ponto. Em 2017, o PIB passou a positivo, de 1.0%.

Ou seja: evoluímos 6,4 pontos a partir do início do governo. Neste ano, a projeção é positiva: 1,4% a 1,6%, e até o segundo semestre, registramos seis resultados positivos consecutivos, de acordo com o IBGE, apesar da greve dos caminhoneiros, que paralisou o País, mas que conseguimos superar com exaustivas negociações e sem que fôssemos obrigados a recorrer ao uso da força.

A própria reforma da Previdência, responsável maior pelo déficit público, saiu da pauta legislativa, mas não da pauta política do país. Ela será feita, inevitavelmente, graças a este Governo. Estava negociada e com votos suficientes para sua aprovação. Mas duas semanas antes uma trama monstruosa foi montada e aparelhada para impedi-la, já que ela derrubava privilégios.

É imprescindível enumerar os avanços obtidos na economia, que ficarão como uma marca desse Governo. Basta ver que a inflação, que era de 10%, foi reduzida a índices entre 3% e 4%, uma expressiva queda de 6 pontos percentuais. Os juros caíram de 14,25% para 6,5%. É fácil perceber quem ganha com isso: a população assalariada, pois os alimentos chegam à mesa da população sem aumentos exorbitantes e as pessoas têm seus salários valorizados.

*Em setembro, a política econômica do governo mostrou mais um resultado positivo. Foram criados 137.336 postos de trabalho, a maior geração de empregos para este mês desde 2013.*

Para isso foi fundamental a fixação de um teto para os gastos públicos, que partiu da ideia trivial de que não se deve gastar mais do que se arrecada. O Governo teve a responsabilidade de aprová-lo no Parlamento, numa demonstração que vai contra o senso comum de que os governantes almejam gastar o quanto puderem.

Uma das principais razões que levaram a economia ao colapso, como se sabe, foi a deterioração das contas públicas. Então, era

preciso sinalizar aos agentes econômicos que o País não voltaria a praticar a irresponsabilidade fiscal verificada em anos anteriores. A aprovação da Emenda Constitucional nº 95, em dezembro de 2016, foi essencial nesse sentido. Ela congelou as despesas primárias da União por 20 anos, com correção apenas da inflação pelos primeiros dez anos e rediscussão do critério de ajuste após esse período. Está dando resultado. O déficit de 179 bilhões veio para 159 e para o próximo ano está previsto em 139 bilhões. Fizemos a modernização trabalhista e trouxemos o Brasil para o século XXI. Nesse capítulo entra o emprego. Paralisamos o crescimento do desemprego. E empregamos. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, a ocupação formal no Brasil aumentou, em agosto de 2018, em 110.431 postos de trabalho. No acumulado do ano houve crescimento de 568.551 empregos. A Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmou a volta das contratações. A população ocupada (91,2 milhões) no trimestre de abril-junho de 2018 cresceu 0,7%, em relação ao período anterior (mais 656 mil pessoas).

Uma das melhores ações do Governo foi a liberação das contas inativas do FGTS. A decisão injetou mais de R\$ 44 bilhões na economia, beneficiando 26 milhões de trabalhadores, com um impacto de

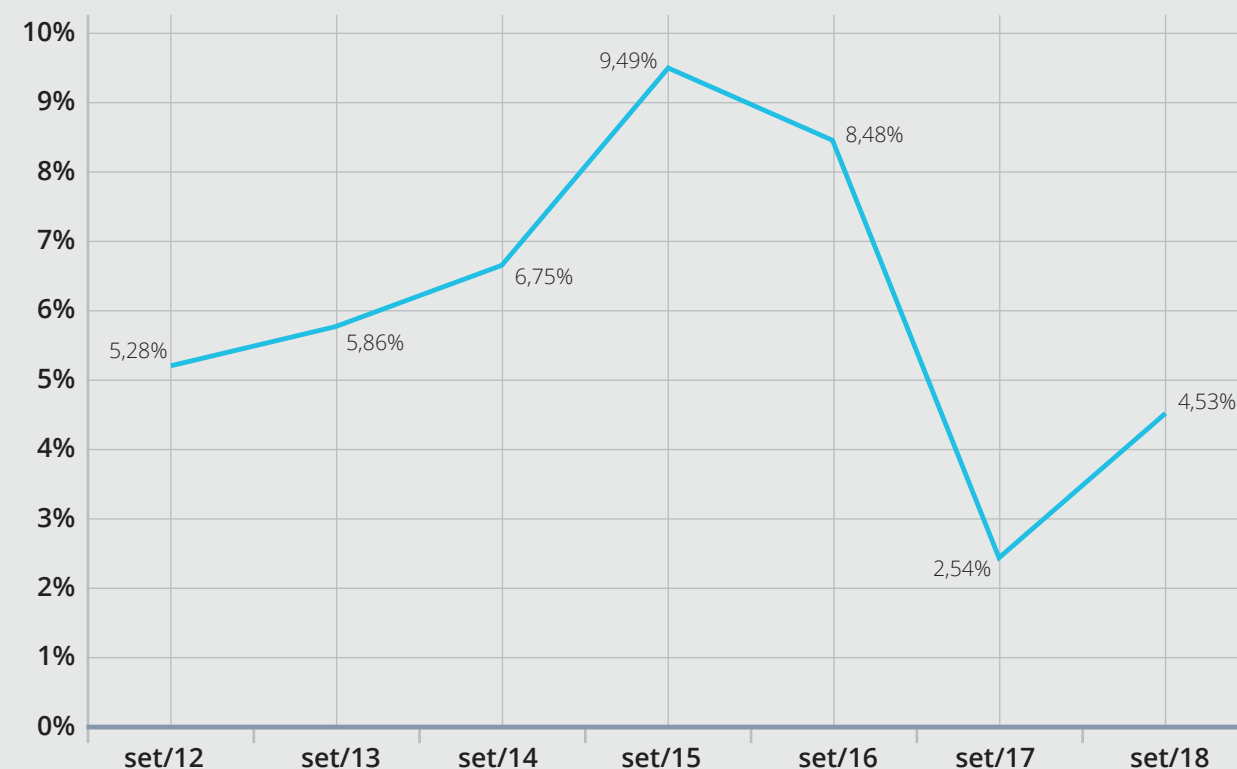
0,61% no Produto Interno Bruto (PIB). O mesmo ocorreu com a liberação do PIS-PASEP. Milhões de empregados públicos e privados foram beneficiados. Serão mais de 39,5 bilhões de reais injetados na economia. Ainda: modificamos a forma de remuneração do FGTS. Isto permitiu que neste semestre se entregue metade dos rendimentos. Seis bilhões e duzentos milhões de reais a mais para os trabalhadores.

A mudança mais emblemática ocorreu na Petrobras, que tinha sido praticamente destruída por decisões de investimento equivocadas, casos de corrupção e uso político da companhia para segurar a inflação. Em 2015, a Petrobras registrou um prejuízo de R\$ 34,9 bilhões – e seu valor de mercado atingiu o fundo do poço. Endividada, desacreditada internacionalmente e rebaixada pelas agências de análise de risco para o grau especulativo, chegou a valer apenas R\$ 67,8 bilhões em janeiro de 2016.

Com nossos êxitos, o Brasil voltou a ocupar um papel central como uma das maiores economias do mundo. A criação de condições para o desenvolvimento econômico é uma vitória do Governo Federal, alcançada em pouco mais de dois anos de gestão, período no qual o povo deu demonstração de sua capacidade inesgotável de trabalhar unido para superar os graves problemas nacionais. Estamos entregando um País melhor aos brasileiros.

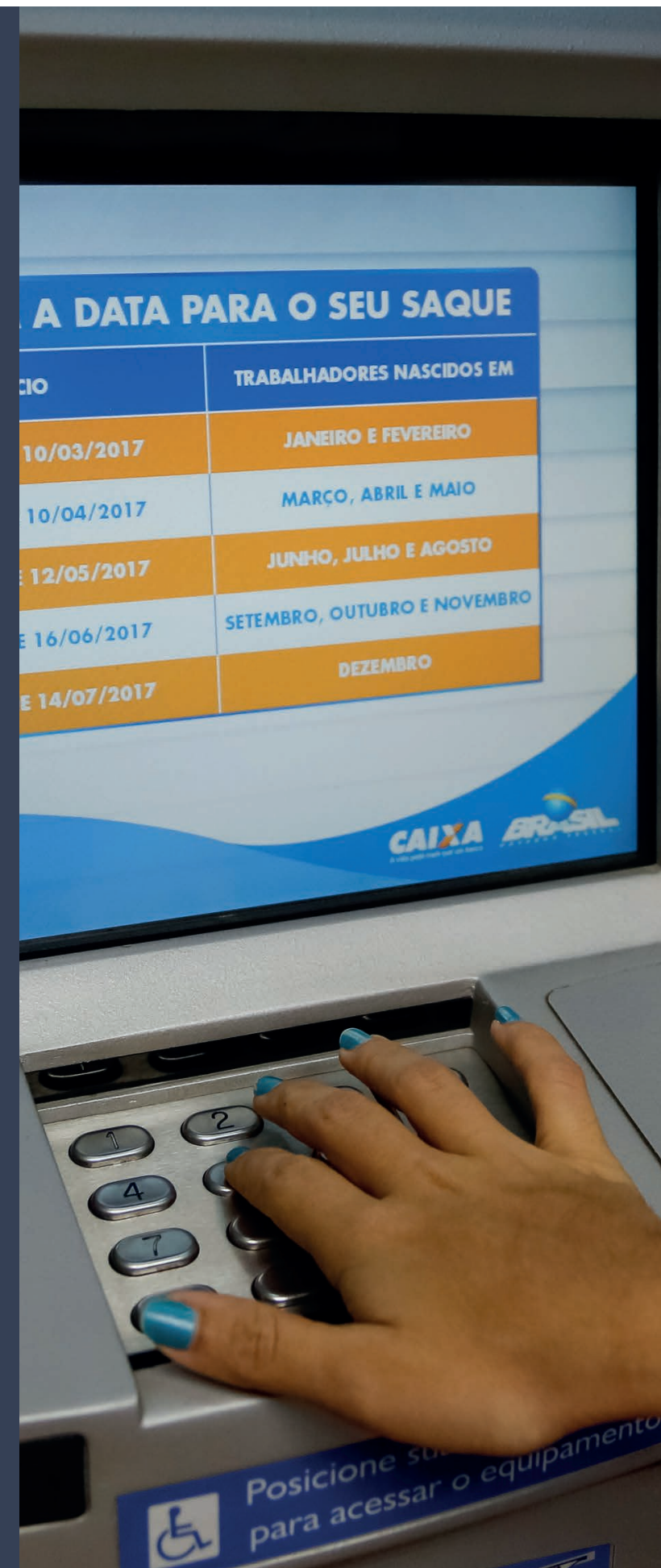


Evolução da inflação (%)  
Acumulado dos últimos 12 meses (setembro)



## Em menos de dois anos, o Governo Federal retirou o Brasil da maior recessão da história

A política econômica implantada a partir de maio de 2016 fez o País voltar ao ciclo virtuoso do crescimento: investir, produzir mais e gerar emprego. A matriz da economia brasileira voltou a ser a responsabilidade fiscal, com a aprovação do Teto de Gastos. A taxa básica da economia, a Selic, atingiu o menor percentual de todos os tempos, 6,5%, criando meios para pessoas e empresas quitarem dívidas e refinanciarem empréstimos. E também ajudou no controle das contas públicas. A liberação do saque das contas inativas do FGTS injetou na economia mais de R\$ 44 bilhões. No campo, a safra de grãos 2016/2017 foi a maior da história e a de 2017/2018 deverá ser a segunda maior de todos os tempos.



# Comércio Exterior

## Brasil e novas negociações no Mercosul

– As negociações para um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, realizadas há 20 anos e retomadas em maio de 2016, apresentaram avanços e encontram-se em estágio final. Entre junho de 2017 e o fim de 2018, seis rodadas negociadoras com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) foram agendadas.

No segundo semestre de 2017 entrou em vigor acordo comercial com o Egito e foi ratificado, pelo Brasil, o acordo de livre comércio Mercosul-Palestina. Em março de 2018, o Mercosul iniciou negociações com o Canadá, sob coordenação brasileira. Foram também lançadas em 2018 negociações comerciais com a Coreia do Sul e Singapura.

Ao fim de 2018, o Mercosul terá realizado reuniões com Nova Zelândia, União Europeia (que inclui a Rússia), China e Japão, para tratar da possibilidade de estabelecimento de negociações de acordos de livre comércio, além de tratativas com a Tunísia e o Marrocos, e ampliação do acordo preferencial com a Índia.

**Facilitação de Comércio Exterior** – Em plena atividade, o Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (Confac), vinculado à Câmara de Comércio Exterior (Camex), foi criado em 2016 como um braço de orientação e execução da política de relações

comerciais internacionais do País. Exigência do Acordo de Facilitação de Comércio, da Organização Mundial do Comércio (OMC), busca ordenar, integrar e unificar ações dos vários órgãos da administração pública federal voltadas para o mercado externo, assim como agrupar atuações de mesma finalidade e estreitar a cooperação entre as áreas pública e privada.

**Novo processo de exportações** – Lançado em março de 2017, o Novo Processo de Exportação passou a ser mandatório em julho de 2018.

Desde então, o usuário já pode fazer uso de um processo simplificado de trâmites para as vendas externas, com a eliminação de documentos e etapas processuais, com redução de exigências governamentais redundantes em prol de controles mais eficazes.

A implantação do Novo Processo de Importações terá início em outubro de 2018 e também está fundamentada no princípio de entregas incrementais.

Essa estratégia, norteadora do Programa Portal Único de Comércio Exterior, tem permitido a melhoria gradual do ambiente de negócios e a participação ativa do setor privado na reformulação dos processos e na construção do novo sistema de exportação e de importação, permitindo-se ganhos concretos ao longo de seu desenvolvimento.

Alguns benefícios dos novos processos são:

- Integração da DU-E com a Nota Fiscal Eletrônica, permitindo alimentação automática dos dados, a integridade das informações e menor possibilidade de erros;
- Possibilidade de anuências abrangentes a mais de uma operação, o que viabiliza a redução de controles operação a operação;
- Possibilidade de realização simultânea dos controles aduaneiros e não aduaneiros das mercadorias, em detrimento de etapas sequenciais;
- Integração dos sistemas e processos de comércio exterior e centralização da comunicação entre operadores privados e órgãos e entidades do governo em um único local.

**Simples Exportação para MPes** – Promover as facilidades do Simples Exportação para o universo de milhares de micro e pequenas empresas (MPes) foi a tarefa de autoridades e parceiros envolvidos com o setor, como o Sebrae, por meio de inúmeros eventos realizados em todo o País. Regulamentado no ano passado, o programa ganhou meta ambiciosa para 2018, a de atingir ao menos 2% da carteira nacional de vendas ao exterior. Ou seja, mais que dobrar desempenho recente, correspondente a 0,8% das exportações totais. Segundo a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, do Ministério da Indús-

tria, Comércio Exterior e Serviços, cerca de 99% dos estabelecimentos privados não agrícolas são MPes no Brasil, contribuindo com mais da metade dos empregos formais. Além disso, 38% das exportadoras são MPes. O Simples Exportação desburocratizou e tem permitido maior acesso do pequeno empresário ao mercado internacional, contribuindo para aumento das transações de comércio exterior das MPes.

## Exportação de siderúrgicos no Ceará

– Premiada pela Foreign Direct Investment (FDI), do jornal Financial Times, como “Melhor Zona das Américas”, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Pecém (CE) iniciou operações no 2º semestre de 2016, com a instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) – a primeira usina siderúrgica integrada da região Nordeste para produção e exportação de chapas de aço. O novo ambiente de incentivos fiscais elevou as exportações cearenses de produtos semimanufaturados de ferro e aço, que saltaram, por exemplo, de US\$ 179 milhões naquele ano para US\$ 1,04 bilhão em 2017, resultando no principal produto da pauta de exportação estadual. Apenas a etapa inicial da ZPE de Pecém já contribuiu para a expansão de mais de 60% das exportações cearenses. Agora, uma nova área está em implantação, destinada à instalação de projetos industriais com foco nos segmentos de rochas ornamentais, alimentos, vestuário e calçados, além de negociações para implantação de uma refinaria de petróleo destinada à exportação. A ZPE de Pecém também recebeu o prêmio de “Melhor Zona Franca em Atualização em Infraestrutura”, do FDI.



# Inovação

**Finep tem recursos para inovação** – O programa “Inovar para Crescer” foi lançado pela Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) com recursos da ordem de US\$ 703,6 milhões e apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O crédito tem o objetivo de ajudar as empresas a adotarem projetos de inovação incluídos no Plano de Desenvolvimento e Inovação da Indústria Química (Padiq) e no Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação do Setor de Mineração e Transformação Mineral (Inova Mineral).

Em julho, a Finep também anunciou R\$ 1,2 bilhão para as instituições financeiras de desenvolvimento, por meio do programa “Novos Limites Operacionais”. A meta é fazer chegar recursos, de forma descentralizada e por meio de agências de fomento e bancos de desenvolvimento, a projetos de inovação nos diversos setores de produção.

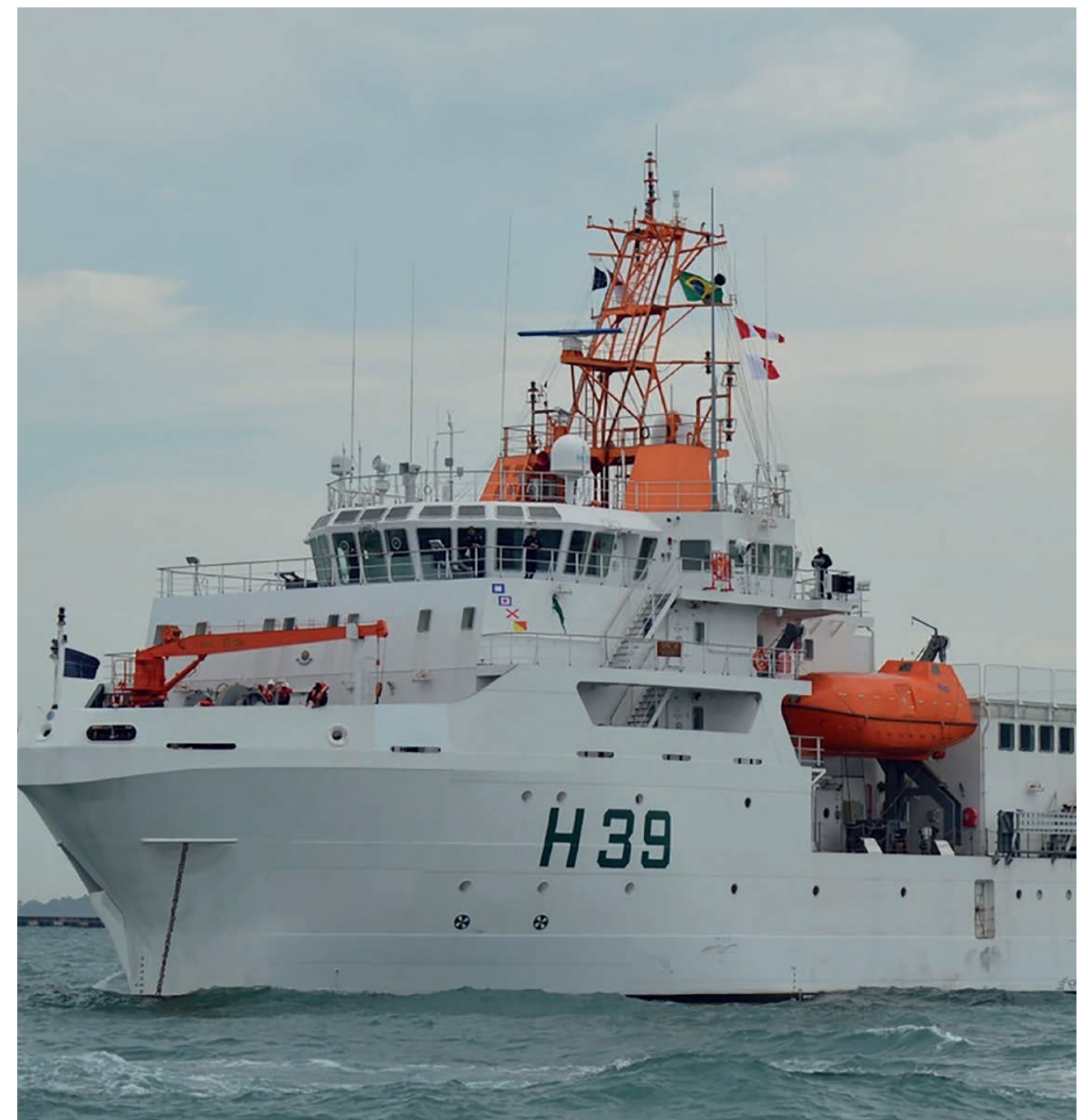
**Fomento à Internet das Coisas** – A Ação de Fomento à Inovação em Internet das Coisas (Finep IoT) tem cerca de R\$ 1,5 bilhão (sendo R\$ 1,1 bilhão da Finep e R\$ 400 milhões do Funttel) para financiar empresas na execução de Planos Estratégicos de Inovação (PEIs), além de projetos baseados em tecnologias digitais, tendo como referencial o conceito de Internet das Coisas e demais tecnologias da Manufatura Avançada. É necessário que as propostas tenham aplicação efetiva na saúde, indústria, agronegócio e no desenvolvimento urbano (cidades).

**Programa TechD** – O Programa TechD busca estimular a inovação por meio da aproximação entre startups, instituições de ciência e tecnologia (ICTs) e grandes empresas. A iniciativa conta com R\$ 19 milhões em recursos não reembolsáveis para impulsionar projetos inovadores nas áreas de Internet das Coisas (IoT, na sigla em inglês), saúde, energia e mobilidade. Sob a gestão da Softex (Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro), o programa prevê duas rodadas. Até meados de setembro de 2018, 47 empresas estavam inscritas.

**Melhoria nos incentivos de P&D e inovação** – 2018 marcou o aperfeiçoamento da política direcionada ao setor de informática e automação. Destaque para os avanços com a alteração da Lei de Informática da Zona Franca de Manaus (ZFM), que amplia a segurança jurídica para as empresas. As regras para investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) ficaram mais claras a projetos candidatos a benefícios fiscais e financeiros na ZFM. Foram abertas novas alternativas de P&D e inovação, como startups e fundos de investimento, simplificação dos processos de gestão de recursos e acompanhamento de auditorias independentes. Com a mudança, as empresas de automação da ZFM poderão reinvestir cerca de R\$ 650 milhões em P&D, em até 48 meses. Isso porque a Lei de Informática permite a isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de informática e automação, desde que as empresas invistam, no mínimo, 5% do faturamento em atividades de P&D.

**Programa Antártico Brasileiro** – Edital lançado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) disponibiliza R\$ 18 milhões para pesquisas do Programa Antártico Brasileiro (Proantar). O objetivo é fomentar pesquisas sobre o papel da criosfera no sistema terrestre, e as interações com a América do Sul; a dinâmica da alta atmosfera na Antártica, interações com o

geoespaço e conexões com a América do Sul; mudanças climáticas e o Oceano Austral; biocomplexidade dos ecossistemas antárticos, suas conexões com a América do Sul e mudanças climáticas; geodinâmica e história geológica da Antártica e suas relações com a América do Sul; química dos oceanos, geoquímica marinha e poluição marinha; ciências humanas e sociais; biologia humana e medicina polar; além de novas tecnologias.







### Programa Nacional Conexão Startup Indústria

– Em 2018, foram finalizadas 32 provas de conceito entre startups e indústrias, no âmbito do edital 1.0 do Programa Nacional Conexão Startup Indústria. O Programa tem o objetivo de promover um ambiente de negócios entre as startups e as fábricas. As corporações envolvidas se comprometeram com a compra e venda das soluções elaboradas pelas startups, com pleno desenvolvimento dos pilotos e previsão de término até dezembro de 2018. Destaca-se, ainda, a realização de duas missões técnicas no programa. Uma ao Chile, para conhecimento do ecossistema de inovação, ambientes de catalisação e apoio ao crescimento de negócios, criação e desenvolvimento de produtos e tecnologia – bastante evoluído naquele país. A outra à Argentina, também para prospecção e do ecossistema de inovação e empreendedorismo no país, além de compartilhamento de experiências em políticas de integração regional e inovação.

**StartOut Brasil** – O StartOut Brasil, coordenado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), é mais um programa que busca a inserção de startups brasileiras em mercados internacionais, por meio da imersão nos mais variados ecossistemas de inovação do mundo e a partir da capacitação e da conexão dessas empresas nascentes com clientes, parceiros e investidores estrangeiros. Os empresários selecionados cumprem agenda de trabalho estruturada para promover a prospecção de clientes e investidores, e a conexão a ambientes de inovação, com visita a aceleradoras e incubadoras. Também são realizados seminários de oportunidades e reuniões com prestadores de serviço. No último dia da missão, é realizado um demoday para investidores. Para realizar o Programa, o MDIC tem parceria com o Itamaraty, Apex-Brasil, Sebrae e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). A meta é levar 240 empresas para o exterior até 2021. Em dezembro de 2017 foi realizada a primeira missão, a Paris, e em 2018 foi a vez de Berlim (maio) e Miami (setembro), tendo Lisboa ainda no calendário do ano.

### Segurança jurídica para fintechs de crédito

– O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou proposta do Banco Central para regulamentar a criação de fintechs de crédito (Resolução nº 4.656, de 2018). Com a medida, as empresas tecnológicas voltadas à prestação de serviços financeiros poderão conceder crédito sem a necessidade de intermediação de instituições financeiras.

### Agenda Brasileira para a Indústria 4.0

– Em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), foi lançada, em março de 2018, a Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, um conjunto de medidas para auxiliar o setor produtivo, em especial as pequenas e médias indústrias, em direção ao futuro da produção industrial. No total, serão ofertadas linhas de crédito que somam R\$ 9,1 bilhões pelo BNDES, Banco da Amazônia (Basa) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Além disso, está previsto o financiamento de projetos para a realização das chamadas fábricas do

futuro (testbeds, em inglês), para os quais foram destinados R\$ 20 milhões. Por meio da Câmara de Comércio Exterior (Camex), o Governo também zerou o imposto de importação para aquisição de robôs industriais não produzidos no Brasil, o que deve gerar investimentos de US\$ 250 milhões nos próximos dois anos.

Em outra frente, o Governo estabeleceu parcerias para financiamento público-privado para requalificação de trabalhadores, treinamento de professores e criação de laboratórios voltados à 4ª Revolução Industrial.





**ProFuturo mira a indústria 4.0** – Durante o governo foi lançado o Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para Manufatura Avançada no Brasil, (ProFuturo), um pacote de medidas de modernização da indústria brasileira. Elaborado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o plano tem o objetivo de elevar a participação dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de 1,28% do PIB, em 2015 para, ao menos, 2% do PIB nos próximos anos. Investimentos públicos e privados. Sobre tudo, o ProFuturo quer encurtar as distâncias entre setores altamente tecnológicos e aqueles que ainda trabalham com mecanicidades rudimentares. Assim, seu principal objetivo é inserir o conceito 4.0 (quarta revolução industrial) no processo produtivo das fábricas, por meio de tecnologias como robótica, nanotecnologia, informação e internet das coisas. O ProFuturo é um dos planos de ação setorial previstos na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ECTI 2016/2022).

**Programa Start-up Brasil** – O Programa Nacional de Aceleração de Startups é uma iniciativa do Governo Federal, criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), em parceria com aceleradoras. Apoia as empresas nascentes de base tecnológica com até quatro anos de existência e que desenvolvam produtos e serviços inovadores utilizando software, hardware ou serviços de tecnologia da informação e comunicações (TICs). Seleccionadas

em maio de 2018, 46 empresas nascentes de 14 estados trabalham com 13 aceleradoras qualificadas pelo Programa, com acesso a R\$ 9,7 milhões em investimentos. As participantes também recebem bolsas para pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) de até R\$ 200 mil. As principais áreas de atuação dessas startups são: saúde (7), tecnologia da informação e telecomunicações (4), educação (3), finanças (3), varejo (3), agronegócio (2), segurança e defesa (2), automotivo (1), eventos e turismo (1) e moda e beleza (1). As 13 restantes atuam em setores transversais. O Start-Up Brasil faz parte do compromisso do Governo Federal, assumido na Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, de apoiar pelo menos 200 startups por ano em programas governamentais.

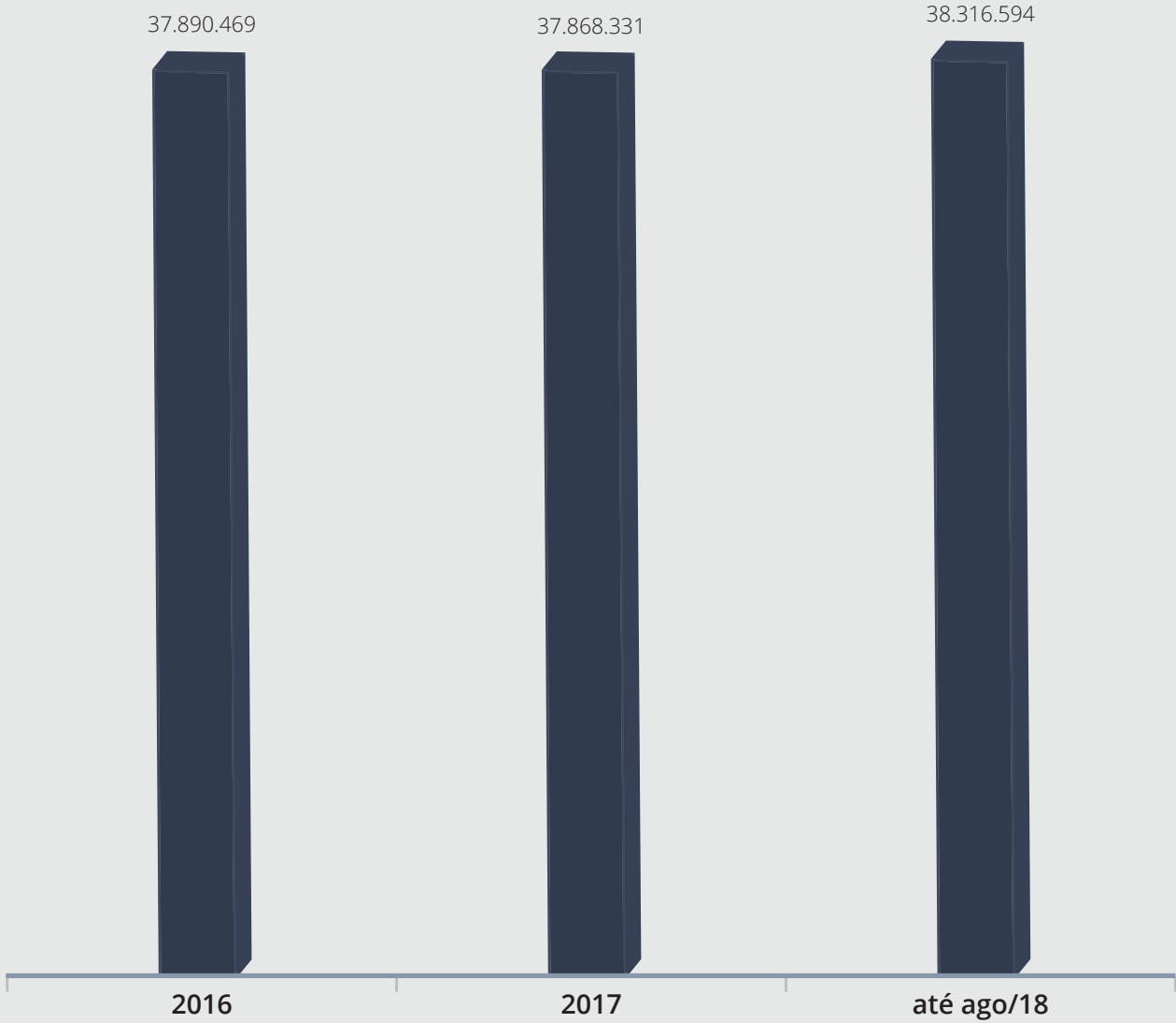


# Eficiência melhora ambiente econômico

**Criação de Empregos** – De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, a ocupação formal no Brasil aumentou, em agosto de 2018, em 110.431 postos

de trabalho. No acumulado do ano houve crescimento de 568.551 empregos. A Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmou a volta das contratações. A população ocupada (91,2 milhões) no trimestre de abril-junho de 2018 cresceu 0,7% em relação ao período anterior (mais 656 mil pessoas).

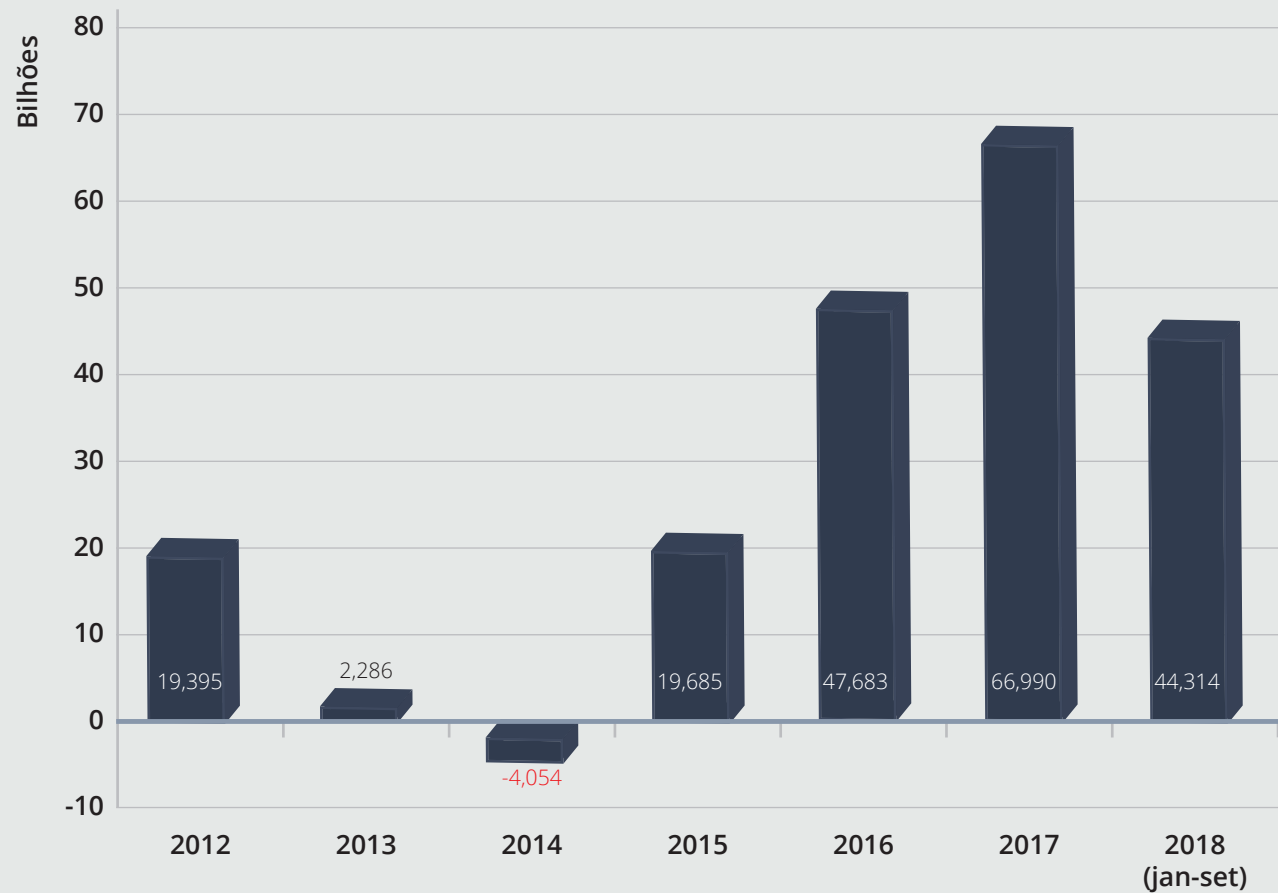
Empregos formais – Caged



**Balança comercial brasileira** – Em 2017, as exportações brasileiras somaram US\$ 217 bilhões, valor 17,5% superior ao resultado de 2016 – US\$ 185 bilhões. O superávit comercial chegou a US\$ 67 bilhões – recorde da série histórica. As exportações cresceram 17,5% no ano, após cinco anos consecutivos de queda. Por sua vez, as importações aumentaram em quase 10% no ano, chegando a US\$ 150 bilhões. Esse movimento de alta das compras externas

não ocorria há três anos. O crescimento das importações sinalizou o reaquecimento da atividade econômica brasileira e estava em linha com outros indicadores, que apontam também para a retomada da atividade industrial. Em 2018, até o mês de agosto, as exportações totalizavam US\$ 159 bilhões e as importações, US\$ 121,2 bilhões, com saldo positivo de US\$ 37,8 bilhões, o segundo maior para os oito primeiros meses do ano.

Saldo da Balança Comercial Brasileira – em bilhões (US\$)



**Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)** – O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social foi revitalizado e se tornou instrumento relevante de participação social. O elevado número de sugestões implementadas mostra o acerto da metodologia de trabalho. As reuniões do CDES dividiram-se em três ciclos de grupos de trabalho (GTs) e um ciclo de comissões de trabalho (CTs), com temas sugeridos pelo Presidente da República e pelos Conselheiros. Como resultado da contribuição dos conselheiros, foram geradas 38 determinações do Presidente nos dois primeiros ciclos de GTs, e 9 recomendações dos Conselheiros no 3º ciclo. Atualmente, 73% das recomendações/determinações do primeiro ciclo foram concluídas e 23% estão em andamento; no segundo ciclo, 61% foram concluídas e 34% estão em andamento; e no terceiro ciclo, o percentual de conclusão foi ainda maior (89%). Várias políticas públicas foram ou estão sendo implementadas a partir de recomendações do Conselho: a Política Nacional de Formação de Professores e Gestores Educacionais, o Programa Educação Conectada, a criação do Conselho Nacional para Desburocratização, o Documento Nacional de Identificação, a modernização da legislação trabalhista, a execução do censo agropecuário, o lançamento da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital e da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o programa Sem Barreiras, a implantação do prontuário eletrônico nas unidades básicas de saúde, entre outros.

**Liberação do funcionamento do setor supermercadista** – Reconhecimento do

setor supermercadista como essencial à atividade econômica, por meio de Decreto Presidencial editado em agosto de 2017. A mudança era um pleito antigo do segmento varejista. Os supermercados representam 83,7% da comercialização de produtos de primeira necessidade. Há 89 mil supermercados no Brasil, que empregam mais de 1,8 milhão de pessoas. O setor passou a contar com instrumentos jurídicos adicionais para negociar a abertura dos estabelecimentos aos domingos e feriados em todo o Brasil.

**Instituição Amiga do Empreendedor** – O objetivo da Instituição Amiga do Empreendedor (IAE) é criar espaços físicos nas Instituições de Ensino Superior – o espaço do empreendedor – para oferecer orientação, capacitação e assistência gerencial a empreendedores e potenciais empreendedores, por meio da atuação de professores e alunos das instituições participantes. Implantado em 2017, o programa contava, até setembro de 2018, com 182 Instituições de Ensino Superior credenciadas.

**Portal do Empreendedor** – O Portal do Empreendedor foi criado para simplificar a vida de quem faz ou quer fazer negócios no Brasil, sendo um espaço onde é possível a formalização como microempreendedor individual (MEI), por exemplo, tirar dúvidas, cumprir as obrigações fiscais e buscar capacitações para crescimento da atividade própria. No ano de 2017 foram formalizados 1.088.694 empreendedores, ao passo que no período de janeiro a setembro de 2018 outros 887.427 buscaram registro. O Programa do MEI ultrapassa 7,3 milhões de pessoas que trabalham por



conta própria. O acesso mensal ao Portal superou 4 milhões de visitantes anuais, destacando-se as buscas pelo serviço de formalização e o pagamento da contribuição mensal (DAS-MEI), além de outros serviços de orientação a compras públicas, como se inserir no mercado ou como contratar um empregado.

### **Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial**

– Protocolo de Madri – O Governo aderiu ao Protocolo de Madri, cujas vantagens e desvantagens eram avaliadas desde 2001, por sugestão do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Esse sistema simplifica o registro e a proteção de marcas no mercado internacional, com redução de custos e prazos. Pessoas físicas e jurídicas poderão usar uma via única para incluir e salvaguardar suas marcas, nos 116 países que hoje fazem parte do acordo. A proposta, agora, depende do Congresso Nacional, onde está tramitando como projeto de Decreto Legislativo de Acordos, Tratados ou Atos Internacionais (PDC), sob o número 860/2017, aguardando parecer na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).

O projeto de reestruturação do Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial já apresenta resultados concretos. Segundo o INPI, a redução de 101 para 7 dias, no prazo de análise dos pedidos para registro de programas de computador é um exemplo. Além de consistente enxugamento nos períodos de registro de marcas em geral, reduzindo estoques de pedidos, a partir da contratação de dezenas de servidores concursados desde o ano passado.

O INPI garante que houve melhoria no ambiente de deferimentos de patentes, cuja demora sempre foi objeto de críticas, no País e fora dele. De agosto de 2017 e agosto de 2018 foram concedidas cerca de 9 mil patentes, 167 mil marcas e 9 mil desenhos industriais e um volume recorde de direitos de propriedade industrial para um período de 12 meses.

### **Lucro da Caixa Econômica Federal**

– A instituição teve lucro líquido de R\$ 3,464 bilhões no segundo trimestre de 2018. O desempenho foi 33,9% maior do que no mesmo período do ano passado. Os números trimestrais proporcionaram um lucro de R\$ 6,655 bilhões no primeiro semestre deste ano – o melhor resultado histórico para o período. Esse valor representou alta de 63,3% em relação aos seis primeiros meses de 2017. É resultado de obtenção de resultado orgânicos baseados em atividades tipicamente bancárias, ao crescimento do resultado operacional, e a outros resultados. O índice de inadimplência da Caixa se mantém em níveis abaixo da média das demais instituições financeiras.

### **Lucro do Banco do Brasil**

– A empresa teve lucro líquido de R\$ 11,1 bilhões em 2017. Esse montante significa um incremento de 54,2% em relação a 2016. Com o resultado, as ações do Banco tiveram valorização de 166,4%, entre 30/maio/2016 e 09/março/2018 quando alcançou seu pico histórico de R\$ 43,71 a ação. Graças à sua recuperação, o BB fez investimentos sociais da ordem de R\$ 554,7 milhões desde 2016 até outubro/2018.

### **Programa de Redução de Custos de Observância no Mercado de Capitais**

– Amplo programa de revisão de normas e processos para simplificar procedimentos, de forma eficaz e perene, assim como reduzir o custo de observância para os participantes sem que a integridade do mercado de capitais e proteção dos investidores sejam comprometidas. A iniciativa tem duas frentes: em 2018: promover a eliminação de obrigações regulatórias redundantes e, de 2019 a 2023, executar um conjunto de projetos relacionados ao aumento da relação benefício/custo da regulação com o uso de metodologia de Análise de Impacto Regulatório.

### **Cartão de crédito: mudanças no crédito rotativo**

– O Conselho Monetário Nacional restringiu para 30 dias o prazo do crédito rotativo do cartão de crédito. Vencido esse prazo, as operadoras ficam obrigadas a oferecer outras maneiras para o cliente quitar seu débito, por meio de linhas de crédito com juros menores que o rotativo. A medida foi implementada por meio da Resolução nº 4.549, de janeiro de 2018.

### **eSocial cria base única de informações**

– A Receita Federal já iniciou o cadastramento de grandes empresas no eSocial, Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas. Instituído pelo Decreto nº 8.373/2014, o eSocial vai agrupar todas as informações dos empregadores relativas a seus funcionários, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS). Os dados terão transmissão eletrônica. O eSocial, segundo a Receita, deverá reduzir a burocracia, racionalizando e simplificando para as empresas, pelo cumprimento de obrigações em um só local virtual. Desde janeiro de 2018, as empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões anuais começaram a suprir o eSocial, havendo um cronograma para as demais empresas até o fim de 2019.



## Apoio a Projetos de Desenvolvimento Regional

– A Secretaria de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Social, empenhou no ano, até setembro de 2018, cerca de R\$ 520 milhões para a recuperação de estradas vicinais, pavimentação, construção de mercados públicos, feiras, galpões para estocagem de produtos agrícolas, casa de farinha, casa de mel, aquisição de motoniveladoras, usinas de asfalto, caminhões, tratores e outras ações que combatem as carências identificadas nos municípios. Os recursos também contemplam Emendas Parlamentares e beneficiam 433 prefeituras em 24 estados. O Ministério também fez a descentralização de cerca de R\$ 50 milhões às entidades vinculadas, como para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

O Ministério também fez a descentralização de cerca de R\$ 50 milhões às entidades vinculadas, como para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

O Ministério também fez a descentralização de cerca de R\$ 50 milhões às entidades vinculadas, como para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

**BNDES Giro liberou R\$ 7,6 bi** – Um ano após o lançamento do BNDES Giro, em agosto de 2017, cerca de R\$ 7,6 bilhões foram liberados a pequenos empresários. Uma das novidades é a facilidade de aprovação do financiamento, com liberação dos recursos em até em 24 horas. Além de celeridade e custos menores, a linha de

crédito amplia a inclusão, atraindo micro e pequenas empresas iniciantes em negócios com a instituição de fomento. Também ganharam força as operações realizadas na plataforma on-line (28%), com aprovação automática de operações e conexão aos processos virtuais dos agentes financeiros do BNDES.

## Distribuição dos resultados do FGTS

– A distribuição de resultados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prevista na Lei nº 13.446, de 25 de maio de 2017, garantiu o crédito de R\$ 7,3 bilhões

**Liberação de saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)** – O Governo liberou o saque dos saldos do FGTS para contas inativas até 31 de dezembro de 2015. A decisão injetou mais de R\$ 44 bilhões na economia, com um impacto de 0,61% no Produto Interno Bruto (PIB). No total, aproximadamente 25,9 milhões de pessoas retiraram o dinheiro. Os saques do FGTS foram realizados até o dia 31 de julho de 2017.

do lucro líquido do Fundo a 88 milhões de trabalhadores em agosto de 2017, elevando o rendimento em 2,03%. Com isso, a remuneração do FGTS referente a 2016 passou de 5,11% para 7,14%, superando a inflação do ano (IPCA – 6,28%). Em agosto de 2018, foram distribuídos R\$ 6,23 bilhões, benefi-

ciando 90,7 milhões de trabalhadores. O índice de correção, referente a valores de 2017, ficou em 5,59%, maior do que a inflação de 2,95%.

Conforme a Lei, o percentual de distribuição de resultados do FGTS é de 50% do lucro líquido do exercício anterior. A lei estabelece ainda que os valores creditados nas contas dos trabalhadores sejam proporcionais ao saldo da conta vinculada apurada no dia 31 de dezembro do ano anterior.



**Lei de Governança das Estatais** – A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, estabeleceu requisitos rígidos de governança, transparência e gestão, regras sobre licitações e contratos, obras e serviços e aquisição e alienação de bens para as estatais e sociedades de economia mista. Além disso, definiram critérios para a nomeação de diretores, membros do conselho de administração e de presidentes em empresas públicas e de sociedade mista.

O prazo das empresas estatais federais para adequação à lei terminou em 30 de junho de 2018. A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) implantou o IG-SEST, indicador de governança que busca conformidade com as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência para as empresas estatais federais de controle direto da União. A primeira certificação IG-SEST ocorreu em novembro de 2017.



### Redução de juros da Caixa para financiamento imobiliário

– Em novembro de 2016, a Caixa Econômica Federal reduziu 0,25% no crédito imobiliário para pessoas física e jurídica, dentro do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Para clientes que adquirirem imóveis novos ou na planta, cuja construção tinha sido financiada pela Caixa, e fizerem a opção de receber o salário pelo banco, as taxas de juros passam a ser ainda menores – iguais às oferecidas aos servidores públicos.

O objetivo da medida é estimular o setor da construção civil e fomentar os financiamentos imobiliários. A redução permanece vigente até o momento.

Em 16 de abril de 2018, a instituição reduziu em até 1,25% a taxa de juros do financiamento imobiliário com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). A taxa mínima caiu de 10,25% ao ano para 9% ao ano. Em um empréstimo de R\$ 300 mil, em 30 anos, a economia aproximada é de R\$ 50 mil, sem considerar a TR.



### Nova Lei das Agências Reguladoras

– Em fase final de tramitação no Congresso, a nova Lei das Agências Reguladoras (PL 6.621/16) vai unificar as regras sobre gestão, poder e controle social das agências reguladoras. Sobretudo, pretende garantir a autonomia e dar mais transparência, evitando a interferência dos setores privado e público nessas autarquias.

A proposta do Governo vai ao encontro das boas práticas regulatórias propostas pelo Banco Mundial e Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o intuito de aprimorar os processos de governança das agências.

Criadas para fiscalizar a prestação de serviços públicos por empresas, as agências reguladoras controlam a qualidade dos serviços e estabelecem regras para setores como petróleo, telefonia, energia elétrica, medicamentos, alimentos, planos de saúde e transporte de passageiros.

### Programa de Operador Econômico

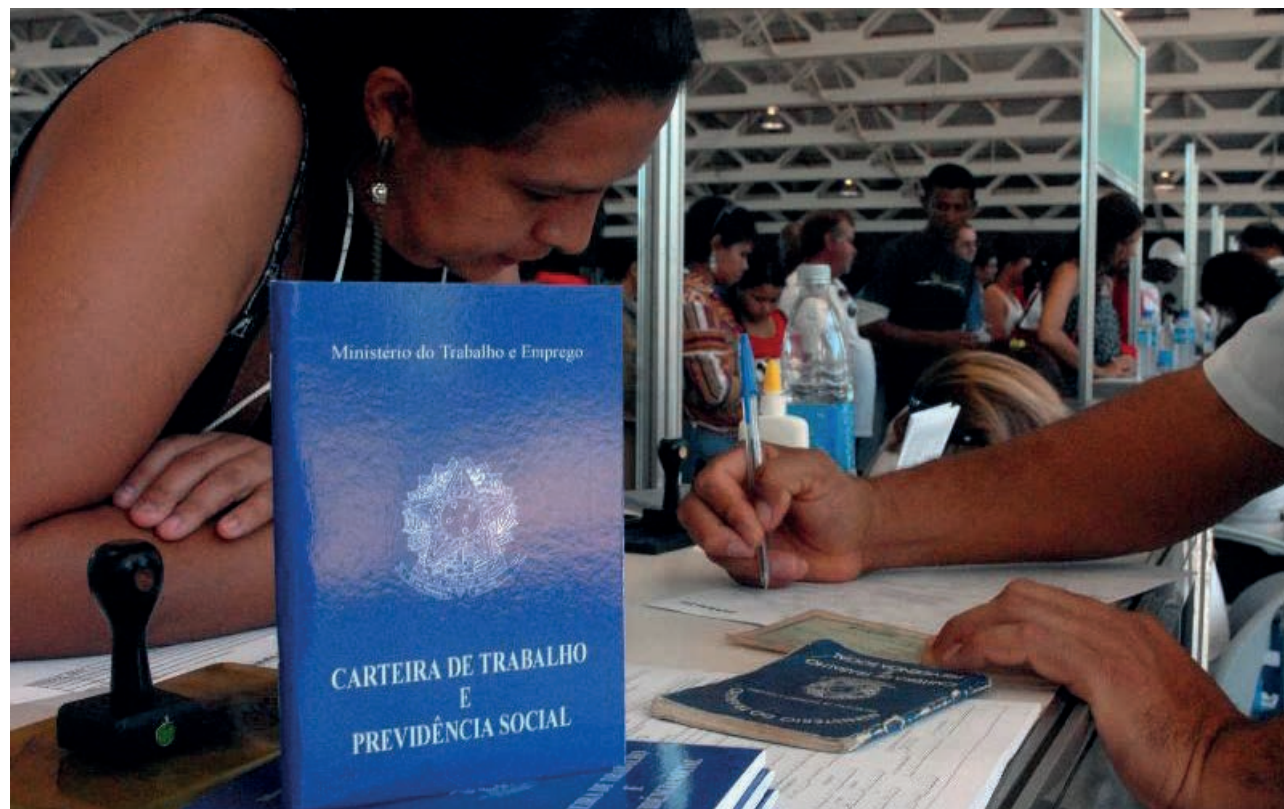
**Autorizado – OEA** – O Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA) consiste na certificação, pela Receita Federal, de intervenientes da cadeia logística que representam baixo grau de risco em suas operações de comércio exterior, tanto em termos de segurança física da carga quanto em relação ao cumprimento de suas obrigações aduaneiras.

No Brasil, a implementação do Programa OEA se dá em três fases: OEA-Segurança (OEA-S); OEA-Conformidade (OEA-C) – ambas já implementadas – e, por último, já em processo de implantação, o denominado OEA-Integrado. O programa OEA é visto internacionalmente como um dos grandes agentes de transformação, capaz de impactar positivamente o ambiente de negócios de um país e de suas trocas internacionais. Dentre seus objetivos constam: proporcionar maior agilidade e previsibilidade no fluxo do comércio internacional; implementar processos de trabalho por meio de gestão de risco que visem a modernização das operações aduaneiras; elevar o nível de confiança no relacionamento entre os operadores econômicos, a sociedade e a Receita Federal e firmar Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARM) que estendam os benefícios ao país de destino das exportações.

### Novo marco regulatório do pré-sal

– Lei nº 13.365, sancionada em 29 de novembro de 2016, desobriga a Petrobras de ser a operadora de todos os blocos de exploração do pré-sal em regime de partilha de produção. A nova legislação faculta à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. A mudança abre oportunidade para os leilões ocorrerem com ou sem a participação da Petrobras.





*A nova legislação trabalhista já produz efeitos positivos. A quantidade de ações ajuizadas entre dezembro do ano passado e maio último caiu de 1,3 milhão para 774 mil novos processos. Desde a implementação da reforma, em 11 de novembro do ano passado, predomina a tendência de baixa. Em 2017, a média de processos foi de 225,6 mil por mês. Em 2018, a média dos novos processos abertos na Justiça do Trabalho caiu para 137,9 mil até junho. De outubro de 2017, mês anterior ao início da vigência da modernização da CLT, até setembro de 2018, o saldo de emprego segundo o Caged é de 459.217 novas vagas. No acumulado do ano de 2018, esse saldo chega a 719.089 novos empregos.*

**Modernização trabalhista** – A nova lei trabalhista entrou em vigor em novembro de 2017 com o objetivo de tornar o País mais competitivo, mais produtivo e com mais empregos. Na prática, isso significa melhores relações entre trabalhadores e empregadores, com novas regras para parcelamento de férias, compensação de jornada de trabalho, intervalo intrajornadas, plano de cargos e salários, banco de horas e trabalho remoto.

**Marco Legal das Telecomunicações** – Foi aprovado na Câmara dos Deputados, em 29 de novembro de 2016, projeto de lei que altera o marco regulatório das Telecomunicações, cabendo ao Senado Federal ainda analisar a proposta. As novas regras trazem importantes mudanças, tanto para os consumidores como para as empresas. Para os consumidores, dentre

outros benefícios, está previsto o fim da cobrança de roaming.

Para as empresas, está prevista menor burocracia para a instalação de antenas de telefonia nos municípios e para exploração de satélite, bem como isenções e flexibilizações no pagamento das taxas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust), contribuindo para a atração de investimentos e expansão dos serviços. O novo marco legal das Telecomunicações também permite à Anatel modificar a modalidade de licenciamento do serviço, de concessão para autorização, criando oportunidades para impulsionar novos investimentos e contribuir para a retomada do crescimento da economia. Atualmente, o projeto de Lei tramita no Senado Federal, aguardando deliberação.

**Marco Legal de Ciência e Tecnologia** – O novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016) promoveu importantes alterações na legislação referente às atividades de ciência, tecnologia e inovação, notadamente na Lei nº 10.973, de 02/12/2004, a conhecida Lei da Inovação. O Decreto nº 9.283, publicado em 7 de fevereiro de 2018, regulamentou os diversos dispositivos da lei, aprimorando as medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, tais como a simplificação na celebração de convênios para pesquisa pública, maior facilidade para a internacionalização de ICTs, aumento da interação entre ICTs e empresas, incremento de incentivos para a promoção

de ecossistemas de inovação, diversificação de instrumentos financeiros de apoio à inovação, maior compartilhamento de recursos entre atores públicos e privados, simplificação de procedimentos de importação de bens e insumos para pesquisa, novos estímulos para a realização de encomendas tecnológicas, flexibilidade no remanejamento entre recursos orçamentários e simplificação da prestação de contas de projetos de pesquisa.

**Medidas para desburocratização** – O Governo Federal tem tomado iniciativas no sentido de simplificar a prestação de serviços públicos ao cidadão, dentre as quais se ressalta a edição dos Decretos nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e nº 9094, de 17 de julho de 2017.

As medidas partem do princípio da boa-fé na relação do Estado com os usuários do serviço público, com a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos e o fim da exigência de entrega de documentos que constem em uma base de dados oficial da administração pública.

Além disso, instituem a Carta de Serviços ao Usuário, onde são divulgadas as formas de acesso aos serviços e os compromissos e padrões de qualidade do atendimento.

Os normativos ainda preveem a participação de cidadãos e empresas no processo de simplificação através do Simplifique!, plataforma para os usuários apresentarem críticas e sugestões ao



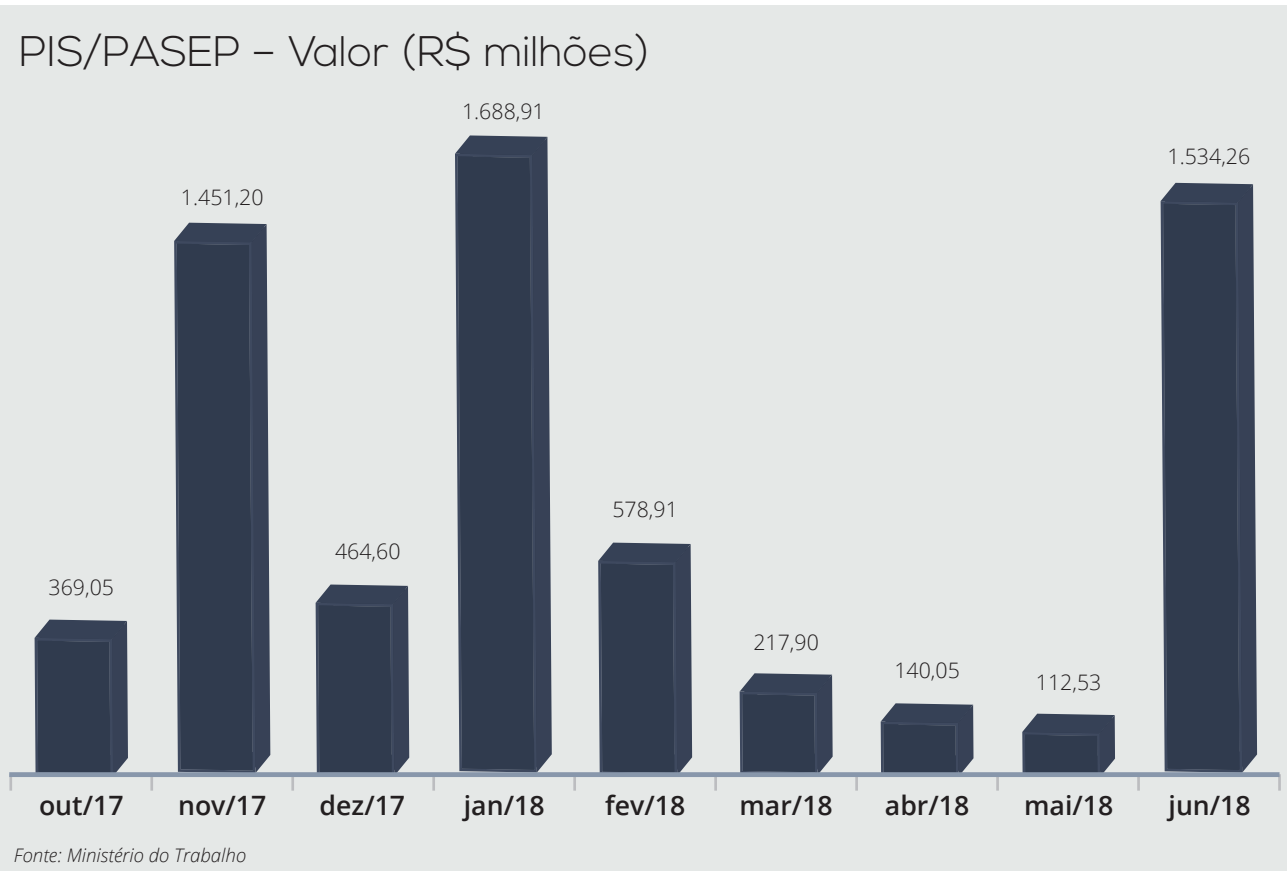
Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal.

Determinam também a utilização de pesquisa de satisfação através do Portal de Serviços do Governo Federal (servicos.gov.br), que já conta com 537 serviços digitais e soluções tecnológicas para melhorar as condições de atendimento e de compartilhamento das informações.

**Recuperação da Petrobras** – Depois dos fortes prejuízos causados pelo desvios de recursos, a Petrobras se recupera e amplia resultados positivos em 2018. No primeiro semestre, o lucro líquido foi de R\$ 17 bilhões, impactado pelo aumento do preço do petróleo no mercado internacional e pela valorização do dólar. Alta de 257% sobre igual período de 2017, quando o lucro ficou em R\$ 4,8 bilhões. Ao fim de

setembro, a companhia fechou acordo com autoridades norte-americanas para pagar US\$ 853 milhões (R\$ 3,4 bilhões à época) e encerrar as investigações e garantir que a estatal não será mais processada por ações de corrupção naquele país. Nas demonstrações financeiras do primeiro semestre, houve redução de 13% no endividamento em relação a dezembro de 2017, para o equivalente a US\$ 73,6 bilhões, segundo a companhia.

**Saques de cotistas do Fundo PIS-PASEP** – Em ações simultâneas, o Governo ampliou os benefícios para os cotistas do PIS/Pasep. A Lei nº 13.677, de 13/06/18, reduziu para 60 anos a idade mínima para saques de homens e mulheres. Além disso, permitiu a abertura de uma janela temporária de saque para todos os cotistas, independentemente de idade, até 29/06/18. Outro decreto estendeu o prazo



final de saque para o final de setembro. Após esse prazo, o saque volta a ser restrito para idade a partir de 60 anos e as outras situações permitidas por lei. Com as novas regras, foram sacados R\$ 18 bilhões. A segunda MP, em vigor, reduziu a idade mínima para 60 anos, tanto para os homens quanto para as mulheres. Até o início de julho de 2018, 4,789 milhões de cotistas sacaram R\$ 6,5 bilhões.

## Modernização e Produtividade

**Declaração Única de Exportação** – O Programa Nacional de Aceleração de Startups é uma iniciativa do Governo Federal, criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), em parceria com aceleradoras. Apoia as empresas nascentes de base tecnológica com até quatro anos de existência e que desenvolvam produtos e serviços inovadores utilizando software, hardware ou serviços de tecnologia da informação e comunicações (TICs). Seleccionadas em maio de 2018, 46 empresas nascentes de 14 estados trabalham com 13 aceleradoras qualificadas pelo Programa, com acesso a R\$ 9,7 milhões em investimentos.

As participantes também recebem bolsas para pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) de até R\$ 200 mil. As principais áreas de atuação dessas startups são: saúde (7), tecnologia da

informação e telecomunicações (4), educação (3), finanças (3), varejo (3), agronegócio (2), segurança e defesa (2), automotivo (1), eventos e turismo (1) e moda e beleza (1). As 13 restantes atuam em setores transversais. O Start-Up Brasil faz parte do compromisso do Governo Federal, assumido na Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, de apoiar pelo menos 200 startups por ano em programas governamentais.

**MDIC lança Estratégia BIM-BR** – O Governo Federal lançou a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM-BR, Building Information Modelling ou Modelagem da Informação da Construção. O BIM é a troca do desenho usual de projetos para modelos em 3D, como se fossem maquetes, permitindo criar modelos virtuais de uma obra.

A Estratégia quer propagar a aplicação da moderna tecnologia de inovação à construção de edifícios, com maior segurança e eficiência de cálculos. O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) traçou metas e ações para o período de 2018 a 2028, como: aumentar a produtividade das empresas em 10% (produção por trabalhador onde o BIM for adotado); reduzir custos de produção em 9,7%; aumentar em 10 vezes a adoção do BIM e impulsionar a variação positiva do PIB setor, da média atual de 2% para 2,6% anuais.

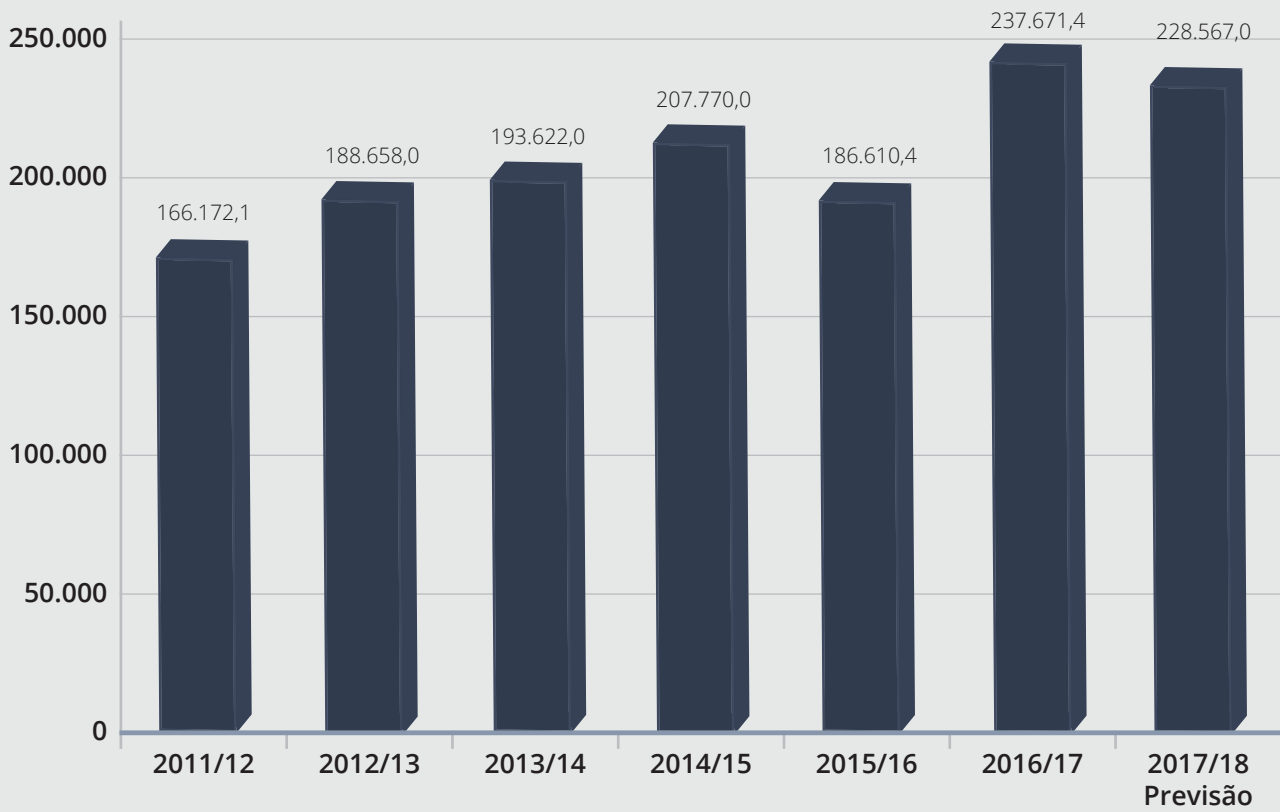
**Crédito para desenvolvimento regional** – Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste

(FNE) e Centro-Oeste (FCO) contrataram, de janeiro a agosto de 2018, o montante de R\$ 23,8 bilhões, em 423.795 operações de crédito, para investimentos em atividades produtivas, aquecendo assim a economia e gerando emprego e renda nas três regiões. O resultado obtido em 2018 – um recorde na história dos fundos – foi 55% maior em relação ao mesmo período de 2017, quando foram aplicados R\$ 15,4 bilhões.

# Agricultura e Mineração

**Estimativa da safra 2017/2018** – A produção da safra de grãos 2017/2018 está estimada em 226 milhões de toneladas, conforme sexto levantamento divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Deverá

Evolução da Safra Agrícola Nacional



ser a segunda maior de todos os tempos (a maior safra da história foi a de 2016/2017, com 237,7 milhões de toneladas).

**Plano Agrícola** – No Plano Safra 2017/18 (julho 2017/julho 2018) foram efetuados 560,3 mil contratos de crédito agrícola, totalizando R\$ 149 bilhões. No primeiro bimestre do Plano Agrícola e Pecuário

2018/19 (julho-agosto 2018), houve um acréscimo de 45%, atingindo R\$ 34,1 bilhões, com 139.155 operações, na comparação com o mesmo período da safra passada. O desembolso é o maior dos últimos cinco anos. Na safra 2014/15 foram R\$ 25,5 bilhões; em 2015/16 foram R\$ 26,6 bilhões; na safra seguinte, 2016/17, foram R\$ 19,5 bilhões; e na safra passada, 2017/18, foram R\$ 23,6 bilhões.

Do total de recursos liberados, o destaque fica para as operações de custeio, que totalizaram R\$ 20,8 bilhões, o equivalente 111.245 operações e um aumento de 35%.

**Renegociação de dívidas de agricultores do Norte e do Nordeste** – Em 2016, foi editada a Medida Provisória nº 733, de 28 de setembro de 2016, que possibilitou a liquidação e renegociação de dívidas dos produtores rurais na área de atuação da Sudam e Sudene com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte – FNO e do Nordeste – FNE, com desconto de até 95% do valor da dívida. Na região Norte, de um total de 215.833 dívidas passíveis de renegociação e liquidação com o FNO, foram

renegociadas cerca de 38,1 mil operações até agosto de 2018.

Na região Nordeste, são mais de 800 mil contratos passíveis de renegociação e liquidação com o FNE. Até agosto de 2018, foram realizadas 254,8 mil renegociações e liquidações.

A Lei nº 13.606 de 2018 prorrogou o prazo para 27 de dezembro de 2018.

A renegociação e liquidação possibilitou que milhares de famílias de agricultores regularizassem sua situação, que foi gravemente afetada em decorrência de fatores como a seca no Nordeste.





**Revitalização da Indústria Mineral Brasileira** – O Governo atuou fortemente para melhorar o ambiente de negócios e garantir estabilidade jurídica e regulatória, de modo a incentivar a retomada de investimentos no setor mineral do País. Entre as ações, destaca-se o aperfeiçoamento da legislação do setor mineral, com o objetivo de recuperar a credibilidade e a segurança jurídica demandadas pelos investidores, com vistas à retomada do crescimento.

Entre as realizações estão:

- **Regulamentação do Código de Mineração** (Decreto-Lei nº 227/1967), feita por meio do Decreto nº 9.406/2018;
- **Atualização da legislação de regência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)**, por meio da publicação da Lei nº 13.540/2017, e dos Decretos nº 9.252/2017, que estabelece a metodologia de cálculo para o valor de referência para fins de cálculo de CFEM, e nº 9.407/2018, que regulamenta a distribuição de CFEM aos municípios afetados pela atividade de mineração.
- **Criação da Agência Nacional de Mineração – ANM** em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio da publicação da Lei nº 13.575 de 2017.

## Promoção do Turismo

**Ampliado visto para tripulante de cruzeiros marítimos** – A publicação do Decreto nº 9.500, em 10 de setembro de 2018, alterou a Lei de Migração (13.445/17), ampliando o prazo de 90 para 180 dias nos vistos de residência para fins de trabalho de imigrantes que exerçam atividade laboral de marítimo, com ou sem vínculo empregatício, no País. A medida afasta o risco de o Brasil ter temporadas reduzidas de navios de cruzeiros (Clia Brasil). Em média, os navios de longo curso permanecem 120 dias em operação aqui. Uma eventual redução para 90 dias representaria perdas em torno de 25% na movimentação econômica e geração de emprego, segundo o Ministério do Turismo. De acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), um cruzeirista gasta mais de R\$ 500 em cada escala.

**Apoio a projetos de infraestrutura turística** – O Ministério do Turismo desembolsou R\$ 578 milhões em 2017 para melhorar a infraestrutura turística do país. Ao todo foram 1.099 obras entregues em 24 estados, como a pavimentação de vias em destinos turísticos, sinalização turística, reforma de praças, construção e reforma de centros de convenções, construção de centro de eventos e Centros de Atendimento ao Turista (CAT), entre outros.



**Brasil + Turismo (atualização do Mapa do Turismo Brasileiro)** – O Mapa do Turismo Brasileiro, que norteia a definição de políticas públicas para o setor e o direcionamento de verbas federais, foi atualizado pelo Ministério do Turismo em setembro de 2017: agora são 3.285 municípios em 328 regiões turísticas – crescimento de 51% frente a 2016. Depois, em fevereiro, o MTur atualizou a categorização (classificação de “A” a “E”) desses municípios que declararam adotar o turismo como estratégia de desenvolvimento. Essa classificação serve como ferramenta de gestão e acompanhamento do desempenho da economia do turismo local. A atualização do Mapa do Turismo Brasileiro é feita a cada dois anos, para que os municípios se organizem e

para que os recursos federais sejam direcionados às regiões realmente vocacionadas ao turismo.

**Brasil + Turismo (fortalecimento dos órgãos estaduais de turismo)** – Repasse de R\$ 5,4 milhões para os órgãos estaduais de Turismo, objetivando a estruturação das regiões turísticas do Mapa Brasileiro do Turismo. Os recursos serão destinados para elaboração de projetos executivos, planos de desenvolvimento integrado do turismo sustentável e de marketing, entre outros. O MTur divulgou o resultado final da chamada pública em setembro de 2017: ao todo, nove estados brasileiros foram contemplados e receberão R\$ 250 mil por projeto, em um total de 13 projetos selecionados.



**Brasil + Turismo (nova regra para voos de férias)** – Teve início, no final de março, a nova regra para voos charters, os chamados voos de férias, que deixaram de necessitar da autorização prévia da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O Ministério do Turismo estima que a normatização resultará na

entrada de dez milhões de brasileiros no mercado de viagens, além de contribuir com a melhoria da infraestrutura dos aeroportos de pequeno porte, que deverão passar a contar com aparelhos de raio-x e bagagens para aumentar a segurança do voo e dos passageiros, o que poderá despertar o interesse das

empresas em começarem a operar voos regulares.

#### **Brasil + Turismo (parques temáticos)**

– Para atrair grupos de investidores estrangeiros para parques temáticos e tornar sustentáveis os já existentes no País, o Brasil + Turismo adotou medidas

para adequar o conceito de parques temáticos na Lei Geral do Turismo e nos decretos e portarias relacionados. Equipamentos sem similares na indústria nacional, destinados a parques temáticos, foram adquiridos no exterior sem pagamento do imposto de importação até 6 de outubro de 2018. A medida consta da Resolução nº 4 da Câmara de Comércio Exterior (Camex), publicada no Diário Oficial da União, no dia 6 de fevereiro.

A resolução enumera sete itens a serem beneficiados com a redução temporária do imposto de importação de até 20% para zero. A iniciativa deverá resultar em investimento de R\$ 42,5 milhões.

#### **Decreto define obras de acessibilidade em hospedagem**

– Por meio do Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018, o Presidente da República finalizou importante medida prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência, que demorou 15 anos para ser aprovado. O decreto regulamentou o artigo 45 do Estatuto (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), definindo como serão concebidos projetos arquitetônicos para acessibilidade em hotéis, pousadas e similares. A base são as normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A medida será referência para cerca de 32 mil estabelecimentos de hospedagem e deverá beneficiar o turismo de cerca de 45 milhões de brasileiros com necessidades especiais, além de turistas estrangeiros.





**Formação e geração de empregos no turismo** – A disseminação de atividades de formação e geração de empregos na área do turismo foi um dos destaques do Governo. O Ministério do Turismo buscou intensificar a oferta de programas e parcerias que contribuem para a qualificação profissional de jovens e adultos, principalmente cursos gratuitos, presenciais e virtuais, onde o foco é a excelência no atendimento ao turista. O Pronatec Voluntário, por exemplo, abriu cerca de 630 mil vagas a maiores de 15 anos, em 31 cursos de instituições privadas habilitadas pelo Ministério da Educação (MEC). A plataforma on-line do Programa Brasil Braços Abertos qualificou mais de 21,7 mil alunos que foram inscritos no ensino a distância. Já o Mediotec Turismo teve 17,1 mil vagas, em 72 cursos presenciais e a distância, entre 2017 e 2018.

Também foram concluídas obras de infraestrutura turística, até setembro de 2018, com investimentos de R\$ 72,6 milhões, tais como: duplicação da rodovia AL-220, trecho Barra de São Miguel/BR-101; construção da Fábrica do Samba – São Paulo; sinalização turística Parnaíba/PI e sinalização turística – Penedo/AL.

Já no Selo + Turismo foram apresentadas 58 propostas de aquisição, até o terceiro trimestre de 2018, com o objetivo de cadastramento de projetos para financiamento. A demanda junto ao

BNDES atingiu R\$ 1,8 bilhão, com 70% das propostas oriundas da região Sul.

**Governo investe R\$ 2,5 bilhões em empresas de turismo** – De janeiro a setembro de 2017 a Caixa Econômica, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e BNDES emprestaram cerca de R\$ 2,5 bilhões para as empresas do setor de turismo. As linhas de crédito destinaram-se à construção e reforma de hotéis, bares, restaurantes, agências de viagens, parques temáticos e outras atividades relacionadas.

**Infraestrutura Turística** – Atualmente, com uma carteira de 5,7 mil obras de infraestrutura e atuando em 3.285 municípios que abrangem 328 regiões turísticas, o Ministério do Turismo entrega, anualmente, em média, mil obras de infraestrutura turística.

Realizadas nos municípios através de investimentos do Ministério, as obras visam fomentar o turismo local, seja por melhoria aos acessos dos destinos turísticos por meio de construção de estradas, seja pela implantação de sinalização turística, construção de terminais rodoviários e demais obras de infraestrutura, dentre as diversas apoiadas pelo MTur.

As obras alavancam a economia local e geram empregos diretos e indiretos, contribuindo para o desenvolvimento local e regional. No período entre janeiro e setembro de 2018, foram concluídas

476 obras com investimentos de R\$ 210.771.709,20, em 463 municípios de 20 estados da Federação.

**Pequenos programas de grande apelo turístico** – A disseminação de atividades de formação e geração de empregos na área do turismo foi um dos destaques do Governo.

O Ministério do Turismo buscou intensificar a oferta de programas e parcerias que contribuem para a qualificação profissional de jovens e adultos, principalmente cursos gratuitos, presenciais e virtuais, onde o foco é a excelência no atendimento ao turista.

O Pronatec Voluntário, por exemplo, abriu cerca de 630 mil vagas a maiores de 15 anos, em 31 cursos de instituições privadas habilitadas pelo Ministério da Educação (MEC).

**Política de Céus Abertos com os Estados Unidos** – Por meio do Decreto Legislativo nº 15, de 2018, o Congresso Nacional aprovou acordo sobre a política de Céus Abertos, entre o Brasil e os Estados Unidos.

Na prática, esse tipo de acordo permite aumentar o número de voos entre os dois países, com o direito de sobrevoar o território do outro país sem pousar, bem como a possibilidade de fazer escalas para fins não comerciais. Também fica prevista a abertura ou encerramento de novas rotas

entre Brasil e os EUA, de forma livre, sem os limites de 301 voos semanais atuais. Acordo semelhante está em estudo com países da Europa.

**Turismo sustentável e infância** – No âmbito do Programa, que trabalha a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, foram realizadas três ações no estilo “câmera escondida” para o período do carnaval de 2017, com o objetivo de alertar turistas e setor produtivo sobre possíveis situações de exploração, além de estimular a realização de denúncias pelo “Disque 100”.

O conteúdo foi utilizado nas redes sociais, portal do MTur e divulgado nas TVs de bordo das principais companhias aéreas brasileiras. Também foi produzido material impresso, divulgado em revistas de bordo.

**Desenvolvimento dos Parques Nacionais** – O Governo Federal publicou a Lei nº 13.668/2018, que, dentre outros temas, estabelece o marco legal para a concessão de serviços de apoio à visitação em Parques Nacionais com o objetivo de estimular e ampliar o número de visitantes nas Unidades de Conservação do País.

Com as concessões de serviços (centro de visitantes, transporte interno, espaço de campismo etc.), busca-se melhorar as condições de preservação do patrimônio natural e ampliar o potencial de visitação dos Parques Nacionais.

## Reequilíbrio Fiscal

**Acordo de Leniência prevê retorno de R\$ 2,7 bi** – Advocacia-Geral da União (AGU) e Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União firmaram acordo de leniência com a construtora Odebrecht, investigada na Operação Lava Jato.

A empresa pagará R\$ 2,72 bilhões, ao longo dos próximos 22 anos, corrigidos pela taxa básica de juros Selic.

O ressarcimento abrange pagamentos de danos, enriquecimento ilícito e multas, no âmbito de 49 contratos fraudulentos envolvendo recursos públicos federais.

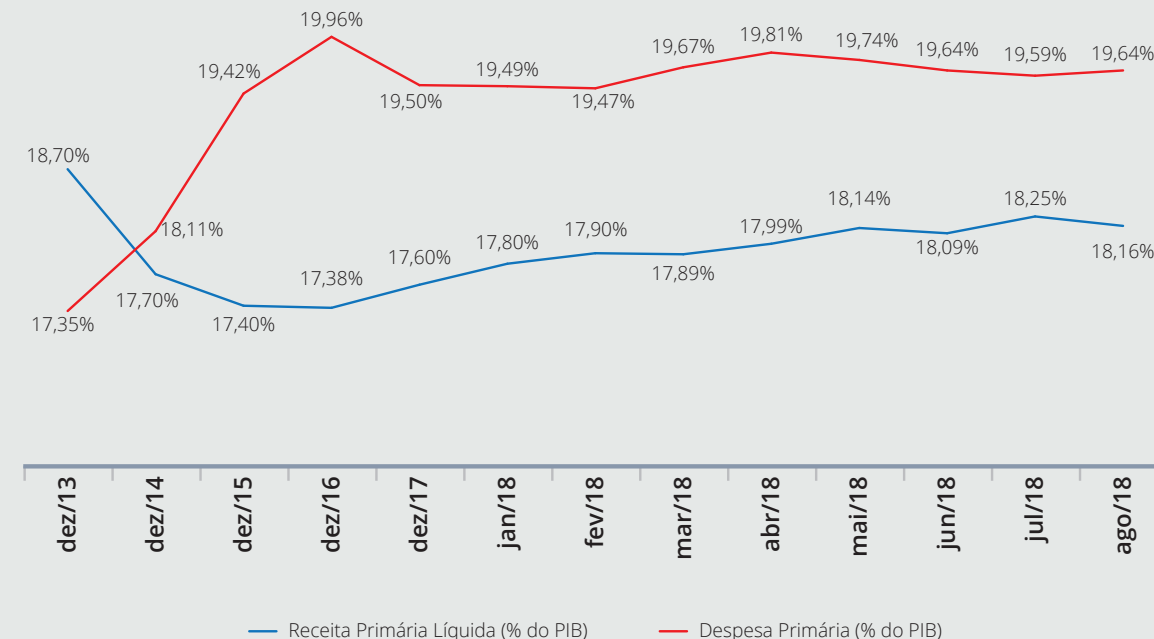
**DRU aprovada até 2023** – Promulgada pelo Congresso Nacional em setembro de 2016, a Emenda Constitucional nº 93 desvincula 30% das Receitas da União até dezembro de 2023.

A Desvinculação de Receitas da União (DRU) é um mecanismo que permite ao Governo Federal usar livremente parte dos recursos orçamentários com despesas que considerar mais importantes.

A principal fonte de recursos da DRU são as contribuições sociais, que correspondem a cerca de 90% do montante desvinculado. A autorização deixa livre o uso de 30% de receitas que hoje são “engessadas”, isto é, destinadas a despesas específicas.



## Receita Primária Líquida X Despesa Primária – % do PIB



Fonte: Ministério da Fazenda / SICONFI

**Renegociação da dívida dos estados** – O Projeto de Lei Complementar nº 343/2017 foi aprovado na Câmara dos Deputados em abril e convertido na Lei Complementar nº 159 em maio de 2017. Até o momento, o Rio de Janeiro foi o único estado que aderiu ao RRF. O Rio Grande do Sul negocia sua entrada no regime.

**Repatriação de capital** – A aprovação da repatriação de capital permitiu a regularização de recursos mantidos no exterior, pagando tributo e multa. Em 2017, houve nova abertura de prazo para a repatriação de recursos por meio da Lei nº 13.428, de 30 de março de 2017.

**Teto de gastos para o reequilíbrio fiscal** – O Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 95, ao fim de 2016, conhecida como Teto de Gastos. Foi crucial para tentar estancar o descontrole

dos gastos públicos em que o País estava mergulhado, colocando limite no crescimento das despesas federais, que não poderão aumentar pelos próximos 20 exercícios financeiros. Desde 2017, as despesas primárias (sem juros da dívida ou correção cambial) ficaram restritas ao que foi gasto no ano anterior, corrigidas pela inflação. A norma foi crucial ao criar um mecanismo para o Governo Federal buscar o reequilíbrio fiscal, como o déficit da Previdência Social, que corresponde a mais de 40% das despesas gerais. Segundo o Tesouro Nacional, entre 1997 e 2015, as despesas obrigatórias do Governo subiram mais que o dobro da inflação acumulada no período.





# Eixo Infraestrutura

A exemplo de outros setores que contribuíram, decisivamente, para o Brasil vencer a pior recessão econômica de sua história, a infraestrutura do País voltou, em pouco mais de dois anos e meio, a atrair oportunidades de investimentos, propiciando o desenvolvimento tecnológico e industrial, e a geração de novos empregos. Para essa mudança de cenário em um prazo tão curto, duas ações em especial, foram determinantes para recolocar o Brasil na busca pela eficiência, pelo melhor desempenho e com foco nos resultados e nos ganhos de produtividade.

A primeira delas foi a criação, em 2016, do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o Avançar Parcerias, com o objetivo de destravar os processos de concessões, serviços e empreendimentos. A interação entre o Estado e a iniciativa privada foi ampliada e fortalecida por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização. Até o momento, o Avançar Parcerias totaliza 191 projetos qualificados, dos quais 103 já concluídos, com previsão de geração de investimentos nos próximos anos da ordem de R\$ 228,2 bilhões.

Ao todo, são 88 projetos em andamento (R\$ 152 bilhões em investimentos) e 36 com previsão de entrega para este ano (R\$ 74,2 milhões), divididos pelas seguintes áreas: concessão de óleo e gás (R\$ 176,8 milhões;

transmissão de energia - concessão (R\$ 27,5 milhões); geração de energia (R\$ 8,2 milhões); distribuição de energia - privatização (R\$ 6,8 milhões); concessão de aeroportos (R\$ 6,6 milhões); terminais portuários (R\$ 2,3 milhões).

A outra grande ação do Governo na área da infraestrutura foi o anúncio, em maio de 2017, do programa “Agora é Avançar”, com previsão de investimentos de R\$ 130 bilhões para retomada de obras paradas e projetos de infraestrutura em parceria com a iniciativa privada. Três subdivisões constituem o programa: o Avançar, com R\$ 42,1 bilhões de recursos do Orçamento para 6.233 obras, o Avançar Cidades, com R\$ 29,9 bilhões da Caixa Econômica e do FGTS para 1.109 projetos, e o Avançar Energia, com R\$ 58,9 bilhões de estatais de energia para 97 projetos. Até o final de 2018, a previsão é de conclusão de quase 7 mil empreendimentos nas áreas de energia, logística, defesa, social e urbana, gerando mais eficiência produtiva, trabalho e renda para os brasileiros.

O País também avançou na modernização da legislação, com regras mais claras, e na redução da burocracia na busca por novos investimentos na infraestrutura. Em maio de 2017, foi estabelecido, por meio de decreto, um novo marco regulatório para o setor portuário. As novidades incluíram a ampliação dos prazos contratuais e

liberdade para a realização de prorrogações de contratos, a simplificação de processos de autorizações e ampliações de terminais de uso privado. A expectativa do Governo é a de que o tempo para autorização de novos terminais diminua de três anos para seis meses.

Outro marco notável foi o lançamento, em julho deste ano, do Plano Nacional de Logística (PNL), incorporado ao PPI, que define os gargalos dos modais brasileiros e apresenta soluções para o País avançar, sobretudo na recuperação, ampliação e construção de ferrovias. O PLN detecta as áreas mais carentes de investimentos no setor de transporte, que deverão ser realizados pela iniciativa privada por meio do regime de concessão de alguns empreendimentos geridos pela União.

A primeira etapa do Plano Nacional de Logística já está em andamento e se estenderá até 2025. Um dos principais objetivos do PNL é reduzir a dependência da economia brasileira do sistema rodoviário no transporte de cargas. Atualmente, cerca de 75% do que é produzido no Brasil é escoado por via terrestre, ou seja, estradas e rodovias. Os estudos contidos no Plano Nacional de Logística vão indicar quais ferrovias devem ser concedidas para que a iniciativa privada promova melhorias, sem onerar os cofres públicos. Dessa forma, a União pretende reduzir em até 14% o uso das estradas para transportar cargas e fazer com que a participação dos trens

para o escoamento de mercadorias suba para 31%.

E a infraestrutura já tem o que comemorar, nesse pouco tempo de reorganização do setor. Em maio de 2017, foi realizado o lançamento do primeiro satélite geoestacionário do Brasil, que vai garantir conectividade de internet banda larga para áreas remotas do País, sobretudo na Região Norte. Também foi inaugurado o Eixo Leste do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, que já atende a mais de 1 milhão de pessoas em 32 municípios de Pernambuco e da Paraíba. O Eixo Norte do projeto já conta com 95% de execução física concluídas e, quando inaugurado, atenderá a 223 municípios de quatro estados nordestinos (Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco).

E os resultados positivos das mudanças na infraestrutura não param de surgir. O País já pode comemorar, por exemplo, a concessão de quatro aeroportos (Porto Alegre, Florianópolis, Fortaleza e Salvador), que significou a arrecadação de mais de R\$ 3,72 bilhões para os cofres públicos. Outro aeroporto já concluído e entregue é o de Vitória, administrado pela Infraero. Os êxitos não se restringem a esses casos, e há mais boas notícias a caminho. O Governo também incluiu, nas suas prioridades, a modernização e reforma de 50 aeroportos regionais em todo o Brasil, destinando mais R\$ 800 milhões em investimentos para essas ações.



**O setor de infraestrutura deu um grande salto com a criação de novos marcos regulatórios que modernizaram a legislação, reduziram a burocracia e podem atrair novos investimentos**

O programa “Agora é Avançar”, anunciado em maio de 2017, adotou o modelo de parcerias que garantem desenvolvimento e novos investimentos no País. Até o final de 2018 devem ser concluídos quase 7 mil empreendimentos nas áreas de energia, logística, defesa, social e urbana, gerando mais eficiência produtiva, trabalho e renda para os brasileiros.







## Aeroportos

**Aeroporto de Jijoca de Jericoacoara (CE)** – O Programa de Aviação Regional, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, investiu cerca de R\$ 9,3 milhões na modernização do aeroporto de Jijoca de Jericoacoara/CE.

O empreendimento é resultado das parcerias entre os Governos federal, estadual e municipal.

O Governo do estado investiu na infraestrutura, na pista, no terminal e nos acessos. A União investiu R\$ 13,9 milhões, sendo R\$ 12,3 milhões em equipamentos e R\$ 1,6 milhão em um carro de combate

a incêndio. O terminal passou a receber voos regulares após a certificação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em julho de 2017.

A obra concluída em agosto de 2018 incluiu a implantação de Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) e a construção de vias operacionais ao terminal de passageiros do aeroporto cearense.

**Aeroporto de São Luís (MA)** – Nova sala de embarque do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado. Ampliação do terminal de passageiros, com investimento de R\$ 17 milhões, para embarques remotos. Entregue em março de 2017.

**Aeroporto de Juazeiro do Norte (CE)** – O Governo Federal concluiu, em agosto de 2018, obras de reforço do pátio de aeronaves do aeroporto Orlando Bezerra de Menezes, em Juazeiro do Norte (CE). O aeroporto atende toda a região sul e centro-sul do Ceará, noroeste de Pernambuco, Alto Sertão da Paraíba e sudoeste do Piauí, representando um dos principais instrumentos para o desenvolvimento econômico daquela região.

Com um investimento de R\$ 3,15 milhões, foi ampliado o pátio de aeronaves, agora com quatro posições, além do aumento da capacidade de suporte de cargas e aceitação do tráfego de aeronaves de grande porte.

**Entrega da ampliação do novo terminal de passageiros do Aeroporto do Galeão (RJ)** – Inaugurada em maio de 2016, a nova área tem 100 mil m<sup>2</sup> e conta com 26 pontes de embarque, além de uma nova alameda que ofertará serviços de alimentação e entretenimento para os clientes do aeroporto.

Outras melhorias: instalação de seis pórticos de raio-X; 14 elevadores; 16 escadas rolantes; implantação de aplicativo com geolocalização; acessos automatizados à área de embarque; e controle de passaporte.

**Inauguração do Terminal 2 do Aeroporto de Confins (MG)** – Inauguração, em dezembro de 2016, da obra do Terminal 2.

Os investimentos possibilitaram a duplicação da capacidade do aeroporto (de 11 milhões de passageiros/ano para 22 milhões de passageiros/ano, capaz de atender a demanda até 2023).

Em números: 49 mil m<sup>2</sup> de área (em três pavimentos); 17 pontes de embarque, seis esteiras e nove escadas; 1,8 mil novas vagas de estacionamento. A data de início das obras foi outubro de 2015 e o valor investido atingiu R\$ 750 milhões, possibilitando a geração de 1,3 mil empregos diretos no pico da obra.

**Novo Aeroporto de Vitória (ES)** – Em março de 2018 foi inaugurado o novo complexo aeroportuário do Aeroporto de Vitória, com investimentos da ordem de R\$ 559,41 milhões, sob tutela da Infraero.

O empreendimento inclui um novo terminal com 30 mil metros quadrados, seis pontes de embarque e capacidade de processamento de 8,4 milhões de passageiros por ano. A nova pista de pouso tem 2 mil metros, com um novo pátio de 11 posições de estacionamento de aeronaves. O estacionamento de veículos tem capacidade para 1,5 mil vagas. Há pistas para taxiamento de aeronaves, vias de acesso de veículos e central de utilidades. As novas instalações aumentaram o nível de conforto dos passageiros, com mais segurança operacional e mais áreas comerciais. Merece destaque a criação de cerca de 1,8 mil empregos diretos e indiretos com o empreendimento.



**Reforma do Aeroporto de Rio Branco (AC)** – A Infraero entregou ao público, em abril de 2018, o novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Rio Branco Plácido de Castro, com um investimento do Governo Federal de R\$ 43,28 milhões. A reforma e ampliação possibilitou a duplicação da capacidade de processamento de passageiros, de 1,2 milhão para 2,4 milhões ao ano. Além de mais conforto no atendimento, houve melhoria nos fluxos operacionais, atendimento às normas de acessibilidade, renovação dos sistemas elétricos, eletrônicos e mecânicos e a geração de, aproximadamente, 500 empregos diretos e 1,5 mil indiretos, durante a execução das obras.



**Avançar Parcerias:** A exploração dos aeroportos localizados em Porto Alegre/RS (SBPA), Salvador/BA (SBSV), Florianópolis/SC (SBFL) e Fortaleza/CE (SBFZ) foi a leilão em 16 de março de 2017 pela Anac.

O valor total final a ser pago a título de outorga pelas concessionárias será de R\$ 3,72 bilhões, 23% a mais do que o valor de R\$ 3,01 bilhões inicialmente estabelecido pelo Governo e de 93,75% em relação à oferta mínima prevista (R\$ 754 milhões). Na assinatura do contrato, as licitantes vencedoras tiveram que pagar R\$ 1,46 bilhão, correspondente à soma dos lances finais vencedores. O restante será recolhido em favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) em parcelas anuais, a partir do sexto ano da data de eficácia do contrato (31 de agosto de 2017), corrigidas pelo IPCA/IBGE, de acordo com o prazo de concessão de cada aeroporto.

O SBSV foi arrematado pela operadora francesa Vinci Airports, por R\$ 1,59 bilhão. O vencedor do SBPA foi a alemã Fraport AG Frankfurt Airport Services, por R\$ 382 milhões. O SBFZ também foi arrematado pela Fraport por R\$ 1,505 bilhão. O vencedor do SBFL foi a operadora suíça Zurich International Airport AG, pelo total de R\$ 241 milhões. Os investimentos previstos para os quatro aeroportos são da ordem de R\$ 6,613 bilhões. Destacam-se, nesse montante aportes para construção e ampliação dos terminais de passageiros, dos pátios das aeronaves e das pistas de pouso e decolagem.



## Eficiência

**Modernização da Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.)** – Em agosto de 2017, o Ministério de Minas e Energia divulgou a proposta de redução da participação da União no capital da Eletrobras, com sua consequente democratização na Bolsa de Valores. A proposta visa trazer maior competitividade e agilidade à empresa para gerir suas operações. Essa operação também objetiva permitir à Eletrobras implementar os requisitos de governança corporativa

exigidos no novo mercado. Para esse efeito, foi realizada a Consulta Pública nº 33/2017, com ampla divulgação em todo o território nacional, contando com a participação efetiva de todos os agentes setoriais, associações de classe, universidades, investidores, instituições públicas de todas as esferas de Governo, totalizando mais de 200 contribuições que permitiram aprimorar a proposta. Em janeiro de 2018, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9.463, ainda em tramitação, que propõe a modernização da Eletrobras.



# Energia

## Quarta rodada de acumulações marginais

– A 4ª rodada de licitações de áreas com acumulações marginais de petróleo e gás natural, ocorrida em 11 de maio de 2017, na cidade do Rio de Janeiro, arrecadou R\$ 7.977.983,46 em bônus de assinatura, com um ágio médio de 1.991,52%, o maior já registrado em leilões de desse tipo. Além do bônus, estão previstos investimentos de R\$ 9,1 milhões nas áreas arrematadas, a título do Programa de Trabalho Inicial (PTI). A ANP homologou o relatório de julgamento da Comissão Especial de Licitação (CEL) e adjudicou o objeto da licitação aos vencedores, conforme decisão publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2017, e a assinatura dos contratos de concessão ocorreu até 31/08/2017. Esta rodada de concessões foi incluída no

Programa Avançar Parcerias. O leilão de novas áreas com acumulações marginais, que venham a ser devolvidas à União, serão licitadas pela ANP de agora em diante na modalidade de Oferta Permanente, cujo 1º ciclo se inicia no final de 2018.

**Energia renovável** – O Brasil está entre os dez países com maior capacidade instalada de energia eólica, ocupando o oitavo lugar. Em 2017, foram adicionados 52,57 gigawatts (GW) de potência eólica à produção mundial, totalizando 539,58 GW de capacidade instalada. Desse total, 12,76 GW estão no Brasil. Na geração de energia solar, as projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indicam que o País terá, em 2024, mais de um milhão de sistemas fotovoltaicos em funcionamento. Em 2030, o objetivo é alcançar 25 GW de capacidade instalada. Serão mais de R\$ 125 bilhões em investimentos, de acordo com especialistas do setor.



**Leilão de Energia A-6** – O leilão de Energia A-6 foi realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao fim de agosto de 2018. O resultado foi a contratação de 2,1 gigawatts em capacidade instalada, a um preço médio de R\$ 140,87 por megawatt-hora, em empreendimentos eólicos, hidrelétricos e termelétricos a gás e biomassa. O investimento previsto é de R\$ 7,6 bilhões.

## Melhoria do ambiente de negócios dos setores elétrico e de petróleo e gás

Ações adotadas estão evidenciadas no ganho do valor de mercado de empresas como a Eletrobras e a Petrobras, que chegaram a ser o dobro até meados de 2016. Além de reforçar o compromisso com a competitividade e o diálogo aberto com os mais variados atores do setor energético mineral, o MME atuou na revisão de parâmetros de leilões, ajustando preços de ativos. Esse movimento foi refletido no sucesso do leilão de transmissão realizado em outubro de 2016, que contou com investimentos da ordem de R\$ 11,6 bilhões e venda de 21 dos 24 lotes ofertados, com o maior deságio chegando a 28%. A venda da distribuidora Celg-D, com prêmio de 28% em relação ao preço mínimo estabelecido, é um bom exemplo desse movimento.

## Plano Decenal de Expansão de Energia 2026

– De acordo com o PDE 2026, aprovado em dezembro de 2017, a Oferta Interna de Energia (OIE), necessária para

movimentar a economia, vai atingir o montante de 351 milhões em 2026, como resultado do crescimento de 2% ao ano. Deste montante, as fontes renováveis podem chegar a uma participação de 48% em 2026.

**RenovaBio** – Plano lançado em dezembro de 2016 pelo Ministério de Minas e Energia com entidades do setor sucroenergético, o RenovaBio tem como objetivo aumentar a participação dos biocombustíveis na matriz energética brasileira até 2030, com a produção subindo de 28 bilhões para 54 bilhões de litros no período.

No dia 14 de março de 2018, o Presidente da República e o Ministro de Minas e Energia assinaram decreto que regula o RenovaBio.

**Fundos Constitucionais** – Financiamento de energia solar para Pessoa Física – Em abril de 2016 foi alterada a Programação dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste de forma a permitir o financiamento de placas fotovoltaicas para pessoas físicas nas regiões beneficiárias.

A referida alteração foi uma quebra de paradigma, pois ainda não tinha previsão de financiamento dos Fundos Constitucionais para pessoa física do setor não rural e, além disso, um dos maiores gargalos para o crescimento da energia solar no país é a falta de financiamento com condições diferenciadas para o setor.



### Leilões de petróleo rendem R\$ 28 bilhões

– A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) retomou a oferta de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, obtendo receita em torno de R\$ 28 bilhões. Somente os quatro leilões de partilha de produção da camada do pré-sal renderam mais de R\$ 16 bilhões, até setembro de 2018. Foram realizadas duas grandes rodadas de exploração de petróleo e gás. A 14ª rodada rendeu R\$ 3,8 bilhões em setembro de 2017, com o leilão de 287 blocos de exploração, divididos em 29 setores de nove bacias sedimentares, totalizando uma área de 123 mil quilômetros quadrados. O ágio girou em torno de 1.500%. Na 15ª rodada, em março de 2018, foram ofertados 68 blocos em 94,6 mil quilômetros quadrados de área, com a arrecadação de mais de R\$ 8 bilhões. O ágio ficou em cerca de 621%, segundo a ANP.

### Licitações de blocos de petróleo e gás natural do pré-sal sob o regime de partilha de produção

– Os leilões da 2ª e 3ª rodadas em regime de partilha de produção, com áreas dentro do polígono do pré-sal, ocorreram em 27 outubro de 2017. Na 2ª Rodada foram ofertadas quatro áreas unitizáveis, relativas aos campos de Sapinhoá e Tartaruga Verde, e aos prospectos de Gato do Mato e Carcará. Apenas a área relativa ao Campo de Tartaruga Verde não foi arrematada.

Foram arrecadados R\$ 3,3 bilhões em bônus de assinatura nesse certame. Na

3ª rodada foram ofertados os blocos exploratórios de Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central, resultando no arremate das três últimas áreas, com o pagamento de R\$ 2,85 bilhões a título de bônus de assinatura. A assinatura dos contratos dessas duas rodadas de partilha de produção ocorreu em 31 de janeiro de 2018.

A 4ª Rodada de Partilha da Produção no Pré-sal, realizada em 07 de junho de 2018 na cidade do Rio de Janeiro, arrecadou R\$ 3,15 bilhões em bônus de assinatura e gerará R\$ 738 milhões em investimentos previstos somente durante a fase de exploração. Nas licitações sob o regime de partilha da produção, as empresas vencedoras são as que oferecem ao Estado brasileiro, a partir de um percentual mínimo fixado no edital, a maior parcela de excedente em óleo. Os bônus de assinatura, também determinados no edital, são fixos.

O ágio médio do excedente em óleo ofertado na 4ª Rodada foi de 202,3%. O leilão teve três dos quatro blocos oferecidos arrematados: Uirapuru, Dois Irmãos e Três Marias. A Petrobras, de acordo com a legislação vigente, manifestou seu direito de preferência para atuar como operadora nos três blocos arrematados. O fim do prazo para pagamento do bônus de assinatura e envio do comprovante à ANP foi estipulado em 28/09/2018 e contratos deverão ser assinados até 31/11/2018.

A 5ª Rodada de Partilha aconteceu em 28 de setembro de 2018 e teve os quatro blocos oferecidos arrematados: Saturno, Titã, Pau-Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde, localizados nas bacias de Campos e Santos, dentro do Polígono do Pré-sal e em área declarada estratégica, com a participação obrigatória da Petrobras, como operador, na área de Sudoeste de Tartaruga Verde. A rodada arrecadou R\$ 6,82 bilhões em bônus de assinatura e tem

previsto R\$ 1 bilhão em investimentos na fase de exploração. O ágio do excedente em óleo ofertado foi de 170,58%. O calendário de rodadas aprovado prevê ainda a realização da 6ª Rodada de Partilha de Produção em 2019. Para compor essa rodada, encontram-se em avaliação pela ANP os parâmetros técnicos e econômicos dos prospectos de Aram, Sudeste de Lula, Sul e Sudoeste de Júpiter e Bumerangue, todos eles situados na Bacia de Santos.





## Hidroviás

**Dragagem do Rio Madeira** – A dragagem de passos críticos no Rio Madeira tem como objetivo eliminar, durante cinco anos, os gargalos criados pelo acúmulo de sedimentos no canal de navegação, o que promoverá melhoria operacional para os comboios no trecho de 1.086 km entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM). A obra deve garantir o calado mínimo de 3,5 metros necessário para a navegação

das barcaças que escoam milho e soja do oeste de Mato Grosso para os portos do Arco Norte.

O investimento total previsto no PAC é de R\$ 82 milhões, com conclusão prevista para 2021. Em 2017 foram dragados os dois pontos mais críticos, com 364 mil m³. Já em 2018, a dragagem de manutenção iniciou em 15 de junho de 2018 e tem previsão de conclusão para 30 de outubro de 2018. Percentual de execução: 30%.



## Portos

**Alinhamento e reforço do Berço 3 no Porto de Itajaí (SC)** – As obras foram concluídas em dezembro de 2017. O investimento total foi de R\$ 147 milhões na obra, o que vai permitir o aumento da movimentação portuária.

**Ampliação do cais público do Porto Novo de Rio Grande (RS)** – Obra concluída em dezembro de 2017 com investimento de R\$ 120 milhões. Inclui a construção de 1.125 metros de cais, que vai permitir o aumento da capacidade operacional do porto e a possibilidade de receber, simultaneamente, quatro navios. Além disso, será responsável pela instalação de equipamentos modernos para elevar a produtividade e a atração de novos investimentos privados com a possibilidade de concessão de retroárea (área adjacente ao porto), com novas modelagens de arrendamento.

**Dragagem Porto de Maceió (AL)** – Concluído o aprofundamento do canal de acesso ao Porto de Maceió (AL), com evolução para 12,5 metros no novo berço de atracação, além de dragagem em áreas correlatas. As obras custaram R\$ 31,7 milhões ao Governo Federal, com a melhoria do acesso de embarcações aos terminais.

**Dragagem Porto de Vitória (ES)** – Dragagem e derrocagem (retirada de rochas) do canal de acesso ao Porto

de Vitória. As novas profundidades do canal, dos berços e da bacia de manobra garantirão o acesso de navios maiores que irão representar um aumento de 30% na movimentação de carga no Porto de Vitória. Foram dragados quase 2 milhões de m³ de sedimentos e derrocados mais de 110 mil m³ de pedras. Foram R\$ 118,6 milhões em investimentos no porto Capixaba, entregue em 2 de outubro de 2017.

**Dragagem Porto do Rio de Janeiro (RJ)** – Dragagem por resultado para a ampliação ao acesso do complexo portuário do Rio de Janeiro, com aumento em 50% de sua capacidade instalada. Os navios poderão movimentar até 900 contêineres a mais, cada. Ao todo, foram investidos R\$ 237 milhões para a execução da obra.

**Inauguração da obra de reforço do cais 12 a 23 do Porto de Santos (SP)** – Como parte das comemorações dos 126 anos do Porto de Santos, no dia 2 de fevereiro de 2018, o Governo Federal fez a entrega da obra de recuperação e reforço estrutural do cais localizado entre os armazéns 12-A e 23, que conta com uma extensão de 1,7 mil metros. A obra faz parte do Programa Agora, é Avançar e teve investimento de R\$ 229 milhões.

**Leilão do terminal de passageiros do Porto de Salvador (BA)** – Em julho de 2017 foi assinado contrato com o Consórcio Novo Terminal Marítimo de Salvador (Contermas), vencedor do leilão



para o terminal de passageiros do Porto de Salvador (BA). Trata-se de prédio de 10,9 mil m<sup>2</sup>, com três pavimentos e áreas para embarque, desembarque, despacho e recebimento de bagagens, controle de migração, operações alfandegárias, check-in, restaurantes e lojas. O valor da outorga para a operação de instalação é de R\$ 8,5 milhões e a obra é do Programa Avançar Parcerias.

**Leilão do Terminal do Trigo do Porto do Rio de Janeiro (RJ)** – O consórcio Maravilha venceu o leilão realizado em abril de 2017 pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Com um valor de outorga de R\$ 1,18 milhão, o leilão foi para arrendamento da área e infraestrutura pública para movimentação e armazenagem de grãos sólidos de origem vegetal localizadas dentro do porto organizado do Rio de Janeiro (RJ).

O terminal deverá ter uma movimentação mínima de 682 mil toneladas já a partir do terceiro ano do contrato, atingindo 918 mil toneladas no 25º ano. O valor do contrato alcança R\$ 515,797 milhões e o prazo do arrendamento é de 25 anos, prorrogável por igual período. O contrato foi assinado em setembro de 2017 e a obra é do Programa Avançar Parcerias.

**Novo Marco Regulatório de Portos** – Decreto Presidencial assinado em maio de 2017 trouxe mudanças para a

regularização portuária no Brasil. Entre as principais mudanças estão a ampliação dos prazos contratuais e liberdade para a realização de prorrogações de contratos, simplificação de processos de autorizações e ampliações de terminais de uso privado.

A expectativa do Governo é a de que o tempo para autorização de novos terminais diminua de três anos para seis meses (180 dias).

**Tecon Salvador-BA e Porto de Paranaguá (PR)** – A renovação antecipada por mais 25 anos desses contratos viabiliza a injeção de investimentos nesses dois terminais já a curto prazo.

A renovação oferece maior segurança jurídica para a operação das arrendatárias e garantia de benefícios para os terminais a longo prazo. No Tecon Salvador, serão investidos R\$ 715 milhões pela empresa Wilson Sons, com previsão de geração de 500 empregos diretos e ampliação em 75% da capacidade do terminal, além de permitir a atracação de navios maiores.

Já o Terminal de Fertilizantes da Fospar S/A contará com investimentos de R\$ 134,5 milhões e geração de 428 empregos diretos.

A capacidade do terminal será ampliada, possibilitando a atracação simultânea de navios, com ganhos operacionais relevantes. A obra é do Programa Avançar Parcerias.



**Portos de Itajaí e Fortaleza recebem cerca de R\$ 80 milhões** – O Porto de Itajaí, em Santa Catarina recebeu obras de dragagem e adequação de navegabilidade, com investimentos da ordem de R\$ 38,8 milhões. Na reta final, a intervenção está restabelecendo a capacidade operacional do porto para a profundidade de 14 metros.

Recursos de igual valor foram aplicados no Porto de Fortaleza (Mucuripe), Ceará, para dragagem de aprofundamento do canal de acesso ao cais do terminal de passageiros, na profundidade de 13 metros. A conclusão das obras, incluindo gestão ambiental, deve ocorrer antes do fim de 2018.



## Programas Estruturantes

**Entregas do Programa Avançar** – No atual cenário de contenção de gastos públicos, o Governo realizou importantes entregas do Programa Avançar, lançado em novembro de 2017.

Esse programa tem por objetivo concluir mais de 7 mil obras paradas em todo o país, apresentando projetos estratégicos de 11 ministérios. São construções das áreas de saúde, educação, logística (rodovias, portos, aeroportos, hidrovias, ferrovias, recursos hídricos e saneamento), mobilidade urbana, habitação, energia, ciência e tecnologia, defesa nacional, esporte e turismo, que serão executadas até o final de 2018, alcançando cerca de 3 mil municípios. No período de novembro de 2017 a junho de 2018 foram investidos R\$ 40,02 bilhões.

**PPI completa dois anos e conclui 100 projetos prioritários** – O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) completou dois anos e, dos 191 projetos qualificados, 100 foram concluídos. Esse número corresponde a 52,3% de execução do cronograma estimado pelo programa de concessões do Governo Federal.

Os projetos concluídos receberam R\$ 39 bilhões em outorgas, com estimativa de investimento para os empreendimentos finalizados que ultrapassam os R\$ 153 bilhões. Em continuidade ao ano de

2018, ainda estão previstos no portfólio 91 projetos, que possuem investimentos previstos em R\$ 225,8 bilhões.

O PPI tem o objetivo de transformar o setor de infraestrutura do País, com ajustes no marco regulatório e no processo de aprovação dos projetos qualificados, com um novo modelo de parcerias que garante contratos com regras mais claras, participação pública, envolvimento do Tribunal de Contas da União (TCU), previsibilidade, mais tempo de preparação das propostas pelas empresas e projetos mais atrativos e sustentáveis ao longo do período de concessão.

## Riscos de Desastres

**Gestão Integrada de Riscos de Desastres Naturais** – Em dezembro de 2017 foi finalizado o projeto de Cooperação Técnica Internacional com o governo do Japão, que contou com o financiamento da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), no valor de U\$ 10 milhões, voltados ao aprimoramento das ações integradas em gestão de riscos de desastres. Foram produzidos seis manuais técnicos.

O projeto Gestão Integrada de Riscos de Desastres Naturais recebeu o Certificado de Distinção do Prêmio Sasakawa 2017, da Agência das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres.

## Rodovias

**BR-101/PE duplicação Palmares** – Trata-se de remanescente de obra de duplicação da BR-101/NE, que compreende o trecho entre Palmares/Pernambuco e a divisa com Alagoas. Esta rodovia é a principal ligação entre Pernambuco com as demais capitais do País. Foram investidos em 2018, aproximadamente, R\$ 2,9 milhões no empreendimento, de um total contratual de R\$ 4,4 milhões. A extensão é de 24,6 quilômetros.

**BR-163/PR duplicação Cascavel** – Refere-se ao empreendimento BR-163/PR – Duplicação do Entroncamento BR-277 (Cascavel) a Marmelândia. A duplicação tem como objetivo: adequar os principais corredores de exportação e melhorar as condições da rodovia. Assim, pretende-se reduzir o custo de transporte e o custo operacional dos veículos e aumentar a segurança dos usuários. Em 2017, foram entregues 20 quilômetros do empreendimento. O valor para execução das obras é de R\$ 666,5 milhões.





**Niterói (RJ)** – Passagem subterrânea construída para reduzir o fluxo de veículos na região e melhorar a trafegabilidade, especialmente para os usuários que cruzam a cidade no sentido da Ponte Rio-Niterói e BR-101, que leva a São Gonçalo.

É pedra fundamental da construção de 23 quilômetros da terceira pista da BR-101, sentido Norte: o Trevo da Manilha, em Itaboraí.

O trecho liga Niterói à divisa com o Espírito Santo e faz parte do contrato com a concessionária Autopista Fluminense, desafogando o tráfego local e o de longa distância (desde 19 de agosto de 2017).

**BR-135/MA – Duplicação Estiva-Bacabeira** – O empreendimento “Duplicação Estiva – Bacabeira”, trecho da BR-135 que liga o Maranhão a Minas Gerais, que tem por principal objetivo facilitar a integração e o desenvolvimento regional através do turismo e escoamento de exportação pelo Porto de Itaqui (MA), foi entregue à população pelo Governo Federal em janeiro de 2018.

Tal trecho, que segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) é a única ligação terrestre entre a capital maranhense São Luís e as demais regiões do País, tem 26,3 quilômetros de extensão e custou R\$ 509,3 milhões. Restam apenas a restauração de 18 km da pista antiga (sentido entrada de São Luís).

Segundo o Dnit, a previsão é de conclusão em dezembro de 2019, em função de entraves envolvendo comunidades quilombolas na região.

**Inauguração da pavimentação da BR-432/RR, trecho Vila Itã-Vila União** – Compreende o empreendimento BR-432/RR – Construção de Vila Novo Paraíso ao entroncamento BR-402, lote 2, ligado ao PAC. A pavimentação do lote 2 possui valor de R\$ 87,4 milhões. Foram concluídos 33,9 quilômetros de pavimentação, de um total de 35 quilômetros.

**Inauguração da ponte de acesso a Ilhota (SC)** – Inauguração, em setembro de 2016, da obra de construção de ponte rodoviária de Ilhota, que interliga a BR-470 e a SC-412, conhecida como Rodovia Jorge Lacerda, no Vale do Itajaí.

A ponte proporciona a união do município, que é dividido pelo Rio Itajaí-Açu. Até a conclusão da ponte, a população local utilizava balsa para cruzar o rio em um percurso de mais de uma hora. Extensão: 2,4 quilômetros, sendo 480 metros sobre o rio. Executada em parceria entre os Governos Federal e Estadual.

**Inauguração da ponte sobre o Rio Paraná, em Três Lagoas (divisa MS/SP)** – Inauguração, em outubro de 2016, da obra de construção de ponte rodoviária entre os municípios de Três Lagoas (MS) e Castilho (SP), na BR-262/MS. Trata-se de uma das principais ligações do Mato Grosso do Sul e da Região Centro-Oeste

com o estado de São Paulo, contribuindo para a circulação de mercadorias e serviços. Antes, o fluxo de veículos ocorria sobre a barragem da Usina Hidrelétrica de Jupiá com um grande volume de tráfego (12 mil veículos/dia).

Extensão: 1,34 quilômetro (ponte). Há ainda 6,1 quilômetros de acessos (2,66 quilômetros no MS e 3,45 quilômetros em SP) e mais 1,2 quilômetro de vias laterais.

**Inauguração da restauração da BR-401/RR trecho Boa Vista-Bonfim** – O Estado de Roraima concretizou, em março de 2018, um anseio de mais de 50 anos: as obras de restauração e melhoramento da BR-401, no trecho que vai da capital Boa Vista até o acesso ao município de Bonfim.

Foram entregues 90 quilômetros concluídos da rodovia, com um investimento federal de R\$ 157 milhões.

**Inauguração das obras de construção e pavimentação da BR 235 entre Gilbués e Santa Filomena (PI)** – Concluída em dezembro de 2016, em convênio com o governo do Piauí.

A obra estava paralisada desde abril de 2015 por falta de recursos e foi retomada em julho de 2016. População diretamente beneficiada: 150 mil pessoas no sudeste do estado.

Consolida o corredor de escoamento da produção agrícola na principal

região produtora de grãos do cerrado piauiense, que integra o MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), e impulsionará a integração regional.

Trata-se de obra aguardada há décadas pela população local. Extensão: 130 quilômetros.

**Inauguração das obras de revitalização da Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR)** – Inaugurada em julho de 2016, a obra inclui tratamento/conservação da estrutura de concreto, reparos no pavimento, adequação dos gradis metálicos internos e externos (conforme demanda da Polícia Federal para atender às necessidades operacionais de controle da fronteira) e execução de cobertura das passarelas e pintura.

A ponte liga a cidade de Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, no Paraguai, com tráfego diário de 15 mil pedestres e 40 mil veículos.

**Obras públicas (DNIT)** – Conclusão em 2017 de 382 km pavimentados/duplicados e 87% de malha coberta por manutenção.

**Travessia urbana de Formoso do Araguaia, na BR-242/TO** – Inauguração das obras de restauração com melhoramentos da travessia urbana de Formoso, na rodovia BR-242/TO, em março de 2018.



# Tecnologia e Comunicações

**Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital Oliveira** – Um acordo de cooperação foi assinado em agosto de 2018, para a realização de atividades científicas a bordo do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira (NPHo).

Fruto de uma parceria público-privada de sucesso, é a melhor plataforma de pesquisa oceânica do Hemisfério Sul, com equipamentos de ponta, diversos laboratórios e capacidade para pesquisas relacionadas a mudanças climáticas, economia da pesca, recursos minerais e naturais, com plataforma marítima, laboratório oceânico e multiuso.

Envolvendo o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marinha do Brasil, Petrobras, Vale e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), o acordo estabelece diretrizes de governança, cria comitês e um corpo consultivo de cientistas. O navio acomoda até 60 pesquisadores.

**Emissões de certificados digitais** – A digitalização da economia brasileira tem avançado rapidamente, como demonstra o crescimento do número de certificados digitais. Entre setembro de 2017 e agosto de 2018, a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil emitiu 4.154.250 certificados digitais (+21,8%

quando comparado com o mesmo período entre 2016 e 2017).

Até agosto de 2018, foram emitidos 2.978.662 certificados contra 2.412.145 no mesmo período do ano passado (+23,5%).

**Estação Antártica Comandante Ferraz** – Até março de 2019 deverá ser concluída a obra da nova Estação Antártica Comandante Ferraz. A base brasileira de pesquisa terá novas instalações, sete anos após ser destruída por um incêndio. A reconstrução total tem custo estimado em cerca de US\$ 100 milhões. Ocupará o mesmo local da estação anterior, numa área de 4,5 mil metros quadrados, e dará novo impulso às pesquisas científicas desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

**Lei de Revisão do Marco Regulatório da Radiodifusão** – Sancionada em março de 2017, a lei simplifica o processamento das renovações de outorga, reduzindo a burocracia nos pedidos de renovação e nos processos de transferência de outorga de emissoras de rádio e televisão.

**Migração da TV analógica para a TV digital** – Cerca de 105 milhões de pessoas passaram pelo processo de desligamento do sinal analógico de televisão, em meados de 2018. A previsão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é de que a mudança do sistema analógico para a TV digital vai beneficiar até 125 milhões, ao fim deste ano. Um novo cronograma

foi publicado em agosto, cobrindo todas as capitais que ainda precisam desligar a TV analógica, como Boa Vista (RR), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Macapá (AP), Palmas (TO), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). O desligamento do sinal analógico em todos os 5.570 municípios só deve ocorrer em 2023. Já foram entregues mais de 11 milhões de kits, contendo um conversor e uma antena, às famílias do Programa Bolsa Família e às famílias integrantes do Cadastro Único.

**Minha Cidade Inteligente** – O Programa Minha Cidade Inteligente leva aos municípios uma rede de fibras óticas para conectar órgãos públicos e dar acesso livre à internet, a fim de modernizar a gestão municipal e o uso dos serviços governamentais.

Foram selecionados 334 municípios, dos quais 112 já tiveram as obras concluídas, com a instalação de, aproximadamente, 1.284 quilômetros de fibra ótica, e cerca de 280 pontos de acesso público à internet (praças).

Outras 23 cidades terão as instalações concluídas até o final de 2018. O investimento previsto até a conclusão do programa é de cerca de R\$ 241 milhões.

**Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)** – O Sistema de Satélites Geoestacionários de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) é um Projeto Estratégico de

Interesse Comum do Ministério da Defesa (MD) e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). A necessidade foi estabelecida no Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria Interministerial MD/MC nº 119, de 2011.

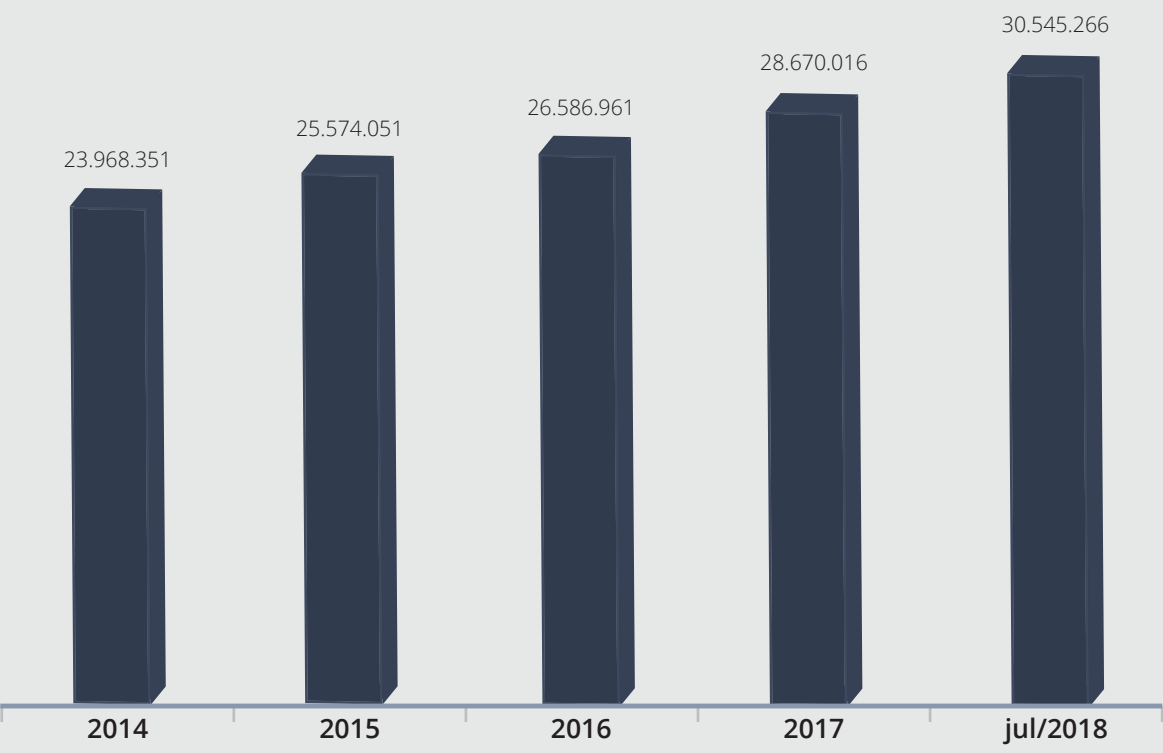
De natureza essencialmente dual, o SGDC visa atender às comunicações estratégicas de Governo, entre elas o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), e aumentar as possibilidades do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC<sup>2</sup>) do MD.

O Sistema SGDC foi concebido para operar com uma frota de três satélites geoestacionários de telecomunicações, lançados a intervalos de cinco anos.

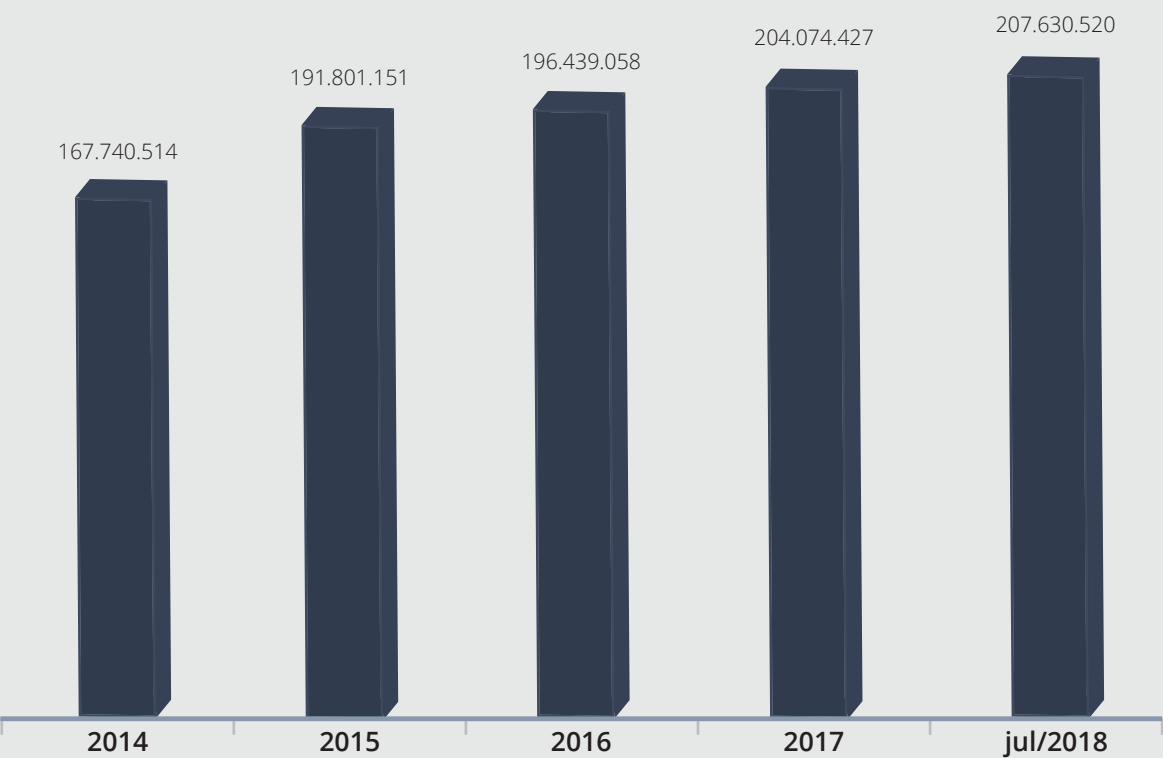
Como cada satélite possui uma vida útil esperada de 15 anos, após o lançamento dos três primeiros haverá a necessidade de se continuar com os lançamentos a cada cinco anos, visando a reposição e a atualização tecnológica da frota. O Primeiro SGDC (SGDC-1), instituído por meio do Decreto nº 7.769/2012, foi lançado em maio de 2017.

O Sistema SGDC possui alinhamento com o Programa Avançar e com o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), correspondendo, nesse Programa, aos Produtos do Pese (PP) da classe Comunicações (COM) da frota de satélites Cálidris.

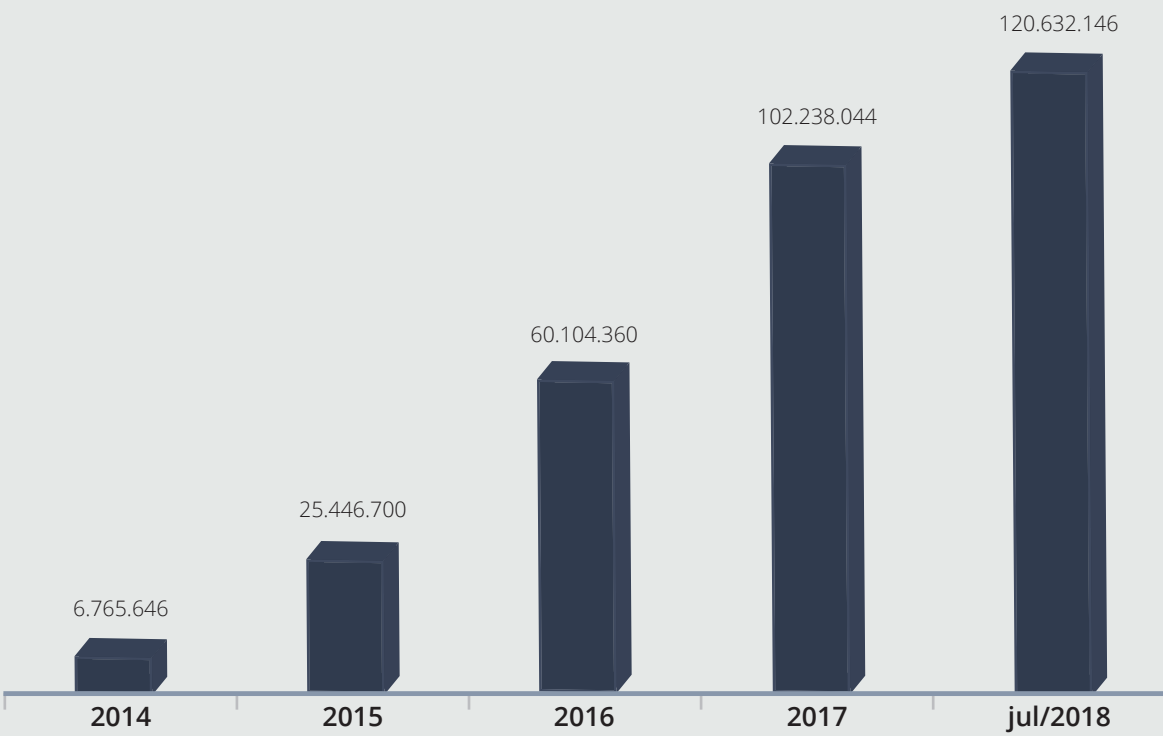
Quantidade de acessos – Banda Larga Fixa



Quantidade de acessos – Banda Larga Móvel



Quantidade de acessos – Banda Larga 4G



**Internet para Todos** – Para ampliar o acesso da população à internet, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançou, em março, o Programa Internet para Todos. A proposta é dar apoio às prefeituras municipais para a oferta de conexão com preço reduzido. A conexão será feita por meio do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), de propriedade do Governo Federal, e que

recebeu R\$ 3 bilhões em investimentos. Em órbita desde maio de 2017, o satélite tem vida útil de 18 anos. Até meados de setembro, 3.685 cidades manifestaram interesse na adesão ao acesso à banda larga. As prefeituras assinam termo de adesão comprometendo-se a arcar com a segurança e as despesas de energia que as antenas consumirem. Já os usuários pagarão preços reduzidos pela banda larga do Internet para Todos.



# Transporte

**Aprovação do Plano Nacional de Logística – PNL** – O Conselho do PPI aprovou na 7ª reunião, realizada em 2 de julho de 2018, o Plano Nacional de Logística (PNL).

Trata-se da concretização de um plano de desenvolvimento da logística nacional, fruto de anos de informação e pesquisa sobre o transporte de carga e produtos no País. Foi trabalhado e lapidado pela

Empresa de Planejamento e Logística (EPL), empresa pública vinculada à Secretaria Especial do PPI (SPPI).

O PNL surge com o objetivo de identificar as necessidades e oportunidades de investimento a médio e longo prazo. Por meio de estudos elaborados e simulação de cenários, o Plano identifica soluções capazes de incentivar a redução dos custos, melhorar o nível de serviço para os usuários e buscar a eficiência e a racionalização da matriz de transporte.



Logo, é uma ferramenta importante para subsidiar decisões de investimentos públicos, indicando o melhor conjunto de soluções para melhorar o desempenho logístico, com previsibilidade e transparência, e prover o País de um sistema integrado e competitivo.

O Plano, no entanto, não se resume a um produto ou projeto. Trata-se de um processo dinâmico e abrangente que contempla a movimentação de carga que circula no País. Necessita de acompanhamento face ao seu caráter contínuo, sendo imprescindível a avaliação e revisão periódica, a fim de estar constantemente adequado.

**Crédito para renovação da frota de transporte urbano** – O Ministério das Cidades lançou em 2017 a seleção denominada Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros (ReFROTA17), com crédito para a renovação da frota urbana de ônibus e micro-ônibus em todo o País.

O ReFROTA17 tem como objetivos: financiar a renovação da frota de ônibus e micro-ônibus do País; incentivar a recuperação da demanda por Transporte Público Urbano (TPU); redução da emissão de gases poluentes; contribuir para a melhoria da circulação viária e contribuir para a melhoria da percepção da qualidade do sistema do transporte público de passageiro.

Os recursos do ReFROTA se destinam a concessionárias do sistema de transporte público coletivo, permissionárias do sistema de transporte público coletivo e Sociedades de Propósito Específico (SPE).

Com os recursos programados do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), no montante de R\$ 3 bilhões, espera-se a renovação da frota de ônibus e micro-ônibus, que corresponde à aquisição de aproximadamente dez mil ônibus novos, a serem utilizados para o Transporte Público Urbano de Passageiros.

Durante os exercícios de 2017 e 2018 foram selecionadas 33 propostas de empresas permissionárias e concessionárias de transporte público coletivo urbano e metropolitano no DF, PE, PI, PR, RJ, RS, SC e SP, perfazendo 752 ônibus, no valor de R\$ 300,77 milhões em financiamento. Estas propostas estão sendo contratadas gradativamente.

Com as propostas ainda em análise pelos agentes financeiros, chega-se ao total de 97, no valor de R\$ 1,5 bilhão, envolvendo 2.729 ônibus.



# Melhoria na eficiência do Estado

Um Estado eficiente, moderno e que esteja a serviço dos cidadãos é fundamental para que a prestação de serviços públicos esteja sempre voltada para o atendimento da população. Desde que assumiu, o Governo tem procurado modernizar a máquina federal por meio de iniciativas que contribuem para a melhoria da administração pública.

Uma das primeiras providências do Governo, tão logo assumiu, foi dar curso à reforma administrativa. Concluída em setembro de 2017, a reforma extinguiu 4.184 cargos e funções, reduzindo despesas orçamentárias anuais em mais de R\$ 200 milhões. Além disso, do total de cargos comissionados existentes na época, o Governo converteu mais de 10 mil em Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), que só podem ser ocupadas por servidores públicos concursados.

Até outubro de 2018, 9.295 cargos DAS já haviam sido transformados em FCPE. Outra medida relacionada aos cargos comissionados, adotada em 2017, estabelece percentuais mínimos para a ocupação de cargos DAS 5 e 6, por servidores efetivos. Pelo menos 60% dos cargos comissionados do Governo Federal

passaram a ser ocupados por servidores que ingressaram na carreira por meio de serviço público.

Costuma-se dizer que as demandas da sociedade crescem na velocidade do mundo digital enquanto vários órgãos do Governo ainda funcionam de maneira analógica. Para mudar este quadro, uma exigência da sociedade moderna, o Governo tem tomado diversas providências para se adequar aos novos tempos. Basta citar, como exemplo, a introdução do prontuário eletrônico na rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Com investimentos de R\$ 67 milhões, o protocolo permite à população o acesso a serviços básicos de saúde, como compartilhamento de dados e marcação de consultas. 40 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS) estarão interligadas até o final de 2018.

Um dos indicadores confiáveis para medir a eficiência do Estado no trato da coisa pública diz respeito à utilização dos recursos orçamentários. Por isso, o Governo patrocinou uma auditoria no pagamento de benefícios sociais, área que, por falta de fiscalização de administrações anteriores, ficou sujeita à ocorrência de irregularidades e fraudes. Desta forma,

entre maio de 2016 e agosto de 2018 foi feita uma avaliação contínua de programas sociais, revisão de regras e de cadastros e suspensão de pagamentos indevidos. O prejuízo de R\$ 11,28 bilhões aos cofres públicos foi evitado por recomendações em trabalhos de auditorias e fiscalizações.

Os resultados são estes: auxílio-doença e aposentadorias por invalidez do INSS (R\$ 4,5 bilhões); Benefícios de Prestação Continuada (R\$ 2,2 bilhões); seguro defeso do pescador artesanal (R\$ 1,6 bilhão); Bolsa Família (R\$ 1,02 bilhão); acúmulo ilegal de benefícios previdenciários (R\$ 336,28 milhões); pagamentos previdenciários a falecidos (R\$ 460,28 milhões) e beneficiários enquadrados indevidamente como segurados especiais (R\$ 1,17 bilhão ao ano). A correta destinação de recursos públicos e a ação eficiente para corrigir irregularidades deram resultado.

A boa gestão pública também deve contribuir de maneira efetiva para que as empresas que estão sob controle do Estado apresentem resultados eficientes e não sejam alvo de grupos que patrocinam irregularidades, como ocorreu no passado recente. Por isso, foi lançado o Índice de Governança das Estatais, instrumento de acompanhamento contínuo das empresas estatais sob controle direto da União.

Trata-se de uma inovação deste Governo para estimular as empresas a atingir melhores indicadores de governança,

produzindo ganhos de eficiência e transparência para estas empresas e, consequentemente, um maior retorno para a sociedade. Petrobras, Banco do Brasil e BNDES, três das maiores estatais, ficaram entre as melhores avaliadas.

Uma gestão mais eficiente contribuiu para que os cinco maiores grupos empresariais – Petrobras, Eletrobras, BNDES, Banco do Brasil e Caixa – que representam 90% do total de ativos das estatais federais, apresentassem lucro de R\$ 15,1 bilhões nos três primeiros meses de 2018.

O Governo também agiu fortemente para recuperar recursos desviados indevidamente dos cofres públicos. A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve vitórias em ações que economizaram mais de R\$ 61 bilhões. Quase a metade ou R\$ 29,7 bilhões foi em economia garantida somente em 2018, até setembro.

Dois exemplos: em conjunto com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, a AGU firmou acordos de leniência com a construtora Odebrecht, investigada na Operação Lava Jato. A empresa pagará R\$ 2,72 bilhões corrigidos, ao longo dos próximos 22 anos, por assunção de 49 contratos fraudulentos envolvendo recursos públicos federais. O mesmo tipo de acordo foi feito com a SBM, outra acusada de corrupção na Lava Jato, devendo pagar R\$ 1,1 bilhão.



## O Governo Federal tem promovido, desde 2016, auditorias em diversos programas, evitando prejuízos com o pagamento de benefícios irregulares

Outras medidas, como o lançamento da carteira de motorista digital e o reconhecimento facial biométrico nos aeroportos, têm facilitado a vida do cidadão, sem abrir mão da segurança. Na saúde, o prontuário eletrônico aumentou a eficiência para usuários e gestores. O sistema único e-Ouv passou a acatar registros de todas as ouvidorias sem possibilidade de recusa. Ações da AGU economizaram R\$ 61 bilhões aos cofres públicos, quase metade desse valor somente em 2018. Já a Lei de Governança das Estatais eleva a um novo patamar a capacidade de gestão das empresas e a transparência das informações.

**Articulação Internacional** – O Brasil foi bem avaliado na última rodada de acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA), no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), em março de 2018. A análise da implementação produziu um relatório final sobre temas como aquisição de bens e serviços por parte do Estado; tipificação de atos de corrupção e sistemas de proteção de denunciante. A Lei Anticorrupção, o Pró-Ética e o Sistema e-Ouv foram destaques entre as medidas de prevenção e combate à corrupção.

**Punições adotadas aos servidores** – Do início de 2016 até agosto de 2018 o Governo Federal exonerou 1.446 servidores públicos. O principal motivo foi a comprovação da prática de atos relacionados à corrupção (64,5% do total). Nesse período, apenas 4,2% das sanções expulsivas foram objeto de anulação, ocasionando reintegrações, percentual muito inferior à média histórica (10%).

Desde 2003, são mais de 7,1 mil demissões, cassações de aposentadorias e destituições de cargos em comissão.

O ano de 2018 representa o maior quantitativo anual (391 penalidades) desde o início da série histórica (2003), a despeito das verificações terem sido feitas até agosto de 2018. Das 1.446 expulsões aplicadas pelo Governo Federal do início de 2016 até agosto de 2018, a Controladoria-Geral da União (CGU) aplicou 53 sanções.

### Punições adotadas às empresas

– Entre janeiro de 2016 e agosto de 2018, o Governo Federal instaurou 305 procedimentos para apurar atos lesivos praticados por entes privados nos termos da Lei Anticorrupção nº 12.846/2013.

Com fundamento na lei foram aplicadas: 43 sanções, sendo elas 28 multas, totalizando o valor de R\$ 13.481.372,93, e 15 publicações extraordinárias. Também foram sancionados 6.247 entes privados com penalidades que implicam restrições ao direito de contratar e licitar com a Administração.

Durante o período, a Controladoria-Geral da União (CGU) aplicou 10 penalidades de inidoneidade (9 delas relacionadas à Operação Lava Jato).

### Integridade – Empresa Pró-Ética 2018-

**2019** – Na 3ª e 4ª edições da Conferência da Lei da Empresa Limpa, o Governo Federal reconheceu 48 empresas, de diversos portes e setores da economia, com os selos de integridade Pró-Ética 2016 e 2017.

As companhias foram reconhecidas pelo comprometimento com a implementação de medidas e políticas de prevenção e combate à corrupção, em suas relações de negócio com os setores público e privado. A edição do Pró-Ética 2018-2019 foi lançada em setembro de 2018, com alguns aprimoramentos para melhorar o processo de participação das empresas interessadas.

### Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas

**Públicas** – O Ministério da Transparência editou, em novembro de 2016, a Portaria nº 1.864/2016, conferindo à Ouvidoria-Geral da União a competência de criar novas formas de medição da satisfação dos usuários, consolidá-las, dar publicidade e encaminhá-las à Secretaria Federal de Controle Interno, como contribuições ao planejamento das ações de controle interno. Também são encaminhadas informações ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, bem como à Casa Civil e aos ministérios que possam, eventualmente, adotar medidas emergenciais de correção da prestação de serviços públicos. Busca-se, assim, criar uma “ouvidoria de dados”, que transforme os problemas individuais registrados pelos cidadãos em soluções coletivas de benefício à sociedade. Em 2018, foram produzidos 10 relatórios de avaliação sobre a merenda escolar oferecida em seis estados brasileiros.

### Acordos de planos econômicos

– A Advocacia-Geral da União (AGU) mediu acordo entre poupadores e instituições financeiras referente aos planos econômicos dos anos 1980 e 1990. O acordo foi homologado em março de 2018 pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) e refere-se à perda de remuneração de aplicações na caderneta de poupança durante a vigência dos planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991). Mais de um milhão de ações tramitam no Judiciário sobre o tema.



**CGU aumenta atendimentos e ouvidorias** – Em 2018, até setembro, o Ministério da Transparência e a Controladoria-Geral da União (CGU) registraram 17.658 manifestações de ouvidoria, sendo 3.740 denúncias, 5.625 reclamações, 1.691 solicitações, 5.140 elogios e 174 sugestões, além de 195 demandas de simplificação. O volume representa aumento de 23% sobre o total de igual período do ano anterior. O tempo médio de tratamento e respostas às manifestações foi de 19 dias – 11 dias menos do que o prazo estipulado em lei. A CGU fez, neste ano, uma economia de R\$ 897 milhões em 31 auditorias e fiscalizações internas no Governo Federal. No acumulado desde 2012, foram registrados 864 resultados, que perfazem o valor de R\$ 23,4 bilhões. A economia inclui, especialmente: suspensão de pagamento continuado e não continuado indevidos; recuperação do custo de operações de crédito subsidiado; redução nos valores licitados/contratados mantendo a mesma quantidade e qualidade necessárias de bens e serviços; eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos, elevação da receita, entre outros.

**Projeto de Cooperação Brasil-Alemanha de Proteção do Clima na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (ProteGEER)** – Trata-se de um projeto de cooperação técnica entre o Brasil e a Alemanha para promover uma gestão sustentável e integrada dos resíduos sólidos urbanos, articulada com as políticas de proteção do clima, assinado em março de 2018.

### Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Arquipélago do Marajó

– A Casa Civil da Presidência da República resolveu, por conta de requisição de informações do Senado Federal de junho de 2018, retomar o monitoramento do PDTs do Arquipélago do Marajó.

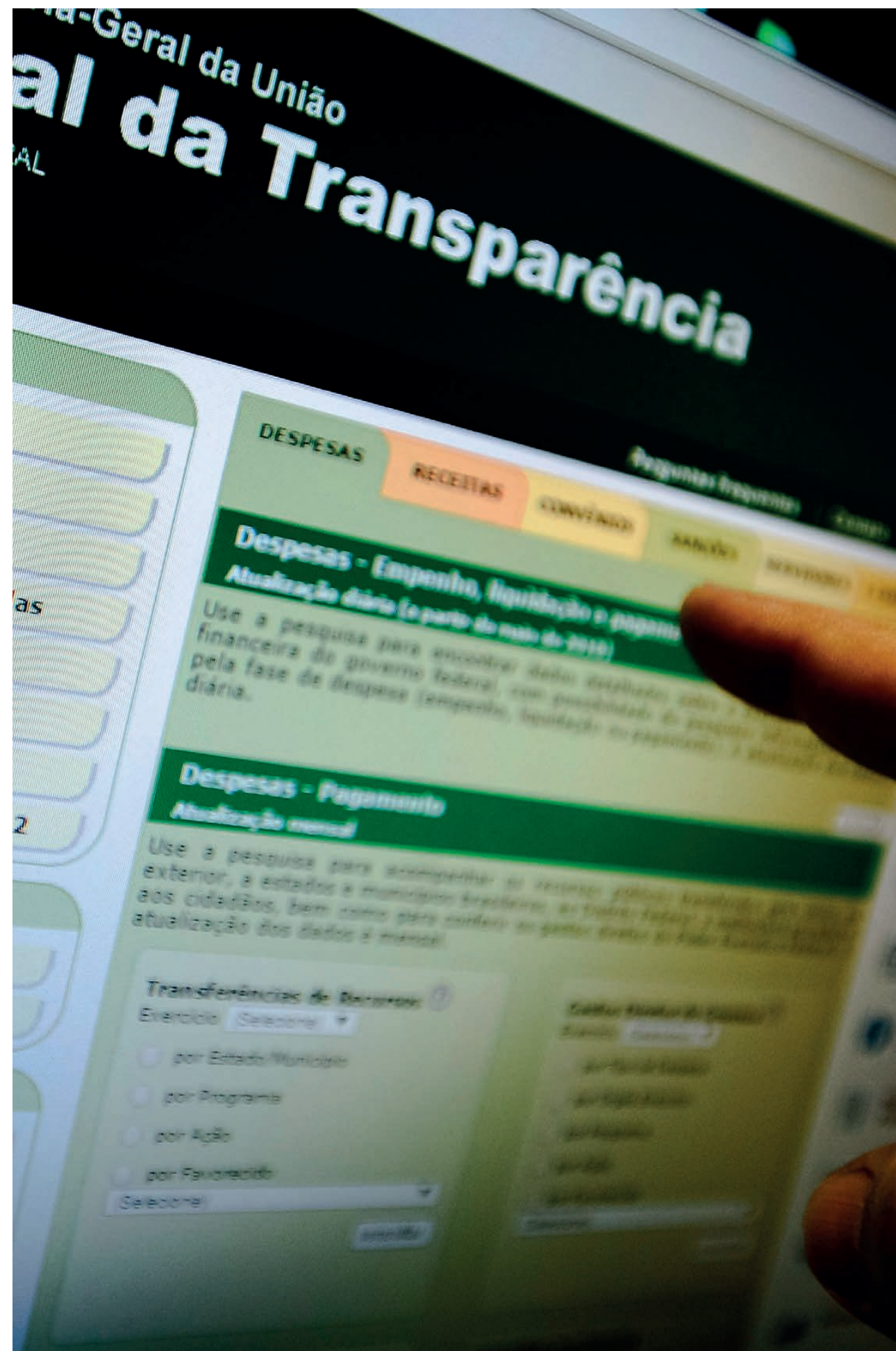
Em função disso, a Secretaria de Desenvolvimento Regional realizou, em setembro de 2018, duas visitas à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, em Belém, a fim de traçar uma estratégia conjunta de atuação.

**Portal da Transparência** – O Portal da Transparência do Governo Federal foi lançado em 2018.

O objetivo é estimular brasileiros a exercer o controle social e acompanhar como o dinheiro público está sendo aplicado.

O Portal foca na integração entre as consultas e diversas bases de dados; ferramenta de busca, visualização e comparação em gráficos, melhor usabilidade e linguagem cidadã.

Com as bases governamentais totalmente integradas, traz o conceito de navegação modular, permitindo novas formas de buscar, visualizar e agregar informações. Painéis específicos sobre órgãos, programas e áreas de governo apresentam de forma gráfica os conteúdos de diferentes temas, como despesas, receitas, servidores, punições, entre outros.





**Ouvidorias contam com sistema único e-Ouv**

– A Ouvidoria-Geral da União vem implantando um sistema único de ouvidorias do Executivo federal. Passam a integrar o sistema 386 unidades, em todos os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, empresas públicas dependentes e prestadoras serviços públicos. O sistema e-Ouv acata os registros de todas as ouvidorias e está em vigor a proibição de recusa ao recebimento de manifestação de qualquer usuário. Assim, mesmo que receba queixa ou elogio sobre matéria que não lhe seja afeita, a unidade deverá reencaminhá-la, via sistema, ao órgão competente. O Decreto nº 9.492, de 6 de setembro de 2018, regulamentou o Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos, previsto na Lei nº 13.460, de 2017.

**Ações da AGU economizam R\$ 61 bilhões aos cofres públicos** – A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve vitórias em ações que economizaram mais de R\$ 61 bilhões aos cofres públicos. Quase a metade – R\$ 29,7 bilhões – foi em economia garantida somente em 2018, até setembro. Foram atuações da AGU em nome da União ou de órgãos públicos, assim como de estatais federais (Petrobras é um exemplo), obtendo

decisões judiciais favoráveis. Os valores correspondem a montantes solicitados pelas partes contrárias, negados pelo Poder Judiciário, evitando o pagamento indevido pelo Tesouro Nacional. Dois exemplos: em conjunto com o Ministério da Transparência e a Controladoria-Geral da União, a AGU firmou acordos de leniência com a construtora Odebrecht, investigada na Operação Lava Jato. A empresa pagará R\$ 2,72 bilhões corrigidos, ao longo dos próximos 22 anos, por assunção de 49 contratos fraudulentos envolvendo recursos públicos federais. O mesmo tipo de acordo foi feito com a SBM, outra acusada de corrupção na Lava Jato, devendo pagar R\$ 1,1 bilhão. A AGU obteve, ainda, autorização para a cobrança de encargos a distribuidoras de energia elétrica, evitando prejuízo de R\$ 3,8 bilhões para a Aneel.

**Auditorias de avaliação dos benefícios sociais** – Auditorias de benefícios sociais realizadas entre maio de 2016 até agosto de 2018 fiscalizaram benefícios e verificaram irregularidades. As auditorias realizam avaliação contínua de programas sociais, revisão das regras e dos cadastros e suspensão de pagamentos indevidos. O prejuízo de R\$ 11,28 bilhões aos cofres públicos foi evitado por recomendações em trabalhos de auditorias e fiscalização.

Especificamente: auxílios-doença e aposentadorias por invalidez do INSS (R\$ 4,5 bilhões); Benefícios de Prestação Continuada (R\$ 2,2 bilhões); seguro-defeso do pescador artesanal (R\$ 1,6 bilhão); Bolsa Família (R\$ 1,02 bilhão); acúmulos ilegais de benefícios previdenciários (R\$ 336,28 milhões ao ano); pagamentos previdenciários a falecidos (R\$ 460,28 milhões ao ano) e beneficiários enquadrados indevidamente como segurados especiais (R\$ 1,17 bilhão ao ano). As avaliações e recomendações sobre diversas ações e programas do Governo Federal servem de subsídio ao Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP) e para os ministérios gestores.

**Selo de Integridade Pró-Ética** – O Governo Federal reconheceu 23 empresas, de diversos portes e setores da economia, com o selo de integridade Pró-Ética 2017, durante a 4ª Conferência Lei da Empresa Limpa. As companhias foram aprovadas como comprometidas com a implementação de medidas e políticas de prevenção e combate à corrupção nas suas relações de negócio com os setores público e privado.

**Auditorias de avaliação dos programas de Governo** – No período de 2016 a 2018, a Controladoria-Geral da União (AGU) concluiu avaliações de 42 políticas públicas do Governo Federal. Foram avaliados programas como Proinfância; Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs);

Mais Médicos; Pronatec; Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida; Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF); Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional (Pnasp); Programa Água para Todos e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As avaliações servem de subsídio ao Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP) e geram recomendações para os ministérios.

**Painel de preços de referência para compras públicas** – Ferramenta eletrônica que apoia os gestores públicos na realização de pesquisas de mercado, análise e comparação de preços de referência na aquisição de bens e contratação de serviços gerais para a Administração Pública. A plataforma foi lançada em abril de 2017 e reduziu uma das etapas mais longas dos processos licitatórios: a pesquisa de mercado. Com a iniciativa, o tempo médio de pesquisa de preços de referência na aquisição de bens e contratação de serviços gerais passou a ser de aproximadamente seis minutos.

O número de acessos à ferramenta, que era de aproximadamente 13 mil no mês de abril de 2017, chegou a mais de 208 mil em agosto de 2018. Do total de itens pesquisados, 77% são de preços de itens de materiais e 23% de valores de serviços em geral. As Unidades da Federação que mais utilizam o Painel de Preços são: 1) Distrito Federal; 2) Rio de Janeiro; e 3) São Paulo.



**CNH Digital** – Todos os 27 estados brasileiros já aderiram à Carteira Nacional de Habilitação digital. Em relação ao aplicativo do documento, devido à disponibilização adicional de documentos CRLV-e (Certificado de Registro e Licenciamento Veicular), foi convencionado chamar o aplicativo de Carteira Digital de Trânsito – CDT. Por não se tratar de um documento com valor de identidade, o CRLV-e não requer certificado digital ou validação de dados em balcão de Detrans. Tal informação significa que o uso do aplicativo está crescendo cada vez mais.

**Centro de Serviços Compartilhados** – Unidade especializada na prestação de serviços administrativos para os órgãos do Poder Executivo Federal criada com o objetivo de promover a redução de custos da cadeia de suprimentos de serviços

administrativos de uso comum, com ganhos de escala, qualidade e eficiência. Em março de 2017, o TáxiGov inaugurou o CSC, com economia estimada de R\$ 20 milhões por ano. Em junho de 2018, foi realizada a licitação para a versão 2.0 do serviço. A expectativa é que a economia seja mantida em 60% em relação a modelos anteriores, que utilizavam frota própria ou alugada. Até junho de 2018, mais de 11 mil servidores e colaboradores utilizaram o serviço, em cerca de 165 mil viagens. O tempo médio de atendimento das solicitações foi de 7 minutos e já foram percorridos mais de 1,2 milhão de quilômetros. Além do TáxiGov, também integra o CSC o projeto Almojarifado Virtual, que objetiva o fornecimento centralizado de suprimentos de materiais de expediente e de informática. Com a medida, os órgãos públicos deixarão de

realizar processos licitatórios próprios para adquirir itens de material de escritório. A partir da implementação, os suprimentos serão fornecidos sob demanda. A tendência, no médio e longo prazo, é que os níveis de estoque sejam significativamente reduzidos, assim como eventuais perdas por dimensionamento ou armazenamento inadequados. O novo modelo tem uma economia projetada de R\$ 13,1 milhões, fazendo com que a despesa passe de R\$ 18,9 milhões ao ano para R\$ 5,8 milhões ao ano. Além disso, o projeto auxiliará no redimensionamento da força de trabalho envolvida com os processos atuais, uma vez que o Governo poderá realocar em outras funções os servidores hoje encarregados dos almoxarifados e liberar cerca de 6.700 metros quadrados de espaço físico, alguns deles alugados.

**Índice de Governança das Estatais (IG-SEST)** – O Índice de Governança das Estatais (IG-SEST), lançado em novembro de 2017, é um instrumento de acompanhamento contínuo das empresas estatais federais de controle direto da União, uma inovação do Governo Federal para estimular as empresas a atingir melhores níveis de governança, produzindo ganhos de eficiência para as estatais e, consequentemente, maior retorno para a sociedade. Na primeira avaliação, ano passado, 48 empresas federais participaram da avaliação. Petrobras, Banco do Brasil e BNDES ficaram entre as melhores avaliadas. No segundo ciclo, realizado em maio de 2018,

foi verificada uma variação positiva de 70% na média geral das pontuações, em relação ao primeiro ciclo. A média das notas subiu de 4,08 para 6,93. A melhora se deve, em grande parte, ao empenho das empresas em promover melhorias e à adequação de seus Estatutos Sociais à Lei nº 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais). O IG-SEST é composto por indicadores relativos às seguintes dimensões: gestão, controle e auditoria; das informações; e conselhos, comitês e diretoria. No próximo ciclo será incluído um viés voltado para a efetividade.

**Reforma administrativa** – Concluída em setembro de 2017, a reforma administrativa promovida pelo Governo Federal extinguiu 4.184 cargos e funções, reduzindo despesas orçamentárias anuais em mais de R\$ 200 milhões. Além disso, do total de cargos comissionados, o Governo está convertendo 10.462 cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) em Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), que só podem ser ocupadas por servidores públicos concursados. Até outubro de 2018, 9.259 cargos de DAS já haviam sido transformados em FCPE. Outra medida relacionada aos cargos comissionados, adotada em 2017, estabelece percentuais mínimos para a ocupação de cargos DAS 5 e 6 por servidores efetivos. Pelo menos 60% dos mais altos cargos comissionados do Governo Federal passam a ser ocupados por servidores que ingressaram na carreira por meio de concurso público.



**Lucro das Empresas Estatais Federais –**

De acordo com a 6ª edição do Boletim das Empresas Estatais Federais (junho/2018), os cinco maiores grupos empresariais – Petrobras, Eletrobras, BNDES, Banco do Brasil e Caixa – que representam 90% do total de ativos das empresas estatais federais, apresentaram lucro de R\$ 15,1 bilhões nos primeiros três meses de 2018, uma alta de 44,8% sobre os R\$ 10,4 bilhões observados no mesmo período de 2017. O total de empregados é de 500.967 pessoas, o que representa queda de 0,7% em relação a dezembro

de 2017 e de 8,9% em relação ao fechamento do ano de 2015, quando as empresas apresentavam um número total de 550.208 empregados. Grande parte da redução resultou da implementação de Programas de Desligamento Voluntário (PDV). O nível de endividamento das empresas está abaixo dos R\$ 400 bilhões pela primeira vez desde 2014, chegando a R\$ 390 bilhões ante R\$ 412 bilhões em 2017. No Boletim estão contabilizadas 144 estatais federais. Em relação ao último trimestre de 2017, duas estatais deixaram de existir. Além disso, desde que o Boletim começou a ser divulgado, em 2016, houve uma redução de 10 empresas.

**Plataforma de Análise de Dados do Governo Federal (GovData) –**

Com o objetivo de simplificar o acesso, compartilhamento e avaliação de gestores públicos a diferentes dados governamentais, foi lançada, em 2017, a Plataforma de Análise de Dados do Governo Federal (GovData).

A GovData é uma das ações resultantes do Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016, que dispõe sobre o compartilhamento de bases de dados na administração pública federal. Além de

**Fim das viagens de primeira classe para servidor –**

O Decreto nº 9.280, de 6 de fevereiro de 2018, estabeleceu que todos os servidores públicos federais a serviço terão que usar a classe econômica em viagens nacionais e internacionais. A medida fez parte das iniciativas do Governo em promover a racionalização do gasto público. Até a edição do decreto, funcionários ocupantes de cargo de natureza especial podiam viajar na classe executiva em voos internacionais.

acessar diferentes bases de dados, a GovData permite a utilização da infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) e também a operação de ferramentas necessárias para realizar o cruzamento de informações. Entre os benefícios da solução estão o monitoramento e desenvolvimento de políticas públicas, o reúso das informações, a racionalização do gasto

público e a ampliação da oferta de serviços públicos digitais. Já estão disponíveis na GovData 17 bases de dados, como dos servidores públicos (Siape-DW), de fornecedores do Governo (Sicaf), do Sistema de Compras Governamentais (Siasg – SiasgNet – ComprasNet), dos Sistemas de Convênios (Siconv – Convênios) e da Estrutura de Órgãos (SIORG).

**Fiscalização de normas trabalhistas –**

O Ministério do Trabalho realizou, entre janeiro e agosto de 2018, mais de 150,5 mil fiscalizações sobre cumprimento das normas trabalhistas e de segurança e saúde no trabalho em todo o País.

As verificações envolveram casos de acidentes ou doenças do trabalho; prevenção de acidentes e doenças do trabalho em estabelecimentos com riscos para os trabalhadores; admissão de aprendizes; crianças ou adolescentes em trabalho infantil; empregados flagrados na informalidade: deficientes admitidos de forma irregular; trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo, além da constatação de mais de R\$ 3,5 bilhões em Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que não foram recolhidos.

**Seguro-Desemprego via web –**

Até o fim de setembro de 2018 foram encaminhados 16.417 requerimentos de seguro-desemprego via internet. A novidade permite que o benefício seja solicitado de casa, assim que o trabalhador recebe os documentos demissionais.

O procedimento ainda não elimina a necessidade de o profissional ir até um posto do Sistema Nacional de Emprego (Sine), mas agiliza o processo do atendimento nas agências, funcionando como papa-filas.

O prazo de 30 dias para receber o benefício começa a contar no momento em que o trabalhador preenche o cadastro no Emprega Brasil.

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, no Pará, compreende 16 municípios que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compõem a Mesorregião Geográfica do Marajó. Além do arquipélago, abrange alguns municípios do continente, somando 104.140 km².

Trata-se de um plano estratégico de desenvolvimento regional, referenciado no Plano Amazônia Sustentável (PAS), que estabelece novos paradigmas para o desenvolvimento da Amazônia brasileira e suas sub-regiões.

A elaboração do Plano foi fruto de uma parceria com a sociedade civil, governo estadual e prefeituras municipais.

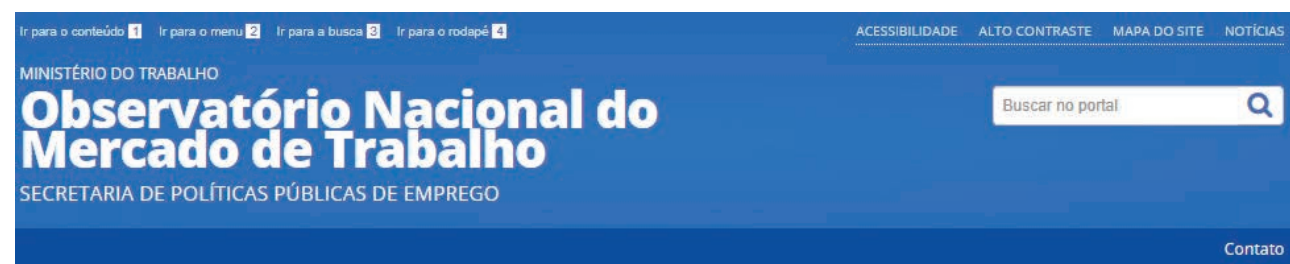
O Plano Marajó foi construído a partir de diretrizes inicialmente propostas pelo Governo Federal, discutidas com o governo do Pará e com as prefeituras e amplamente debatidas e aperfeiçoadas nas consultas públicas, momento em que todas as esferas de Governo puderam ouvir, avaliar e pontuar as principais reivindicações da população marajoara.

As diretrizes foram agrupadas em cinco eixos temáticos: a) ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; b) fomento às atividades produtivas sustentáveis; c) infraestrutura para o desenvolvimento; d) inclusão social e cidadania; e e) relações institucionais e modelo de gestão.

**Revisão de benefícios do INSS economiza R\$ 12 bilhões** – Até 30 de setembro de 2018, o Governo Federal economizou aproximadamente R\$ 12 bilhões com a revisão dos benefícios por incapacidade pagos pelo INSS. Foram convocados aproximadamente 1,4 milhão de beneficiários que recebem auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez e que não passavam por perícia médica há mais de dois anos. Até 30 de setembro foram realizadas 1,07 milhão de perícias. A ação resultou no cancelamento de 532.563 benefícios que estavam sendo pagos indevidamente. Outros 73.722 benefícios foram cessados pelo não comparecimento à convocação do INSS. O pente-fino vai até dezembro de 2018.

**Observatório Nacional do Mercado de Trabalho** – Em fevereiro de 2017 foi lançado o Portal do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, que reúne informações sobre sete bases de dados (entre elas, a Relação Anual de Informações Sociais, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e o Cadastro Único) e publicações e notícias relacionadas à dinâmica do mercado de trabalho.

Integra duas importantes ferramentas para a gestão das políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil: o Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho e o Ambiente Virtual da Rede Observatórios do Trabalho.



Painel de Monitoramento  
Rede Observatórios do Trabalho

OBSERVATÓRIO

O Que é

Informações sobre o mercado de trabalho e políticas públicas de emprego

Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho - PDET



## Monitoramento do mercado de trabalho

**Publicação da Lei nº 13.668/2018 – Fundo de Compensação Ambiental** – Com a publicação da Lei nº 13.668, de 29 de maio de 2018, o ICMBio pode selecionar instituição financeira oficial para criar e administrar fundo privado, integralizado com recursos oriundos de compensação ambiental (Fundo de Compensação Ambiental). Assim ficou viável a utilização de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em ações de implantação e manutenção de Unidades de Conservação. Além disso, a lei traz as seguintes inovações jurídicas:

- Criação do marco legal para a concessão de serviços de apoio à visitação em Parques Nacionais;
- Ampliação do período de contratação de empregados temporários (de até 180 dias, para até três anos) e do escopo de suas atividades (antes restrita, basicamente, ao combate a incêndios, permite-se, agora, a atuação em apoio operacional à gestão das Unidades de Conservação, à consolidação territorial e às ações de conservação); e
- Possibilidade de se utilizar recursos oriundos de compensação ambiental em Unidades de Conservação de posse e domínio públicos do grupo de Uso Sustentável (Floresta Nacional, por exemplo), de acordo com o interesse público. Antes, restringia-se às Unidades de Conservação do grupo de Proteção Integral.

**Prontuário eletrônico na rede SUS** – Com investimentos de R\$ 67 milhões, o Governo Federal lançou o protocolo eletrônico no Sistema Único de Saúde (SUS). Desde dezembro de 2016, a plataforma de informatização está sendo implantada gradativamente, com o objetivo de aumentar a qualidade do acesso da população a serviços básicos de saúde, com o registro e compartilhamento de dados individualizados em procedimentos e prontuários – da marcação de consultas (agendamento on-line) em âmbito nacional, a diversos outros recursos para os gestores do SUS. Até setembro de 2018, mais de 20 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS) passaram a contar com o prontuário eletrônico. A meta é ultrapassar 40 mil UBS interligadas com o digiSUS, até o fim de 2018.

**Reconhecimento facial biométrico** – Com o novo sistema de reconhecimento facial, apresentado em julho de 2016 pela Receita Federal, os passageiros de voos internacionais que chegam aos aeroportos brasileiros são identificados por meio do reconhecimento das características faciais exclusivas de cada indivíduo. A novidade facilita a vida dos passageiros e otimiza o trabalho do Fisco. O sistema foi entregue definitivamente em abril de 2017.





# Eixo O Brasil e o Mundo

Frente a um contexto internacional complexo e desafiador, marcado por crescentes tendências protecionistas, forças isolacionistas e intolerância, o Governo adotou, desde o primeiro momento, uma política externa pautada pela democracia e universalismo e por parâmetros de abertura, integração, responsabilidade e solidariedade. A agenda internacional do Brasil também entrou em sintonia com a urgência dos brasileiros por mais crescimento econômico, emprego e renda. Daí o empenho em abrir novas frentes de negociação com os mais diversos países e ampliar acordos de cooperação internacionais.

Em suas viagens ao exterior – à China ou aos EUA, à Índia ou ao Japão, à Argentina ou à Noruega, à África do Sul ou à Rússia –, o presidente da República apresentou o novo Brasil que nascia das reformas. Um Brasil mais moderno, com instituições fortes e democracia consolidada, com ambiente de negócios racional e previsível, repleto de oportunidades de comércio e investimentos.

E os resultados não tardaram. Os investidores estrangeiros logo renovaram sua confiança no país. Foram muitas as empresas estrangeiras que participaram de parcerias com o setor privado para modernizar a infraestrutura brasileira. A corrente de comércio exterior brasileira retomou o crescimento e pujança, atingindo a marca de quase U\$ 370 bilhões em 2017 – com superávit recorde de quase US\$ 67

bilhões. E os resultados foram sentidos internamente, com a retomada gradual do emprego e renda e da qualidade de vida de milhões de brasileiros.

O governo atuou com tempestividade na promoção do interesse nacional, como no caso da operação “Carne Fraca”, que colocou em xeque a qualidade da proteína produzida no Brasil. Naquele momento, a atuação do governo foi fundamental para garantir mercados às empresas brasileiras.

Nos últimos três anos, o Brasil olhou de maneira ímpar aos vizinhos sul-americanos e fortaleceu a principal iniciativa de integração, o Mercosul. No governo, dezenas de barreiras foram eliminadas e importantes acordos comerciais e de investimentos foram assinados. O bloco aproximou-se da Aliança do Pacífico e firmou novo acordo comercial com a Colômbia. A partir do protagonismo brasileiro, deu impulso às negociações com a União Europeia e iniciou novas tratativas com parceiros como Singapura, Coreia do Sul, Canadá e a Associação Europeia de Livre Comércio.

Sob a gestão do presidente da República, o Brasil saiu em defesa do multilateralismo, da democracia e dos direitos humanos. Diante da ruptura da ordem democrática na Venezuela, o país vizinho foi suspenso do Mercosul, como manda o Protocolo de Ushuaia. Ao mesmo tempo, acolheu de maneira digna e humana os venezuelanos que chegaram ao território brasileiro,

sobretudo por Roraima, em busca de uma vida melhor. O governo federal liderou a criação de uma rede de acolhimento que passa desde o abrigo, oferta de serviços de saúde, educação e documentação, à interiorização para outras regiões do Brasil e facilitação para acesso ao emprego. E deu um passo adiante: instituiu nova Lei de Migração – que não apenas protege a dignidade do imigrante, mas reconhece os benefícios da imigração, amplia direitos e desburocratiza exigências para ingresso e permanência no Brasil.

A política externa do presidente voltou-se, ainda, para o tema da segurança pública, de importância e urgência inquestionáveis. Foi realizado, em Brasília, encontro inédito com todos os países do Cone Sul em torno da segurança das fronteiras. Nesse sentido, o governo estabeleceu e intensificou mecanismos de colaboração com diferentes países da região, aprimorando a integração entre as polícias e os serviços de inteligência.

O governo federal contribuiu sobremaneira para a paz e a segurança internacionais. O presidente da República foi o primeiro Chefe de Estado a assinar o Tratado para a Proibição de Armas Nucleares e posicionou-se, também, para a conclusão do Pacto Global sobre Migrações.

Na defesa do meio ambiente, o governo manteve posicionamento firme e à altura do potencial ambiental do Brasil ao ratificar o Acordo de Paris, sediar o Fórum Mundial da Água e promover a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – agenda

que se tornou o eixo central da presidência brasileira da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

O Brasil se posicionou no campo internacional como uma das economias mais sustentáveis do mundo – mais de 40% da matriz energética brasileira é limpa e renovável. E intensificou esforços na redução da taxa de desmatamento da Amazônia – que atingiu a marca de 75% de redução se comparada a 2004. O governo também criou e ampliou unidades de conservação ambiental, que, atualmente, correspondem a mais de quatro vezes o território da Noruega. Em dois anos, o total das áreas de preservação no Brasil foi dobrado.

Em todas as instâncias, o Brasil afirmou seus interesses e se destacou na cena internacional. A partir de laços históricos e com vistas a ganhos mútuos, o Brasil estreitou o vínculo com a África; participou ativamente do G20 e BRICS; e, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), posicionou-se de maneira firme em favor da cooperação, do diálogo e da tolerância. Acumulou vitórias expressivas em candidaturas a foros internacionais: voltou ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e elegeu brasileiros para posições de destaque na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na Organização Mundial do Comércio, na Corte Internacional de Justiça e na Organização Internacional do Café.

## A política externa, numa democracia, deve refletir os valores e os interesses da sociedade

Movido por essa convicção, o Governo fez muito, ao longo destes quase três anos, para realinhar a política externa do Brasil com os primados da democracia e do desenvolvimento. Realizou a Operação Acolhida, com o objetivo de recepcionar e gerenciar o fluxo migratório da Venezuela, na fronteira em Pacaraima-RR. A agenda internacional do Brasil também entrou em sintonia com a urgência dos brasileiros por mais crescimento econômico, por mais empregos e renda. Daí o empenho em revitalizar o Mercosul e concluir as negociações do acordo Mercosul-União Europeia, bem como abrir novas frentes negociadoras, com países de todos os perfis e geografias, além dos esforços para ampliar os acordos de cooperação internacionais.





# Acordos Internacionais

## Acordo de Céus Abertos com os EUA

– No contexto da visita ao Brasil do Vice-presidente dos Estados Unidos, foi promulgado pelo Presidente da República o acordo sobre transportes aéreos entre os dois países, conhecido como Acordo de Céus Abertos. Aprovado em março de 2018 pelo Senado, o Acordo determina o fim do limite da frequência de voos entre os países, permitindo maior competição entre empresas de transporte aéreo e maior número de frequências aéreas entre Brasil e EUA.

No Acordo com os EUA, estão previstas a livre determinação de rotas e frequências de voos; liberdade tarifária; múltipla

designação de empresas aéreas por país; o direito de transportar carga e passageiro para terceiros países, a partir de voos com origem, destino ou escala no Brasil ou nos EUA; e “code share” (compartilhamento de códigos) entre empresas de ambos os países. Tudo isso vai fomentar um ambiente mais competitivo e dinamizar os fluxos de comércio, turismo e negócios entre os dois países.

O Acordo é restrito a voos internacionais, isto é, ele não permite que empresas americanas façam transporte de passageiros entre dois aeroportos brasileiros, por exemplo.



**Aprimoramento da Governança e Funcionamento do Mercosul** – O Governo brasileiro tem promovido, em conjunto com os demais sócios do Mercosul, o resgate da vocação original do Bloco: livre comércio, democracia e direitos humanos. Foram eliminadas 67 barreiras ao comércio intrabloco, entre 78 identificadas.

O Protocolo de Facilitação de Investimentos (PCFI), de iniciativa brasileira, foi concluído no primeiro semestre de 2017. Sob a presidência brasileira, no segundo semestre de 2017, adotou-se Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul. Modernizou-se o marco para a elaboração e a revisão de regulamentos técnicos no Mercosul, o que tem permitido atualizá-los à luz de referências internacionais mais recentes.

Aprovou-se o novo regulamento interno da Comissão de Comércio do Mercosul, com o objetivo de dar tratamento mais célere às questões comerciais tarifárias e não tarifárias.

A Venezuela foi suspensa do bloco por descumprimento dos compromissos assumidos no seu Protocolo de Adesão e por violação da cláusula democrática. A estrutura institucional do Mercosul foi racionalizada, com a extinção de cargos e a discussão sobre a criação de um orçamento único. Em 17 de junho, foi assinado acordo-quadro entre o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da

Bacia do Prata (Fonplata), para que os dois mecanismos sejam mais eficazes e complementares em suas missões de financiar o desenvolvimento dos países do Mercosul.

## Aproximação com a Aliança do Pacífico

– O Brasil e os demais sócios do Mercosul têm promovido maior convergência entre o Bloco e a Aliança do Pacífico.

Em 2017, foi assinado novo acordo comercial entre Mercosul e Colômbia, que ampliou a liberalização do comércio entre os dois países, de 84% para 97% da pauta tarifária.

Em abril de 2018, o Brasil assinou Acordos de Contratação Pública e Investimentos em Instituições Financeiras com o Chile. Lançou também negociações para um amplo acordo de livre comércio entre os dois países, com expectativa de concluir as tratativas até o final do ano.

Em julho de 2018, realizou-se, no México, a primeira reunião de presidentes do Mercosul e da Aliança do Pacífico. O Mercosul assinou um Acordo sobre Comércio de Serviços com a Colômbia.

## Eleição para o Conselho de Direitos Humanos

– A atuação externa do Brasil na área de direitos humanos foi coroada com a sua eleição ao Conselho de Direitos Humanos para o mandato 2017-2019. É a quarta vez em que o Brasil exerce mandato no órgão.

### **Assinatura de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs)**

– Em consultas com o setor privado, o Itamaraty e os ministérios da Fazenda e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços desenvolveram proposta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), instrumento que busca incentivar os investimentos recíprocos entre países por meio de mecanismos de divulgação de oportunidades de negócios, intercâmbio de informações e prevenção de contenciosos. O modelo brasileiro de ACFI não contém certas cláusulas dos acordos tradicionais de promoção e proteção de investimentos, como o mecanismo de arbitragem investidor-Estado e a expropriação indireta, que resultavam em dificuldades em sua aplicação pelos estados, razão que levou o Governo brasileiro a retirar do Congresso propostas de acordos assinados com base naquele modelo na década de 1990. O ACFI permitirá ao Brasil melhorar seu ambiente de negócios, sem deixar de oferecer adequada proteção jurídica a investidores e investimentos estrangeiros. Prevê obrigação de tratamento nacional e de nação mais favorecida; regulação de expropriação direta de ativos e obrigatoriedade de compensação; e liberdade de transferências de ativos financeiros ao exterior, entre outras medidas. Inova ao consagrar a cooperação entre os governos e o apoio prático e constante destes aos investidores (facilitação) como elementos-chave da promoção de investimentos, com a criação de pontos focais, ou ombudsmen, por parte dos estados.

O Brasil assinou, até o momento, ACFIs com Angola, Chile, Colômbia, Etiópia, Maláui, México, Moçambique, Peru e Suriname. Além disso, em abril de 2018, foi assinado o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul, proposto originalmente pelo Brasil.

### **Organização Mundial do Comércio (OMC)**

– O Brasil obteve, em outubro de 2017, uma importante vitória em contencioso instaurado na OMC contra as barreiras comerciais da Indonésia à importação de carne e produtos de frango. A abertura do País ao frango brasileiro representa mercado estimado em, ao menos, US\$ 70 milhões. Ainda em 2017, o Brasil iniciou contencioso contra o Canadá, em defesa do produtor nacional, em relação aos subsídios concedidos pelo governo canadense ao setor aeronáutico. Trata-se de caso de elevada complexidade. O painel que julgará o contencioso foi composto em fevereiro de 2018 e o Brasil tem até dezembro de 2018 para apresentar a sua petição sobre a matéria. O tema de facilitação de investimentos ganhou atenção na OMC por iniciativa do Brasil. Na 11ª Conferência Ministerial da OMC, o país liderou a adoção de declaração ministerial sobre o tema por grupo de 70 países. Em 2018, foi criado Diálogo Estruturado sobre facilitação de investimentos. O Diálogo já realizou cinco reuniões em 2018 e deve concluir seus trabalhos até o fim do ano. No marco do Diálogo Estruturado, o Brasil apresentou proposta de acordo sobre facilitação de investimentos.

**Portal Sem Barreiras** – O Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações Brasileiras (Sem Barreiras), lançado em novembro de 2017, é uma ferramenta de gestão pública on-line destinada ao exportador que possibilita

a comunicação de barreiras impostas sobre a entrada de produtos brasileiros em mercados estrangeiros. O sistema vale para a identificação de barreiras tarifária ou não tarifária que geram custos extras ou até mesmo inviabilizam as exportações.





### Reforço da participação do Brasil na governança global da energia

– Com o objetivo de reforçar a presença brasileira na governança global da energia, o Brasil esteve, em novembro de 2016, entre os Estados signatários da fundação da Aliança Solar Internacional (ISA). Em outubro de 2017, o Brasil tornou-se Estado Associado (não membro) à Agência Internacional de Energia (AIE), vinculada à OCDE. Em 2018, iniciou o processo de adesão como membro pleno à Agência Internacional de Energia Renovável (Irena), que trata da transição a uma matriz energética sustentável, com base em energias renováveis. O Brasil tem ainda, no período, reforçado significativamente sua atuação sobre energia no marco do G-20, na Parceria Internacional para a Cooperação em Eficiência Energética (IPEEC), na Ministerial de Energia Limpa (CEM) e na “Mission Innovation”, entre outras.

### COP 23 – Plataforma para o Biofuturo

– A declaração de visão da Plataforma para o Biofuturo foi anunciada em novembro de 2017, em Bonn, durante a 23ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 23), pelo Brasil e os demais países signatários da proposta. Na mesma edição da Conferência também foi lançado o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e anunciada a redução de 28% do desmatamento nas unidades de conservação federais. Além disso, foi lançada a candidatura do Brasil para sediar a COP 25, que ocorrerá em 2019. Já na COP 22, realizada no Marrocos, o Brasil esteve presente com 271 delegados.

### Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

– O Brasil sediou a 67ª Reunião Plenária da Comissão Internacional da Baleia (CIB), em Florianópolis, de 4 a 14 de setembro. Foi a primeira vez que o Brasil sedia a reunião desde a criação da CIB, em 1946. Em 14 de agosto, foi promulgada a Convenção de Minamata sobre Mercúrio.

O principal objetivo da Convenção é proteger a saúde humana e o meio ambiente dos efeitos adversos de emissões e liberações de mercúrio e seus compostos. Em 27 de setembro, foi assinado o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe. Esse acordo fundamenta-se no Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.

### Assistência aos migrantes venezuelanos

– O Itamaraty integra o Comitê Federal de Assistência Emergencial (Decreto nº 9.286/18), que congrega 12 órgãos, sob a coordenação da Casa Civil, e que tem por mandato determinar e gerir as ações de assistência e acolhimento dos imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade.

O Ministério manteve diplomata em Roraima, pelo período necessário, para assistir àquele esforço no que tange às suas competências específicas. Em paralelo, foi reforçada a lotação do Vice-Consulado em Santa Elena do Uaiarén.

### Atuação diplomática diante da crise migratória venezuelana

– O MRE organizou sessões informativas a embaixadas estrangeiras e organizações internacionais representadas em Brasília que buscaram dar a conhecer os esforços brasileiros de acolhimento dos migrantes venezuelanos. Em 2018, as frequentes visitas de delegações estrangeiras a Boa Vista e Pacaraima foram acompanhadas por representante do Itamaraty. Delegações brasileiras coordenadas pelo Itamaraty participaram de encontros em Lima, Quito e Nova York sobre a migração venezuelana. Paralelamente, em esforço que se intensificou após os incidentes de 18 de agosto em Pacaraima, a rede de embaixadas vem informando seus interlocutores dos esforços brasileiros para acolhimento dos migrantes.

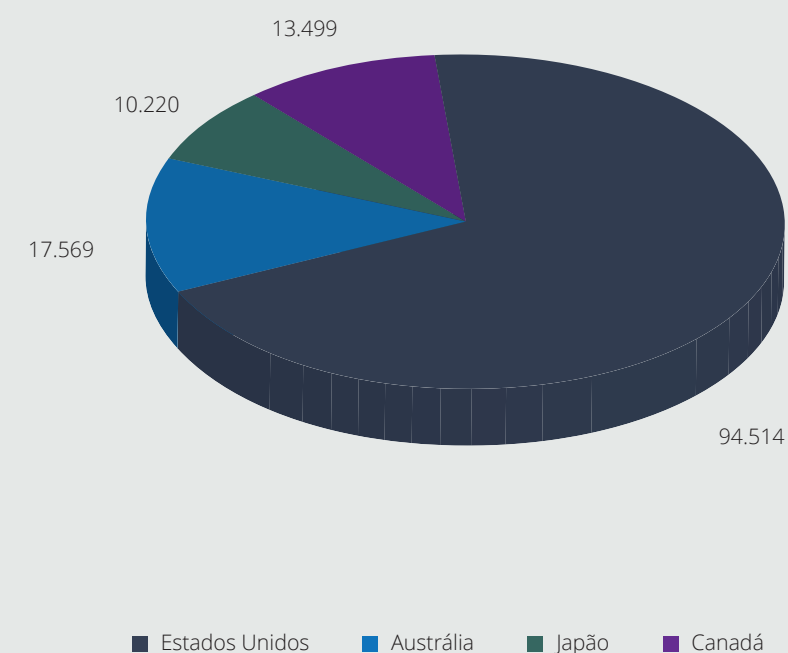
### Brasil + Turismo (emissão de vistos eletrônicos)

– A política de facilitação de vistos adotada pelo Governo Federal resultou em um número recorde de vistos concedidos para os viajantes das quatro nacionalidades atendidas: Austrália, Japão, Canadá e Estados Unidos.

Em maio de 2018, 18.973 solicitações foram analisadas, incluindo vistos tradicionais e eletrônicos. Destas, 15.890 foram e-Visas, ou seja, 83% do total.

Desde a entrada em vigor da ação, em novembro de 2017, o Brasil já analisou 66.962 pedidos de e-Visas para cidadãos dos países beneficiados.

### E-Vistos – Vistos eletrônicos



**e-Visa facilita para turistas e consulados**

– A política de facilitação de vistos adotada pelo Governo tem ampliado o uso da emissão de vistos eletrônicos (e-Visa), desde novembro de 2017. Até agora foram atendidos turistas da Austrália, Japão, Canadá, Estados Unidos, Angola, China e Índia, ampliando a eficiência dos serviços consulares.

**Cooperação humanitária**

– Foi aprimorada a base legal da Cooperação Humanitária Internacional por meio da promulgação da Lei nº 13.684, de 21/6/2018, que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Foram realizadas doações de mais de 4 toneladas de medicamentos (antirretrovirais/HIV, vacinas antirrábicas, comprimidos para doença de Chagas,

entre outros) para os governos de Honduras, Bolívia, Equador, Guatemala, Colômbia, El Salvador, Guiné-Bissau, além de doações de mais de uma tonelada de medicamentos e vacinas para os escritórios da Organização Mundial da Saúde na Síria e no Líbano.

Entre 2016 e 2017, o Brasil reforçou seu apoio à atuação da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), realizando doações de 8.000 toneladas de arroz à Agência.

No último biênio, o Governo brasileiro prestou assistência humanitária durante duas temporadas de furacões no Caribe. Em 2016, após a passagem do furacão Matthew pelo Haiti, as tropas brasileiras na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) auxiliaram na desobstrução de vias de acesso no país, permitindo a circulação de caminhões carregados com gêneros

alimentícios e água. O Ministério das Relações Exteriores contribuiu com doação de US\$ 400 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) para financiar a distribuição imediata de alimentos. Foram também transportadas pelo Ministério da Defesa 120 barracas da Defesa Civil para apoiar famílias desabrigadas e 10 toneladas de donativos.

Em 2017, após nova temporada de furacões, o Governo brasileiro forneceu ajuda humanitária a Dominica na área agrícola, destinando US\$ 200 mil para projeto na área de segurança alimentar, em coordenação com a FAO e o Fundo Central das Nações Unidas de Resposta de Emergência (CERF).

**Candidatura do Brasil a assento não permanente no CSNU**

– O Governo brasileiro anunciou, em março de 2018, sua candidatura para assento não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no biênio 2022-2023. O lançamento da candidatura, fruto de acordo alcançado com o governo de Honduras, permitirá que o Brasil antecipe em 11 anos o seu retorno ao órgão. O Brasil é o país em desenvolvimento que mais vezes integrou o Conselho, tendo sido eleito para dez mandatos desde 1946. A candidatura reflete o compromisso do País com o sistema político multilateral e o envolvimento construtivo nos processos decisórios sobre paz e segurança.

**Assistência consular na América do Norte**

– Diante do aumento de casos de menores brasileiros separados de seus

pais ou responsáveis que se encontram sob custódia em abrigos nos Estados Unidos, o Ministério das Relações Exteriores orientou os consulados do Brasil nos Estados Unidos a reforçarem as medidas para a proteção consular aos menores de nacionalidade brasileira, entre as quais: (a) mapeamento de todos os abrigos ao redor do país para a identificação de novos casos; (b) intensificação do monitoramento e da assistência consular aos menores, com visitas regulares; (c) orientação a pais/responsáveis sobre ações legais que podem ser impetradas com vistas à recuperação da guarda e reunificação familiar; (d) realização de campanhas de esclarecimento, em coordenação com os conselhos de cidadãos brasileiros nos Estados Unidos, sobre os riscos da travessia pela fronteira, em especial com menores de idade; e (e) coordenação e intercâmbio de informações com as repartições consulares dos demais países emissores de imigrantes.

O Governo brasileiro mantém consultas regulares sobre temas consulares com o governo norte-americano.

**Desarmamento e não proliferação nuclear**

– O Brasil foi o primeiro país a assinar, em setembro de 2017, o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares, um marco histórico na busca por um mundo livre de armas de destruição em massa.

O Brasil foi um dos seis países que lideraram as negociações do tratado, em linha com a tradição pacifista e da busca por um mundo livre de armas nucleares.







**Eleições 2018 no exterior** – O Itamaraty publicou campanha sobre as eleições presidenciais 2018 no exterior, incluindo série de sete vídeos informativos. Os vídeos registram os resultados do trabalho realizado pela Justiça Eleitoral em coordenação com o Itamaraty para facilitar aos brasileiros residentes fora do País o exercício do direito ao voto, que permitiu a ampliação do eleitorado no exterior de 18.492 eleitores em 1989 para 500.728 em 2018, um incremento de 2.707%.

Para que esse aumento de eleitores cadastrados se traduza em maior participação na votação em outubro, foram enviadas 1.424 urnas a 125 países, num total de 743 seções distribuídas em 171 cidades. Trinta e três seções eleitorais adicionais foram abertas em localidades com grande concentração de brasileiros em que não há representação consular permanente, como Florença e Veneza (Itália), Colônia e Hamburgo (Alemanha), Orlando, Salt Lake City e Frammingham (Estados Unidos), Winnipeg (Canadá) e Vale do Bekaa (Líbano).

**Cooperação humanitária via fluxo migratório** – Em junho de 2018 foi promulgada a Lei nº 13.684, que trata de cooperação humanitária internacional e dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. A lei cria o Comitê Federal de Assistência Emergencial e especifica ações emergenciais nas áreas de proteção social, saúde, educação, direitos humanos, alimentação e segurança pública. Apesar de ter caráter geral, ficou conhecida por dar base legal à resolução de problemas do ingresso de imigrantes venezuelanos via Roraima. O Itamaraty lista uma série de ações do Governo brasileiro, desde junho de 2016, como doações de mais de 4 toneladas de medicamentos para os Governos de Honduras, Bolívia, Equador, Guatemala, Colômbia, El Salvador e Guiné-Bissau. Ou mais de uma tonelada de medicamentos e vacinas para os escritórios da Organização Mundial da Saúde na Síria e no Líbano.

Entre 2016 e 2017, o Brasil reforçou seu apoio à atuação da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), realizando doações de 8 mil toneladas de arroz. Também prestou assistência humanitária durante duas temporadas de furacões no Caribe, onde, em 2016, as tropas brasileiras na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) auxiliaram na desobstrução de vias de acesso no país, permitindo a circulação de caminhões carregados com gêneros alimentícios e água.

O Itamaraty contribuiu com US\$ 400 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA). Foram também transportadas, pelo Ministério da Defesa, 120 barracas da Defesa Civil para apoiar famílias desabrigadas e 10 toneladas de donativos. Em 2017, foi enviada ajuda humanitária a Dominica, após furacões, com US\$ 200 mil do Brasil para projeto na área de segurança alimentar, em coordenação com a FAO e o Fundo Central das Nações Unidas de Resposta de Emergência (CERF).

**Eleição de brasileiros em órgãos internacionais** – O embaixador José Augusto Lindgren Alves foi eleito (dezembro de 2016) secretário-executivo do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos. O embaixador Roberto Azevêdo foi reeleito (fevereiro de 2017) à Direção-Geral da OMC. José Dauster Sette foi eleito (março de 2017) Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café. A jurista Flávia Piovesan foi eleita (junho de 2017) membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

(mandato 2018-2021). O embaixador Silvio José Albuquerque e Silva foi eleito (junho de 2017) membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU. Guilherme Costa, servidor do Mapa, foi eleito (julho de 2017) presidente do Codex Alimentarius, entidade vinculada à ONU, à FAO e à OMS. O embaixador José Eduardo Martins Felício foi eleito (julho de 2017) Diretor do Instituto Social do Mercosul. O então diretor-executivo da Polícia Federal Rogério Galloro foi eleito (setembro de 2017) vogal das Américas no Comitê Executivo da Interpol. O professor Antônio Augusto Cançado Trindade foi reeleito (novembro de 2017) para a Corte Internacional de Justiça, o principal tribunal da ONU.

O embaixador José Viegas Filho foi nomeado (maio de 2018) representante especial do secretário-geral das Nações Unidas na Guiné-Bissau. O professor Jorge da Fontoura teve seu mandato renovado (junho de 2018) por um ano como quinto árbitro do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul. O professor George Rodrigo Bandeira Galindo foi eleito (junho de 2018) membro da Comissão Jurídica Interamericana.

A deputada Mara Gabrilli foi eleita (junho de 2018) para o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A doutora Rebecca Lemos Igreja foi eleita (junho de 2018) para o Conselho Superior da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Regina Vanderlinde foi eleita (julho de 2017) presidente da Organização Internacional da Vinha e do Vinho.

**Cooperação Técnica** – O orçamento da Agência Brasileira de Cooperação foi recomposto para manter os importantes projetos de cooperação técnica reconhecidos mundo afora, em particular na América Latina e na África. Nos últimos dois anos foram assinados mais de 40 projetos de cooperação bilateral e trilateral, com parceiros do mundo desenvolvido e em desenvolvimento, além de agências internacionais como a OIT, a FAO e o Programa Mundial de Alimentos da ONU.

**Eficiência nos serviços consulares** – O Itamaraty tem realizado diversas ações para aprimorar a assistência consular a brasileiros, como:

- Celebração de cerca de 80 acordos de cooperação jurídica internacional;
- Assinatura de 20 acordos de isenção de vistos e entrada em vigor de 1 acordo sobre o estabelecimento de Programa Férias-Trabalho com a França;
- Implantação do Sistema Consular Integrado – Nova Geração, com maior integração de dados sobre documento (passaportes e vistos) com outros órgãos brasileiros;
- Serviço de saque extraordinário do FGTS no exterior (2017); e
- Participação ativa em reuniões interministeriais com vistas à promulgação e à regulamentação da nova Lei de Migração,

Lei nº 13.445/2017, a qual desburocratizou procedimentos com vistas a promover a entrada e a estada regulares de migrantes no País, bem como instituiu novas hipóteses e requisitos para a obtenção de visto temporário: para fins de acolhida humanitária no território nacional; de atendimento a interesses da política migratória nacional; de reunião familiar; de investimentos e de férias/trabalho.

- O Governo continua empenhado em incrementar a eficiência dos serviços consulares prestados, por meio da adoção, progressivamente a partir de novembro de 2017, do visto eletrônico (e-Visa) para nacionais de Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão; e da implantação de Centros de Recepção e Processamento de Pedidos de Visto (Visa Centers) em Angola (em funcionamento desde setembro de 2017) e na China (onde foram instalados 12 Visa Centers), além da Índia (prioridade para 2018, cujos procedimentos licitatórios tiveram início em abril de 2018 e estão em curso).

#### **Tratado sobre o comércio de armas**

O Governo brasileiro efetuou, em 14 de agosto, na sede da ONU, em Nova York, o depósito do instrumento de ratificação do Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA). Dessa forma, o Brasil torna-se, a partir de 12 de novembro de 2018, Estado-parte do Tratado, que constitui o único instrumento juridicamente vinculante voltado para a regulação de transferências de armas convencionais.

#### **Retomada da diplomacia presidencial e participação nos principais foros da governança global (ONU, BRICS, G20)**

– O Presidente da República realizou visitas bilaterais aos seguintes países: Argentina, Chile, China, Paraguai, Índia, Japão, Noruega, Portugal e Rússia. Além disso, participou das Cúpulas do Mercosul, na Argentina e no Paraguai; do G20, na Alemanha; e do BRICS, na Índia, na China e na África do Sul. O Presidente também abriu a 71ª, a 72ª e a 73ª sessões da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, e, ao lado de outros presidentes, a Ministerial da OMC, em Buenos Aires, além de chefiar a delegação brasileira à VIII Cúpula das Américas, em Lima. O Presidente também participou do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, em janeiro de 2018. Nos últimos dois anos, foram recebidas visitas de chefes de Estado ou Governo dos seguintes países: Argentina, Armênia, Bolívia, Chile, Colômbia, Espanha, Guiana, Macedônia, Paraguai, Suécia e Suriname.



#### **Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul**

– Documento assinado na Cúpula de Brasília, em dezembro de 2017, irá contribuir para criar mais oportunidades de negócio para as empresas dos países e ampliar o universo de fornecedores dos órgãos públicos.

O protocolo oferece às empresas brasileiras maior acesso a um mercado de compras públicas de bens e serviços de aproximadamente US\$ 20 bilhões.

#### **Eleição para o Conselho de Direitos Humanos**

– A atuação externa do Brasil na área de direitos humanos foi coroada com a sua eleição ao Conselho de Direitos Humanos para o mandato 2017-2019.

É a quarta vez em que o Brasil exerce mandato no órgão.



**Universalismo das relações exteriores do Brasil** – Foram fortalecidas as relações do Brasil com países desenvolvidos e em desenvolvimento, sem exclusivismos.

Como expressão do universalismo da política exterior brasileira, o Governo tem buscado aprofundar o diálogo econômico-político com os EUA, reforçar a relação com a Europa e fortalecer o relacionamento com a África, a Ásia e o Oriente Médio, sem descuidar da prioridade permanente atribuída à América Latina e ao Caribe. Houve, no período 2016-2018, visitas ministeriais a 16 países africanos, 22 países das Américas, 14 da Europa, 8 da Ásia e 4 do Oriente Médio, permitindo a assinatura de diversos acordos com os países visitados, em particular com o propósito de abrir mercados e facilitar investimentos.

O Ministro das Relações Exteriores realizou quatro périplos pela África, um périplo nos países do Cáucaso Sul e dois périplos asiáticos, nos quais foram assinados acordos em áreas de interesse mútuo, tais como o acordo com Singapura, para evitar a dupla tributação (maio de 2018).

**Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NDB) – Escritório Regional das Américas** – Em 26 de julho de 2018, o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro da Fazenda e o presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) assinaram em Johannesburg, África do Sul, um acordo para o estabelecimento do Escritório Regional das Américas do NDB.

O Escritório Regional das Américas do NDB terá sede em São Paulo e representação em Brasília.

**XI Cúpula da CPLP** – O Brasil sediou, em outubro de 2016, a XI Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que contou com a presença dos chefes de Estado dos governos de Portugal, Angola, Cabo Verde, Timor Leste, Guiné Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, além do chanceler de Moçambique.

Na reunião, o Brasil assumiu a presidência da CPLP, entidade que promove cooperação entre os países-membros em várias áreas, como educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura e esportes.

**Foro Permanente de Segurança Brasil-EUA** – Por ocasião de visita a Brasília do Vice-secretário de Estado John Sullivan, foi lançado oficialmente, em 22/05/2018, o Foro Permanente de Segurança Brasil-EUA, que tem por objetivo a coordenação entre as agências de segurança pública dos dois países em seis áreas:

- i) narcotráfico; ii) tráfico de armas;
- iii) terrorismo; iv) crimes cibernéticos;
- v) lavagem de dinheiro e crimes financeiros; e v) cooperação institucional.

**O Brasil e a AIE** – Em 31 de outubro de 2017, o Brasil celebrou ato de associação à Agência Internacional de Energia (AIE).

Trata-se de importante iniciativa brasileira no sentido de inserir-se nas discussões sobre energia em organização que congrega, entre países-membros e associados, mais de 70% do consumo energético mundial, demonstrando a importância que a AIE atribui ao País, que é o sétimo maior consumidor de energia mundial.

A AIE é um dos mais importantes foros de diálogo para o tratamento de temas

relevantes para o País e o mundo, quais sejam, a segurança energética, o tratamento harmônico dos temas energia e clima e, nesse contexto, as transições energéticas rumo a economias de baixo carbono. Após a assinatura do documento que tornou o Brasil país associado à Agência Internacional de Energia e em cumprimento do Programa de Ação Conjunta 2017-2019, realizou-se, em 2018, programa de revisão pela AIE do projeto de reforma do mercado brasileiro de gás, com base em experiência de outros países-membros da AIE. As conclusões foram apresentadas em seminário em Brasília, em 30 de agosto.

**Combate a práticas desleais de comércio** – As medidas de defesa comercial visam combater, dentro das normas internacionais, práticas de comércio consideradas desleais, sendo uma ferramenta imprescindível para o equilíbrio do comércio internacional e, por isso mesmo, largamente utilizada pelos países.

No Brasil, das 176 medidas de defesa comercial em vigor em 31/8/2018, 173 eram relativas a direitos antidumping definitivos, 1 era referente a direito antidumping provisório e 2 a medidas compensatórias definitivas. Em 2017, foram iniciadas 17 investigações de dumping (número 26% menor do que em 2016); 1 investigação de subsídio (número equivalente ao observado no ano anterior); 1 revisão de práticas desleais de comércio com extensão do direito corresponden-

te (tal como em 2016). No mesmo período, foram encerradas 17 investigações de dumping com aplicação de direito, o que representa 37% de diminuição se comparado ao resultado de 2016; também tendo sido celebrados 5 compromissos de preços e encerrados 2 procedimentos sem aplicação de medidas (ambos de dumping, número 66,7% menor em comparação a 2016).

Em 2018, até a última semana de agosto, foram iniciadas 16 investigações de dumping. No mesmo período foram encerradas outras 16 investigações de dumping e 1 de subsídios com aplicação de direito. Foram ainda encerrados 2 procedimentos sem aplicação de medidas, sendo ambos de dumping. Em 31 de agosto de 2018, estavam em curso 17 investigações de dumping e 1 investigação de subsídio.

**Missão de Observação Eleitoral da OEA** – A Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizou, em agosto de 2018, visita preliminar para reunir informações sobre o andamento da organização das eleições de outubro no Brasil e conhecer as perspectivas dos diferentes atores envolvidos. Na ocasião, o ministro das Relações Exteriores e a chefe da Missão, ex-presidente da Costa Rica, assinaram Acordo de Privilégios e Imunidades. Ao longo de setembro e outubro, os representantes da Missão acompanham a fase final da campanha eleitoral e o primeiro e segundo turnos da eleição. É a primeira vez que as eleições brasileiras são acompanhadas por uma missão da OEA, conforme o Acordo de Procedimentos para Observação Eleitoral, assinado entre a OEA e o TSE em dezembro de 2017. O número de missões de observação eleitoral

da OEA tem crescido progressivamente, assim como o de países que as solicitam, já tendo sido realizadas, desde 1962, mais de 240 missões em 28 dos 34 Estados-membros da Organização.

**Relações Mercosul com outras regiões do mundo e lançamento de novas negociações comerciais** – Após 20 anos de negociações, realizaram-se avanços significativos em direção à conclusão do acordo entre Mercosul e União Europeia. Desde junho de 2017 e até dezembro de 2018 terão sido realizadas seis rodadas de negociação. Sob a presidência brasileira do Mercosul, no segundo semestre de 2017, entrou em vigor o acordo comercial do Mercosul com o Egito. Além disso, foram iniciadas negociações do Mercosul com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), Canadá, Singapura e Coreia do Sul.

**Pedido de acesso à OCDE** – Em maio de 2017, o Brasil solicitou acesso à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O ingresso na Organização trará diversos benefícios para a economia brasileira, entre os quais se destacam a reiteração do compromisso do Brasil com uma economia aberta, previsível, responsável e transparente e a promoção do intercâmbio de melhores práticas internacionais. O Brasil também já aderiu a 54 instrumentos da OCDE e está em processo de adesão a outros 68.

**Presidência brasileira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** – O Brasil sediou, em outubro de 2016, a XI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que contou com a presença dos chefes de Estado ou governo de Portugal, Angola, Cabo Verde, Timor Leste, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, além do chanceler de Moçambique. Na reunião, o Brasil assumiu a presidência da CPLP. Ao fim da presidência de turno do Brasil, em julho de 2018, foram realizadas 13 reuniões ministeriais da CPLP em território brasileiro, inclusive a XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, que reuniu os chanceleres da comunidade.

**Consolidação de resoluções que reduzem a alíquota do imposto de importação por razões de desabastecimento** – Na promoção das boas práticas regulatórias no Governo Federal, foi publicada a Resolução Camex nº 64 de 2018, como resultado do exercício

de revisão e racionalização do arcabouço de Resoluções da Camex, que contava com aproximadamente 1.500 resoluções editadas desde 2001.

Dessa forma, foram consolidadas todas as resoluções que reduziam a alíquota do imposto de importação por razões de desabastecimento, produzindo um documento único de referência com vistas a facilitar o acesso à informação e simplificar o processo de implementação de futuras reduções. Ao fim, foram revogadas cerca de 140 resoluções, eliminando quase 10% do estoque regulatório da Camex.

**Defesa Comercial** – Redução de custos e o aumento da transparência com o Sistema Decom Digital – Alinhada à diretriz da simplificação de processos por meio da evolução dos sistemas eletrônicos, o Sistema Decom Digital (SDD) foi ampliado, em junho de 2018, para atender não apenas investigações de dumping, mas também investigações de subsídios e de salvaguardas.

A ampliação do sistema foi acompanhada de aperfeiçoamentos em sua regulamentação, aprovada pela Portaria Secex nº 30 de 2018.

Dessa forma, o SDD, sistema para formação de autos digitais dos processos de defesa comercial, que substituiu os documentos impressos por eletrônicos, colabora diretamente para a redução de custos e o aumento da transparência no âmbito desses processos, bem como facilita o acesso das partes interessadas aos autos.





### **Simplificação dos processos de exportação e importação**

– Lançado em março de 2017, o novo processo de exportação passou a ser mandatório em julho de 2018. Desde então, o usuário já pode fazer uso de um processo simplificado de trâmites para as vendas externas, com a eliminação de documentos e etapas processuais, com redução de exigências governamentais redundantes em prol de controles mais eficazes.

A implantação do Novo Processo de Importações terá início em outubro de 2018 e também está fundamentado no princípio de entregas incrementais. Essa estratégia, norteadora do Programa Portal Único de Comércio Exterior, tem permitido a melhoria gradual do ambiente de negócios e a participação ativa do setor privado na reformulação dos processos e na construção do novo sistema de exportação e de importação, permitindo-se ganhos concretos ao longo de seu desenvolvimento.



Os principais benefícios dos novos processos são:

- Criação da Declaração Única de Exportação (DU-E) e da Declaração Única de Importação (Duimp), com substituição de documentos redundantes;
- Integração da DU-E com a Nota Fiscal eletrônica, permitindo alimentação automática dos dados, integridade das informações e menor possibilidade de erros;
- Redução de etapas manuais de conferência de dados;
- Possibilidade de anuências abrangentes a mais de uma operação, o que viabiliza a redução de controles operação a operação;
- Possibilidade de realização simultânea dos controles aduaneiros e não aduaneiros das mercadorias, em detrimento de etapas sequenciais;

- Uso intensivo de gerenciamento de riscos;
- Integração dos sistemas e processos de comércio exterior e centralização da comunicação entre operadores privados e órgãos e entidades do Governo em um único local;
- Melhoria contínua da governança dos controles das operações de comércio exterior, com base em atuação coordenada e harmonizada.

### **Facilitação de Comércio Exterior**

– O Comitê Nacional de Facilitação de Comércio – Confac, colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior – Camex, foi criado pelo Decreto nº 8.807 de 2016, com o objetivo de orientar, coordenar, harmonizar e supervisionar as atividades operacionais dos órgãos e das entidades da administração pública federal relativas às importações e exportações, com vistas à implementação das políticas e das diretrizes interministeriais determinadas pelo Conselho da Camex, à implementação do Acordo sobre Facilitação de Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio (OMC) e à redução dos custos de cumprimento com exigências da administração federal. O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a instituir seu comitê.

### **Lançamento da 1ª Agenda Regulatória de Comércio Exterior**

– A publicação da inédita 1ª Agenda Regulatória de Comércio Exterior se deu por meio da Resolução Camex nº 52 de 2018, que representa um novo instrumento de

planejamento regulatório e que visa auxiliar a identificação e organização de temas estratégicos que serão acompanhados pelos órgãos reguladores e pela Secretaria-Executiva da Camex até o final de 2019. A iniciativa, que é um dos temas prioritários para monitoramento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, também tem como objetivo promover transparência e previsibilidade no comércio exterior brasileiro, pois tornará pública as ações prioritárias dos órgãos reguladores dessa área e permitirá acompanhamento e participação das empresas e da sociedade.

### **Simples Exportação para MPes**

– Trata-se de regime simplificado de exportação para as micro e pequenas empresas (MPes) optantes pelo Simples Nacional, com o objetivo de facilitar operações de exportação para MPes por meio dos operadores logísticos autorizados. A meta para 2018 é dobrar o volume de exportações de MPes, alcançando 2% da carteira nacional. Em 2017 foi concluída a regulamentação do regime para atuação dos operadores logísticos. Em 2018 o trabalho foi dedicado à promoção e divulgação do regime, abrangendo entidades de classe de empresas de transporte, eventos para MPes e fornecimento de material explicativo para outros parceiros, a exemplo do Sebrae e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Além disso, tem-se focado na ampliação da quantidade de operadores habilitados, em especial no modal aéreo, bem como na expansão do projeto para os modais marítimo e terrestre.



**Realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016** – Em 2016 o Brasil conseguiu realizar o maior evento esportivo com sucesso.

O esporte brasileiro alcançou, no Rio de Janeiro, a sua melhor participação na história dos Jogos Olímpicos. Já nos Jogos Paralímpicos, foram conquistadas 72 medalhas, todas recebidas por atletas patrocinados pelo Governo Federal. Como resultado dos investimentos nos Jogos e da

hospitalidade dos brasileiros, pesquisa realizada pelo Governo Federal com turistas estrangeiros mostrou que 87,7% deles pretendem voltar ao Brasil e que, dos brasileiros, 94,2% querem voltar ao Rio de Janeiro.

A Casa Brasil, montada em dois galpões no Boulevard Olímpico durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, recebeu 558,2 mil pessoas, que tiveram a oportunidade de conhecer mais da cultura e da diversidade do País.



**ZPE de Pecém (CE)** – A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Pecém, no Ceará, iniciou suas operações no 2º semestre de 2016, por intermédio da instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP, a primeira usina siderúrgica integrada da região Nordeste para produção e exportação de chapas de aço. Já no ano de 2016, as exportações cearenses de produtos semimanufaturados de ferro ou aço atingiram um valor de US\$ 179 milhões, contra US\$ 4,3 milhões em relação ao ano anterior. Em 2017, por sua vez, tais exportações alcançaram US\$ 1,04 bilhão, resultando no principal produto da pauta de exportação daquele estado. Nos primeiros oito meses de 2018, as exportações desses produtos tiveram incremento de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior, representando mais da metade das vendas externas do Ceará. Em 2017, a ZPE de Pecém foi premiada pela Foreign Direct Investment (FDI), do jornal Financial Times, como “Melhor Zona das Américas” e “Melhor Zona Franca em Atualização em Infraestrutura”, pela segunda vez consecutiva.

**Exportações de Proteína Animal** – As exportações em 2017 somaram cerca de US\$ 15,5 bilhões, aumento de cerca de 9%, comparado com os US\$ 14,2 bilhões registrados em 2016. A carne de frango, principal produto do setor, representou quase metade desse montante (46,1%). Foram exportados US\$ 7,14 bilhões do produto, 5,5% acima do que havia sido registrado no ano anterior. As vendas de carne suína apresentaram recorde histórico, somando US\$ 1,61 bilhão, ou seja, 9,7% superiores a 2016.

**Portal Único do Comércio Exterior** – Principal iniciativa do Governo Federal para facilitar e desburocratizar o comércio exterior brasileiro. Coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda, envolvendo todos os órgãos atuantes no comércio exterior, o Portal Único busca reformular os processos de exportação, importação e trânsito aduaneiro. O Portal cria interface única entre Governo e operadores de comércio, reduz burocracia e diminui prazos das exportações e importações em cerca de 40%. A anexação eletrônica de documentos possibilitou a eliminação do papel em 99% das operações de comércio exterior que demandam algum tipo de anuência governamental.

**Realização de avaliação de riscos sanitários e fitossanitários (SPS) conjunta e de forma cooperativa pelos países do Mercosul** – A proposta de instituição de um modelo de avaliação de riscos sanitários e fitossanitários, de forma conjunta entre os países do Mercosul, originou-se dos debates que aconteceram durante a Reunião Interamericana de Serviços Nacionais de Sanidade Animal, Vegetal e Inocuidade dos Alimentos Frente aos Desafios do Comércio Internacional, que aconteceu em Brasília, nos dias 2 e 3 de setembro de 2015, no Itamaraty. Essa reunião foi promovida pelo Mapa, com o apoio do IICA, contando com representantes dos países-membros do IICA e Cuba. Posteriormente, houve iniciativas semelhantes no âmbito do Brasil, Argentina e Paraguai.





**Expansão da Área de Atuação de Adidos Agrícolas** – O Mapa, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), está ampliando a área de atuação dos adidos agrícolas brasileiros de 14 para 109 países. O agronegócio brasileiro se destaca como o setor que mais contribui para o fortalecimento da economia do País, respondendo individualmente por 1/4 do Produto Interno Bruto. Como desafio, destaca-se a necessidade de aumentar a competitividade brasileira no comércio internacional dos produtos agrícolas, sobretudo com o estímulo às cadeias produtivas, o aumento do valor agregado dos produtos brasileiros e a consolidação da imagem do Brasil como fornecedor de produtos seguros, de alta qualidade e produzidos de forma sustentável. O Brasil exporta para mais de 200 mercados, mas tem potencial para uma expansão ainda maior, face às quase mil negociações sanitárias e fitossanitárias em curso.

**Negociação de acordos internacionais** – O Ministério da Justiça aprimora sua atuação internacional por meio da celebração de acordos que oferecem segurança jurídica e base normativa para iniciativas de cooperação estabelecidas com outros países, seja por meio de acordos e memorandos de entendimento bilaterais, seja por meio de tratados multilaterais.

Entre maio e setembro de 2018, o MJ atuou sobre 52 acordos internacionais, sobre temas de extradição (12 acordos), transferência de pessoas condenadas (14 acordos), auxílio jurídico em matéria penal

(11 acordos), cooperação jurídica em matéria civil (9 acordos), 2 memorandos de entendimento, 1 acordo para isenção de visto, 1 acordo de livre comércio, 1 acordo sobre direito aplicável em matéria de contratos internacionais de consumo e 1 acordo de enfrentamento do crime.

**Operações de manutenção da paz** – O País participa de 8 das 14 Operações de Paz das Nações Unidas em atividade. Atualmente, o Brasil mantém observadores militares e oficiais de Estado-Maior em missões no Chipre, na República Centro-Africana, no Saara Ocidental, na República Democrática do Congo, na Guiné-Bissau, no Sudão, no Líbano e no Sudão do Sul. Em outubro de 2017, chegou ao fim a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, que, por 13 anos, foi comandada pelo Brasil. Cerca de 37 mil militares brasileiros passaram pelo Haiti. Desde fevereiro de 2011, a Marinha do Brasil comanda a Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), empregando uma fragata brasileira, como nau capitânia, com cerca de 200 militares.





# Eixo Segurança e Defesa Nacional

A intervenção federal no Rio de Janeiro, em vigor desde 16 de fevereiro e até 31 de dezembro deste ano, é o principal e mais simbólico destaque do amplo conjunto de ações do Governo na área da segurança pública. A escalada da violência, sobretudo durante o período de Carnaval, levou o governador fluminense Luiz Fernando Pezão a recorrer ao Governo Federal, que decretou a intervenção para “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública” e restabelecer a segurança e a tranquilidade à população.

De acordo com informações do Gabinete de Intervenção, até o dia 15 de outubro, ou seja, em oito meses, 43 pessoas morreram em confrontos durante operações que tiveram a participação de mais de 123 mil militares das Forças Armadas. Lamentavelmente, quatro militares do Exército foram mortos. A apreensão de armas totalizou 188 unidades, sendo 109 pistolas, 46 granadas e 33 fuzis. No período, foram detidas 608 pessoas maiores de idade e 64 menores foram apreendidos.

Para reforçar a luta contra o crime organizado, também foi criado, em 26 de fevereiro, o Ministério Extraordinário da Segurança Pública (Mesp) que passou a trabalhar em conjunto com o Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR) da Presidência da República. Essa parceria possibilitou a

ampliação das ações de segurança nas fronteiras, bem como uma atuação mais incisiva no combate à criminalidade.

O Mesp incorporou funções que eram, até então, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, cujo nome passou a ser Ministério da Justiça. Entre elas, está o comando da Polícia Federal (DPF), do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Sob o ministério, ficaram, ainda, os conselhos nacionais de Segurança Pública e de Política Criminal e Penitenciária.

De maio a setembro de 2018, a PRF realizou 153 operações, de diversas temáticas, a exemplo de combate ao roubo de cargas, tráfico de drogas, contrabando e descaminho, roubo e furto de veículos, exploração sexual infanto-juvenil, tráfico de armas/munições e assalto a ônibus. Entre maio e setembro, as Operações de Inteligência da PRF contribuíram para 775 prisões, apreensão de 82.751 quilos de maconha, 1.770 quilos de cocaína, 177 quilos de crack, 151 armas e a recuperação de 299 veículos.

No tocante à exploração sexual infanto-juvenil, a PRF colocou em prática o projeto Mapear 2017/2018, que já identificou 2.487 pontos de vulnerabilidade à exploração de crianças e adolescentes,

conforme levantamento realizado ao longo das rodovias federais. Desse total, de acordo com o trabalho coordenado pelos ministérios da Defesa e de Segurança Pública, 489 são considerados pontos críticos. O projeto está sendo aprimorado para que também colete dados referentes ao crime de tráfico de pessoas.

Na área de inteligência, outras duas frentes de ação do Governo Federal foram a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) e a ampliação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (RedeLAB), com a inauguração de laboratórios de tecnologia contra lavagem de dinheiro.

Em termos de bloqueio de ativos no exterior, este ano, a cifra já ultrapassa US\$ 125 milhões, relativos a processos criminais brasileiros praticados no País. Como resultado de procedimentos de cooperação jurídica internacional para fins de recuperação de ativos, cerca de US\$ 20 milhões também estão com repatriação em andamento, oriundos da prática de crimes financeiros, corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil.

O Ministério da Justiça tem atuado no fortalecimento e na ampliação da cooperação jurídica internacional. Um exemplo são os casos de recuperação de ativos: somente este ano já foram bloqueados mais de US\$ 125 milhões e repatriados mais de US\$ 20 milhões no exterior, relativos a processos criminais brasileiros e frutos de crimes praticados

no País, tais como crimes financeiros, corrupção e lavagem de dinheiro.

Além disso, em 2018 foram efetivadas 16 extradições ativas e 23 passivas, e executadas nove transferências de pessoas condenadas para o exterior e quatro transferências para o Brasil. No tocante à subtração internacional de crianças, foram retornadas a seus países de residência habitual 30 crianças, enquanto 12 foram trazidas de volta ao Brasil. Também no último ano, foram credenciados oito organismos para atuar no Brasil com adoção internacional de crianças, e realizado o acompanhamento pós-adoativo de 327 crianças adotadas por casais residentes no exterior.

Com o envolvimento dos Ministérios da Defesa, da Justiça, da Segurança Pública e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foi aplicada em diversas ocasiões e localidades do País, a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que é o emprego das Forças Armadas em contribuição à segurança dos cidadãos. A GLO foi acionada, por exemplo, no Rio Grande do Norte, em agosto de 2016, durante a crise de segurança pública em Natal; em Roraima, de 29 de agosto a 12 de setembro deste ano, durante incidentes em Paracaima entre brasileiros e venezuelanos; e no Rio de Janeiro, durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Em 17 de setembro de 2018, foi aberta consulta pública sobre o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, em alinhamento aos princípios, diretrizes e objetivos da PNSPDS.



## A criação do Ministério da Segurança Pública em 2018 demonstrou a relevância do tema para o Governo Federal

A criação do Ministério da Segurança Pública em 2018 demonstrou a relevância do tema para o Governo Federal. O trabalho em conjunto com o Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional possibilitou a ampliação das ações de segurança nas fronteiras e o combate ao crime organizado. Para a manutenção da ordem pública, foram realizadas operações para a Garantia da Lei e da Ordem em diversos estados, destacando-se a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro vigente desde fevereiro. Na área de inteligência destaca-se a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) e a ampliação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (RedeLAB), com a inauguração de laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro.





**Bloqueio de ativos no exterior** – No ano de 2018 já foram bloqueados mais de US\$ 125 milhões no exterior, de interesse de processos criminais brasileiros, relativos a crimes praticados no Brasil. Como resultado de procedimentos de cooperação jurídica internacional para fins de recuperação de ativos, cerca de US\$ 20 milhões estão com repatriação em andamento, oriundos da prática de crimes financeiros, corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil.

**Cooperação Jurídica Internacional**

– O Ministério da Justiça tem atuado no fortalecimento e na ampliação da cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, subtração internacional de crianças, adoção internacional, extradição, transferência de pessoas condenadas e transferência da execução da pena e recuperação de ativos.

Em 2018, até o dia 31/08, foram tramitados 4.135 processos de cooperação jurídica internacional e, até o final do ano, estima-se a tramitação de 6.200 pedidos, resultando num aumento de 9% em relação ao ano de 2017. Quanto aos casos de recuperação de ativos, somente este ano já foram bloqueados mais de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares) e repatriados mais de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares) no exterior, montantes estes de interesse de processos criminais brasileiros e frutos de crimes praticados

no Brasil, tais como crimes financeiros, corrupção e lavagem de dinheiro. Além disso, em 2018 foram efetivadas 16 extradições ativas e 23 passivas. Foram também executadas 9 transferências de pessoas condenadas para o exterior e 4 transferências para o Brasil. No tocante à subtração internacional de crianças, foram retornadas a seus países de residência habitual 30 crianças, enquanto 12 crianças foram trazidas de volta ao Brasil.

Também no último ano, foram credenciados 8 organismos para atuar no Brasil com adoção internacional de crianças, e realizado o acompanhamento pós-adoativo de 327 crianças adotadas por casais residentes no exterior.

**Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro** – Ampliação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (RedeLAB), em 2017, com a inauguração de dois Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro.

**Política Nacional de Inteligência (PNI)** – A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) participou do processo de elaboração da Política Nacional de Inteligência, aprovada pelo Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Trata-se do documento basilar para consecução dos fins da atividade e peça fundamental para diversos diplomas posteriores, essenciais para o regular exercício do mandato legal da Agência.

**Garantia da Lei e da Ordem (GLO)** – Com o envolvimento dos ministérios da Defesa, da Justiça, da Segurança Pública e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que é o emprego das Forças Armadas em contribuição à segurança dos cidadãos, foi aplicada nas seguintes localidades:

**Distrito Federal** – de 24 a 25 de maio de 2017 – por depredação de patrimônio público na Esplanada dos Ministérios;

**Espírito Santo** – de 6 a 16 de fevereiro de 2017 – por ocasião da paralisação dos policiais militares em Vitória; com primeira prorrogação de 17 a 23 de fevereiro de 2017 e segunda prorrogação de 24 de fevereiro a 8 março de 2017, pelo mesmo motivo;

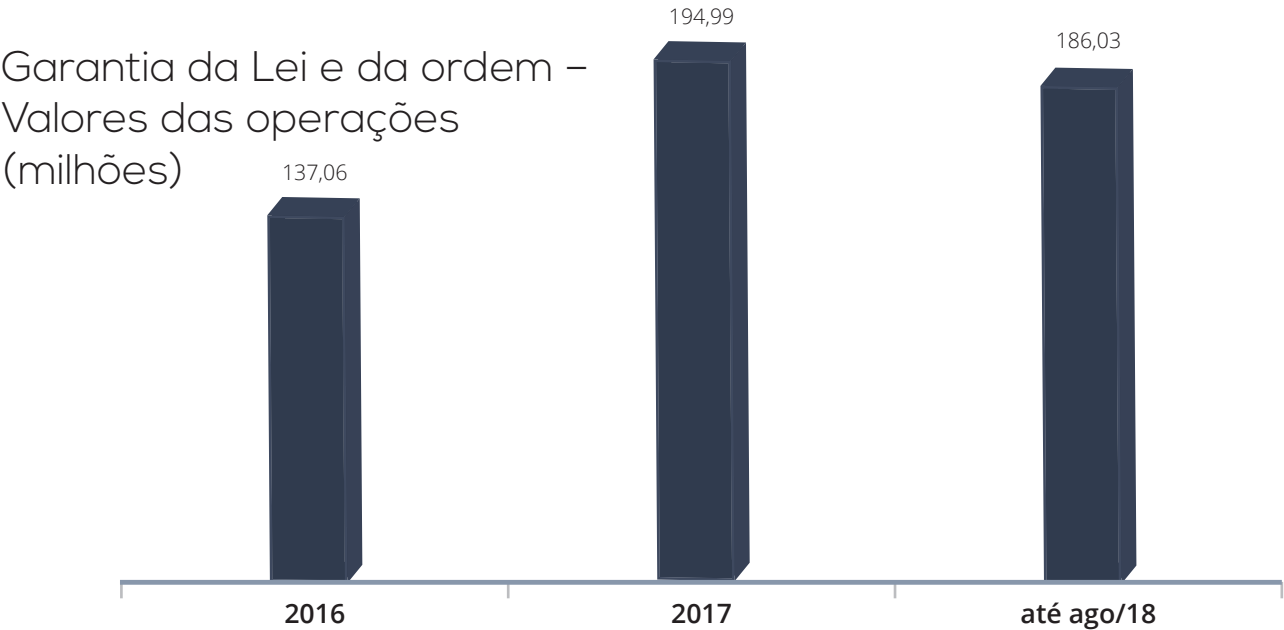
**Rio Grande do Norte** – de 1º a 15 de agosto de 2016 – crise de segurança pública em Natal;

**Roraima (Pacaraima)** – de 29 de agosto a 12 de setembro de 2018 – incidentes em Pacaraima-RR envolvendo brasileiros e venezuelanos, e a instabilidade na faixa de fronteira.

Com prorrogação de 13 de setembro a 30 de outubro de 2018 – pelo agravamento da tensão envolvendo brasileiros e refugiados venezuelanos, com necessidade de proteção das instalações e das atividades relacionadas ao acolhimento de refugiados;

**Rio de Janeiro** – Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016;

**Rio de Janeiro** – de 14 a 22 de fevereiro de 2017 – por perturbações da ordem na região metropolitana do Rio de Janeiro. Prorrogado de 29 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2018, com a justificativa de necessidade de imposição da GLO.



Fonte: Ministério da Defesa



### Mulheres na linha bélica das Forças Armadas

– A exemplo da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira, que já integraram as mulheres em suas principais escolas de formação de oficiais, o Exército Brasileiro recebeu, em fevereiro de 2018, 34 alunas na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ). Essas jovens cadetes serão as pioneiras na linha de ensino militar bélico da força terrestre, e receberão a mesma formação de oficial combatente do Exército Brasileiro ofertada aos homens que compõem a turma, denominada “Dona Rosa da Fonseca”, em homenagem à patrona da Família Militar. No início de 2019, as cadetes poderão optar pelo serviço de intendência ou pelo quadro de material bélico, áreas nas quais atuarão por toda a carreira militar. Atualmente, as Forças Armadas brasileiras possuem cerca de 25% de seu efetivo de oficiais ocupado por mulheres. Essas oficiais poderão chegar ao generalato e serem nomeadas, nas mesmas condições dos homens, comandantes de suas respectivas Forças.



### Combate ao crime organizado – Resultado em números:

- Realização do 4º e 5º Curso de Investigação e Combate ao Crime organizado em 2018, alcançando aproximadamente 100 delegados e peritos da PF;
- Palestras/aulas para alunos da Força Nacional de Polícia Judiciária sobre criminalidade organizada;
- Alocação de efetivo policial federal para atuação no estado do Ceará em articulação com a Polícia Civil e Força Nacional de Polícia Judiciária; e
- Alocação de efetivo de policiais federais para atuação no Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp/RJ), para promover maior integração com as forças de segurança do estado do Rio de Janeiro.

**Defensoria sem Fronteiras** – O Defensoria sem Fronteiras é um Programa com atuação integrada da Defensoria Pública da União, dos estados e do Distrito Federal, em um esforço concentrado para garantir o acesso à Justiça. Tal iniciativa decorre do Acordo de Cooperação Técnica “Defensoria sem Fronteiras”, assinado no dia 31 de janeiro de 2017, entre o Depen – executor da política com a Defensoria Pública da União; o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais – Condege; a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais e a Associação Nacional dos Defensores Públicos.

No ano de 2018, dando continuidade às boas práticas e ações de promoção de Direitos Humanos e a implantação de medidas para a redução da superlotação no sistema penitenciário brasileiro, o projeto Defensoria sem Fronteiras atuou no estado de Rondônia, no período de 24/01/2018 a 07/02/2018, quando foram realizados 3.142 atendimentos e 4.401 processos analisados; bem como ocorreu no estado do Ceará, no período de 4 a 15 de junho de 2018, a apreciação de processos de 9.395 custodiados, totalizando um quantitativo de 19.731 processos, um dos maiores escopos processuais de todas as edições do Programa. Na última ação realizada no Amapá, no período de 9 a 22 de setembro de 2018, foram atendidos 2.969 custodiados e analisados um total de 5.873 processos.

**Doação de veículos para unidades prisionais dos estados** – Em abril de 2017, foi concluída pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) a doação de 292 furgões-cela a unidades prisionais de todos os 26 estados e o Distrito Federal. Além disso, em novembro de 2017 e em maio de 2018, foram doados 80 caminhões 4x4 para transporte de presos, sendo contempladas 24 Unidades Federativas.

As ações de doação de veículos aumentam a autonomia dos sistemas prisionais estaduais, promovem maior segurança no transporte e locomoção de presos, bem como ajudam nas ações de ressocialização dos apenados. É permitida a adesão da ata de registro de preços pelos entes federados que desejam complementar a frota, com veículos padronizados e de qualidade.

Em 2018, dando prosseguimento a políticas de veículos especializados e renovação da frota estadual, estão em andamento projetos para aquisição e doação de: furgão-cela, caminhonete tática-cela, caminhão para o projeto Unidade Móvel de Saúde e ônibus para transporte de pessoas privadas de liberdade. Os caminhões da saúde atenderão não somente a comunidade carcerária, mas também realizarão ações na comunidade próxima. A expectativa é atender 27 estados com 1.210 veículos.

**Sistema Único de Segurança Pública (Susp)** – Com o advento da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), o processo de revisão da versão 2.0 do Plano Nacional de Segurança Pública foi encerrado. Em 17 de setembro de 2018, foi aberta consulta pública sobre o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, em alinhamento aos princípios, diretrizes e objetivos da PNSPDS.

**Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (Resgata)** – Criado pela Portaria Depen nº 630, de 3 de novembro de 2017, o Selo Resgata é uma estratégia para incentivar e reconhecer a responsabilidade social das empresas, órgãos públicos e empreendimentos de economia solidária que contratam pessoas privadas de liberdade, cumpridores de alternativas penais e egressos do sistema prisional, dando visibilidade positiva para as entidades que colaboram com a reintegração social dessas pessoas, com a oferta de vagas de trabalho.



**PRF mapeia pontos de exploração sexual infantil em rodovias** – O Projeto Mapear 2017/2018 já identificou 2.487 pontos de vulnerabilidade à exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme levantamento realizado ao longo das rodovias federais pela Polícia Rodoviária Federal. Desse total, de acordo com o trabalho coordenado pelos ministérios da Defesa e de Segurança Pública, 489 são considerados pontos críticos. O projeto está sendo aprimorado para que também colete dados referentes ao crime de tráfico de pessoas.

**Criação do Ministério da Segurança Pública** – O novo ministério foi criado em 26 de fevereiro de 2018, por Medida Provisória, para coordenar e promover a integração dos serviços de segurança pública em todo o território nacional em parceria com os entes federativos. A primeira ação que o Ministério assumiu foi a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, determinada via decreto em 16 de fevereiro. O Ministério da Segurança Pública incorporou funções que eram, até então, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, cujo nome passou a ser Ministério da Justiça, entre elas está o comando da Polícia Federal, do Departamento Penitenciário Nacional, da Secretaria Nacional de Segurança Pública e da Polícia Rodoviária Federal. Sob o ministério ficaram ainda os Conselhos Nacionais de Segurança Pública e de Política Criminal e Penitenciária.

**Implantação de sistemas de atividade policial** – A Polícia Federal implantou o Sismigra – Sistema de Registro Nacional Migratório. O Sistema permite a emissão de certidão da Polícia Federal, com o respectivo amparo da situação de residência do imigrante ou do fronteiro, possibilitando a emissão da Carteira de Trabalho para imigrantes.

Também foi implantado o Siscaer – Sistema para Controle de Armas em Aeroportos. A Resolução nº 461/2018, de 25/01/18, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em vigor desde 28 de julho de 2018, estabelece que o controle para autorizar o embarque de passageiro armado e o despacho de arma de fogo e munições em aeronaves civis passa a ser efetuado exclusivamente de forma informatizada por parte da Polícia Federal. Todos os passageiros que desejarem embarcar armados ou despachar arma de fogo e munições em aeronaves civis devem preencher previamente as guias disponibilizadas no Siscaer.

**Programa Identidade Cidadã** – O Projeto Identidade Cidadã no Sistema Prisional visa organizar os fluxos de emissão e regularização, em âmbito nacional, da documentação pessoal básica da pessoa privada de liberdade. Os primeiros esforços foram feitos no sentido de regularizar a emissão da Certidão de Nascimento com matrícula atualizada, tendo em vista que é documento obrigatório para a emissão de

todos os outros documentos. Desde 2016, foram realizadas ações no RN, RJ, PE, ES, AL, PI, AC, AM, MG, RR, CE, SC, BA, MA, MG, RR, MT e MS. No decorrer da execução do Projeto são articulados fluxos de trabalho com os órgãos responsáveis pela regularização dos outros documentos pessoais, como Carteira de Identidade, CPF, Carteira de Trabalho, Cartão SUS etc. Cabe observar que a falta de documentação dificulta a inclusão em políticas sociais, educacionais e de saúde, bem como a participação em cursos da educação básica e profissionalizantes.

**Projeto Mulheres Livres** – Ação para efetivação da proteção social das mulheres privadas de liberdade (condenadas ou provisórias), em especial gestantes e/ou com filhos na primeira infância, e egressas do sistema prisional, com ações de desencarceramento, encaminhamento e inclusão na rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na rede educacional, no mercado de trabalho e em ações de lazer, esporte e cultura, entre outras. Foram realizados os levantamentos de dados de mulheres privadas de liberdade nos estados de SP, RJ, MG, PR, PE e SC. O Acordo de Cooperação Técnica foi celebrado com os estados do Paraná e Santa Catarina, como projetos-piloto.

**2017 – 1º Ciclo de Concessão** – 112 instituições foram certificadas neste ciclo, entre instituições privadas, públicas e cooperativas sociais.



**2018 – 2º Ciclo de Concessão** – Inscrições abertas no período de 24 de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Contratar uma pessoa privada de liberdade custa bem menos do que um empregado comum.

O trabalho do preso, interno e externo, não está sujeito ao regime de emprego da CLT; ou seja, o empregador está isento dos encargos trabalhistas, como 13º salário, férias e FGTS.

A remuneração mínima corresponde a 3/4 do salário mínimo, embora se oriente o pagamento integral.

Os apenados, enquanto permanecerem nos regimes fechado e semiaberto, são considerados contribuintes facultativos da Previdência, e não mais segurados obrigatórios na condição de contribuintes individuais (Decreto nº 7.054/2009).

Facilidade de reposição ou substituição em caso de falta grave.

Contratar uma pessoa privada de liberdade é uma ação de responsabilidade social.

**Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)** – O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) é um programa estratégico do Exército Brasileiro, destinado ao fortalecimento da presença e da capacidade de monitoramento do Estado, na faixa de

fronteira terrestre. A implantação do Sisfron proporcionará a ação rápida do poder público, além de cooperar com a segurança das fronteiras, reduzir ilícitos transfronteiriços, contribuir com a preservação ambiental, com a proteção de comunidades indígenas e com o incremento do poder dissuasório, na selva e em outros ambientes do País, em operações isoladas, conjuntas ou de interagências. Atualmente, há um projeto-piloto no Mato Grosso do Sul, com 82% de sua estrutura implantada até setembro de 2018, e término previsto para 2019.

#### **Varreduras em presídios, desbloqueio de estradas e segurança nas eleições**

As varreduras em presídios foram criadas para atender a uma necessidade de retirar ilícitos daquelas instituições no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2018. Os militares realizaram 33 varreduras em 31 presídios de sete estados (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte). Além dessas ações no Rio de Janeiro, também foram realizadas duas operações no Rio Grande do Norte, uma no Espírito Santo, uma no Amazonas, uma em Brasília e uma em todo o território nacional. Na paralisação dos caminhoneiros, em maio de 2018, as Forças Armadas realizaram a Operação São Cristóvão, para a desobstrução de vias públicas, preservação da ordem pública, proteção de infraestruturas críticas e continuidade de abastecimento de combustíveis e gêneros essenciais. Também foi autorizado, em 2018, o emprego das Forças

Armadas para a garantia da votação e apuração das eleições suplementares do estado do Tocantins, bem como para o apoio dos órgãos de Segurança Pública envolvidos na questão da imigração no estado de Roraima.

**Intervenção federal no estado do Rio de Janeiro** – O GSI participou do planejamento e assessoramento ao Presidente da República na elaboração do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, que decretou intervenção federal no estado do Rio de Janeiro com o objetivo de por termo ao grave comprometimento da ordem pública, no período de 16 de fevereiro a 31 de dezembro de 2018. O evento envolveu os seguintes ministérios: Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério da Segurança Pública e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

**Linha de crédito para segurança pública** – A linha de crédito foi lançada em 22 de maio de 2018, com o objetivo de promover a equipagem e o aparelhamento das forças de segurança dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, por meio da concessão de crédito à compra de equipamentos previamente especificados e licitados pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Estão disponíveis até R\$ 4 bilhões para contratação até 31 de dezembro de 2019. O prazo de reembolso do empréstimo é de até 7 anos, incluídos até 2 anos de carência.



# Eixo Ações Regionais

Olhar para o Brasil inteiro, enxergar cada região com suas características peculiares e oferecer os instrumentos que permitam o uso da capacidade de cada uma para a solução de seus problemas.

Assim trabalha o Governo Federal desde maio de 2016. Todos os programas regionais têm as pessoas como foco. As parcerias intergovernamentais e com a iniciativa privada garantem importantes avanços econômicos e sociais.

A prioridade conferida ao ajuste das contas públicas, com a consequente recuperação econômica, demonstra o acerto das ações governamentais e permitiu que, com a economia fortalecida, fosse possível fazer os investimentos necessários para levar o progresso a todas as regiões.

O volume de recursos contratados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) do País cresceu. Em 2017, as três regiões contrataram mais de R\$ 26,5 bilhões de crédito por meio dos Fundos. Em 2018, o Governo destinou R\$ 43 bilhões para as três regiões. Os recursos atendem desde o agricultor familiar até as grandes indústrias, com o objetivo de aquecer e estimular o desenvolvimento regional.



O Avançar Brasil executa milhares de empreendimentos em várias partes do Brasil. Isso gera emprego, garante renda e promove desenvolvimento. A frota de ambulâncias do Samu foi renovada em 65% em menos de dois anos.

Os programas de regularização fundiária em zonas urbanas e rurais reduzem tensões e garantem cidadania a milhares de brasileiros que receberam seus títulos de propriedade e passaram a ter a dignidade do endereço e do direito ao acesso a financiamentos bancários.

As economias regionais receberam impulso importante a partir da liberação dos saques do FGTS. Em todo o Brasil, jovens estudantes têm novas ferramentas para entrar no mercado de trabalho a partir da reforma do Ensino Médio e do incremento das escolas de tempo integral.

Obras que estavam paradas há muito – entre elas a fundamental transposição do Rio São Francisco – foram retomadas.

A reforma trabalhista atende não só as grandes, mas as pequenas e microempresas que empregam milhões de trabalhadores em todo o Brasil.

O Brasil profundo entrou na agenda do Governo Federal para não sair. Os projetos de reforma criados na atual administração – e que precisam ser aprovados com urgência – vão incentivar o desenvolvimento também do Brasil profundo.

Este relatório mostra o que foi feito em todo o Brasil nos últimos três anos.





O Governo Federal  
investiu R\$ 183  
milhões em obras de  
saneamento no Distrito  
Federal

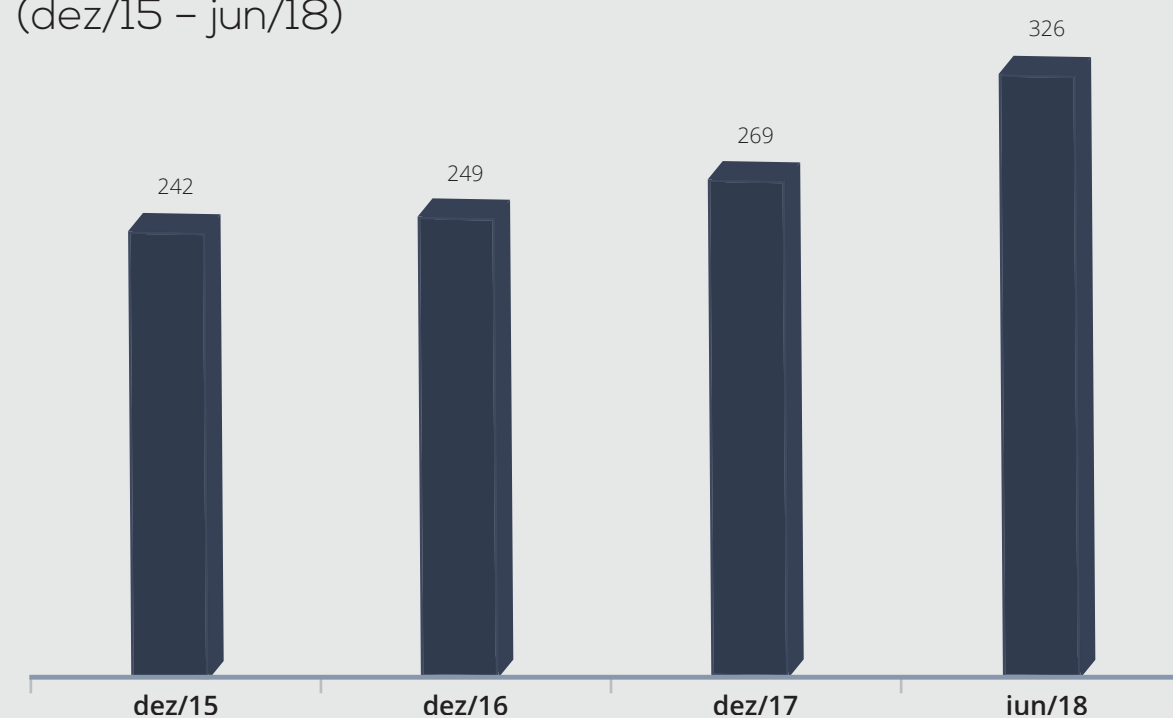
## Distrito Federal

O Governo Federal promoveu um aumento de 21,2% no número de equipes do Programa Saúde da Família em atuação no Distrito Federal, com atendimento garantido a 37,78% da população da capital do País.

O Projeto Mais Médicos mantém 116 profissionais no Distrito Federal, o que possibilita o atendimento de potencialmente 400.200 cidadãos. As unidades do Samu 192 prestam assistência a 3.039.444 residentes no DF.

O Programa Avançar investiu pesado em infraestrutura na capital federal. Desde 2016 foram contratadas 10.997 unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida. Também foram investidos R\$ 163,5 milhões em transmissão elétrica. Três grandes obras de saneamento básico estão em execução e foi destinado a elas o montante de R\$ 183.905.692,47. Os acessos à banda larga 4G saltam de 771.278 acessos em 2015 para 2.820.406 acessos em maio de 2018.

## Equipes atuando no Saúde da Família (dez/15 – jun/18)





Três obras ferroviárias no estado de Goiás receberam mais de R\$ 6 bilhões do Governo Federal

## Goiás

A atuação do Governo Federal no estado de Goiás tem marcas em vários setores. Na educação, realizou o desmembramento da Universidade Federal de Goiás com a criação das Universidades Federais de Catalão e de Jataí.

Visando a proteção ambiental, ampliou o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança.

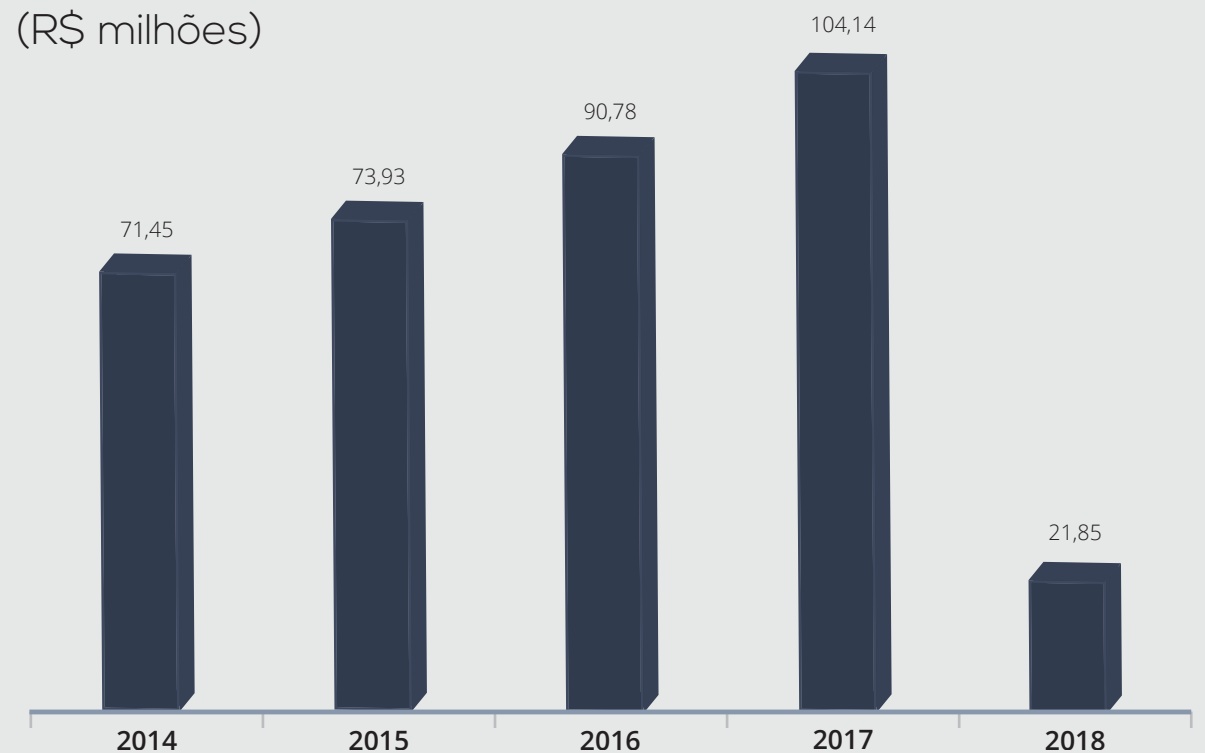
Para promover o fortalecimento da Assistência Social, o Governo Federal aumentou os repasses para o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e garantiu uma gestão compartilhada e cooperativa das ações de proteção social.

O Governo Federal ajudou na duplicação das Unidades de Pronto Atendimento 24h (UPA) no estado entre dezembro de 2015 e julho de 2018. O programa federal Aqui Tem Farmácia Popular atendeu 466.066 cidadãos goianos.

O Programa Avançar executa 214 obras no estado de Goiás. Destaque para os investimentos em transporte ferroviário, que somam R\$ 6.331.838.937,32, distribuídos em três importantes obras:

- Ferrovia - Ferrovia Norte-Sul Extensão Sul - Trecho Ouro Verde/GO - Estrela D'Oeste/SP – R\$543.083.704,57;
- Ferrovia EF-151/SP/MG/GO/TO (Ferrovia Norte-Sul) – R\$2.788.755.235,75;
- Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Trecho Campinorte/GO até Água Boa/MT) – R\$3.000.000.000,00.

### Fortalecimento do SUAS (R\$ milhões)







No Mato Grosso, o Programa Avançar, do Governo Federal, mantém investimentos de quase R\$ 20 bilhões em obras de infraestrutura

Mato Grosso

O Governo Federal, cumprindo o dever de atuar nos estados, realizou diversas ações para a população de Mato Grosso. Desmembrando a Universidade Federal de Mato Grosso, criou a Universidade Federal de Rondonópolis. Homologou a demarcação administrativa da terra indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço.

O Projeto Mais Médicos está presente em 103 municípios, atendendo potencialmente quase 800 mil cidadãos. Outras 714 equipes de Saúde da Família atuam em 140 municípios mato-grossenses e atendem 69% da população.

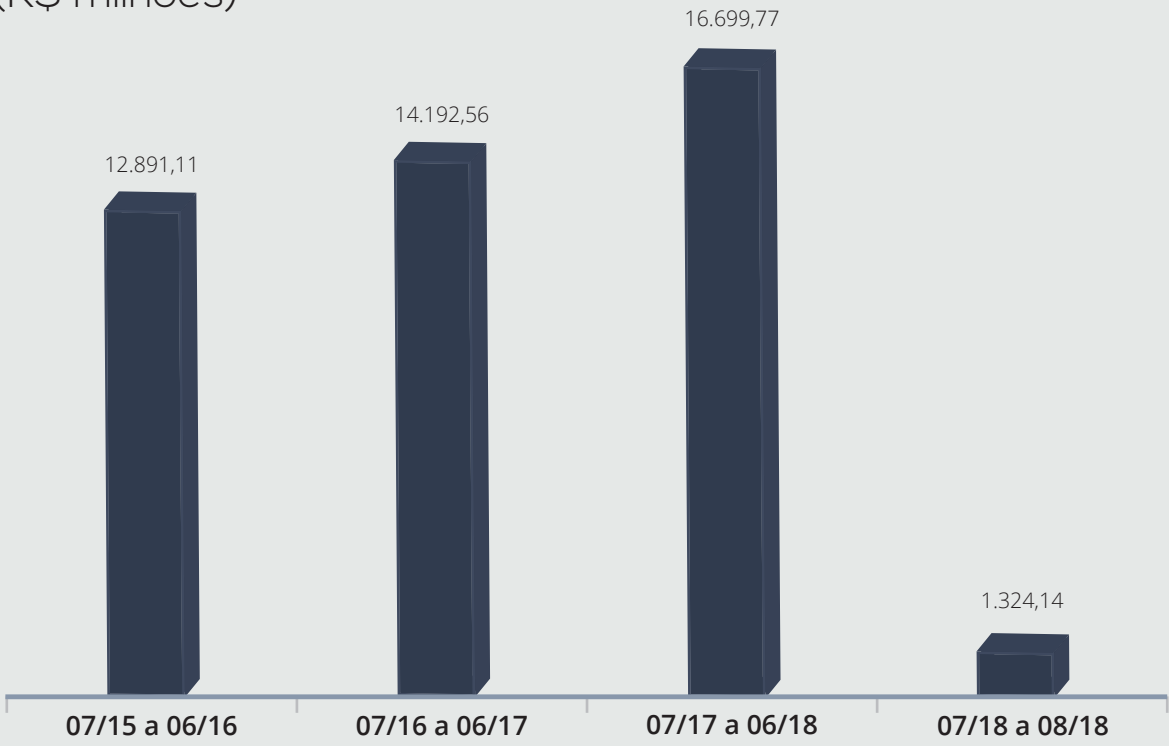
De 2016 a junho de 2018 foram contratadas 19.179 unidades do Minha Casa, Minha Vida.

O Projeto Avançar mantém empreendimentos que totalizam investimentos de R\$ 19.656.500.000,00 em obras de infraestrutura de transporte.

Outro importante investimento do Governo Federal no Mato Grosso é na política agrícola, com o repasse cada vez maior para o Plano Safra, com o objetivo de atender as demandas dos médios e grandes proprietários rurais mato-grossenses por recursos para a produção.

Empreendimento	Setor	Situação	Valores
Ferrovia EF-170/MT/PA (Ferrogrão)	Transportes	Em andamento	12.700.000.000,00
Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Trecho Campinorte/GO até Água Boa (MT)	Transportes	Em andamento	3.000.000.000,00
Aeroporto de Alta Floresta (MT)	Transportes	Em andamento	791.300.000,00
Aeroporto de Barra do Garças (MT)	Transportes	Em andamento	791.300.000,00
Aeroporto de Rondonópolis (MT)	Transportes	Em andamento	791.300.000,00
Aeroporto de Sinop (MT)	Transportes	Em andamento	791.300.000,00
Aeroporto de Várzea Grande (MT)	Transportes	Em andamento	791.300.000,00

Valores repassados para agricultura empresarial (R\$ milhões)





105 mil sul-mato-grossenses são atendidos pelo programa Aqui Tem Farmácia Popular

### Mato Grosso do Sul

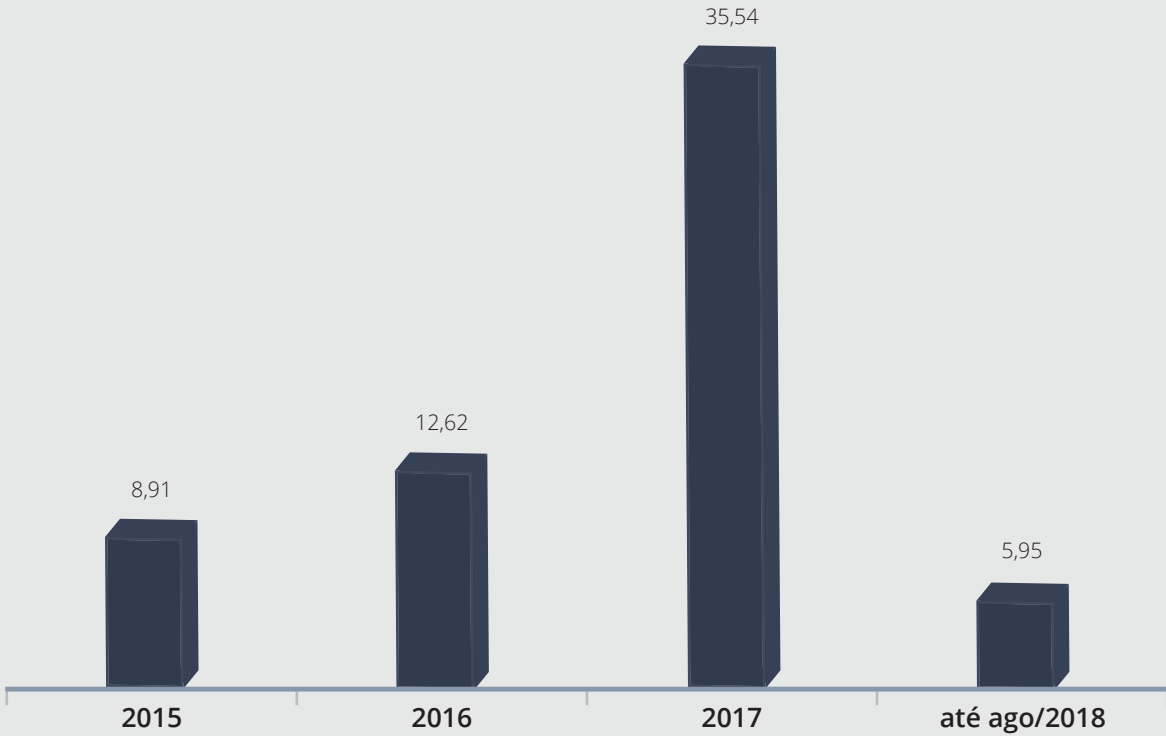
A atenção do Governo Federal no Mato Grosso do Sul pode ser vista nas mais diferentes áreas de ação. Na saúde, ela está presente com 583 equipes atuando no Saúde da Família em 100% dos municípios sul-mato-grossenses e garantindo assistência a 70,21% da população.

Com o programa Aqui Tem Farmácia Popular, o Governo Federal garante que 105.044 pessoas realizem retiradas e compras de medicamentos.

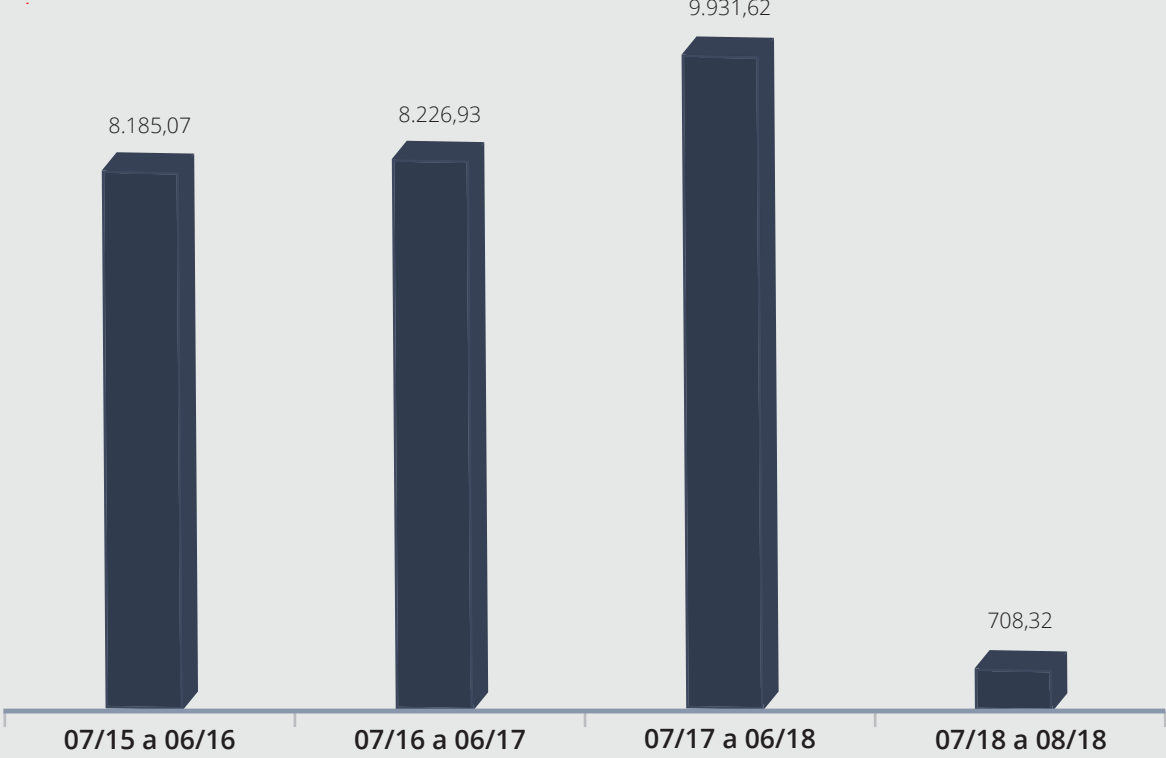
Na segurança pública, o Governo Federal realiza cada vez mais repasses do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e garante recursos e meios para financiar os programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário.

Na agricultura se observa o aumento dos repasses para a produção agrícola, movimentando a economia do estado e do País.

Pagamento ao Fundo Penitenciário (R\$ milhões)



Valores repassados para agricultura (R\$ milhões)





## Nordeste



## Alagoas

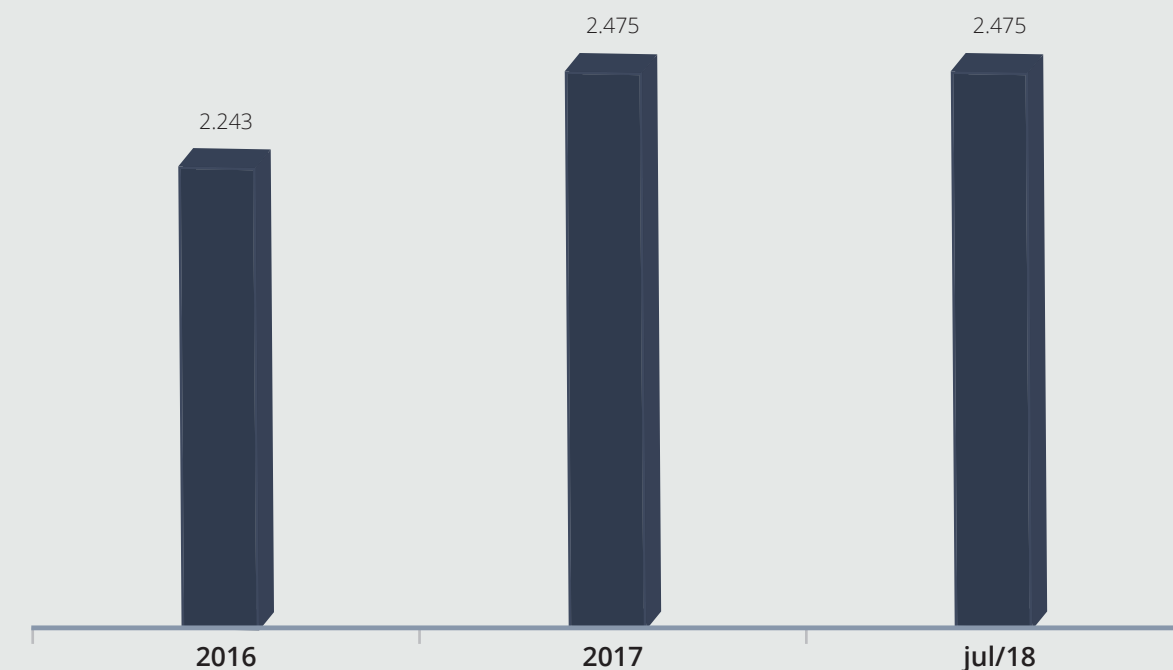
Em 2018 o Governo Federal incluiu 9.051 famílias alagoanas no programa Bolsa Família, um aumento de 2,29% no número de beneficiários. Na zona rural houve um incremento de mais de 3.300 famílias que tiveram os títulos das propriedades rurais entregues em 2017, o que significa um crescimento de 1.654% no último ano.

Em relação ao desenvolvimento do projeto Mediotec, observa-se que ocorreu um incremento de 10,34% de matrículas quando comparamos o ano de 2016 com julho de 2018.

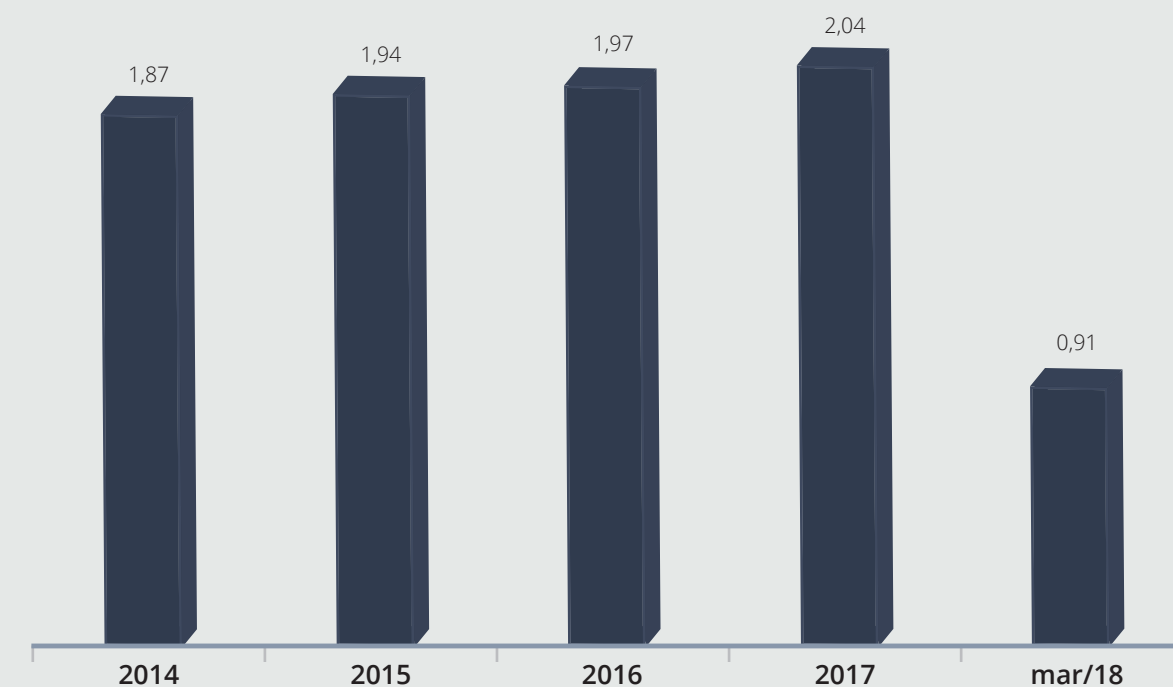
Na área de transportes aéreos observou-se um crescente na movimentação de passageiros nos aeroportos brasileiros. Segundo o gráfico, ocorreu um incremento de 8,9% quando comparamos os anos de 2014 a 2017.

O número de matrículas no Mediotec cresceu 10,34% até julho de 2018, na comparação com 2016

## Quantidade de matrículas efetuadas no Mediotec



## Movimentação de passageiros em aeroportos (R\$ milhões)



## Nordeste



## Bahia

O programa de entrega de títulos de propriedade na zona rural é um dos destaques da atuação do Governo Federal no estado da Bahia. O número de famílias atendidas subiu de 2.085 em 2016 para 13.731 em 2017.

Na área de educação, houve incremento de 51% na quantidade de bolsas ofertadas no Programa Universidade para Todos (Prouni).

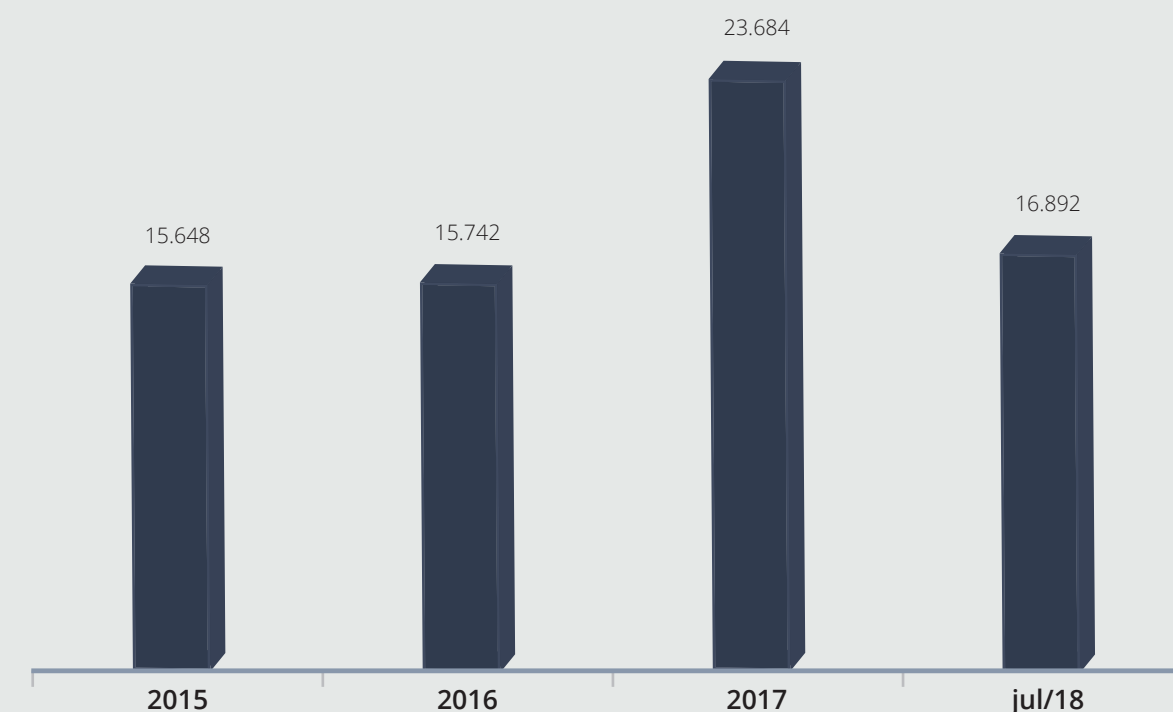
O Governo Federal também atuou para garantir aumento de 29% na produção de biodiesel no período entre 2015 e 2017. Em 2018, até junho, a produção tinha chegado aos 142,5 milhões de litros.

No projeto Aceleração de Startups Inovadoras ocorreu um incremento de 92,3% em relação ao ano de 2016.

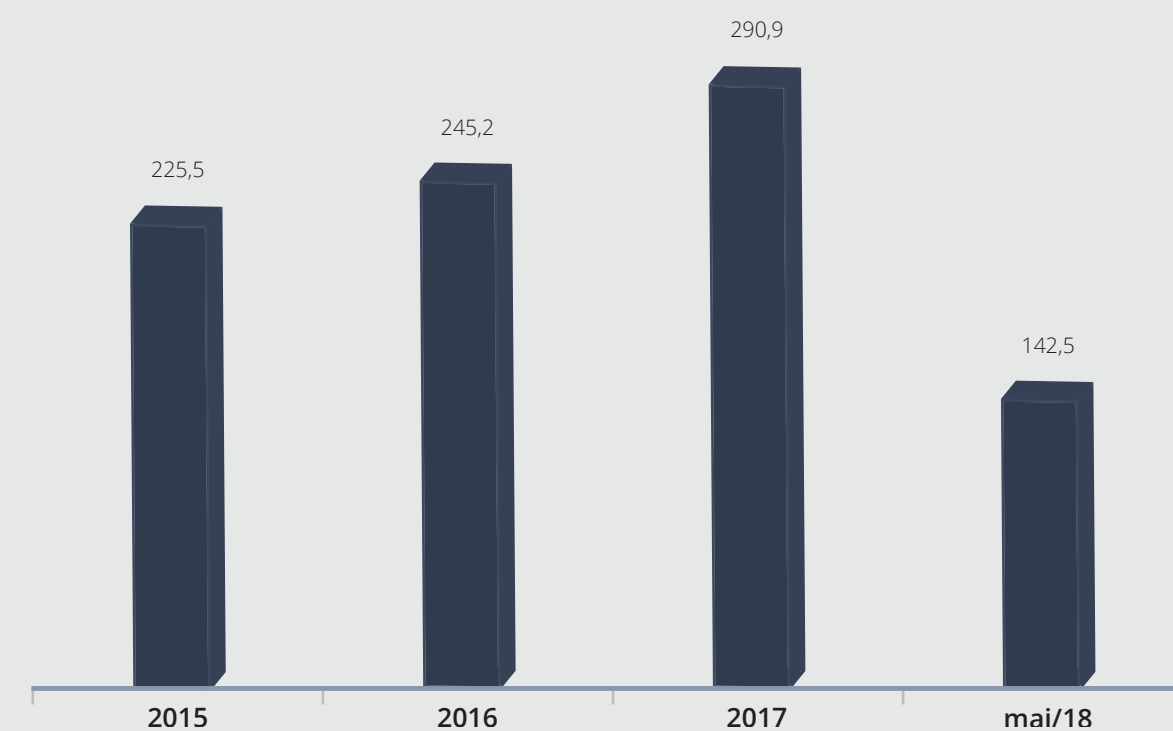
Em 2017, 13.371 famílias baianas receberam seus títulos de propriedade rural.

Em 2016, foram entregues 2.085 títulos

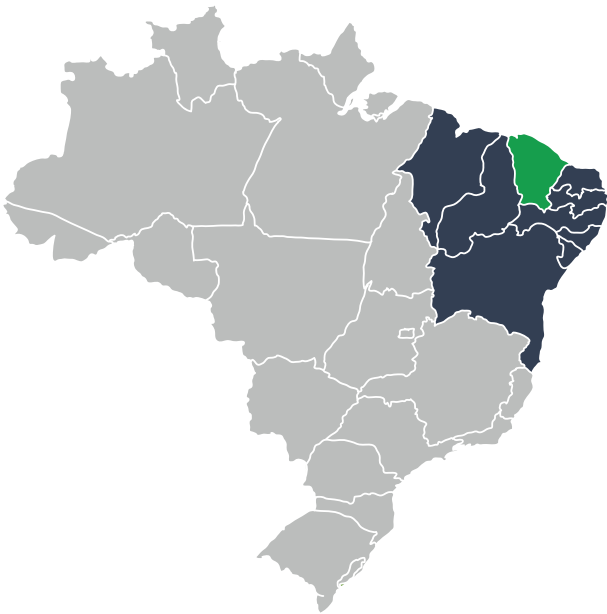
## Programa Prouni - Quantidade de bolsas ofertadas (mil)



## Produção de biodiesel (milhões de litros)







Ceará

A atuação do Governo Federal garantiu, em 2018, um aumento de 681% nos repasses do Fundo Penitenciário Nacional para o estado do Ceará.

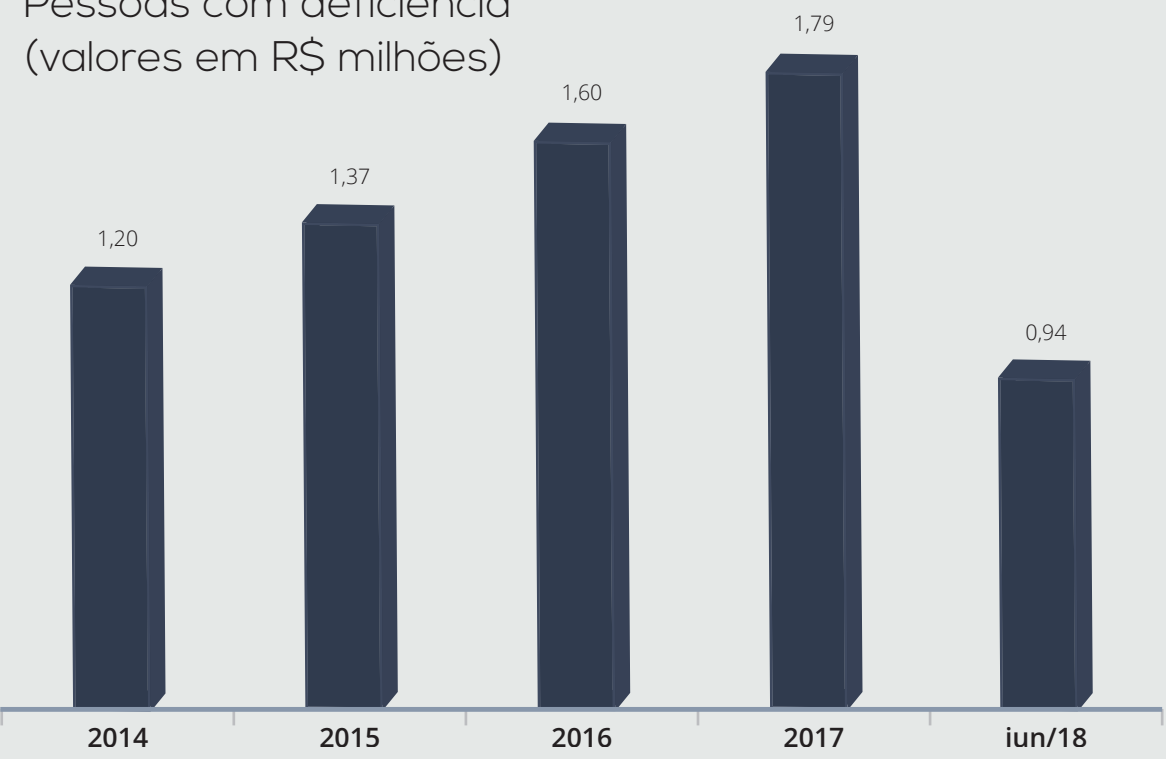
O gráfico mostra o crescimento dos benefícios pagos a pessoas com deficiência física no período que vai de 2014 a 2017.

A entrega de títulos de propriedades na área rural pelo Governo Federal teve aumento de 2.065%.

O Governo Federal também garante investimentos que superam R\$ 1,5 bilhão em obras de infraestrutura no Ceará.

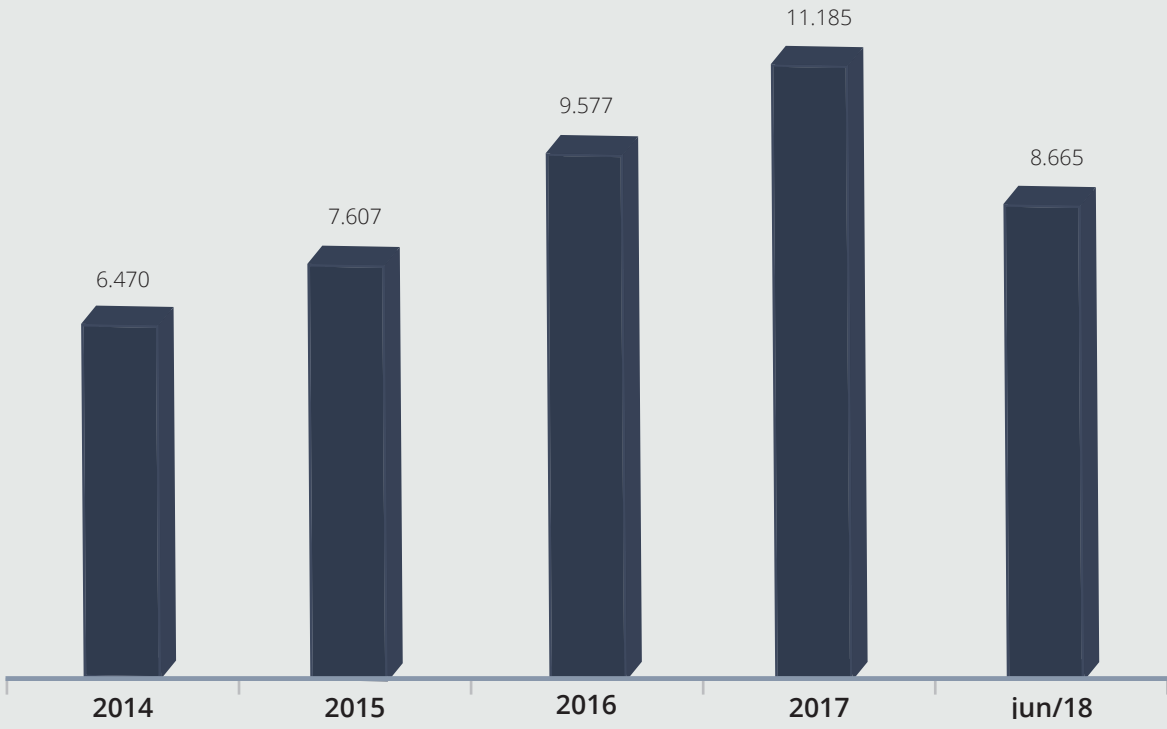
No Prouni, houve aumento de 72% na quantidade de estudantes beneficiados com o programa.

Pessoas com deficiência (valores em R\$ milhões)



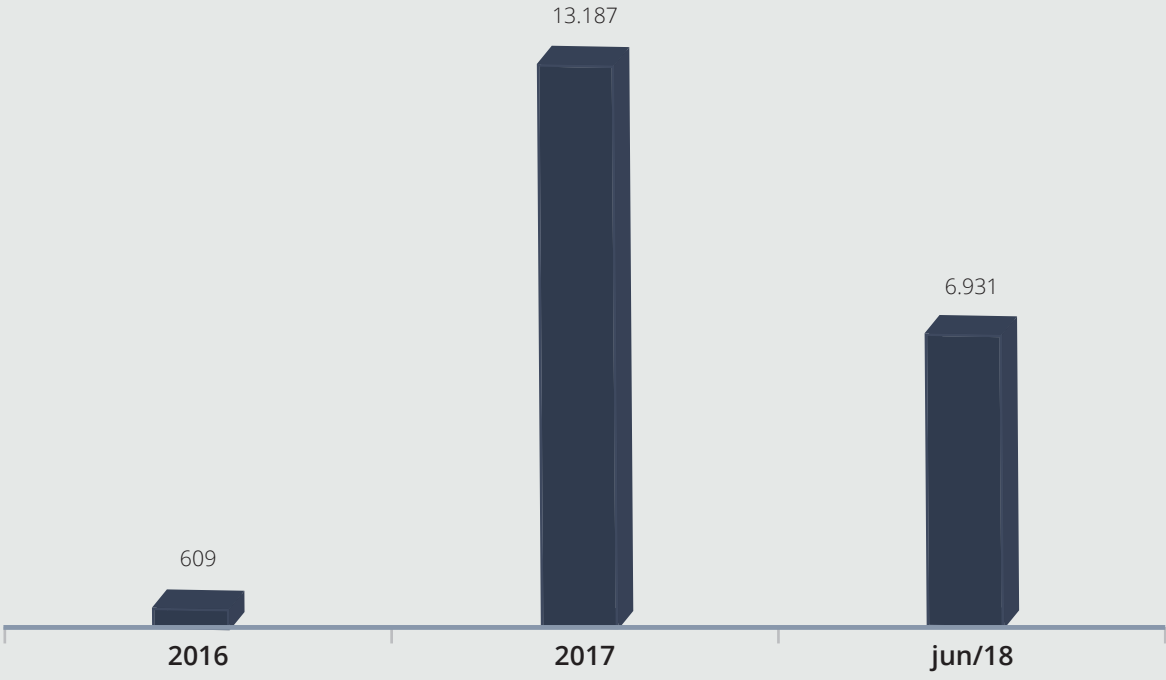
Empreendimento	Estágio	Total 17-18
Recursos Hídricos – Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – Eixo Norte – Trechos I e II	Em execução	1.413.388.337,78
Recursos Hídricos – Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco	Em execução	174.151.988,41
Total		1.587.540.326,19

Quantidade de estudantes beneficiados com o Prouni



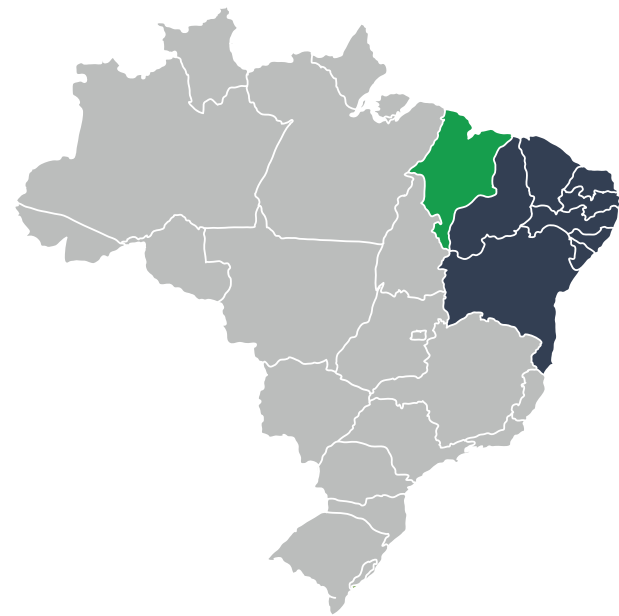


Titulação rural – Quantidade de famílias beneficiadas (mil)





## Nordeste



## Maranhão

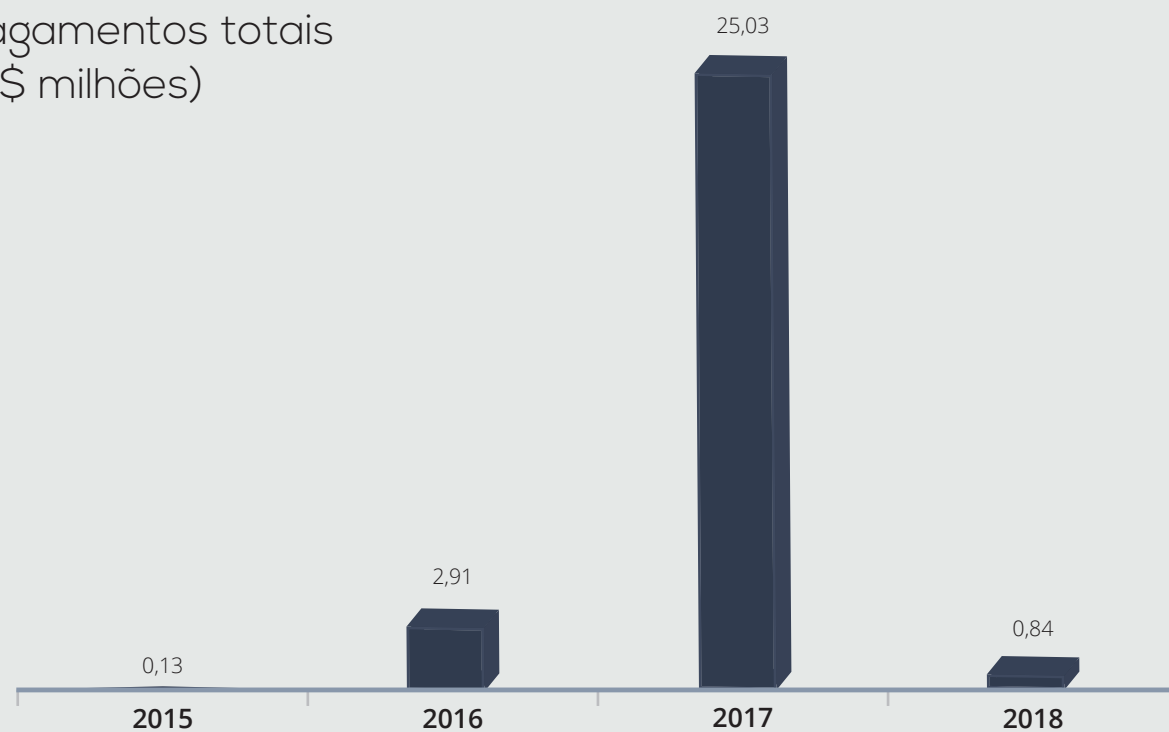
O Governo Federal desenvolve, diretamente ou em parceria, ações em todas as Unidades da Federação. No Maranhão, destaca-se um aumento de 24,9 milhões nos investimentos.

Os repasses do Fundo Penitenciário Nacional, que garante recursos para a modernização do sistema carcerário, passaram de R\$ 25 milhões em 2017.

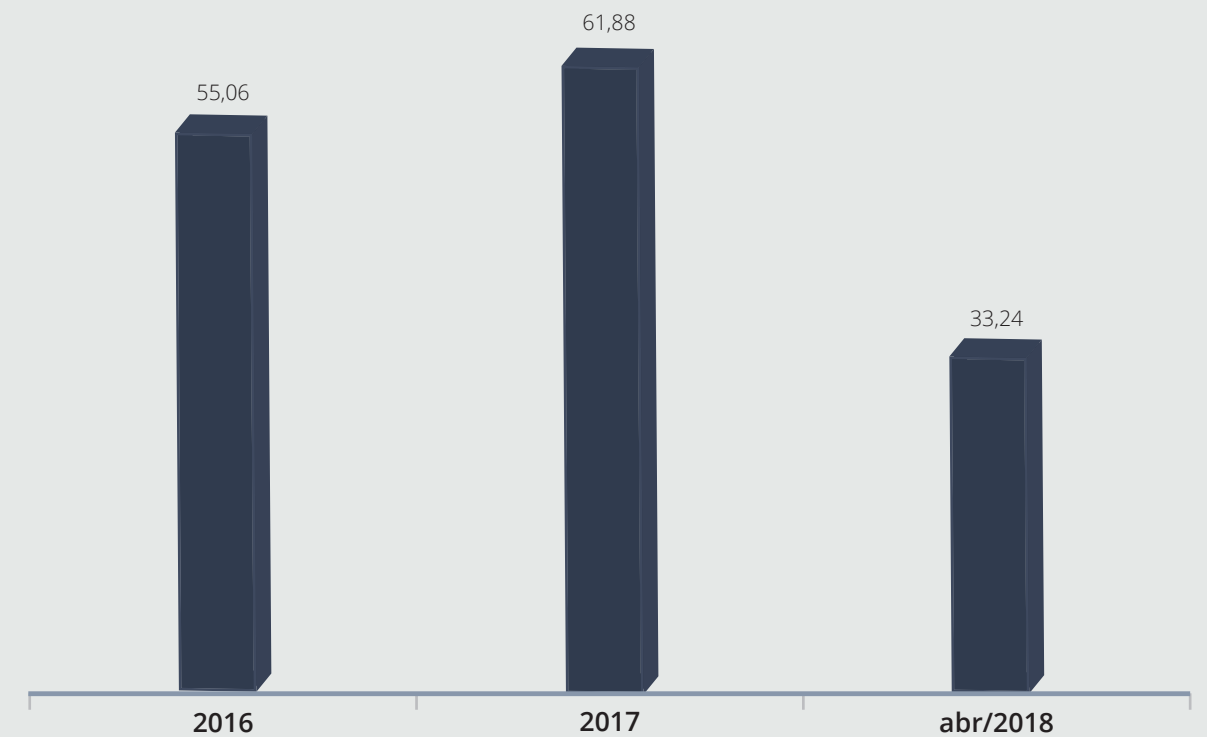
Pode-se observar, também, um incremento de 11% nos repasses do FNE no período 2016/2017.

Como se vê no gráfico, o Governo Federal promoveu forte aumento na regularização fundiária, com a entrega de milhares de títulos de propriedades rurais.

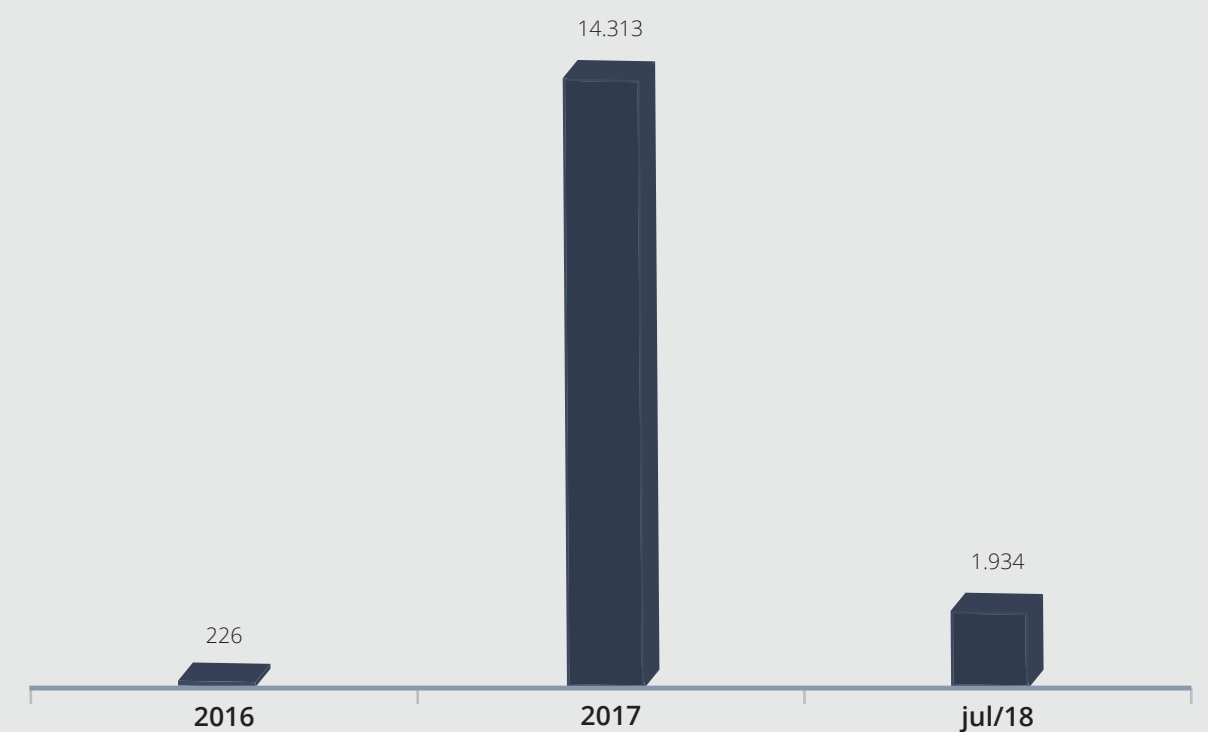
Funpen – Fundo Penitenciário – Pagamentos totais (R\$ milhões)



FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (R\$ milhões)



Quantidade de titulação rural – Famílias beneficiadas



Nordeste



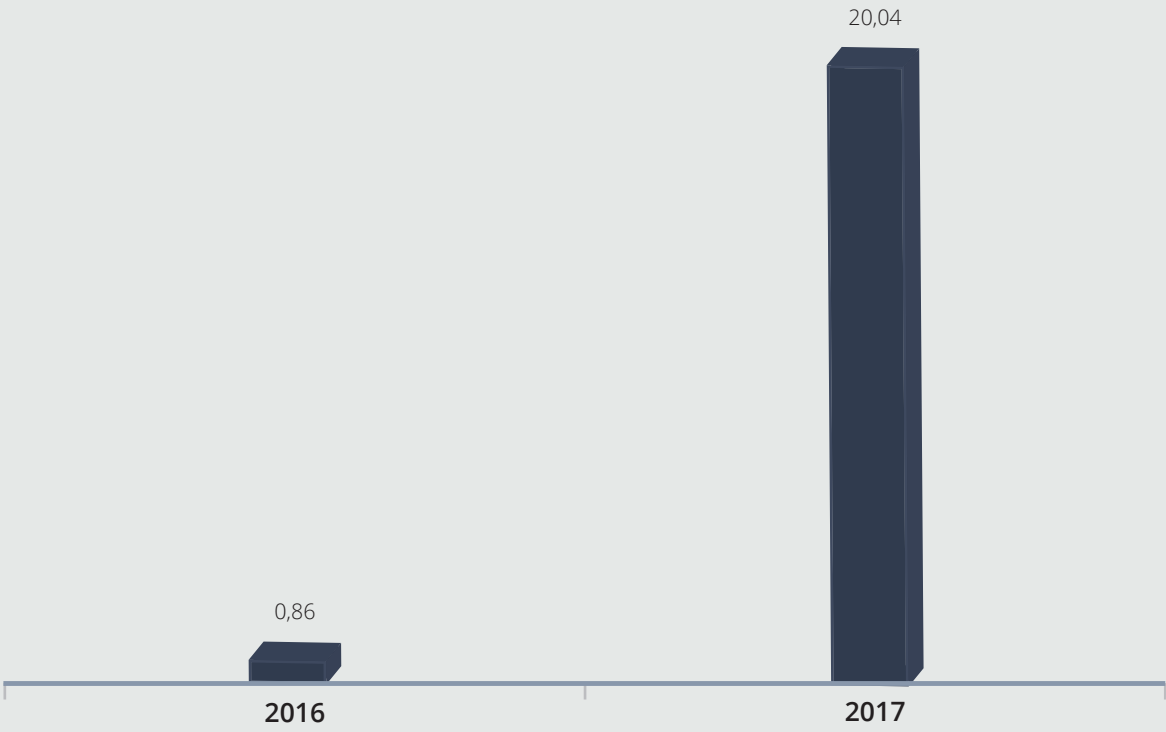
Paraíba

Em, 2017, o Governo Federal repassou R\$ 20,04 milhões do Fundo Penitenciário Nacional para o estado da Paraíba investir na modernização do sistema carcerário, um aumento importante em comparação com os repasses de 2016.

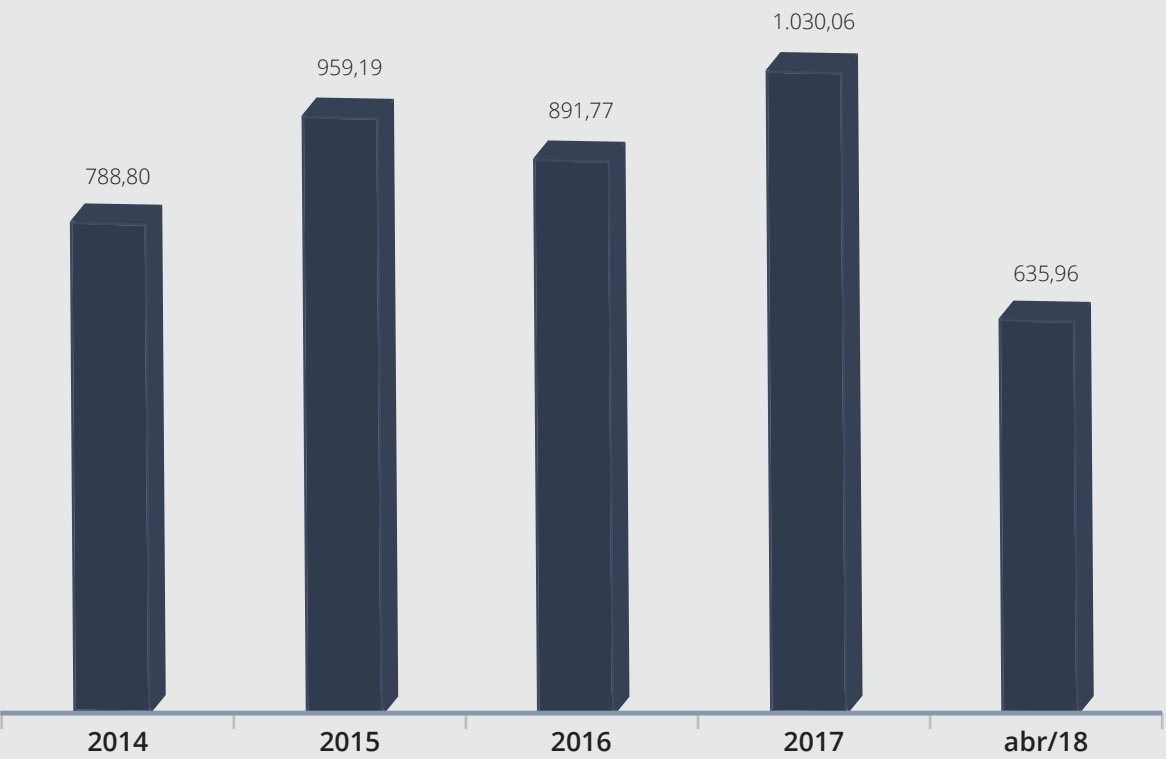
A entrega de títulos de propriedade na área rural aumentou de 553 em 2016, para 2.748 até julho de 2018.

Na área de infraestrutura, o Governo Federal também investiu pesado na Paraíba.

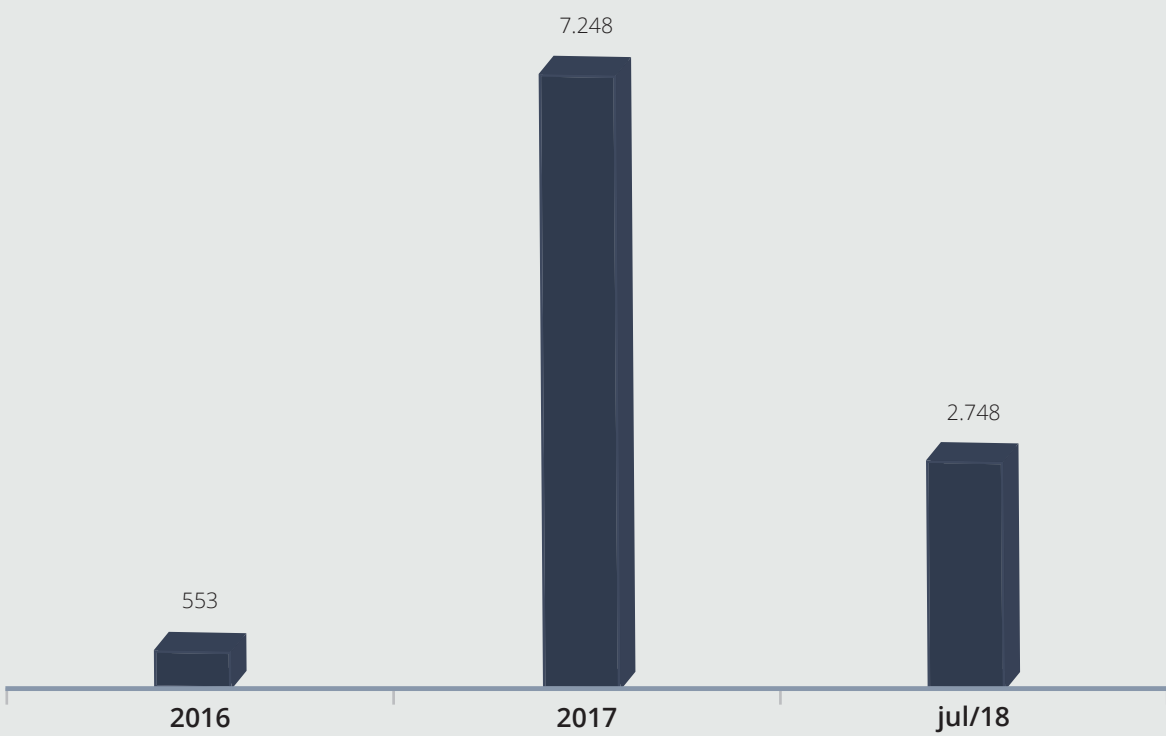
Funpen – Fundo Penitenciário – Pagamentos totais (R\$ milhões)



Movimentação em aeroportos por quantidade de passageiros (mil)



Quantidade de titulação rural – Famílias beneficiadas (mil)





Empreendimento	Estágio	Total 17-18
Recursos Hídricos – Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – Eixo Norte – Trechos I e II	Em execução	1.413.388.337,78
Recursos Hídricos – Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco	Em execução	174.151.988,41
<b>Total</b>		<b>1.587.540.326,19</b>

O Governo Federal investiu mais de R\$ 1,5 bilhão em obras de transposição do Rio São Francisco em território na Paraíba





# Pernambuco

Entre as ações do Governo Federal no estado de Pernambuco destaca-se o aumento de 770% nos repasses do Fundo Penitenciário Nacional, demonstrado em valores no gráfico abaixo.

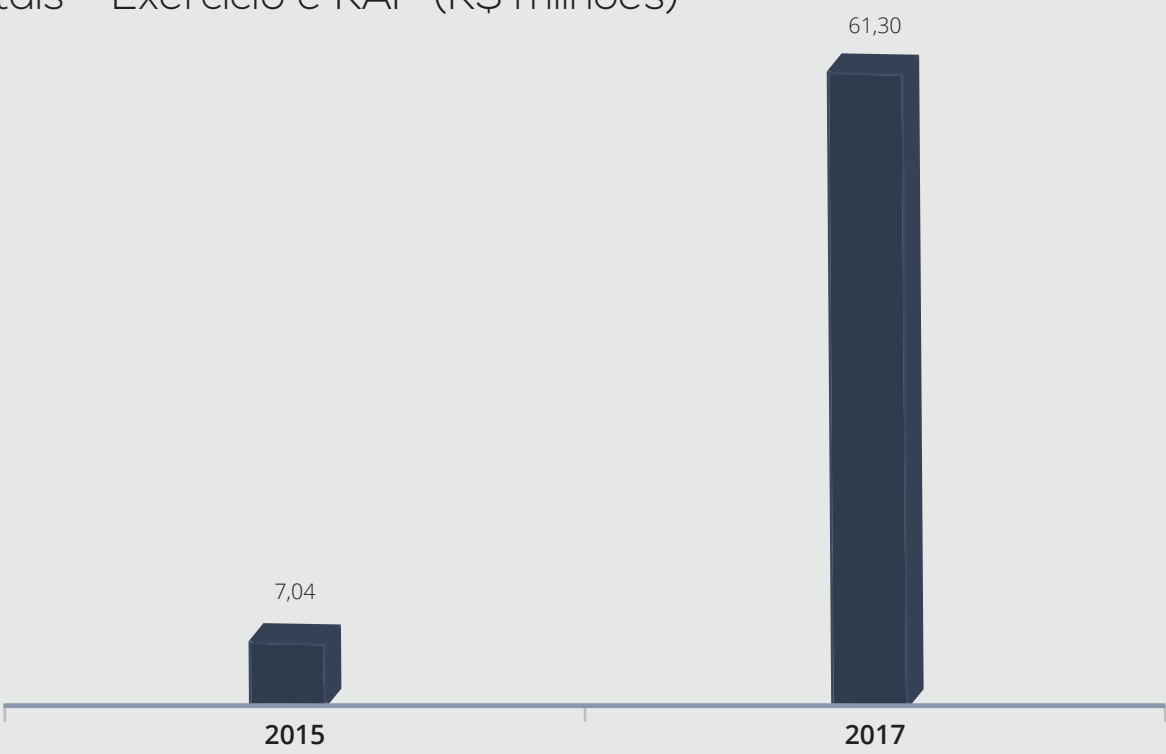
Em relação à quantidade de operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), houve incremento de 4,1% quando comparamos 2015 a 2017.

O programa de titulação de propriedades na zona rural também cresceu. O número de títulos entregues pulou de 1,34 mil, em 2016, para 8,06 mil, em 2017. Em 2018, até o mês de julho, outras 3,42 mil famílias tinham recebido seus títulos de propriedade.

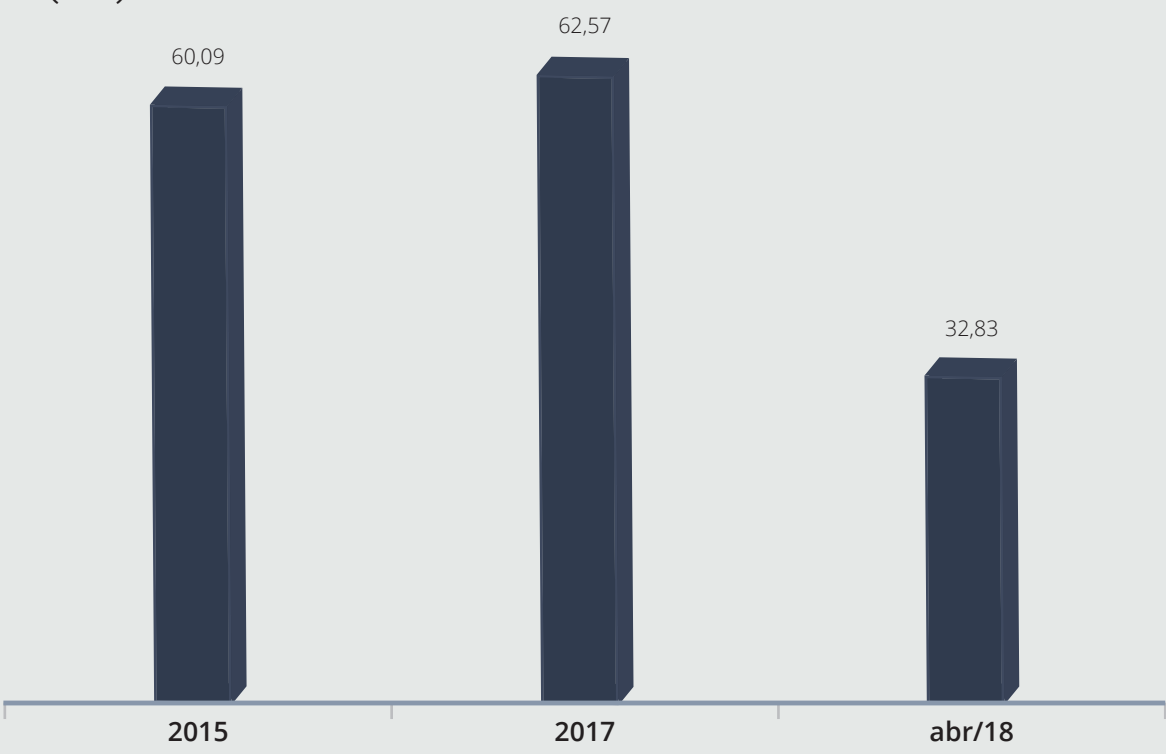
Obra fundamental para o desenvolvimento da região Nordeste, a transposição do Rio São Francisco recebeu importantes investimentos do Governo Federal, como se vê na tabela:

Empreendimento	Estágio	Total 17-18
Recursos Hídricos – Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – Eixo Norte – Trechos I e II	Em execução	1.413.388.337,78
Recursos Hídricos – Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – Eixo Leste	Em execução	370.748.890,90
Recursos Hídricos – Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco	Em execução	174.151.988,41
Total		1.958.289.217,09

Funpen – Fundo Penitenciário – Pagamentos totais – Exercício e RAP (R\$ milhões)



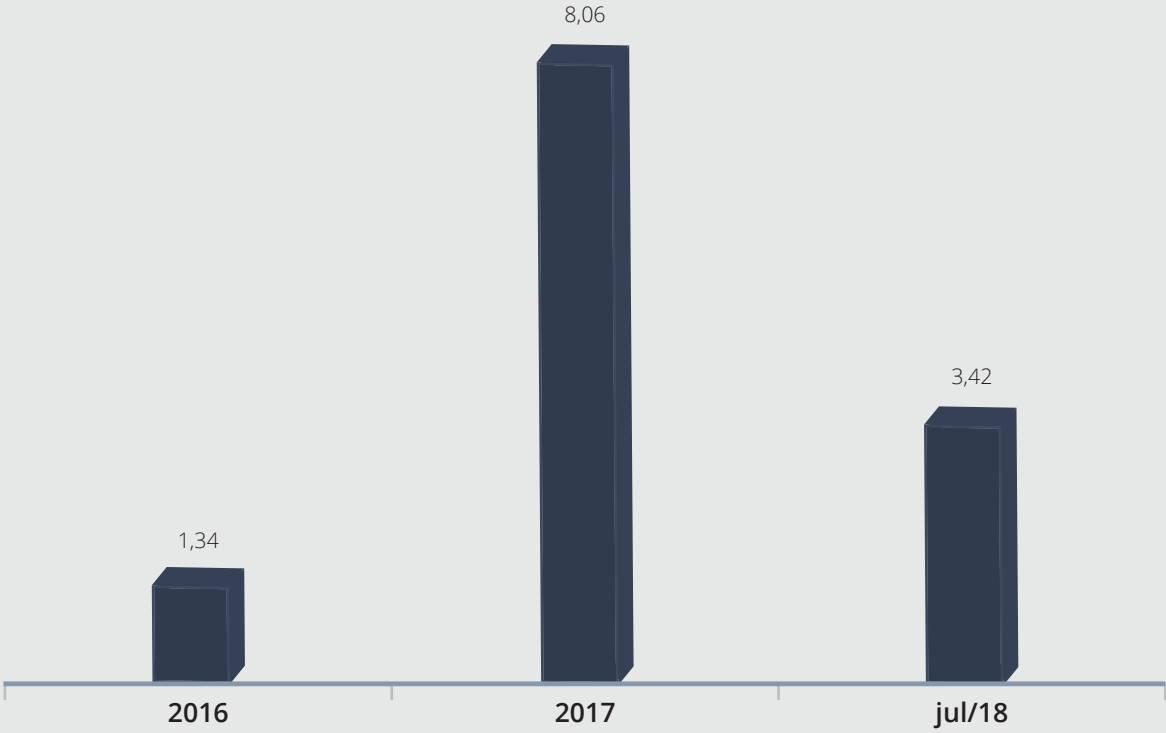
Quantidade de operações totais Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (mil)







Quantidade de titulação rural –  
Famílias beneficiadas (mil)



Em 2016 e 2017,  
mais de 11 mil famílias  
pernambucanas  
receberam títulos de  
propriedades rurais

# Nordeste



## Piauí

Na área de segurança pública, o pagamento ao Fundo Penitenciário para o estado do Piauí teve um importante acréscimo no período de 2015 a 2017, passando de R\$ 5.410.000,00 para R\$ 17.180.000,00.

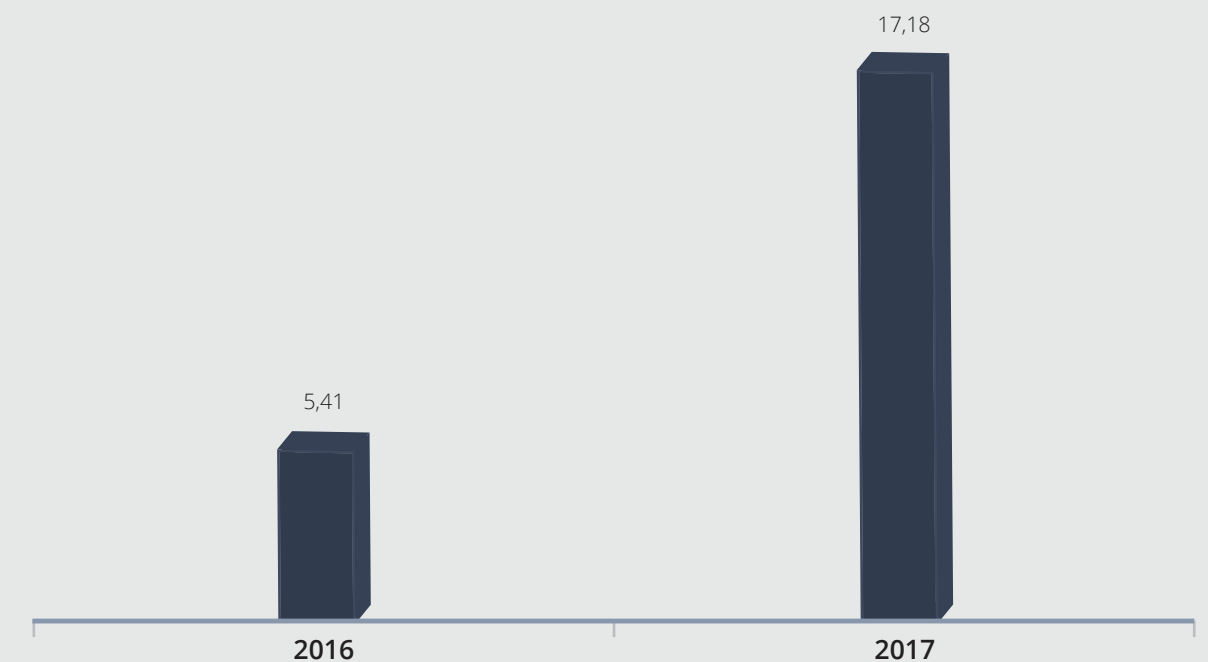
A regularização fundiária na área rural do Piauí também recebeu atenção do Governo Federal. Houve um grande aumento no número de famílias beneficiadas que receberam títulos de propriedade. Em 2016 foram beneficiadas 33 famílias, enquanto que em 2017 foram 3.013 famílias.

A liberação de saques do FGTS garantiu forte impulso às economias regionais e a reforma trabalhista promoveu geração de empregos em todo o País

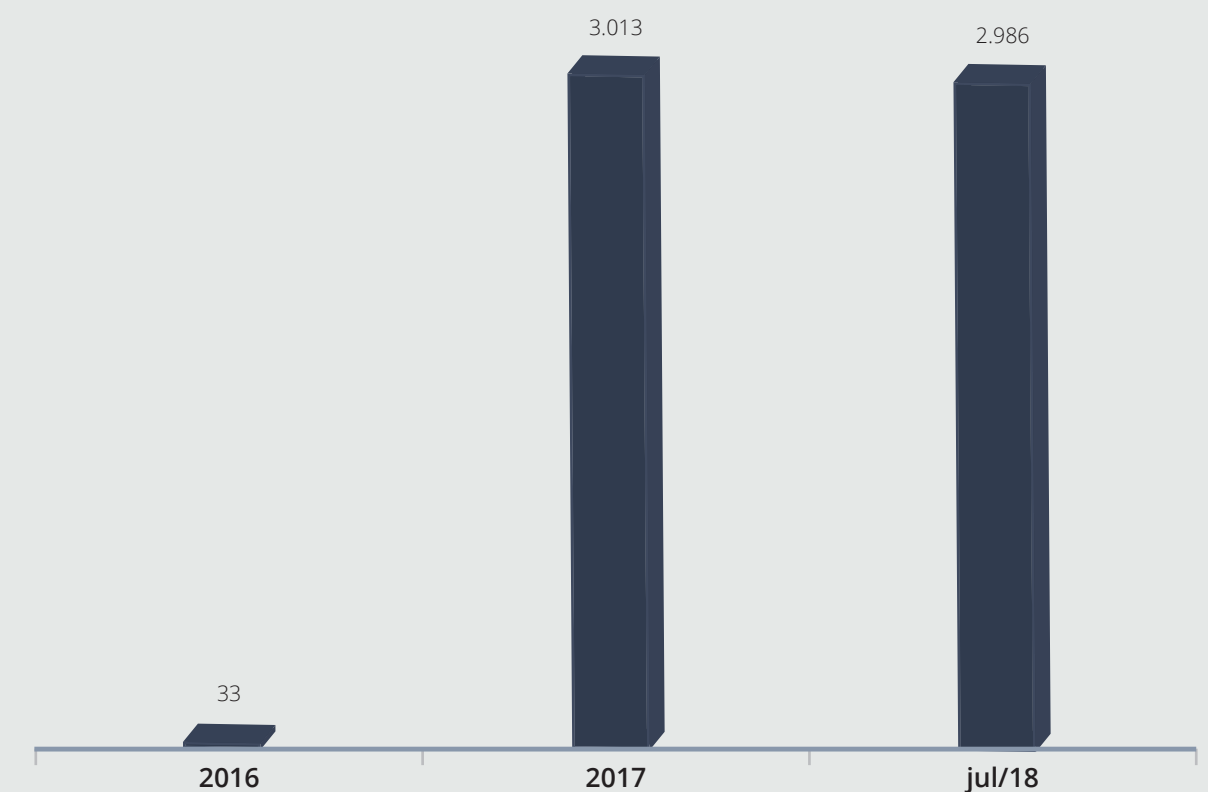
O Programa Luz para Todos também proporcionou melhora expressiva para a população piauiense. Em 2016 foram atendidos 558 domicílios, enquanto até junho de 2018 o total de domicílios atendidos pelo programa foi de 4.230.

Ainda em relação ao setor elétrico, a geração de energia elétrica mereceu grande destaque do Programa Avançar do Governo Federal. Nesse setor, foram investidos R\$ 1.193.780.000,00 no estado do Piauí.

## Pagamento ao Fundo Penitenciário (R\$ milhões)



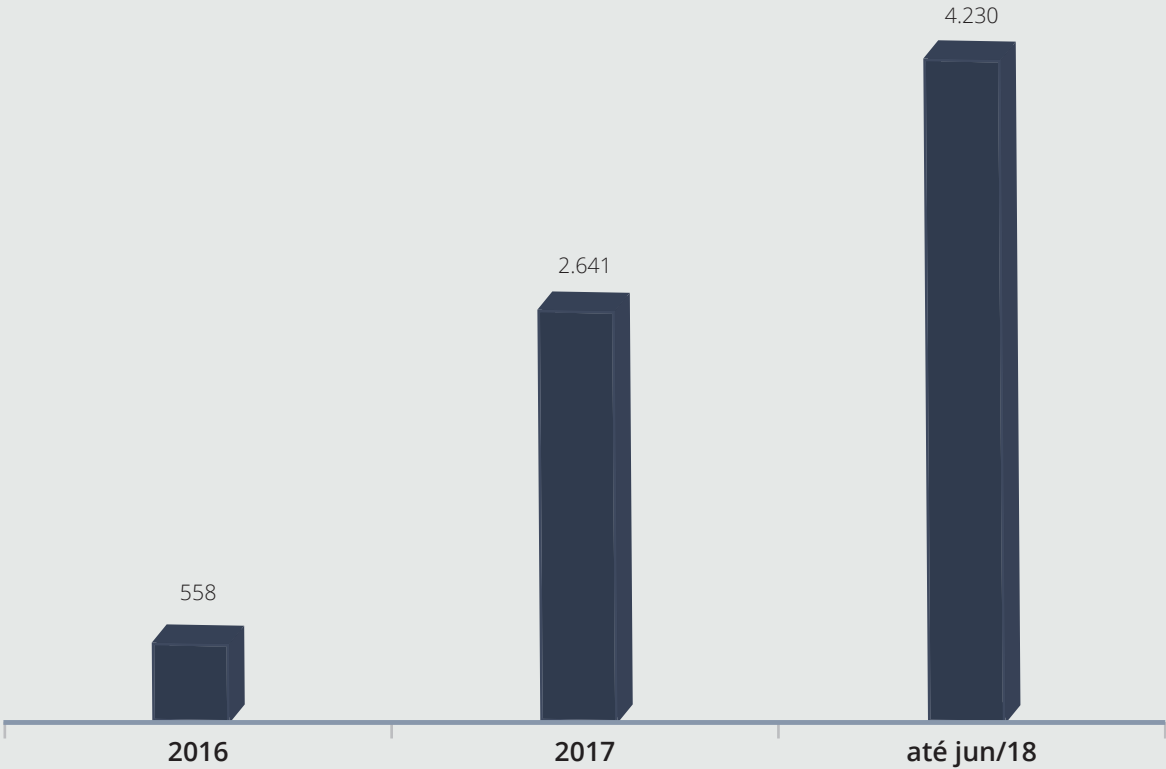
## Regularização Fundiária – Famílias Beneficiadas em titulações rurais







Luz para Todos – Domicílios atendidos





### Rio Grande do Norte

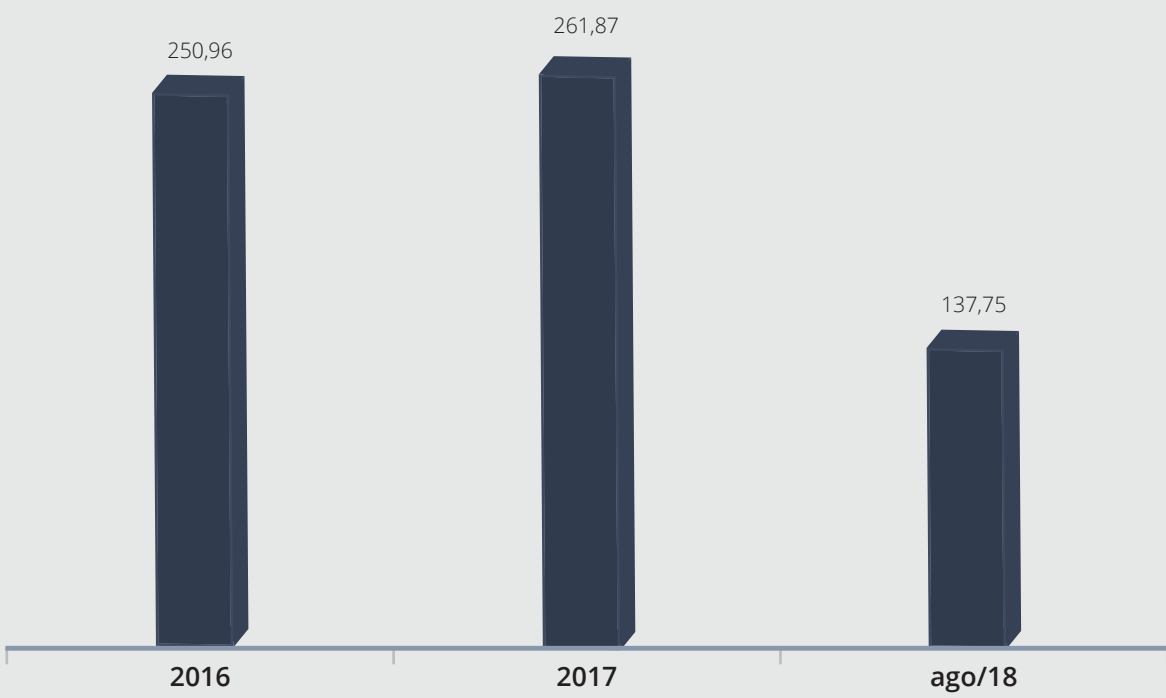
No estado do Rio Grande do Norte, em 2018 o Governo Federal garantiu um aumento efetivo nos investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável por captar e distribuir recursos financeiros a vários programas do Ensino Fundamental.

O número de famílias que receberam seus títulos de propriedade na zona rural também cresce bastante desde 2016. Só em 2018, até julho, tinham sido entregues 5.986 títulos.

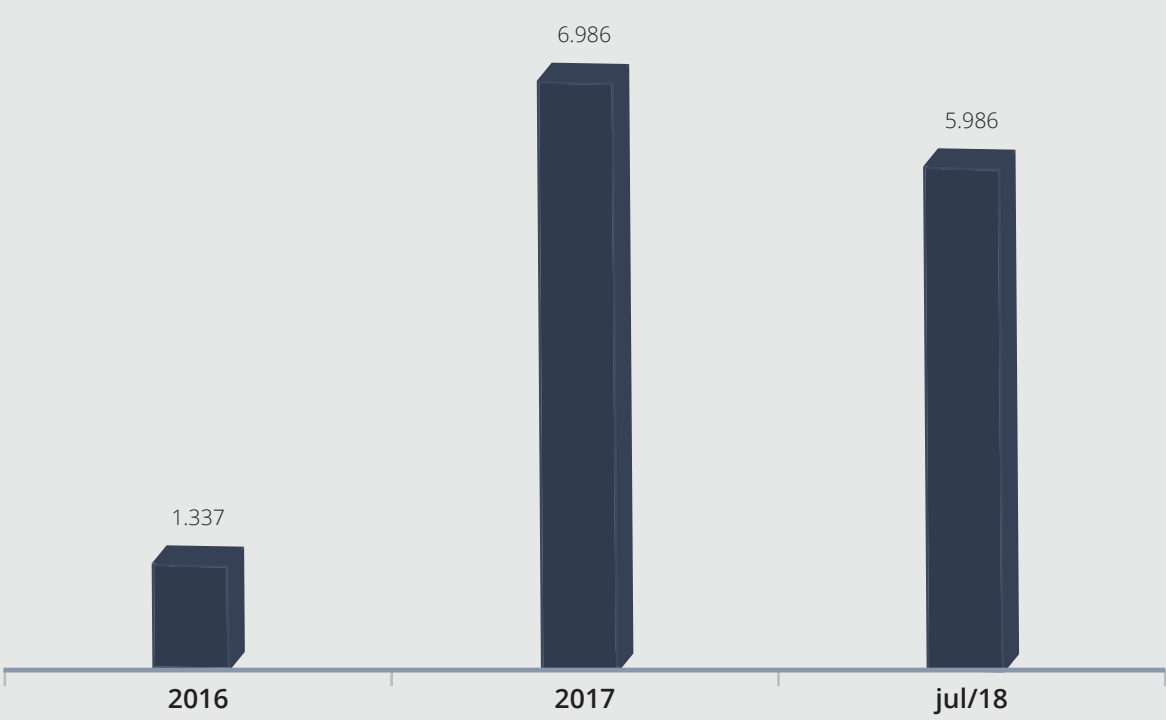
Em destaque se observamos investimentos realizados em obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Empreendimento	Estágio	Total 17-18
Recursos Hídricos – Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – Eixo Norte – Trechos I e II	Em execução	1.413.388.337,78
Recursos Hídricos – Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco	Em execução	174.151.988,41
Total		1.587.540.326,19

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Pagamentos totais – Exercício e RAP (R\$ milhões)



Quantidade de Famílias Beneficiadas – Titulação rural (mil)





## Nordeste



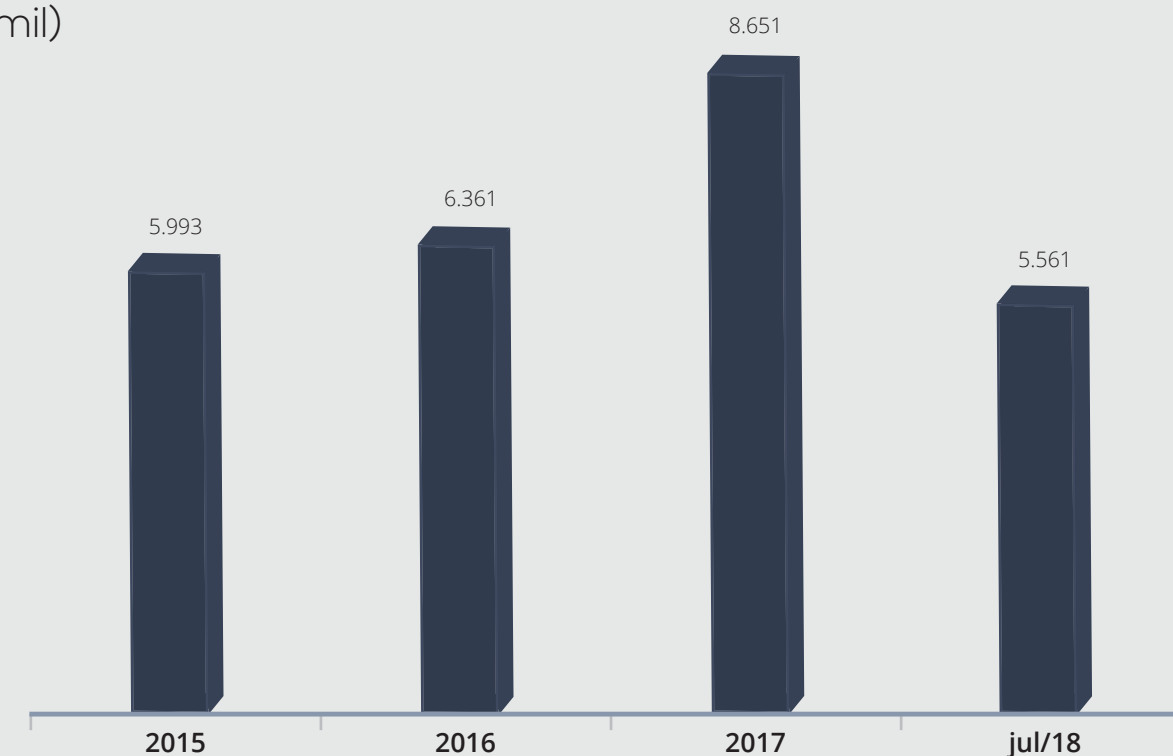
Mais de  
700 estudantes  
sergipanos receberam  
bolsas do Prouni

## Sergipe

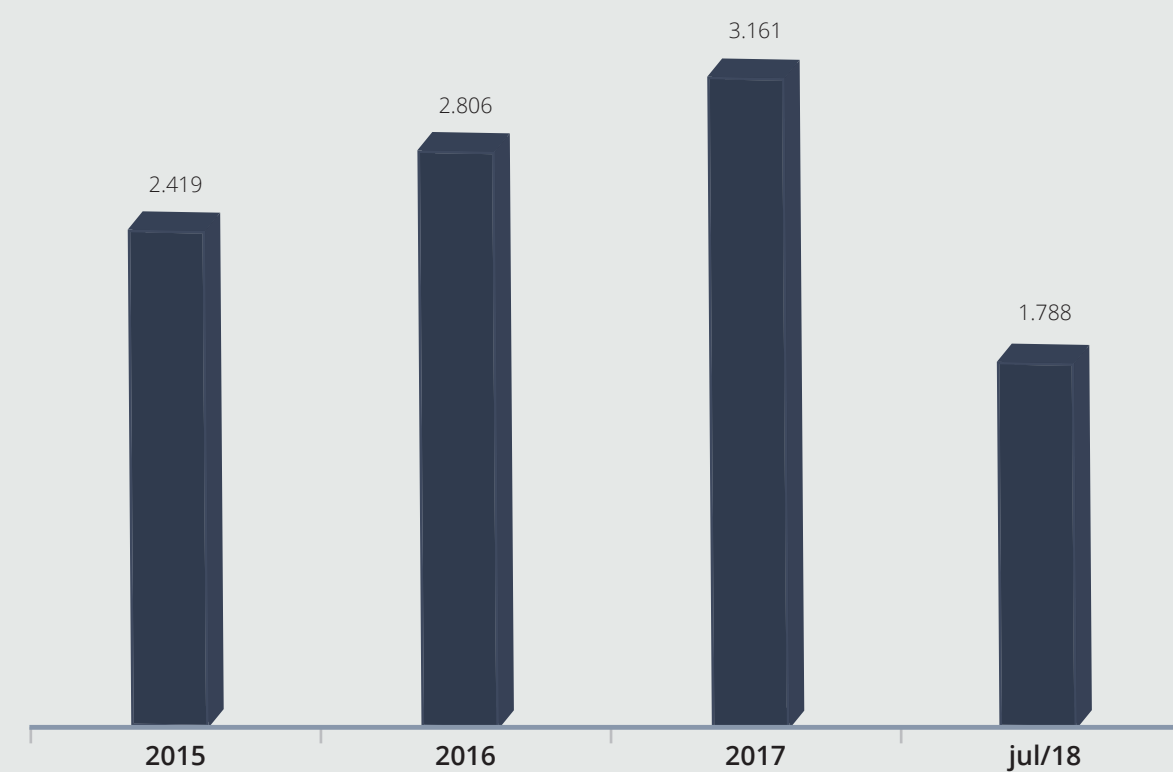
A atuação do Governo Federal no estado de Sergipe destaca-se em diferentes áreas. Os repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Nordeste, em 2017, chegaram a R\$ 604,38 milhões, o que significa 62,3% a mais do que no ano de 2016. Em relação aos projetos habitacionais, foram contratadas mais 2.658 mil unidades habitacionais, quando comparamos com o ano de 2015.

O Governo Federal também garantiu o crescimento de 31% na quantidade de bolsas ofertadas no Prouni, contemplando mais de 700 estudantes.

Unidades habitacionais contratadas por ano  
(mil)



Programa Universidade para Todos – Prouni  
(mil)



## Norte



O Governo Federal repassou R\$ 18,4 milhões do Fundo Penitenciário Nacional ao estado do Acre em 2017

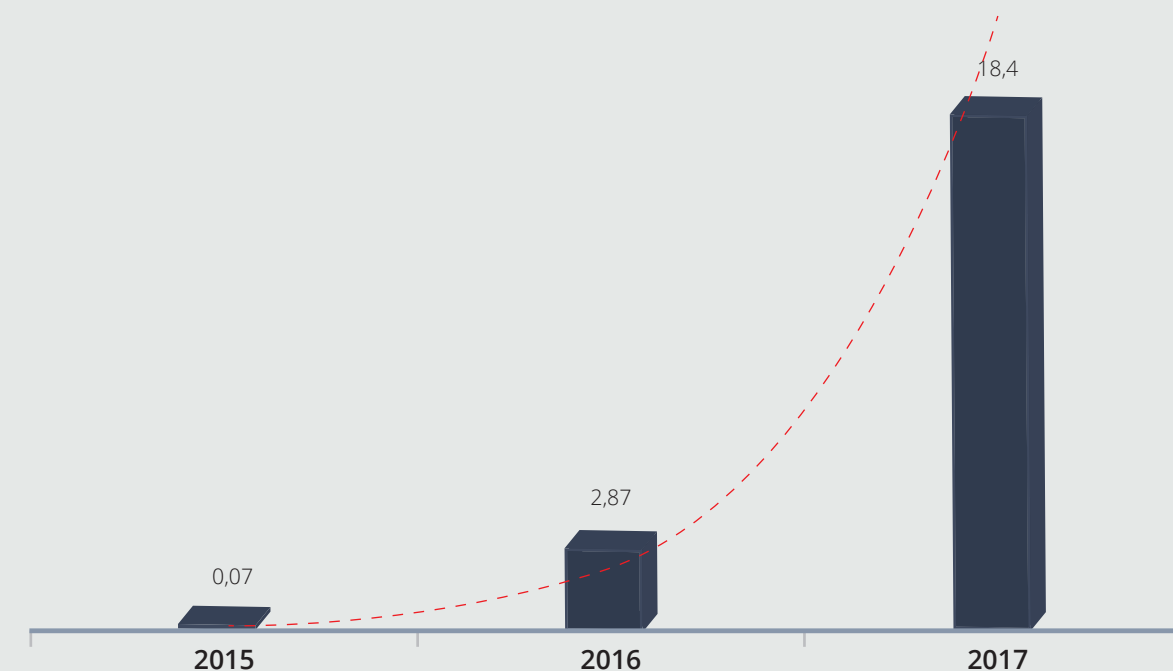
## Acre

O Programa Avançar do Governo Federal investiu mais de R\$ 96.000.000,00 na área de mobilidade urbana e na pavimentação de vias urbanas no Acre. Foram destinados ainda R\$ 20.200.000,00 para a reforma e ampliação do Aeroporto de Rio Branco. O acesso a Banda larga 4G era de 86.735 em 2015, enquanto que em maio de 2018 foi para 433.777, um aumento de mais de 400%.

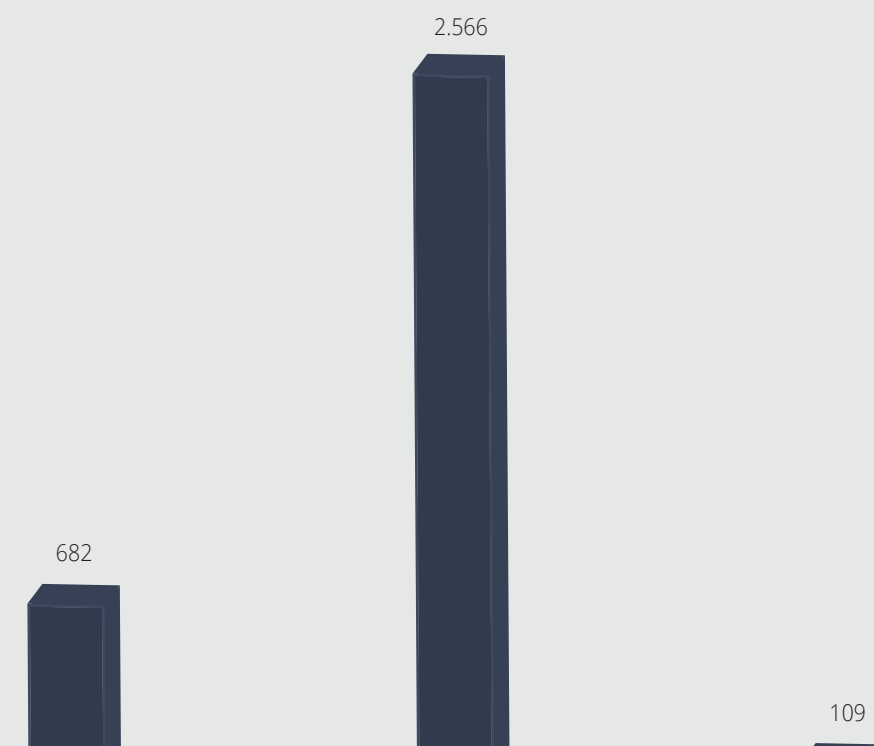
Na área de segurança pública, o pagamento do Fundo Penitenciário para o estado do Acre cresceu significativamente no período de 2015 a 2017, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Houve aumento expressivo do número de famílias beneficiadas com regularização fundiária. Em 2016, 682 famílias receberam seus títulos de propriedade. Em 2017, o número subiu para 2.566 famílias. Em 2018, até julho, 109 famílias tiveram suas propriedades na zona rural regularizadas.

## Pagamento ao Fundo Penitenciário (R\$ milhões)



## Regularização Fundiária – Famílias Beneficiadas





## Norte



O aeroporto de Macapá foi reformado com investimento de R\$ 159 milhões do Programa Avançar

## Amapá

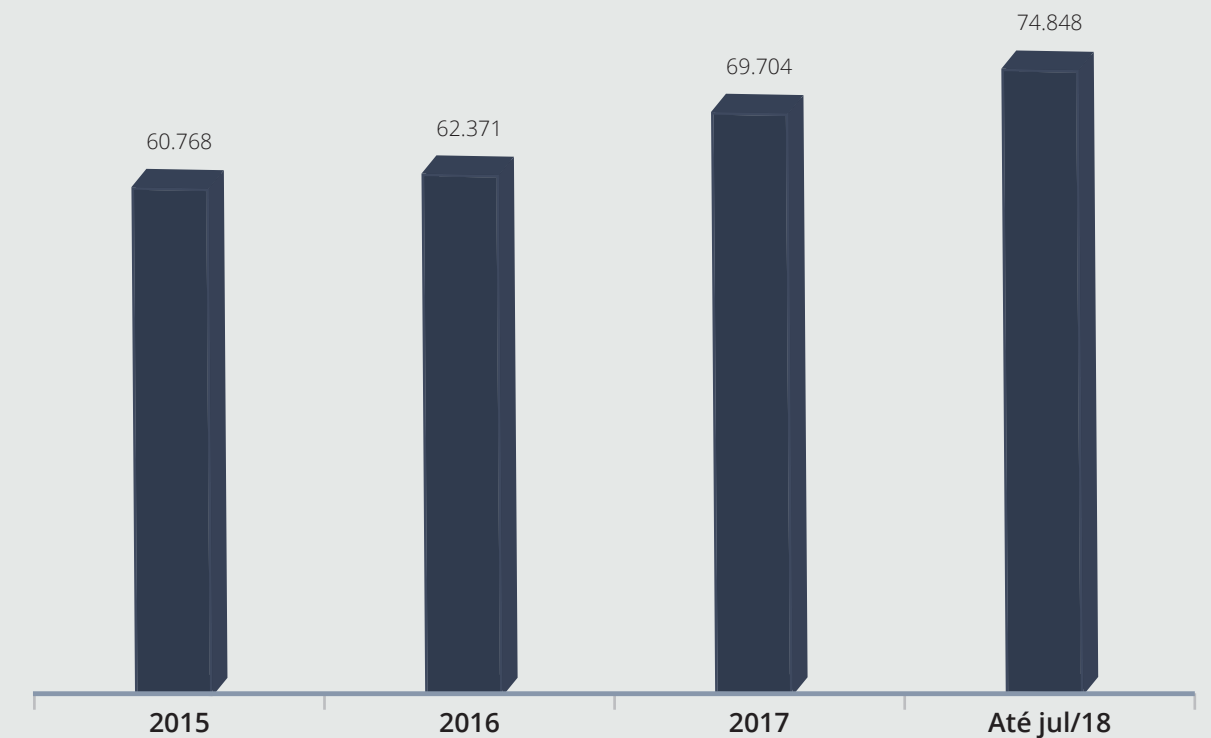
No Amapá, o Governo Federal atuou fortemente em diversas áreas. A segurança Pública tem destaque. Os repasses do Fundo Penitenciário Nacional cresceram de R\$ 160.000,00 em 2015, para R\$ 14.610.000,00 em 2017.

O Governo Federal manteve o compromisso de combater a pobreza e a desigualdade no estado do Amapá, dando atenção ao Programa Bolsa Família, que teve aumento no número de famílias beneficiadas pelo programa nos últimos anos.

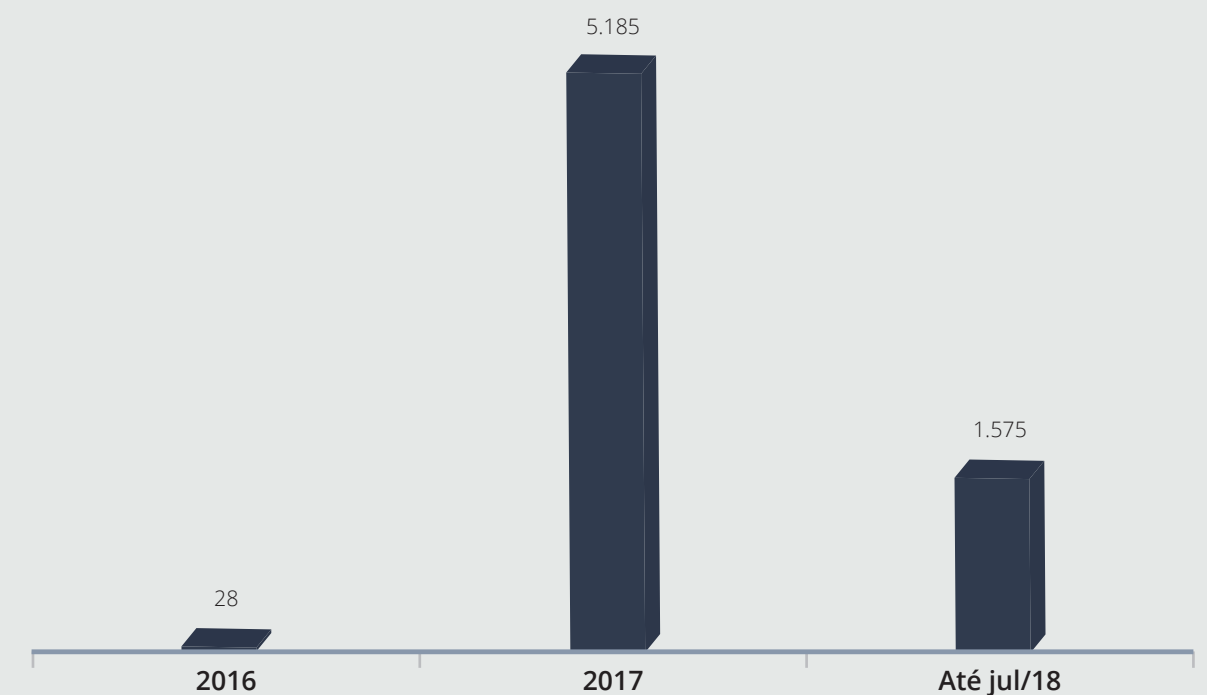
A regularização fundiária no Amapá também foi marcante na atual administração federal. Houve aumento expressivo do número de famílias que receberam seus títulos de propriedade nas áreas rurais. Em 2016, foram 28 famílias beneficiadas. Em 2017, 5.185 famílias tiveram as propriedades regularizadas. Em julho de 2018, o número chegou a 1.575.

Com o Programa Avançar, o Governo Federal investiu R\$ 159.200.000,00 em obras no aeroporto de Macapá. Houve melhoria no acesso à banda larga fixa, com um aumento de 33% dos acessos comparando maio de 2018 com 2015. Já para os acessos em banda larga 4G, houve um salto de 78.626 acessos em 2015 para 389.005 acessos em maio de 2018.

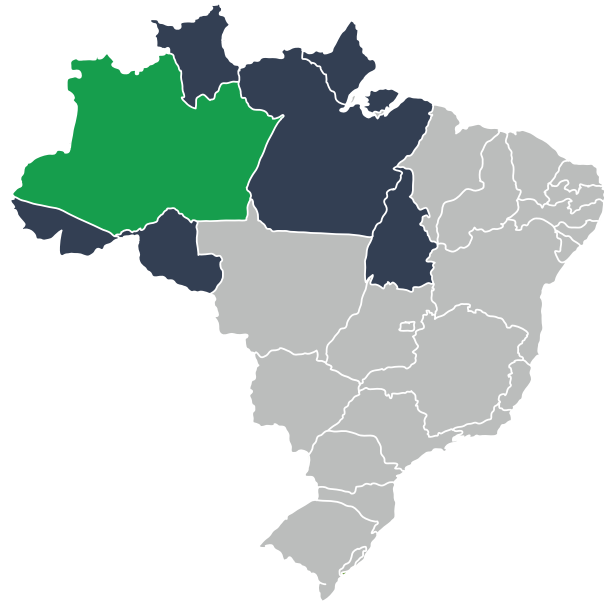
## Famílias Atendidas pelo Bolsa Família



## Regularização Fundiária – Famílias Beneficiadas em Titulações Rurais



## Norte



## Amazonas

O Governo Federal aumentou em cerca de 273% o repasse do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para o estado do Amazonas. De 2015 para 2017, a transferência de recursos subiu de R\$ 5,42 milhões para R\$ 20,23 milhões. Esse dinheiro é para investimentos na modernização do sistema carcerário.

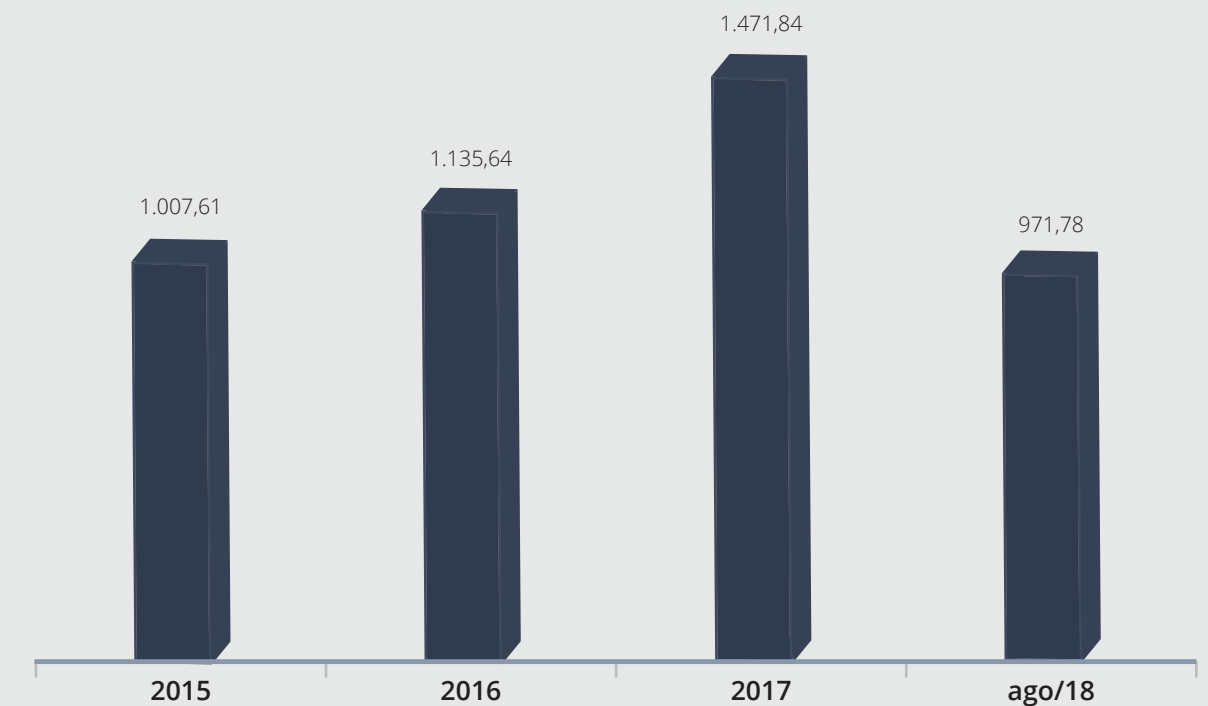
Na área de educação, os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação aumentaram nos últimos anos, buscando garantir o objetivo de uma educação de qualidade para todos.

O Programa Avançar do Governo Federal investiu mais de R\$ 14 milhões para a realização de obras para contenção de encostas em áreas de risco. Também foram investidos recursos na recuperação de pistas do aeroporto de Manaus (R\$ 28.200.000,00) e em obras para o aprimoramento de hidrovias (R\$ 63.919,174,47).

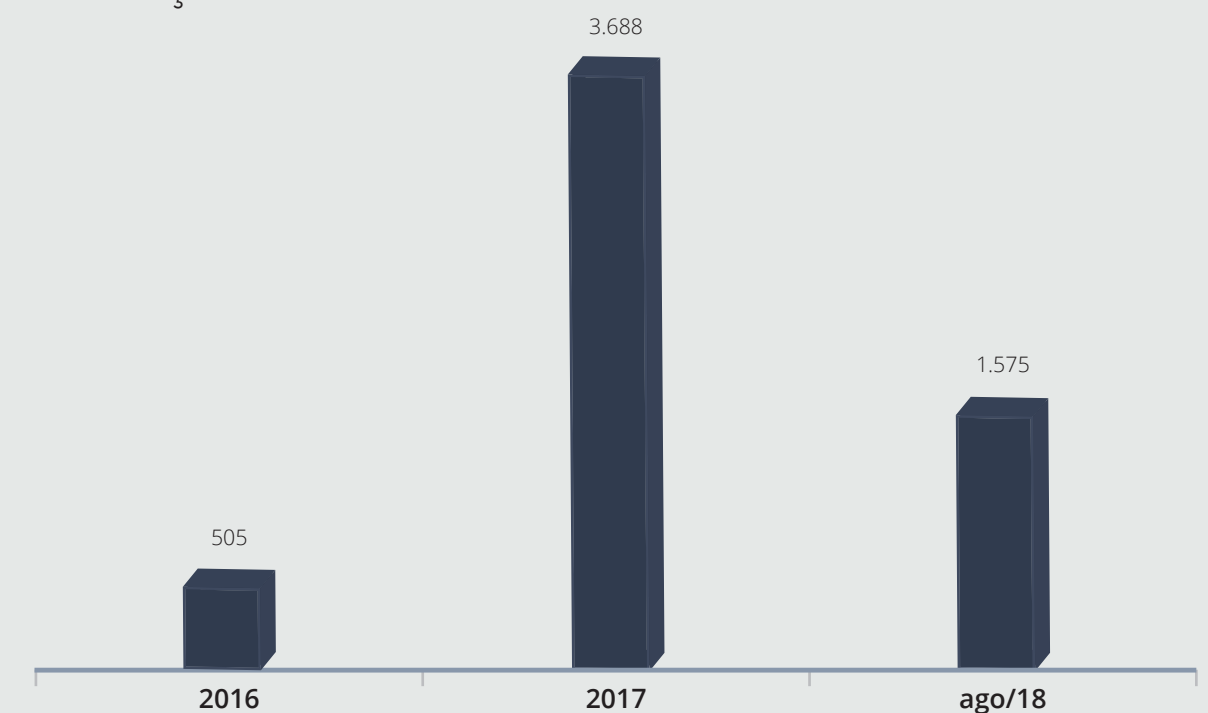
Houve aumento expressivo do número de famílias beneficiadas com regularização fundiária para as áreas rurais. Em 2016, 505 famílias foram beneficiadas, já em 2017 foram 3.688 famílias.

A recuperação das pistas do aeroporto de Manaus também foi feita com recursos do Programa Avançar.

Investimento de R\$ 28 milhões

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
Pagamentos Totais (R\$ milhões)

## Regularização Fundiária – Famílias Beneficiadas em Titulações Rurais





## Norte



O número de equipes da Estratégia Saúde da Família, em atuação no Pará, cresceu de 1.273 em 2015, para 1.496 em junho de 2018

## Pará

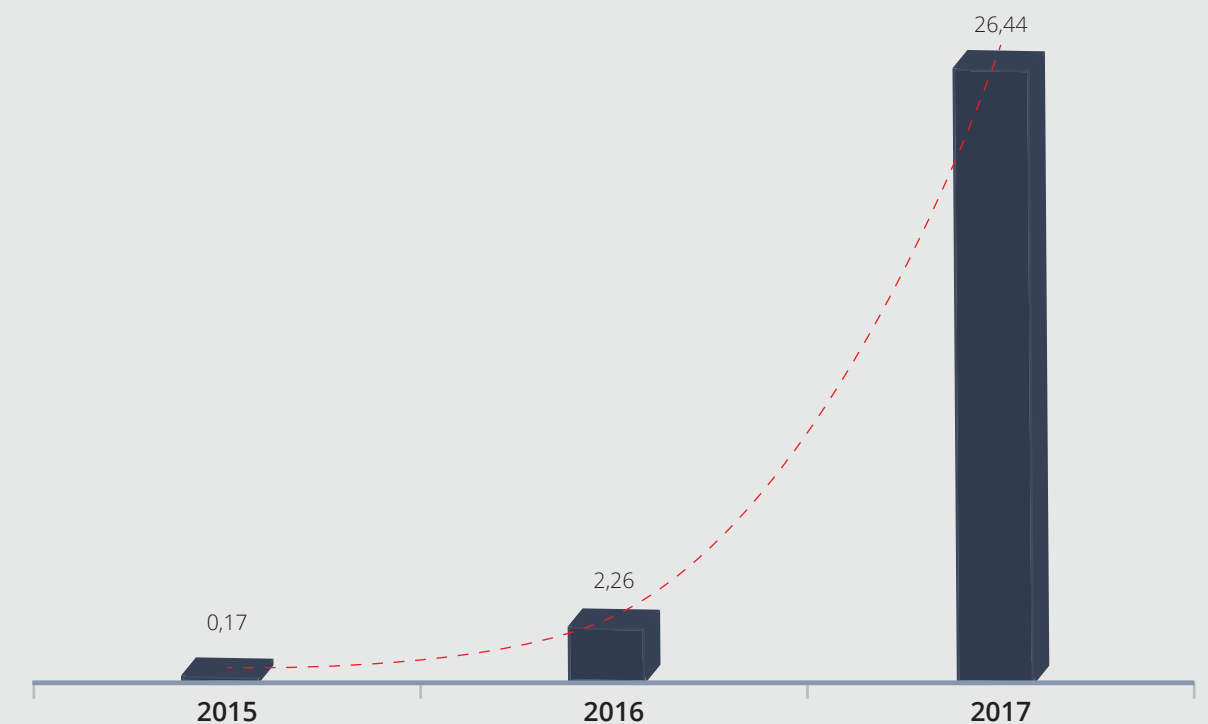
Na área de segurança pública, o pagamento ao Fundo Penitenciário para o estado do Pará cresceu significativamente no período de 2015 a 2017, partindo de R\$ 170.000,00 para R\$ 26.440.000,00, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Houve aumento expressivo do número de famílias beneficiadas com regularização fundiária na área rural. Em 2016 foram 316 famílias beneficiadas, já em 2017 foram 7.181 famílias.

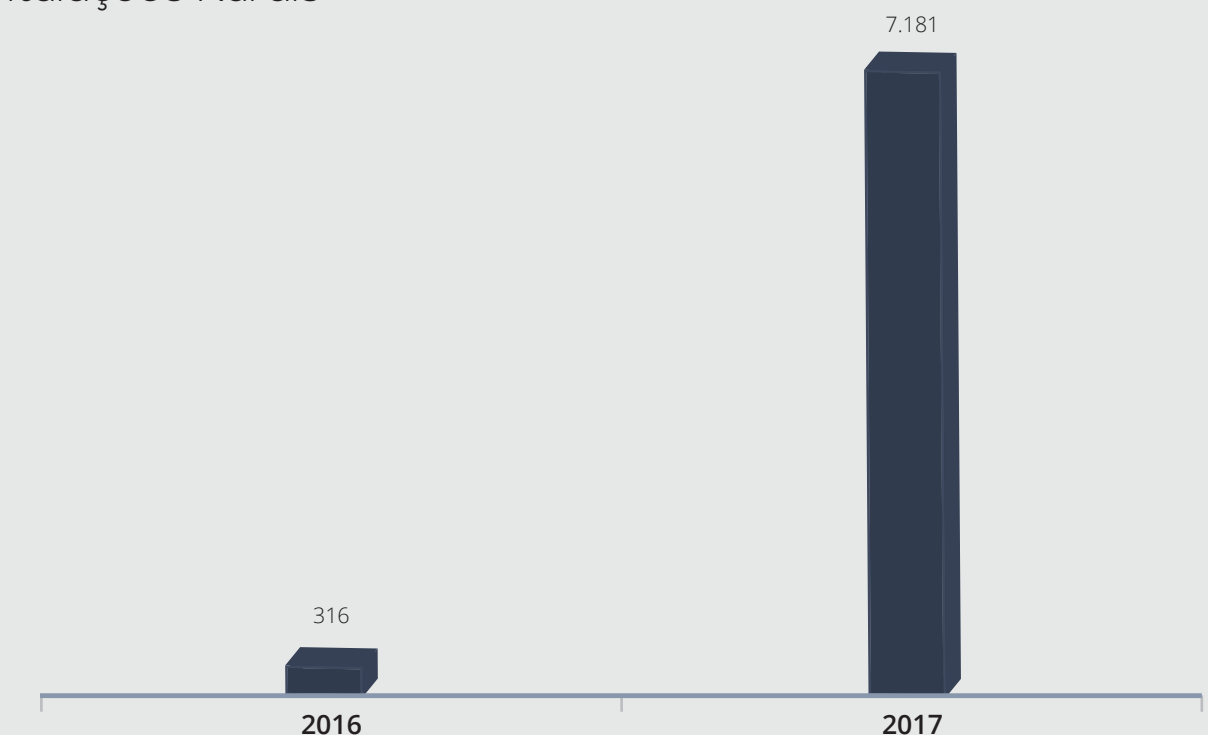
Na área da saúde, houve avanço na Estratégia Saúde da Família (ESF), que busca promover a qualidade de vida da população intervindo nos fatores que colocam a saúde em risco, como falta de atividade física, má alimentação e o uso de tabaco. O gráfico a seguir mostra a evolução do número de equipes atuando e o percentual da população atendida. Em dezembro de 2015, 1.273 equipes atendiam 51,87% da população, enquanto que em junho de 2018 o número de equipes era de 1.496 e atendiam 58,17% da população.

Houve importante crescimento no setor de agricultura no estado do Pará. Em 2014/2015 a área plantada era de 648,9 mil hectares e foram produzidos 1.911,4 mil toneladas de grãos. Em 2016/2017 a área plantada cresceu para 861,5 mil hectares, produzindo 2.696 mil toneladas de grãos.

## Pagamento ao Fundo Penitenciário (R\$ milhões)



## Regularização Fundiária – Famílias Beneficiadas em Titulações Rurais



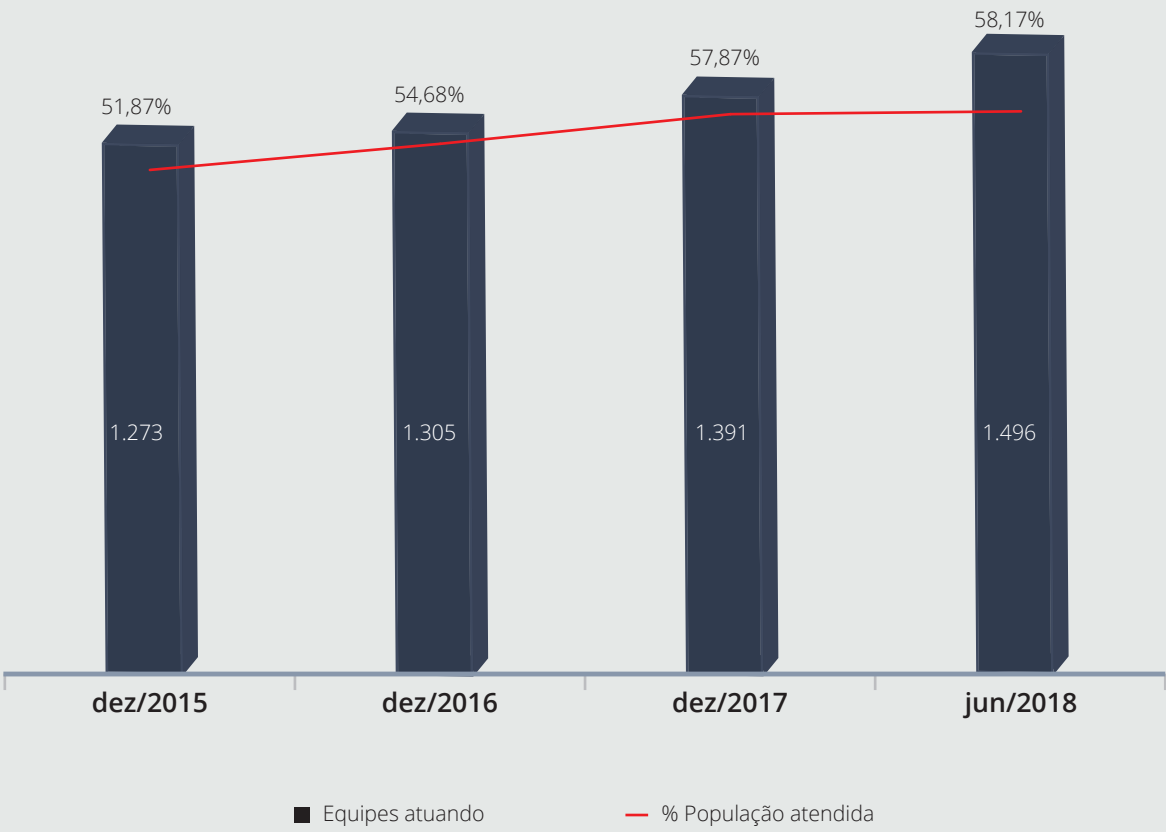


Por intermédio do Programa Avançar, o Governo Federal liberou R\$ 4 bilhões para geração de energia elétrica no Pará e para transmissão da usina de Belo Monte

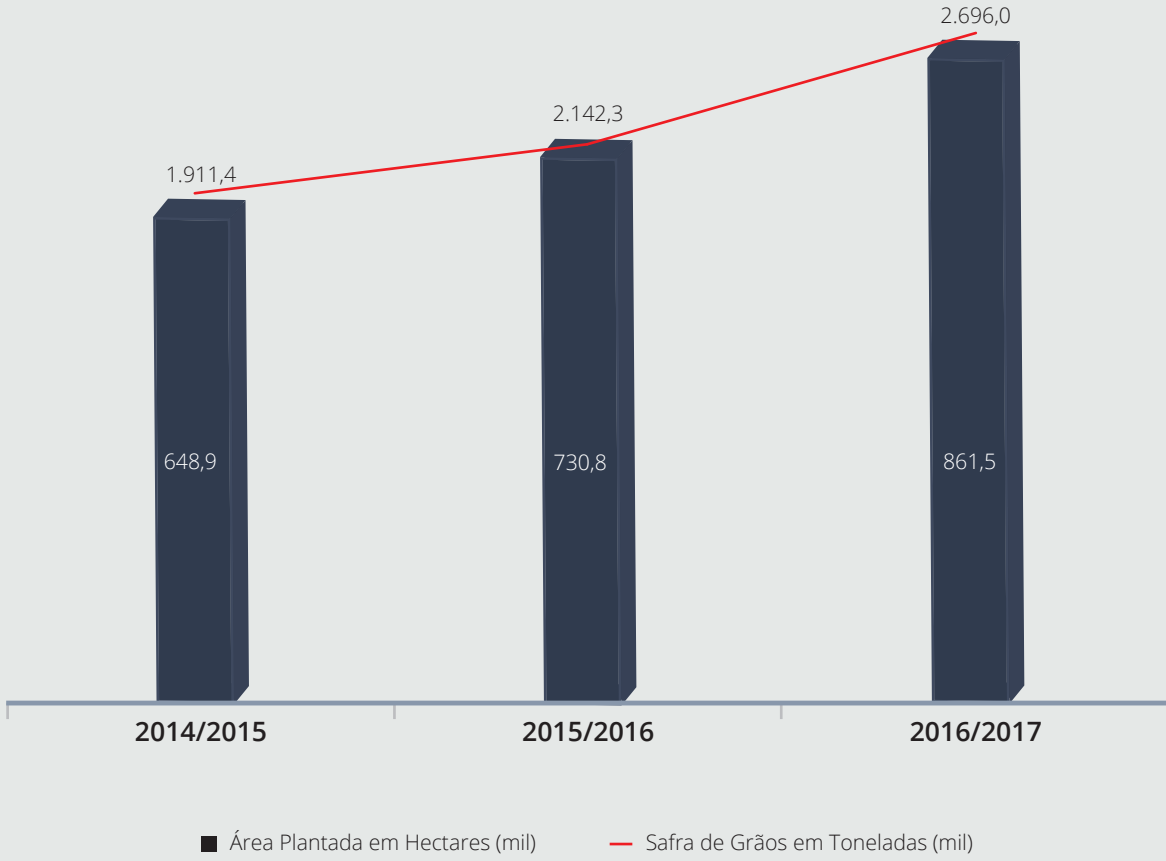
O Programa Avançar do Governo Federal destinou mais de dois bilhões de reais para a geração de energia elétrica no estado do Pará e outros dois bilhões de reais para a transmissão de energia elétrica de Belo Monte. Foram destinados R\$ 420.593.469,39 para a construção de um BRT, com a finalidade de melhorar a mobilidade urbana. Também foram destinados mais de 345 milhões de reais para pavimentação de rodovias.



Estratégia Saúde da Família – ESF

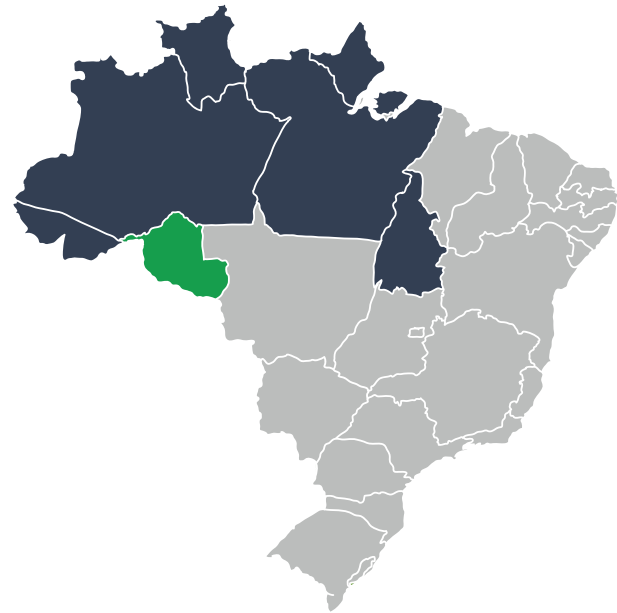


Safra





## Norte



## Rondônia

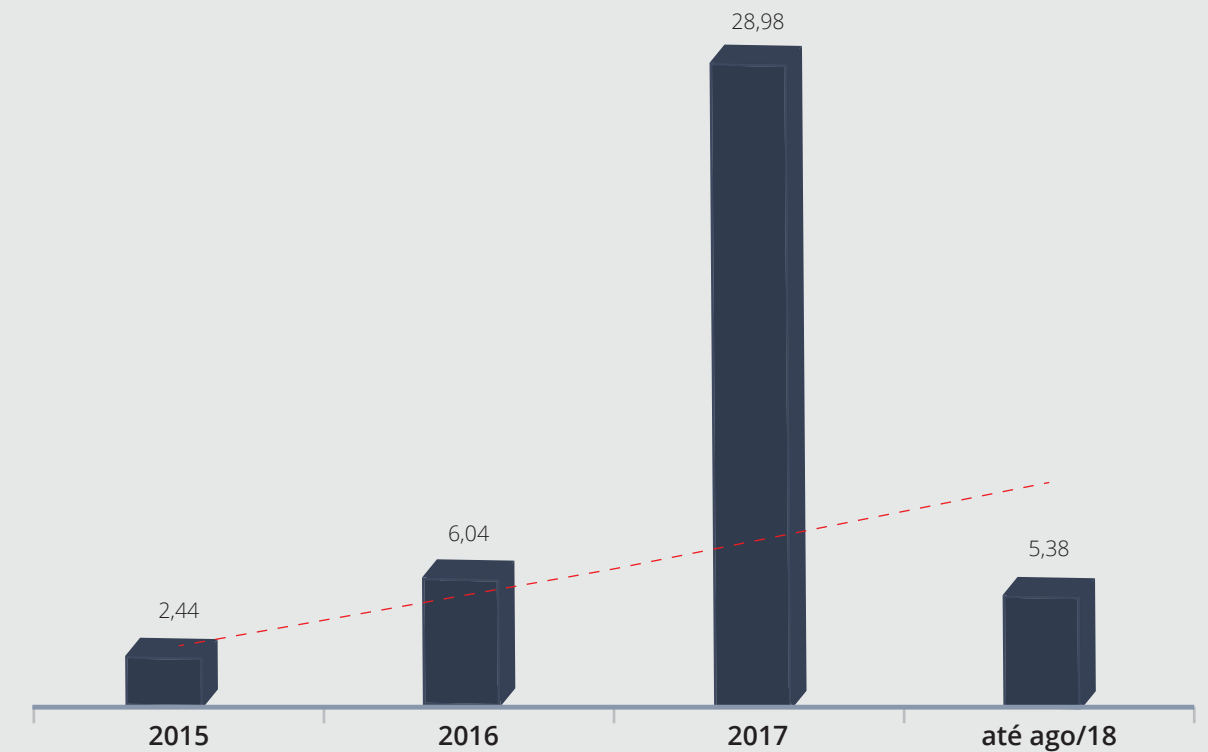
A modernização e aprimoramento do sistema penitenciário é uma ação prioritária do Governo Federal em Rondônia. O pagamento do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para o estado cresceu significativamente no período de 2015 a 2017, indo de R\$ 2.440.000,00 para R\$ 28.980.000,00.

Outra área que teve importante investimento foi a da regularização fundiária. Houve aumento expressivo do número de famílias beneficiadas com regularização fundiária em áreas rurais. Em 2016 foram beneficiadas 27 famílias, já em 2017 o número aumentou para 1.818 e em 2018 saltou para 3.870 famílias beneficiadas.

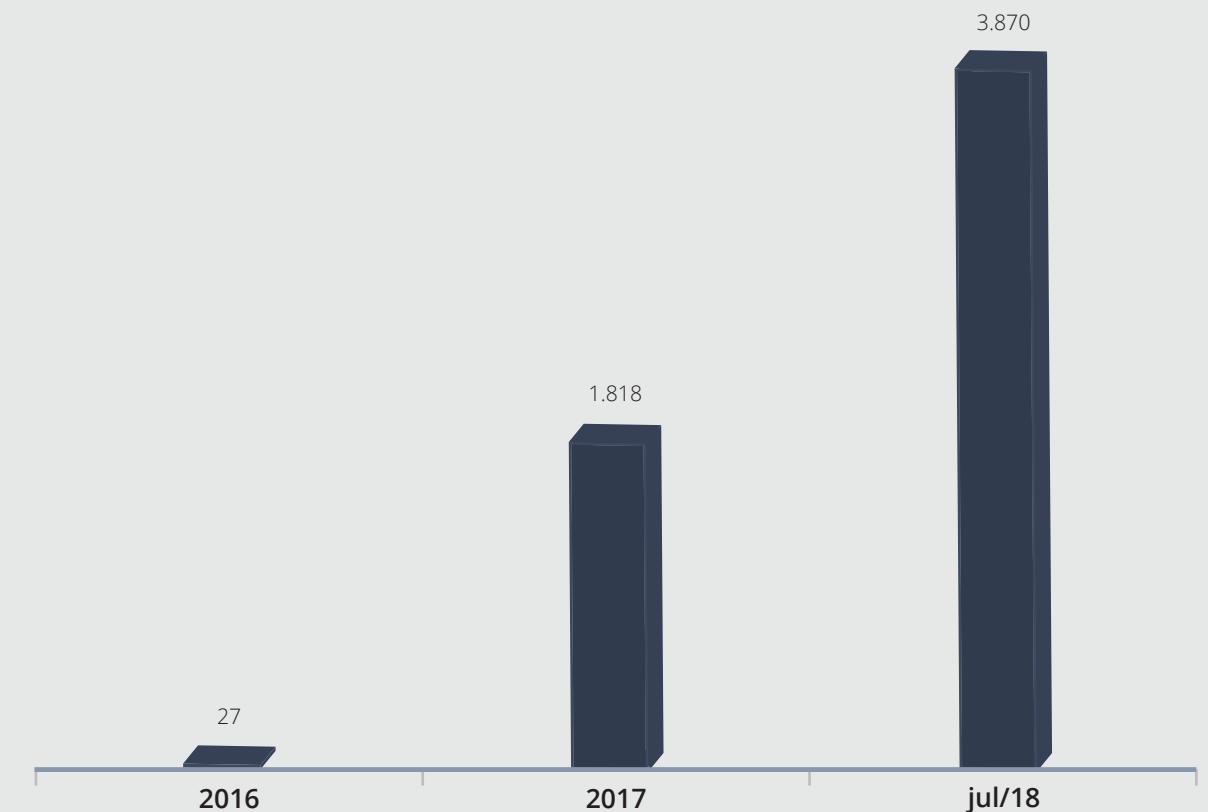
O Programa Avançar do Governo Federal direcionou mais de cento e quarenta e três milhões de reais para melhorias em rodovias e hidrovias em Rondônia. Foram investidos R\$ 16.000.000,00 em obras de melhorias nos aeroportos do estado.

A transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional para Rondônia aumentou de R\$ 2,4 milhões em 2015, para R\$ 28,9 milhões em 2017

## Pagamento ao Fundo Penitenciário (R\$ milhões)



## Regularização Fundiária – Famílias Beneficiadas em Titulações Rurais



## Norte



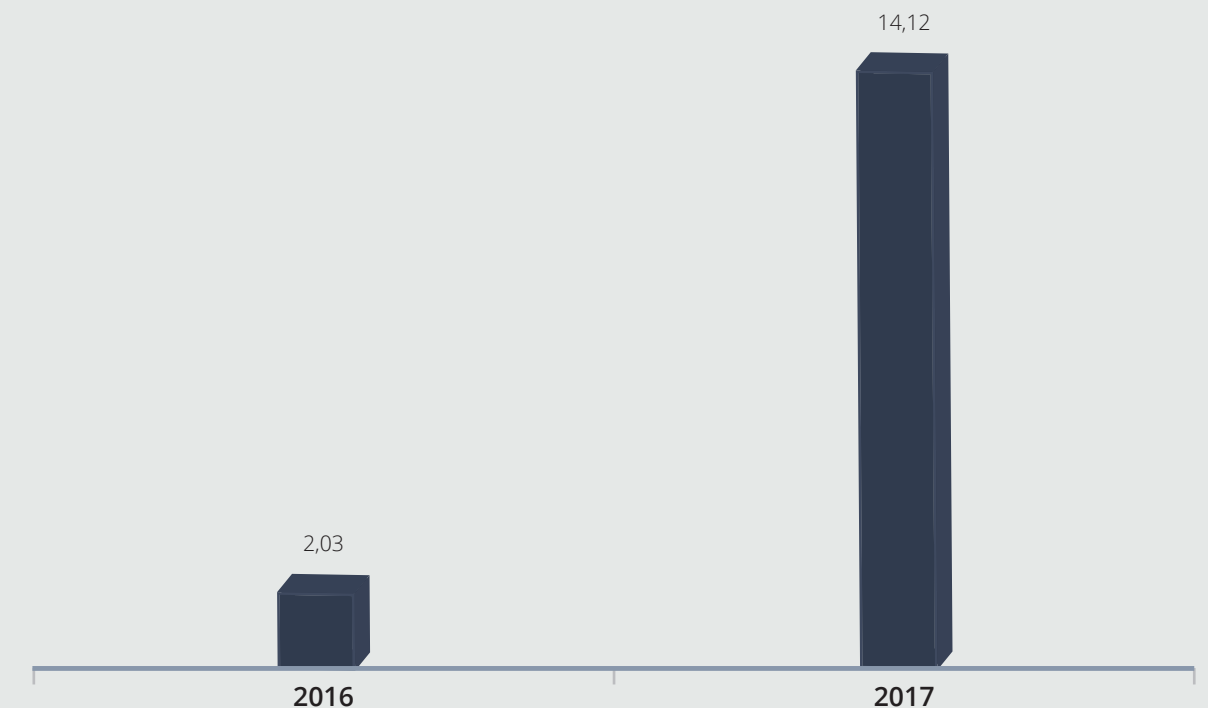
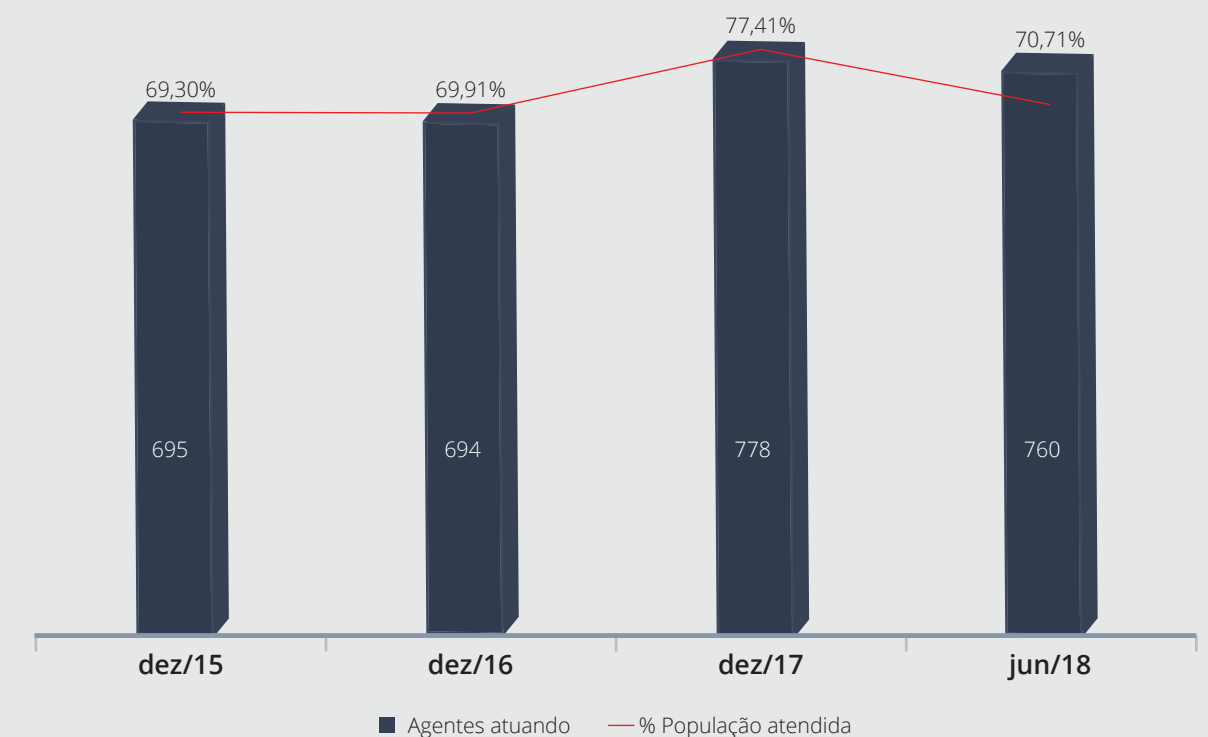
Em junho de 2018, o programa de Agentes Comunitários de Saúde mantinha 760 profissionais que prestavam atendimento a 70,71% da população de Roraima

## Roraima

O pagamento do Fundo Penitenciário para o estado de Roraima teve importante aumento de 2016 para 2017, passando de R\$ 2.030.000,00 para R\$ 14.120.000,00, o que confirma o compromisso do Governo Federal com a modernização e aprimoramento do sistema penitenciário nacional.

Na área de saúde, houve aumento no número de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e da parcela da população assistida por eles. Em 2015, eram 695 ACS atendendo 69,30% da população. Em junho de 2018, 760 ACS prestavam atendimento a 70,71% da população.

O Programa Avançar do Governo Federal destinou recursos importantes para obras de saneamento na capital do estado, Boa Vista, com valores acima de R\$ 147 milhões. Também foram investidos recursos na prevenção de acidentes em áreas de risco, no valor de R\$ 46.300.000,00.

Pagamento ao Fundo Penitenciário  
(R\$ milhões)Saúde da Família –  
Agentes Comunitários de Saúde



## Norte



## Tocantins

Na área de segurança pública, o pagamento do Fundo Penitenciário Nacional para o estado de Tocantins cresceu significativamente no período de 2015 a 2017, passando de R\$ 1.420.000,00 para R\$ 16.100.000,00.

A regularização fundiária no estado do Tocantins também mereceu grande atenção do Governo Federal. O número de famílias beneficiadas com regularização fundiária teve aumento expressivo de 2016 para 2017, subiu de 15 para 3.463 famílias. E até julho de 2018 o número de famílias beneficiadas já era de 1.364.

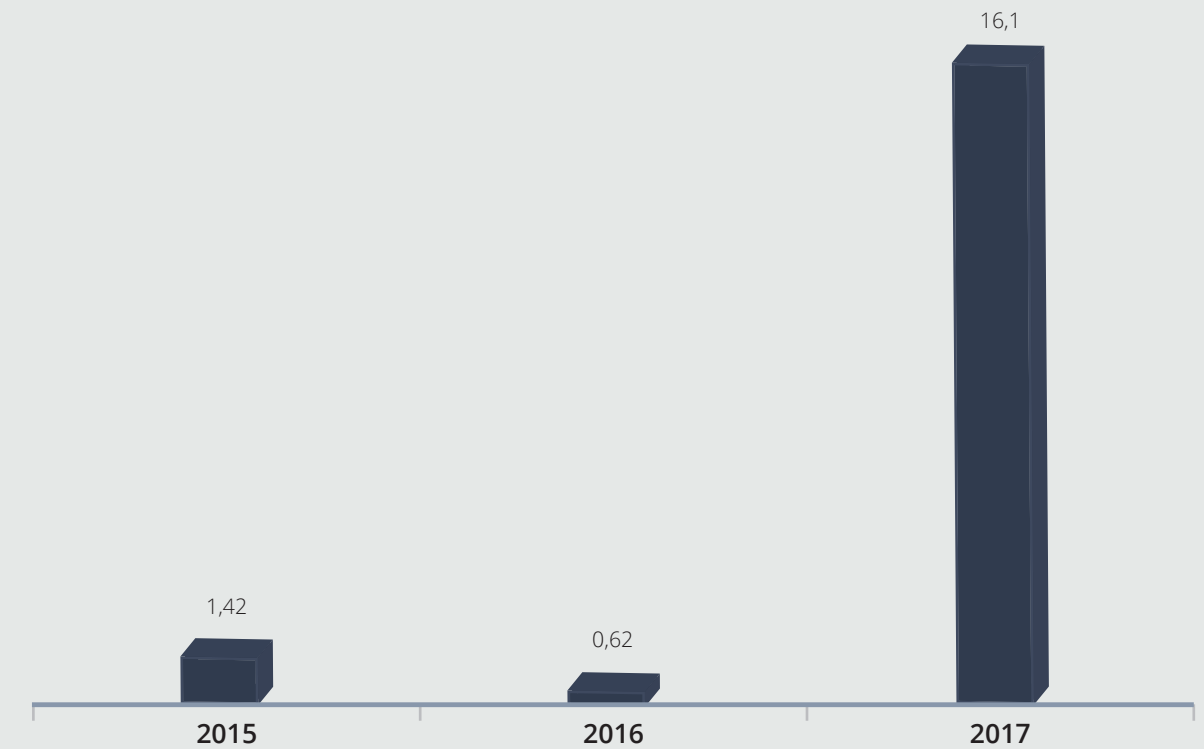
O Programa Avançar do Governo Federal investiu em diversas áreas para a melhoria da vida dos tocantinenses. Na área de saneamento foram destinados R\$ 209.671.518,60. Para a melhoria do aeroporto de Araguaína foram investidos R\$ 41.000.000,00. Na melhoria de rodovias e vias urbanas o total investido foi de R\$ 148.331.017,48.

O crescimento do acesso a Banda Larga 4G também chama atenção. Em 2015 eram 122.096 acessos a este serviço, enquanto que em maio de 2018 o número de acessos foi para 782.450. Um aumento de 541%.

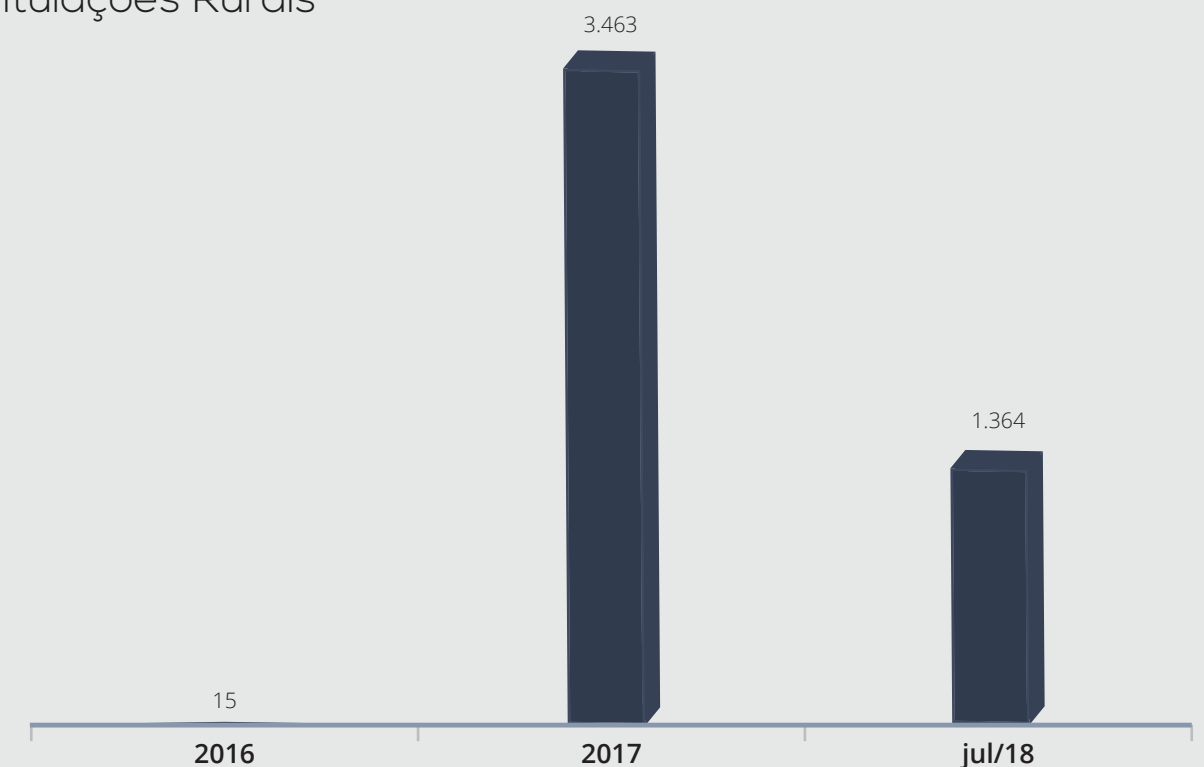
Em 2017, o Governo Federal entregou títulos de propriedade rural para 3.463 famílias tocantinenses.

Em 2018, até junho, outras 1.364 famílias tiveram suas propriedades legalizadas

## Pagamento ao Fundo Penitenciário (R\$ milhões)



## Regularização Fundiária – Família beneficiadas em Titulações Rurais



## Sudeste



O Governo Federal investiu R\$ 644 milhões no aeroporto de Vitória e R\$ 9 bilhões na Estrada de Ferro Vitória/Minas

## Espírito Santo

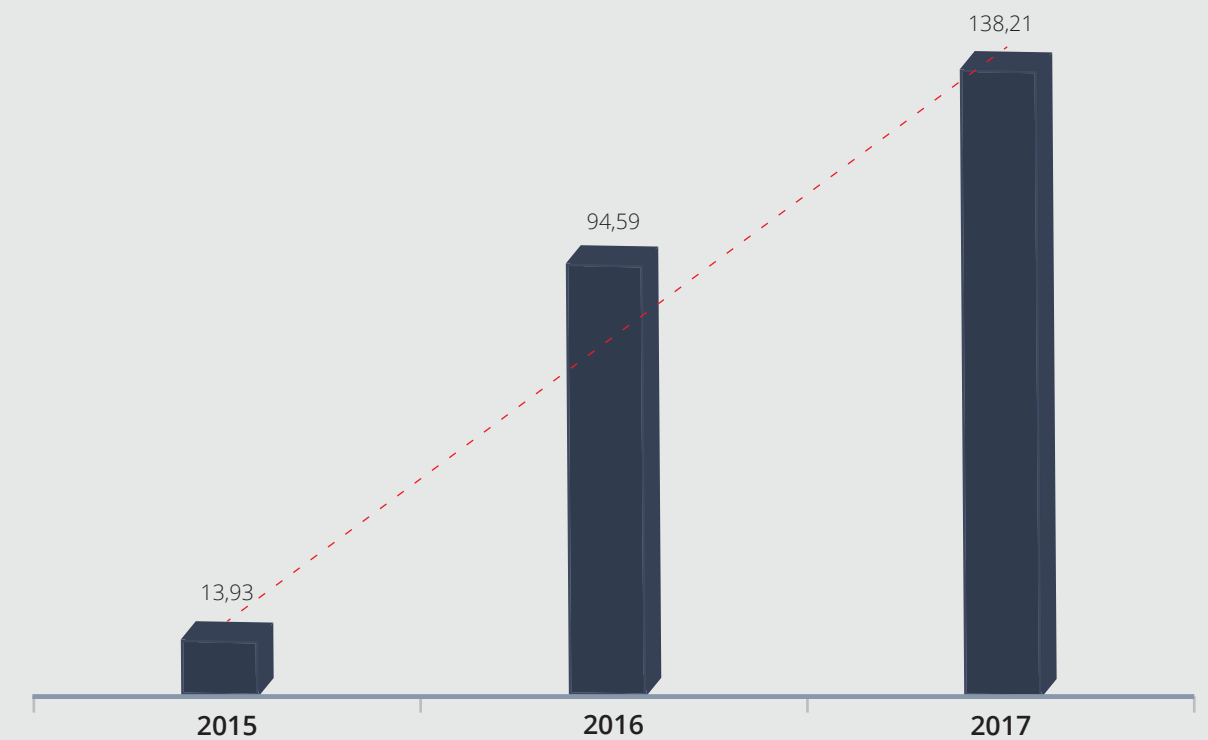
O Governo Federal aumentou o volume de Transferências Voluntárias para o Espírito Santo. As transferências voluntárias são o repasse de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde.

Os repasses ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação também foram aumentados.

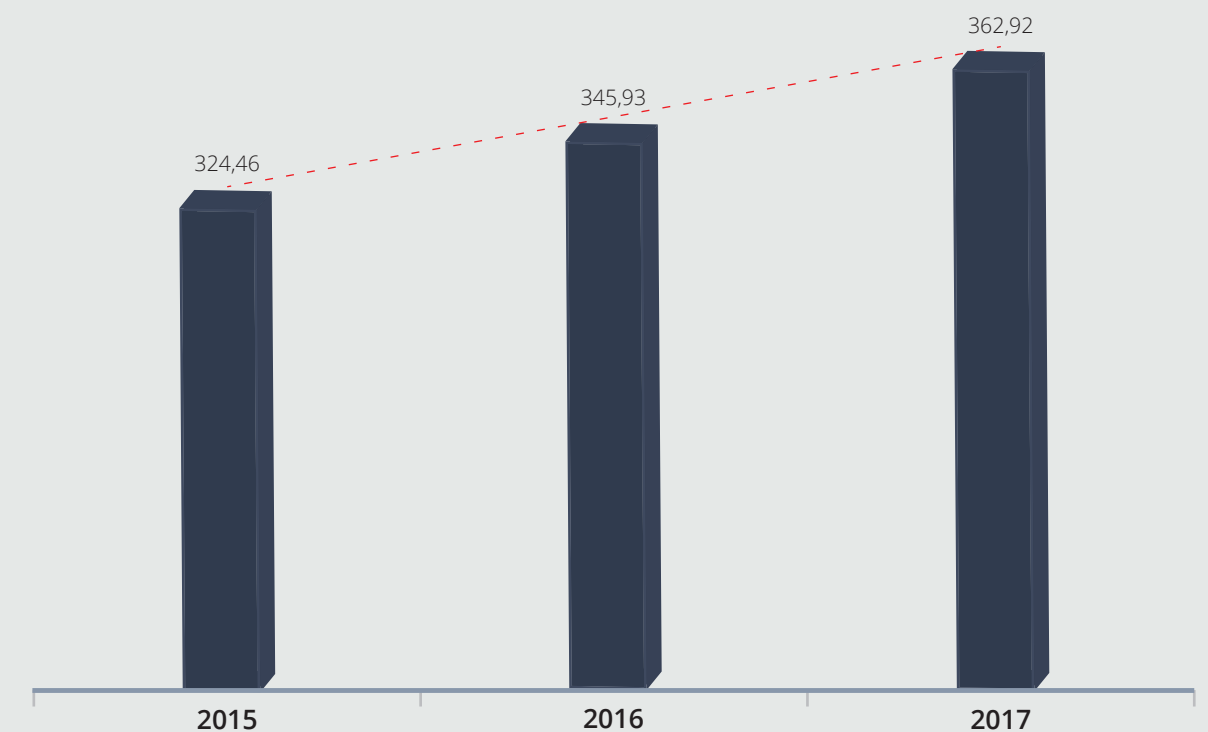
No âmbito da saúde, em dezembro de 2017, o Espírito Santo estava atendido por 34 unidades do Samu 192, o que possibilitava assistência a 2.209.939 cidadãos. Atualmente, 713 equipes atuam em 100% dos municípios do Espírito Santo.

Nos investimentos em infraestrutura destacam-se os R\$ 644.200.000,00 investidos no Aeroporto de Vitória e os R\$ 9 bilhões na Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM.

## Repasse via transferências voluntárias (R\$ milhões)



## Repasse ao FNDE (R\$ milhões)







Em Minas Gerais, o programa Saúde da Família mantém mais de 5 mil equipes atendendo 79,64% da população

### Minas Gerais

O Governo Federal aumentou o repasse de recursos ao estado de Minas Gerais via transferências voluntárias, que são os repasses de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde.

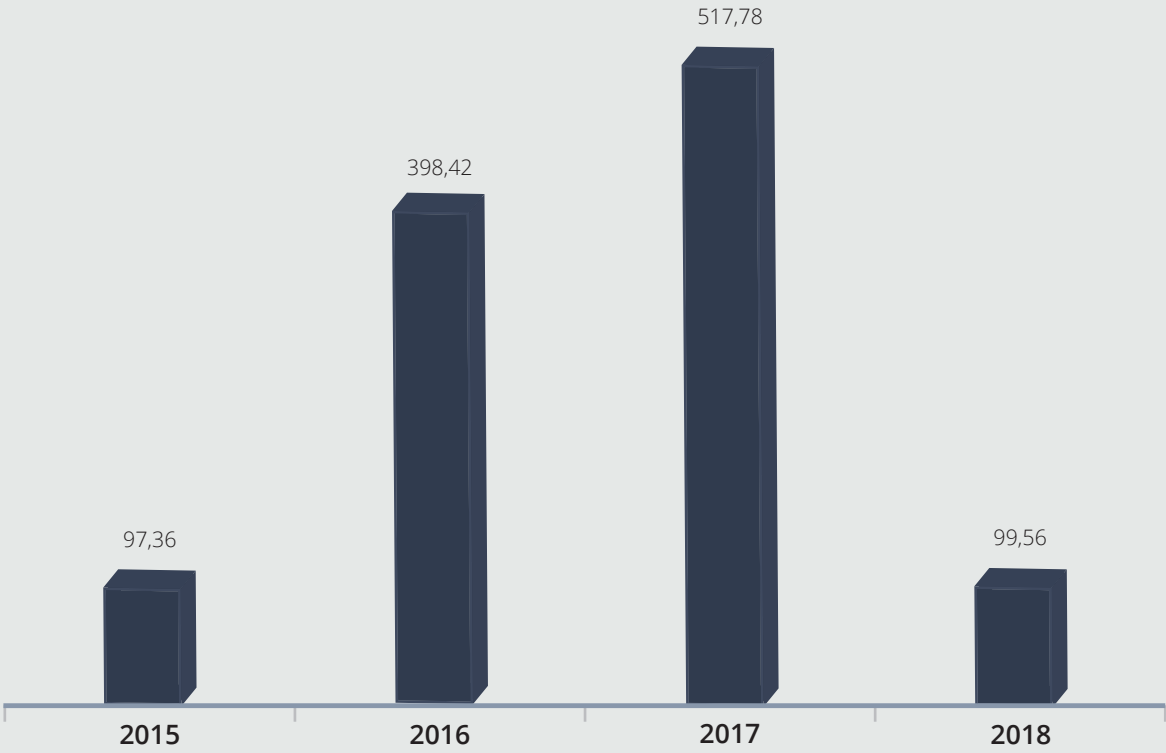
No âmbito da saúde, atualmente (2018), o estado de Minas Gerais está atendido por 280 unidades do Samu 192, o que garante assistência a 15.062.081 cidadãos.

Atualmente, 851 dos municípios do estado têm 5.465 equipes atuando no Saúde da Família, o que possibilita o atendimento a 79,64% da população.

Em 2017, 4.027 famílias foram beneficiadas com a titulação rural. Em julho de 2018 chegava a 1.408.

No gráfico, apresentamos os valores repassados para o financiamento da safra da agricultura empresarial nos últimos períodos.

Repasse via transferências voluntárias (R\$ milhões)



Valores repassados para a agricultura empresarial (R\$ milhões)





Rio de Janeiro

Para ajudar o Rio de Janeiro no enfrentamento da crise na área de Segurança Pública, o Presidente da República decretou (Decreto nº 9.288), no dia 16/02/2018, a intervenção federal no estado. O Governo Federal também executa uma ação de Garantia da Lei e da Ordem no Rio de Janeiro.

No âmbito da saúde, atualmente, o Rio de Janeiro é atendido por 664 profissionais vinculados ao Projeto Mais Médicos, em 73 municípios, atendendo 2.308.050 cidadãos.

O Rio também dispõe de 2.887 equipes atuando no Saúde da Família, em 90 municípios, atendendo 58,36% da população do estado.

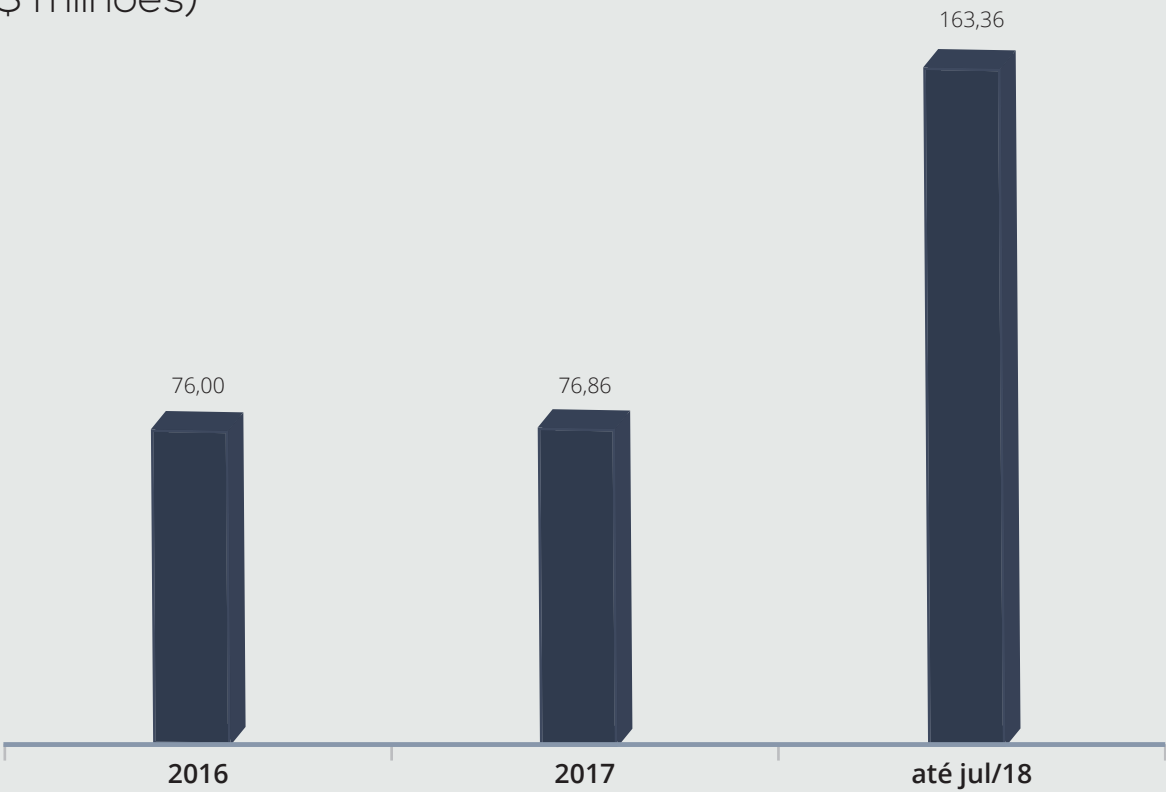
Os 14.870 agentes comunitários da saúde estão distribuídos em todos os municípios.

Destacamos também o contínuo aumento de repasses de recursos para o Plano Safra de Agricultura Familiar.

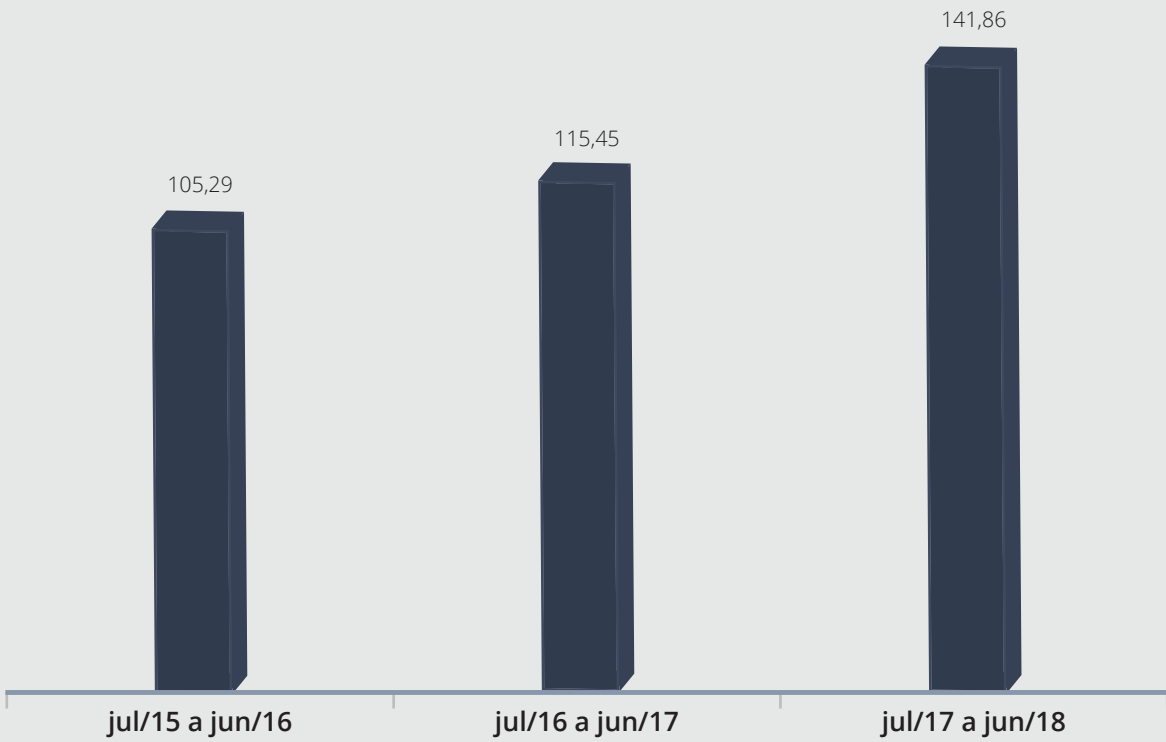
Apresentamos, na página 232, os dados do Programa Luz para Todos no estado.

Além da ajuda na Segurança Pública, garantida pelo Decreto de Intervenção, o Governo Federal mantém, no Rio de Janeiro, 664 profissionais do programa Mais Médicos

Valores das operações – GLO (R\$ milhões)

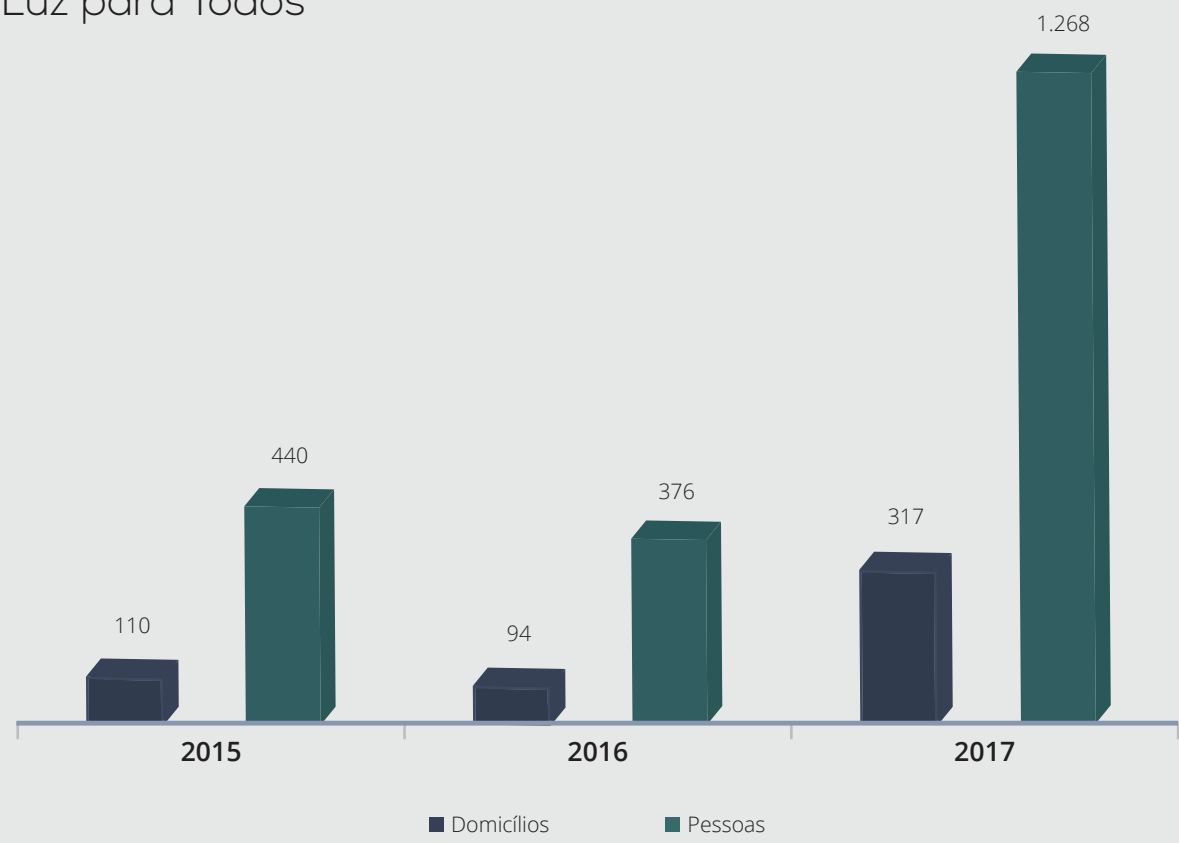


Valores do Plano Safra Agricultura Familiar (R\$ milhões)





Domicílios e pessoas atendidos pelo Programa Luz para Todos



Sudeste



São Paulo

O Governo Federal aumentou o repasse de recursos ao estado de São Paulo via transferências voluntárias, que são os repasses de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde.

No âmbito da saúde, em dezembro de 2017, São Paulo era atendido por 2.482 profissionais vinculados ao Projeto Mais Médicos e que podiam atender 8.583.600 cidadãos em 362 municípios.

O Governo Federal também mantém 5.123 equipes atuando no Saúde da Família, em 580 municípios, atendendo 41,03% da população do estado.

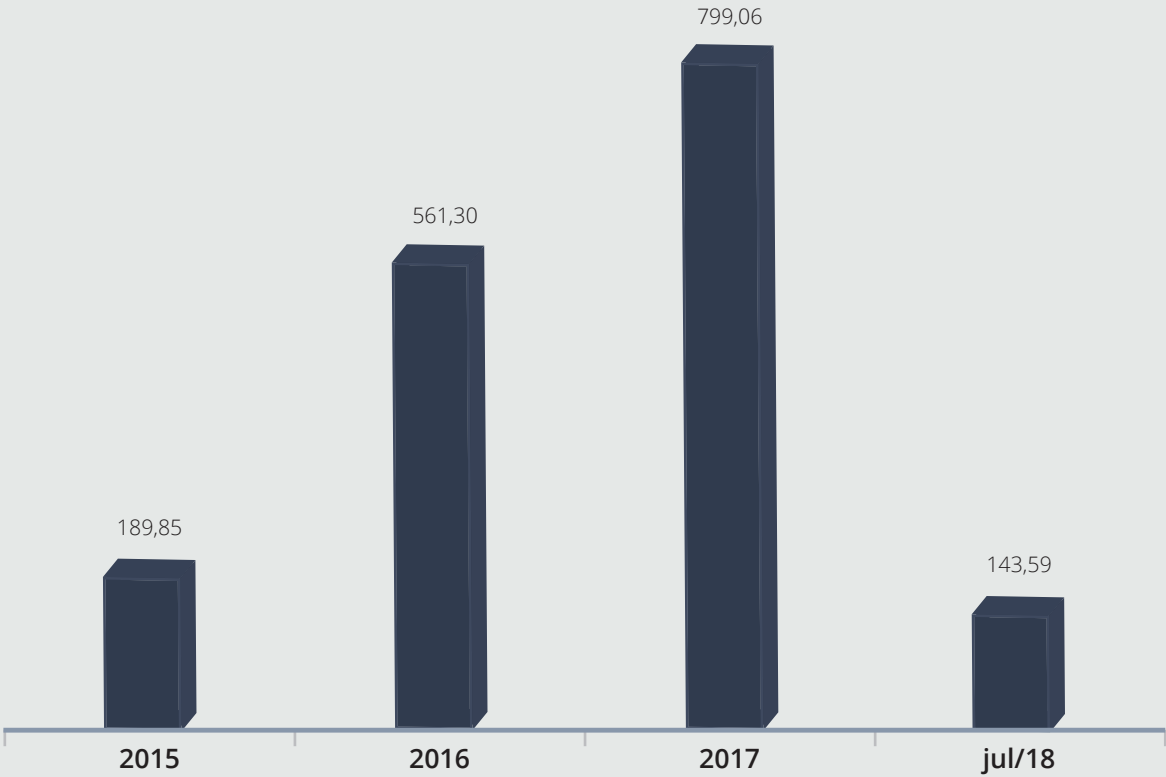
Os 29.785 Agentes Comunitários de Saúde estão distribuídos em 604 municípios.

Destaca-se, ainda, o aumento dos repasses do Fundo Penitenciário (Funpen).

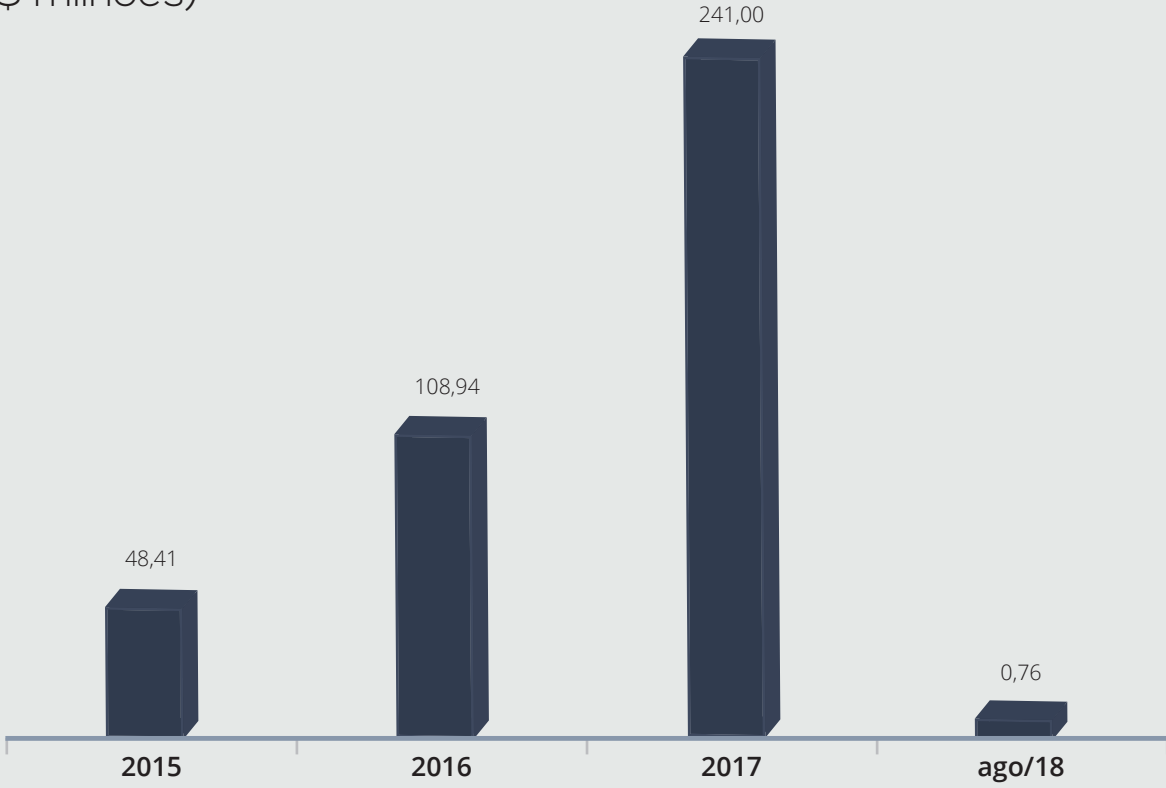
O estado de São Paulo também foi atendido com aumento nas transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Os repasses do Fundo Penitenciário Nacional para o estado de São Paulo cresceram de R\$ 48 milhões em 2015 para R\$ 241 milhões em 2017

Repasse via transferências voluntárias (R\$ milhões)



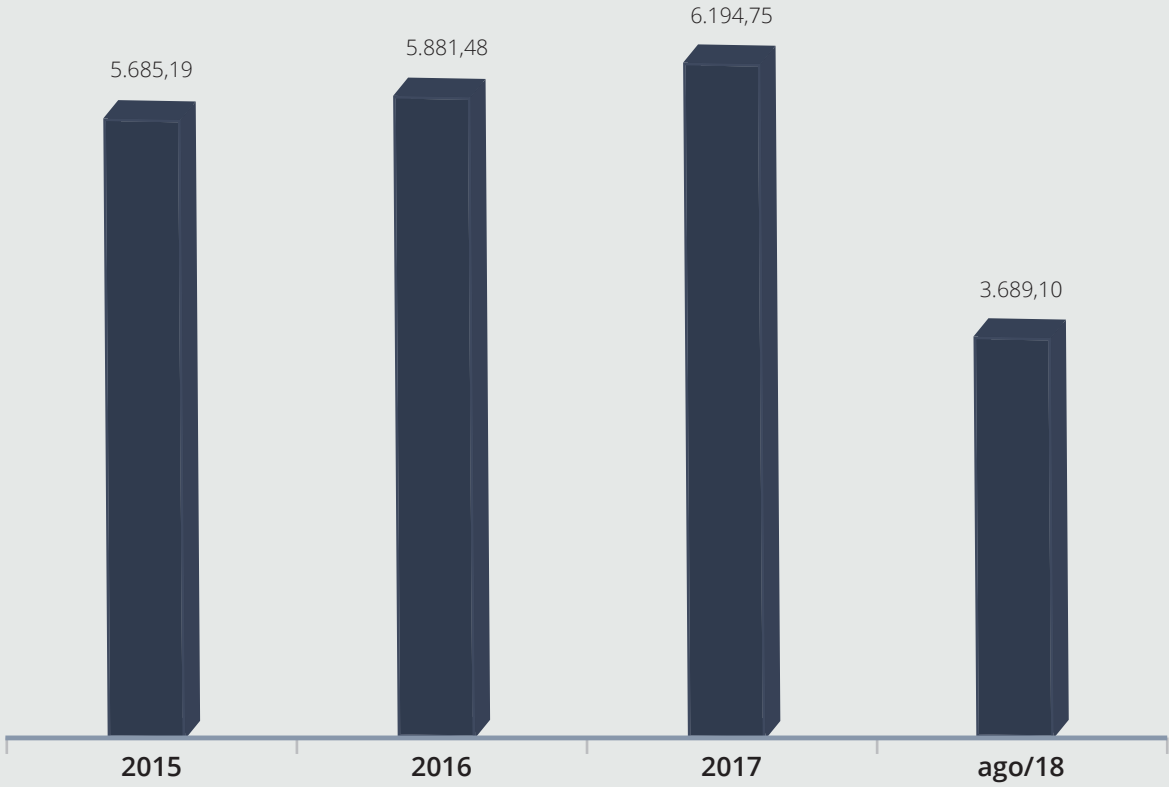
Repasses para o Fundo Penitenciário (R\$ milhões)







Pagamentos totais FNDE  
(R\$ milhões)



## Sul



## Paraná

No estado do Paraná, a atuação do Governo Federal garante o funcionamento de 42 Unidades de Pronto Atendimento – UPA 24h, com investimentos de R\$ 128.220.000,00.

O estado também é servido por 208 unidades do Serviço Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192), que oferecem serviços a 10.221.795 cidadãos.

Outro programa do Governo Federal, Aqui Tem Farmácia Popular, permite que 724.566 paranaenses façam compras a preços baixos e retirem seus medicamentos.

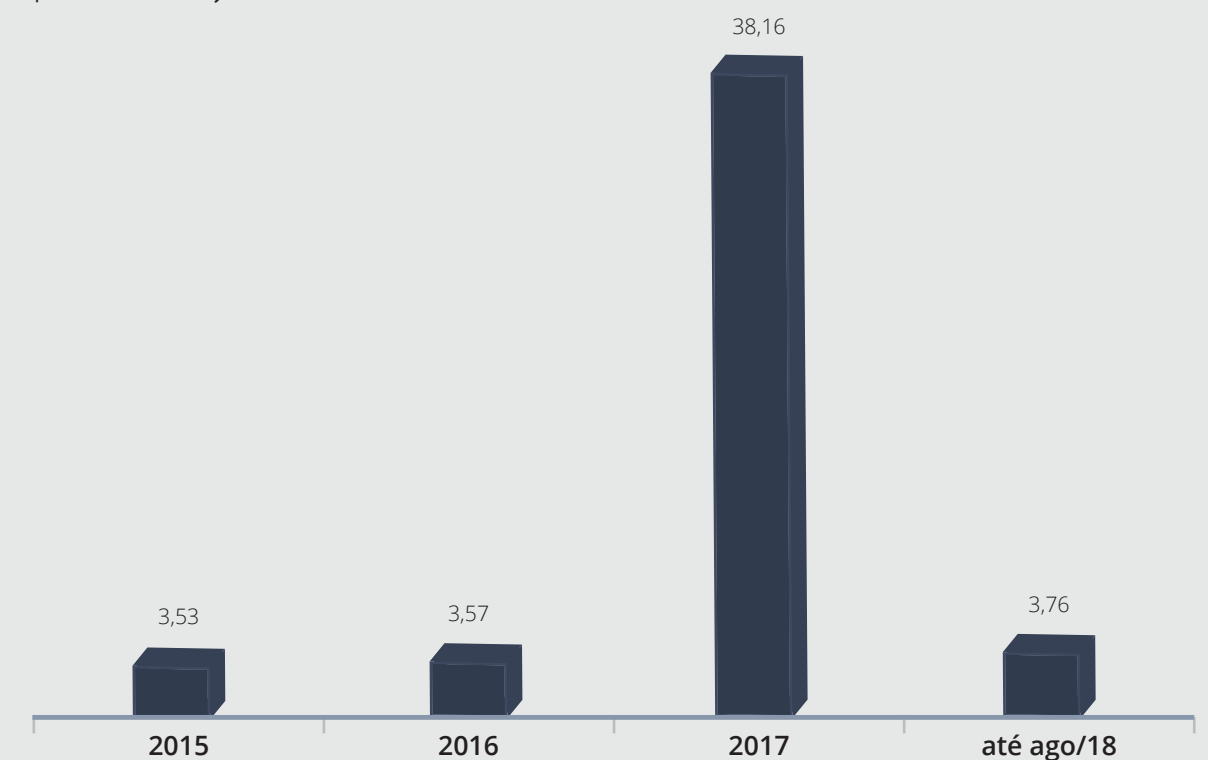
O Programa Avançar mantém 213 empreendimentos no setor de logística e energia no estado do Paraná.

As obras de dragagem e adequação da navegabilidade do Porto de Paranaguá receberam investimento de R\$ 217.850.000,00. Para o Aeroporto de Maringá, foram destinados R\$ 85.000.000,00.

Na área de segurança pública, o pagamento do Fundo Penitenciário Nacional para o estado do Paraná cresceu significativamente no período de 2015 a 2017, conforme apresentado no gráfico.

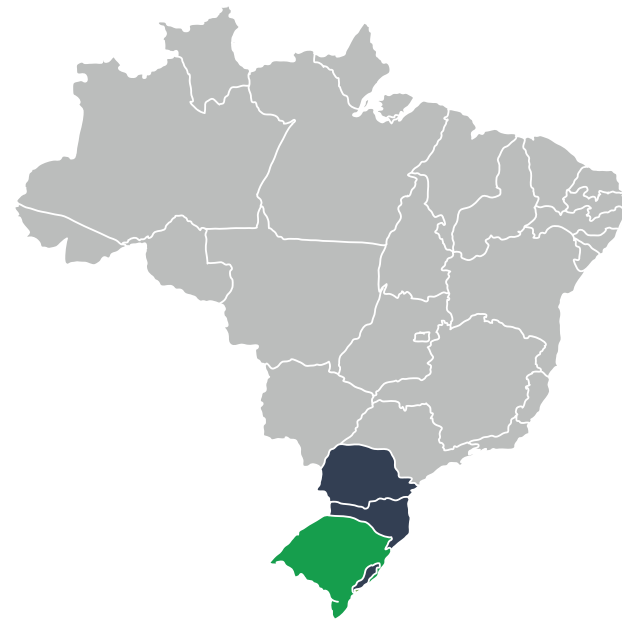
O Governo Federal investiu R\$ 217 milhões em obras para adequação de navegabilidade do Porto de Paranaguá e R\$ 85 milhões no aeroporto de Maringá

## Repasses ao Funpen (R\$ milhões)





Sul



## Rio Grande do Sul

No estado do Rio Grande do Sul, o Governo Federal mantém 236 médicos que podem prestar assistência aos moradores de 365 municípios pelo Programa Mais Médicos.

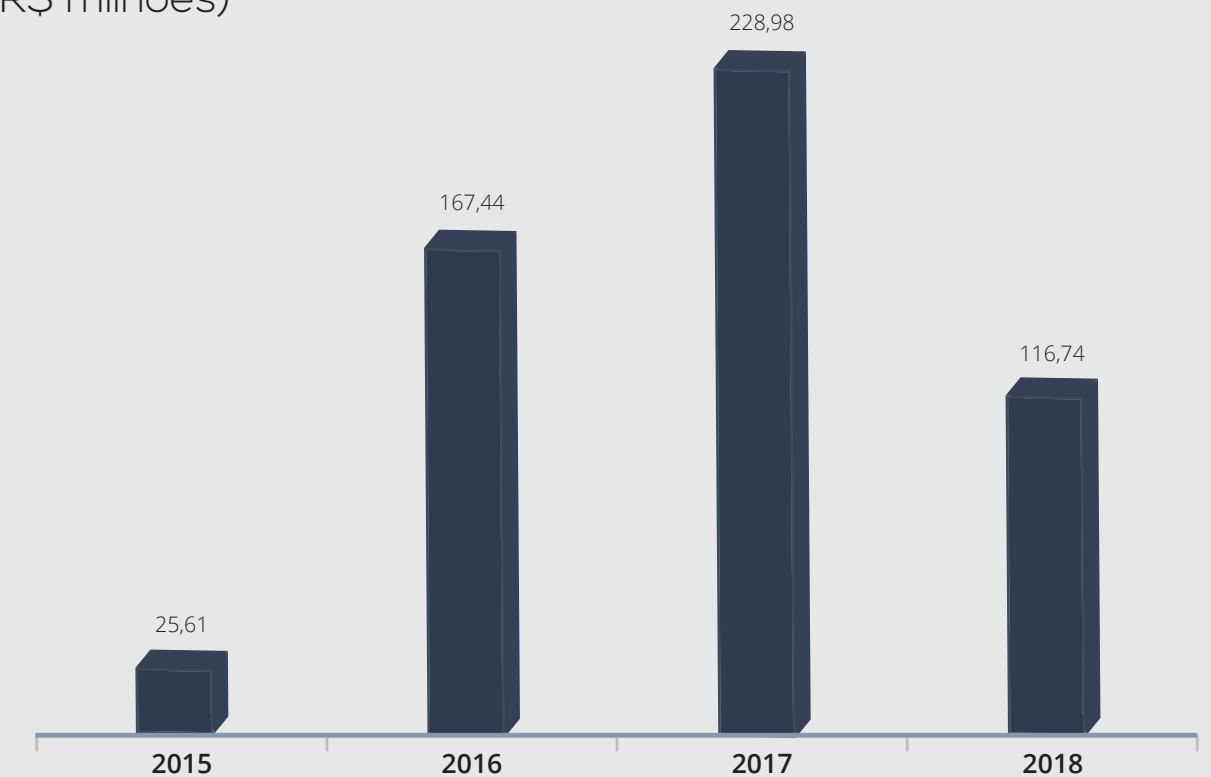
Atualmente, 238 unidades do Samu 192 estão em funcionamento no estado, o que possibilita o atendimento de 10.320.680 cidadãos. Em 480 municípios do estado, 2.130 equipes atuam no programa Saúde da Família e prestam atendimento a 60,82% da população.

O Governo Federal aumentou o repasse de recursos ao estado do Rio Grande do Sul via transferências voluntárias, repasses de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde.

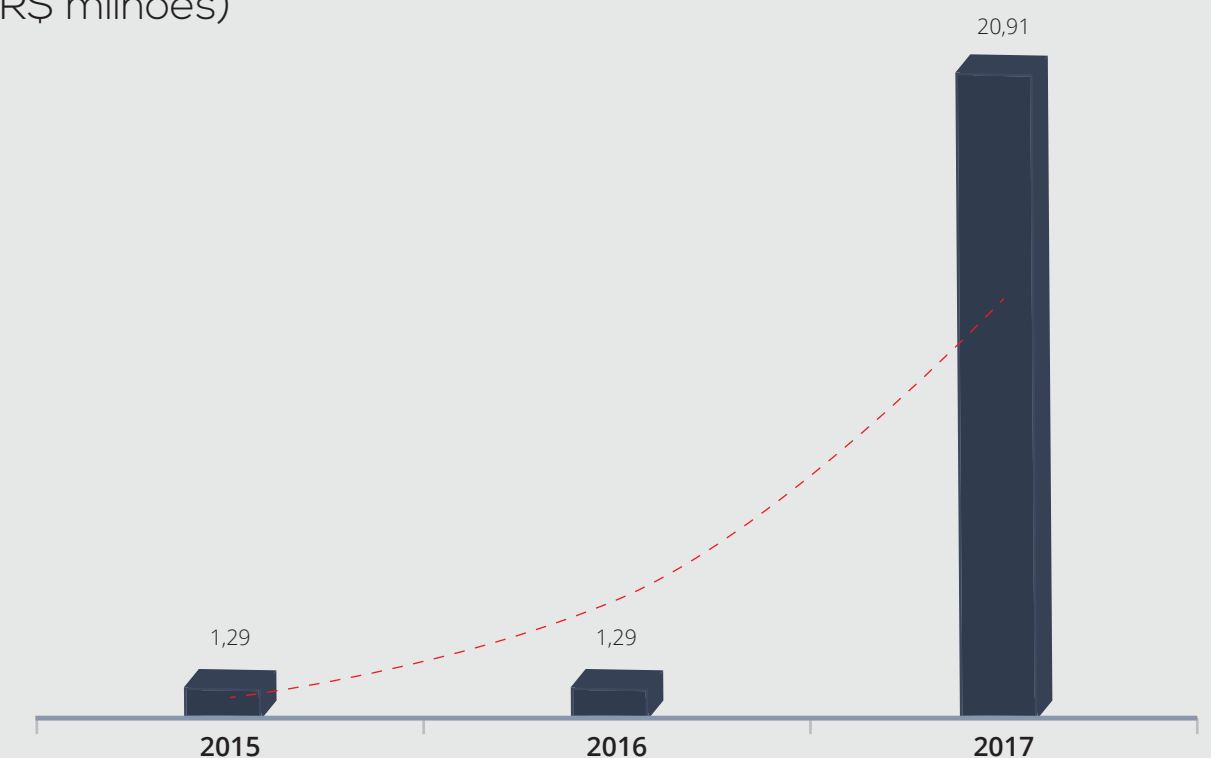
Na área de segurança pública, o pagamento do Fundo Penitenciário para o estado do Rio Grande do Sul cresceu significativamente no período de 2015 a 2017, conforme apresentado no gráfico.

O programa Mais Médicos mantém 236 profissionais atuando em cerca de 300 municípios do Rio Grande do Sul

### Repasse via transferências voluntárias (R\$ milhões)



### Repasses ao Funpen (R\$ milhões)



Sul



## Santa Catarina

Em Santa Catarina, o Governo Federal mantém 520 médicos em atividade no Programa Mais Médicos. Os profissionais atendem mais de 1.800.000 pessoas em 204 municípios.

Atualmente, 122 unidades do Samu 192 estão funcionando no estado, o que possibilita o atendimento de 7.001.161 cidadãos. Em 291 municípios do estado (98,7% do total), 1.770 equipes atuam no Programa Saúde da Família, o que garante o atendimento de 79,53% da população.

O Programa Avançar mantém 173 empreendimentos no setor de logística e energia em Santa Catarina. As obras de duplicação da rodovia BR-470/SC, de Navegantes a Gaspar, receberam investimento de R\$ 177.030.326,40. No Projeto Rodovias – BR-280/SC – Duplicação da BR-101 a Guaramirim, o investimento é de R\$ 137.586.293,40.

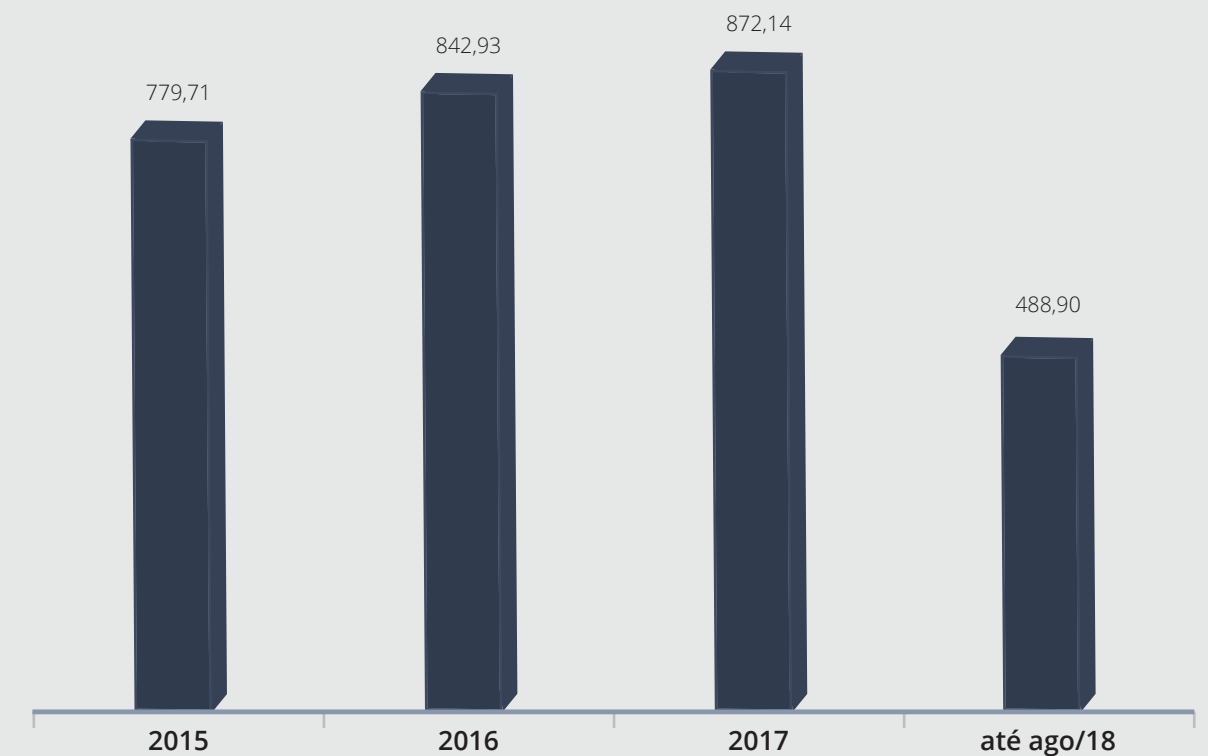
Os repasses ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação também aumentaram significativamente nos últimos anos, conforme pode se ver no gráfico.

Destacamos também o contínuo aumento de repasse de recursos para o Plano Safra Agricultura Familiar.

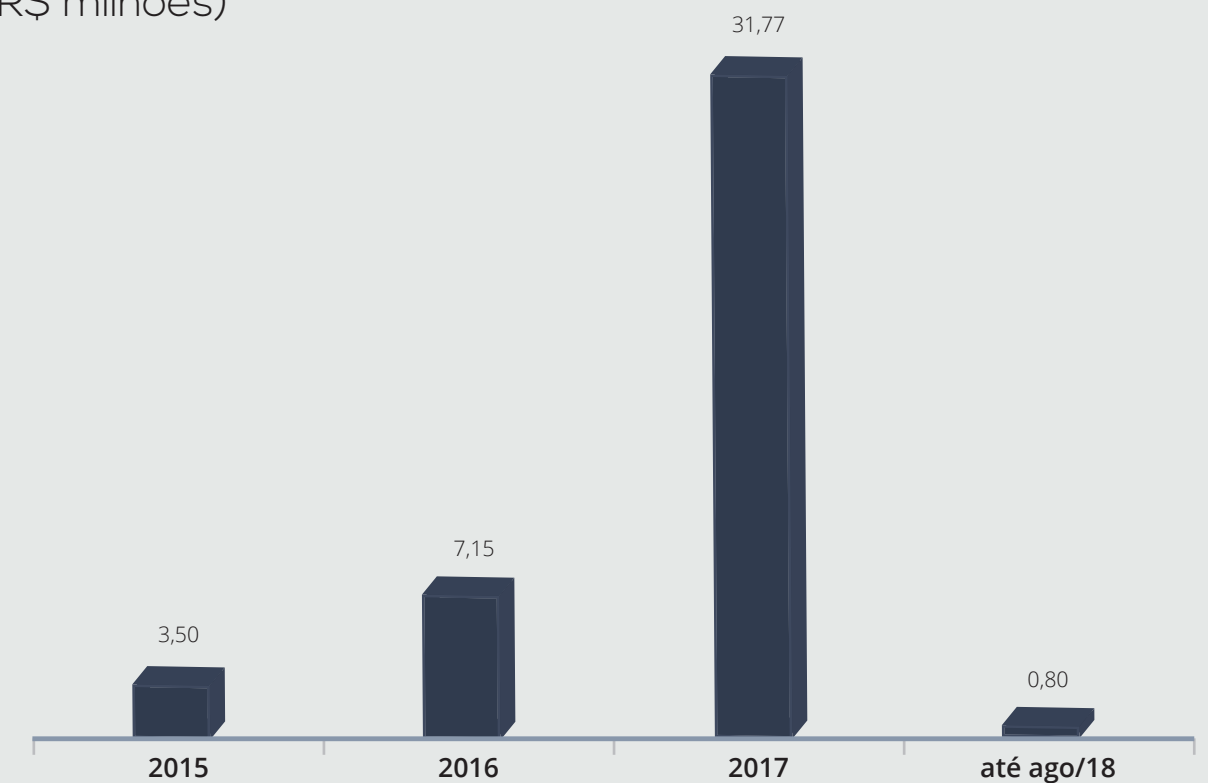
Na área de segurança pública, o pagamento ao Fundo Penitenciário Nacional para o estado de Santa Catarina aumentou bastante no período de 2015 a 2017, conforme apresentado no gráfico.

O Governo, por intermédio do Programa Avançar, mantém 173 empreendimentos nos setores de energia e logística em Santa Catarina

### Pagamentos ao FNDE (R\$ milhões)



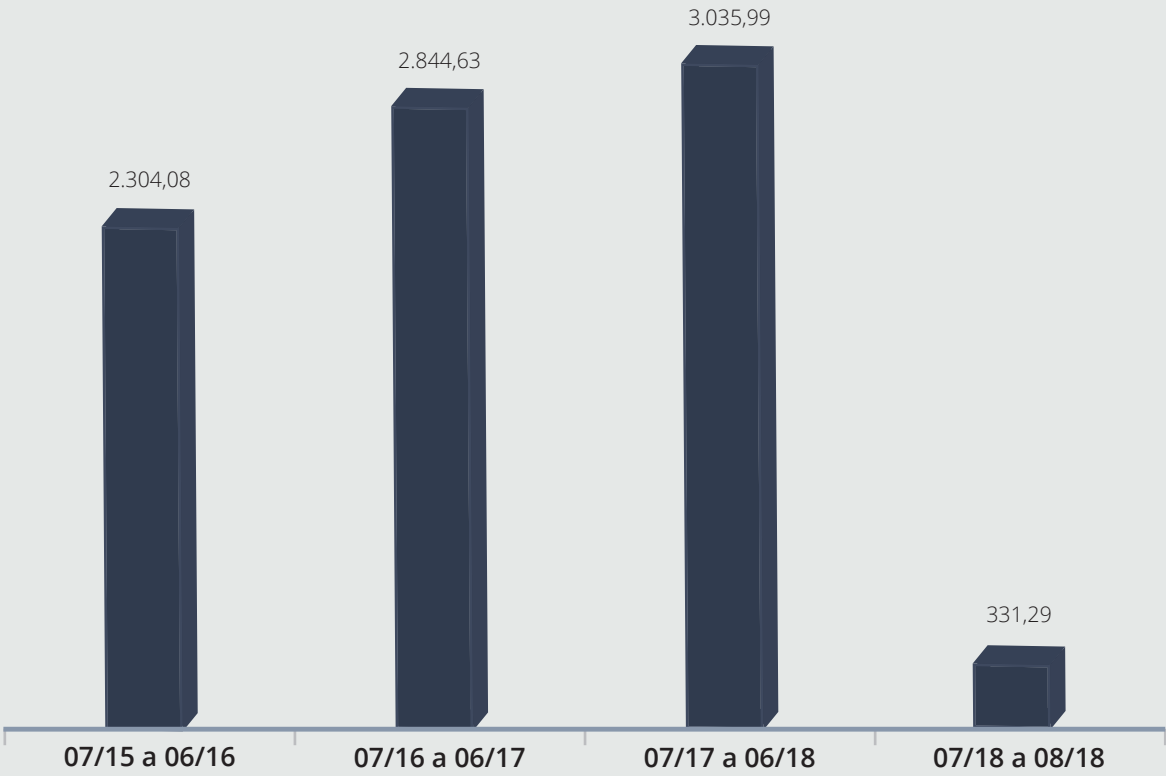
### Repasse ao Funpen (R\$ milhões)







Valores do Plano Safra Agricultura Familiar  
(R\$ milhões)





# O tamanho do Governo

A proposta de orçamento para a União encaminhada pelo Executivo ao Legislativo totaliza R\$ 3.381.772.182.658, sendo R\$ 1.750.831.718.583 para o orçamento fiscal, R\$ 752.704.591.914 para o orçamento da seguridade social, R\$ 758.672.993.326 para refinanciamento da dívida e R\$ 119.562.878.835 de orçamento de investimento.

## Orçamento 2019 destinado a despesas correntes

As despesas correntes, ou aquelas relacionadas ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais; juros e encargos da dívida e outras despesas correntes previstas na proposta enviada pelo Executivo ao Legislativo correspondem ao total de R\$ 2.048.365.207.179.

A previsão de gastos com pessoal e encargos na proposta orçamentária enviada pelo Executivo ao Legislativo é de R\$ 326.858.266.721.

## Orçamento 2019 destinado a despesas de investimento

Na proposta encaminhada pelo Executivo ao Legislativo, o valor alocado para investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida totaliza R\$ 1.165.850.262.192 para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. A este valor pode ser acrescido ainda R\$ 119.562.878.835 propostos para o Orçamento de Investimento.

Atualmente existem 138 empresas estatais federais, sendo 91 de controle indireto e 47 com controle direto. Em relação às 91 empresas de controle indireto, elas se distribuem em 6 grandes grupos: Petrobras (36 subsidiárias), Eletrobras (33 subsidiárias), Banco do Brasil (16 subsidiárias), BNDES (3 subsidiárias), Caixa (2 subsidiárias) e Correios. No que se refere às 47 empresas com controle direto, 18 são dependentes do Tesouro Nacional e 29 não são dependentes. No 2º trimestre de 2018, as 138 empresas estatais contabilizavam 505.135 pessoas em seu quadro efetivo.

Servidores do Governo Federal:	634 mil
Força de trabalho (servidores que não estão licenciados, ou cedidos):	571.022
Servidores com vínculo:	565.134
Servidores sem vínculo:	5.888
Cargos e funções distribuídos na administração federal:	100.795*
Cargos de natureza especial:	85
Cargos de Direção de Assessoramento (DAS):	12.255
Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE):	12.090
Funções Comissionadas Técnicas (FCT):	5.106
Outros cargos e funções:	71.259
*Não estão computados cargos e funções das agências.	
Cargos e funções extintos em 2017:	4.184
Economia anual resultante dessa medida:	R\$ 200 milhões

Até outubro de 2018, 9.259 cargos de DAS foram convertidos em FCPE.

## Ministérios e órgãos com status de Ministério

- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
- MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL
- MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
- MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
- MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
- MINISTÉRIO DA CULTURA
- MINISTÉRIO DA FAZENDA
- MINISTÉRIO DAS CIDADES
- MINISTÉRIO DO TURISMO
- MINISTÉRIO DO ESPORTE
- MINISTÉRIO DA DEFESA
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
- MINISTÉRIO DA SAÚDE
- MINISTÉRIO DO TRABALHO
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

## Órgãos cujos titulares são Ministros de Estado

- Chefe da Casa Civil da Presidência da República
- Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República
- Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
- Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
- Advogado-Geral da União
- Presidente do Banco Central



